PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Jeferson Renato Montreozol

A Dialética Consciente-Inconsciente no Desenvolvimento da Identidade Sexual: aportes sócio-históricos à *práxis* clínica psicoterápica

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Jeferson Renato Montreozol

A Dialética Consciente-Inconsciente no Desenvolvimento da Identidade Sexual: aportes sócio-históricos à *práxis* clínica psicoterápica

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Edna Maria Severino Peters Kahhale.

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO

2019

Ficha Catalográfica

MONTREOZOL, Jeferson Renato. ***A Dialética Consciente-Inconsciente no Desenvolvimento da Identidade Sexual: aportes sócio-históricos à práxis clínica psicoterápica.***

São Paulo: 2019, 203f.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Área de concentração: Tratamento e Prevenção Psicológica

Orientadora: Edna Maria Severino Peters Kahhale

Palavras-chave: Dialética. Consciente-Inconsciente. Sexualidade. Identidade Sexual. Práxis clínica.

Nome: Jeferson Renato Montreozol

Título: A Dialética Consciente-Inconsciente no Desenvolvimento da Identidade Sexual: aportes sócio-históricos à *práxis* clínica psicoterápica.

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

_____

_____

_____

_____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e a minha família, os maiores amores da minha vida, e a quem dedico todas as minhas vitórias. Em especial, à minha tia Cleuza (*in memoriam*), eternamente em meu coração.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – Processo 141808/2016-0

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – Process 141808/2016-0

AGRADECIMENTOS

Em nosso país, pouquíssimas são as pessoas que conseguem chegar a este nível de escolarização. E, dentre estes, me sinto um privilegiado, não apenas pelo esforço pessoal, mas por ter contato com diversas pessoas fenomenais em meu percurso que me apoiaram e auxiliaram a chegar onde estou. E a essas pessoas prestarei, através de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos:

À Professora Doutora Edna Maria Severino Peters Kahhale, pela grandiosa amizade, compreensão, atenção, sabedoria, por me aceitar nesta empreitada, por me mostrar uma perspectiva humana na produção do conhecimento, e me fazer compreender que a ciência deve sempre caminhar com a realidade;

À Professora Doutora Inara Barbosa Leão, pelos dezoito anos de amizade, de companheirismo, de construção conjunta, de produção, e por ser uma das principais responsáveis pelo psicólogo, professor e pesquisador que sou hoje;

À professora Doutora Alexandra Ayach Anache, pela dedicação em meu percurso acadêmico que por diversas vezes assume papéis diferenciados: como professora, orientadora, amiga, colega profissional, avaliadora de dissertação de mestrado e, agora, como membro da banca para minha avaliação de doutorado;

À professora Doutora Wanda Maria Junqueira de Aguiar, por me receber com um carinho e doçura que somente ela sabe fazer, por acreditar em mim, na minha potência, em minhas discussões, e por ser uma ótima companheira de viagem e construções ao longo da vida;

Ao Professor José Agnaldo Gomes, por ter aceito fazer parte da comissão julgadora deste trabalho, e pelas contribuições que tão proficuamente nos ofereceu;

Às professoras Doutora Cecília Pescatore e Doutora Maria Irene Ferrera Lima Neta, pelos momentos de companheirisimo e pelo pronto aceite em comporem a avaliação da pesquisa aqui apresentada;

A todos os professores do Núcleo de Psicossomática e Psicologia Hospitalar do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, pela competência, pelo nível da qualidade de ensino e por todo conhecimento propiciado;

Aos meus colegas de turma, e em especial às grandes amigas, Lesle, Sônia e Maria Manoela, pela troca de conhecimento, experiências, cafés, e acima de tudo, pela amizade incondicional nos momentos de dor e alegria! Muito obrigado, meninas!

À Monica, secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, pelos auxílios nos momentos de turbulência e pela sempre boa recepção às nossas indagações;

À minha mãe Eurides, por dedicar sua vida a mim, por aceitar que eu poderia ir longe mesmo sempre compreender o quão longe isso significaria, Eu te amo com a minha vida!

Ao meu pai João, por sempre me apoiar, por me mostrar que podemos construir novas relações ao longo dos anos, me permitindo conhecer quem sou e quem é, e por se mostrar feliz quando a felicidade estava em mim;

Ao meu irmão Júlio e à minha cunha Jocilene, pelo apoio e compreensão nas horas de ausência, pela sapiência em me levar aos destinos corretos em suas orações;

À minha tia Odete, por todo apoio afetivo, financeiro, mas acima de tudo por ser uma pessoa que vive pela família, pelos sobrinhos, e que se deixa cativar por cada gesto nosso;

Ao Rafael, pelo amor, companheirismo e dedicação, por me acolher e sempre me fazer acreditar em tudo, por construir ao meu lado uma história nossa e por ser sempre o melhor que poderia e poderíamos;

Ao casal de amigos Cléa e Aurimar, que num ímpeto se tornaram grandes amigos com profunda dedicação, aos quais compartilho ideias, planos, projetos, e muito carinho;

Aos amigos Eduardo e Reinaldo, os quais me acolheram em seu lar por semanas, permitindo assim que eu iniciasse esta grande jornada;

Aos demais membros de minha família, por todo carinho, confiança no meu trabalho e orgulho a mim dedicado;

Aos companheiros de estudo no LESSEX, por sempre acreditarem em meu potencial, e dividirem comigo além dos momentos de construções teóricas, também as descontrações;

Aos meus queridos amigos professores Adriana, Elaine, Fernando, Marina, Sandra, Débora, Jackeline, Jucimara, Solange, que me proporcionaram tantos momentos de crescimento e diversão. Em especial à Terezinha e Djanires, que acreditaram em meu universo, me apoiando e permitindo assim que eu construísse a vida como ela é: cheia de surpresas;

À Mariana Zauith, diretora administrativa da Faculdade Unigran Capital, pelo investimento e suporte financeiro para o início da concretização de um grande sonho que esse doutoramente me representa;

À Laura Ximenez, por me acolher nos momentos de fragilidade, e por sempre organizar possibilidades para que meu presente e futuro fossem desenvolvidos;

À Unigran Capital, na figura de seus trabalhadores, com os quais sempre mantive uma boa relação de companheirismo de trabalho, e também de descontrações perante uma aula e outra;

Aos meus alunos, com os quais aprendo diariamente o difícil e extremamente prazeroso caminho do magistério, os quais brilham os olhos perante a descoberta de novos conhecimentos;

Enfim, agradeço a todos aqueles que tornaram este caminho e este trabalho possíveis.

Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes.

(FREIRE, 2018, p. 27)

A maior riqueza do homem é sua incompletude. Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olhar o relógio. Perdoai, mas eu preciso ser Outros.

Manoel de Barros

Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conhecço e comunicar ou anuncar a novidade.

(FREIRE, 2018, p. 30-31)

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender as relações dialéticas entre as funções conscientes e inconscientes e a sexualidade, as quais permeiam o desenvolvimento dos processos psicológicos mais elevados dos sujeitos, dentre eles, a identidade sexual. Para tanto, abordou-se a consciência como um conjunto de funções e processos que possibilitam ao sujeito conhecer e agir sobre a realidade e, por esse motivo, a concepção de inconsciente que foi assumida o toma eminentemente a partir dos aspectos culturais, enquanto polo dialético de uma mesma relação com a consciência. A partir desses pressupostos, compreende-se que o inconsciente se relaciona com a consciência e a sexualidade por meio de configurações e processos não-verbais (sentimentais-emocionais), permitindo ao sujeito desenvolver suas identificações sexuais mesmo sem compreendê-las, isto é, impossibilitando-o de desenvolver abstrações para compreender como a realidade exterior está afetando-o. Como sustentáculo desta tese, apresentam-se as hipóteses de que a identidade sexual representa a síntese dialética entre a consciência e o inconsciente; a referência ao desenvolvimento contínuo da identidade sexual, e não a fixidez dessa estruturação; a não apropriação exclusiva de atitudes e comportamentos masculinos ou femininos; a revalidação da esfera do desejo como possibilidade para direcionamento dos aspectos emocionais ou, ainda, o tônus emocional; e as balizações impostas pela sociedade capitalista perante o desenvolvimento das identidades sexuais. Partindo dos pressupostos qualitativos, optou-se pelo estudo exploratório e foram utilizados os princípios da pesquisa bibliográfica a partir dos indexadores Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), Scielo, LILACS, MEDLINE, buscando analisar livros, periódicos, teses, dissertações, coletâneas de textos, em material físico e on-line, nos idiomas português, inglês e espanhol, com foco na correlação das temáticas dialética consciente-inconsciente, sexualidade e identidade sexual, psicologia sócio-histórica, psicologia histórico-cultural e método materialista histórico-dialético. Definiu-se a técnica para investigação das possíveis soluções tomando a leitura como principal referência para identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como para verificar as relações entre eles para uma inter-relação e consistência. Assim, o material sintético aqui apresentado visa expor as possíveis soluções formadas para o processo de investigação, principiando com a apresentação dos estudos e teorizações acerca da sexualidade humana, apontando, a partir destes, uma compreensão materialista histórico-dialética para a relação triádica estabelecida entre sexo, gênero e sexualidade. Na sequência, discutiu-se, a partir da mediação cultural e emocional, a produção e o desenvolvimento das instâncias consciente e inconsciente do psiquismo humano. Em um terceiro momento, foram trazidas as considerações sobre o desenvolvimento de processos de identificação do sujeito com a realidade e consigo mesmo, principalmente no que concerne aos aspectos da sexualidade, com base na dialética consciente-inconsciente. Na continuidade, explicitou-se a historicidade da prática clínica e as possíveis implicações do método materialista histórico-dialético à psicoterapia, na produção de uma *práxis* terapêutica que torne a clínica historicizada como espaço de desenvolvimento da consciência subjetiva. Após os elementos apresentados, as hipóteses apresentadas são consideradas verdadeiras e permitem confirmar a tese defendida. Por fim, apontou-se que a *práxis* psicoterápica pode possibilitar o movimento da inconsciência da realidade para a consciência identitária sexual, uma posição política que ultrapassa o conhecimento imediato, ingênuo, ascendendo ao plano reflexivo e potencializando, assim, o pensamento e a ação.

Palavras-chave: Dialética. Consciente-Inconsciente. Sexualidade. Identidade Sexual. Práxis clínica.

ABSTRACT

The present work aims to understand the dialectical relations between conscious and unconscious functions and sexuality, which permeate the development of the higher psychological processes of the subjects, among them, the sexual identity. For this, consciousness was approached as a set of functions and processes that enable the subject to know and act on reality and, for this reason, the conception of the unconscious that was assumed takes eminently from the cultural aspects, as dialectical pole of the same relation to consciousness. From these presuppositions, it is understood that the unconscious relates to consciousness and sexuality through non-verbal (sentimental-emotional) configurations and processes, allowing the subject to develop their sexual identifications even without understanding them, that is, making it impossible to develop abstractions to understand how the external reality is affecting it. In support of this thesis, the hypotheses are presented that the sexual identity represents the dialectical synthesis between the consciousness and the unconscious; the reference to the continued development of sexual identity, and not the fixity of such structure; the exclusive appropriation of male and female attitudes and behaviors; the revalidation of the sphere of desire as a possibility for directing the emotional aspects or, still, the emotional tonus; and the markings imposed by capitalist society on the development of sexual identities. Starting from the qualitative assumptions, we opted for the exploratory study and the principles of the bibliographic research were used from the indexes Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia (BVS-Psi), SciELO, LILACS, MEDLINE, searching to analyze books, periodicals, theses, dissertations, collections of texts, in physical and online material, in the Portuguese, English and Spanish languages, focusing on the correlation of the conscious-unconscious dialectics, sexuality and sexual identity, socio-historical psychology, cultural-historical psychology and historical-dialectical materialist method. We defined the technique to investigate possible solutions by reading as the main reference to identify the information and data contained in the selected material, as well as to verify the relations between them for an interrelationship and consistency. Thus, the synthetic material presented here aims to expose the possible solutions formed for the research process, beginning with the presentation of studies and theorizations about human sexuality, pointing, from these, a historical-dialectical materialist understanding for the triadic relationship established between sex, gender and sexuality. In the sequence, from the cultural and emotional mediation, the production and the development of the conscious and unconscious instances of the human psyche were discussed. In a third moment, the considerations about the development of processes of identification of the subject with the reality and with himself, mainly with respect to the aspects of the sexuality, based on the conscious-unconscious dialectic were brought. In continuity, the historicity of clinical practice and the possible implications of the historical-dialectical materialist method to psychotherapy were explained, in the production of a therapeutic *praxis* that makes the historicized clinic as a space for the development of subjective consciousness. After the presented elements, the presented hypotheses are considered true and allow to confirm the thesis defended. Finally, it was pointed out that the psychotherapeutic *praxis* can enable the movement from the unconsciousness of reality to the sexual identity consciousness, a political position that goes beyond immediate, naive knowledge, ascending to the reflective plane and thus enhancing thought and action.

Keywords: Dialectic. Conscious-Unconscious. Sexuality. Sexual Identity. Clinical *praxis*.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comprender las relaciones dialécticas entre funciones conscientes e inconscientes y la sexualidad, que permean el desarrollo de los procesos psicológicos superiores de los sujetos, entre ellos, la identidad sexual. Para esto, se abordó la conciencia como un conjunto de funciones y procesos que le permiten al sujeto conocer y actuar sobre la realidad y, por esta razón, la concepción del inconsciente que se asumió toma eminentemente de los aspectos culturales, como polo dialéctico. De la misma relación con la conciencia. A partir de estas presuposiciones, se entiende que el inconsciente se relaciona con la conciencia y la sexualidad a través de configuraciones y procesos no verbales (sentimental-emocionales), lo que permite al sujeto desarrollar sus identificaciones sexuales incluso sin comprenderlas, es decir, haciendo imposible desarrollar abstracciones para entender cómo la realidad externa lo está afectando. En apoyo de esta tesis, se presentan las hipótesis de que la identidad sexual representa la síntesis dialéctica entre la conciencia y el inconsciente; la referencia al desarrollo continuo de la identidad sexual, y no la fijación de dicha estructura; la apropiación exclusiva de actitudes y comportamientos masculinos y femeninos; la revalidación de la esfera del deseo como una posibilidad para dirigir los aspectos emocionales o, aún, el tono emocional; y las marcas impuestas por la sociedad capitalista en el desarrollo de las identidades sexuales. Partiendo de los supuestos cualitativos, optamos por el estudio exploratorio y los principios de la investigación bibliográfica se utilizaron a partir de los índices Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia (BVS-Psi), SciELO, LILACS, MEDLINE, búsqueda analizar libros, publicaciones periódicas, tesis, disertaciones, colecciones de textos, en material físico y en línea, en los idiomas portugués, inglés y español, centrándose en la correlación de la dialéctica consciente-inconsciente, la sexualidad y la identidad sexual, la Psicología sócio-historica, la Psicología histórico-cultural y método materialista histórico-dialéctico. Definimos la técnica para investigar posibles soluciones mediante la lectura como la referencia principal para identificar la información y los datos contenidos en el material seleccionado, así como para verificar las relaciones entre ellos para una interrelación y coherencia. Por lo tanto, el material sintético presentado aquí tiene como objetivo exponer las posibles soluciones formadas para el proceso de investigación, comenzando con la presentación de estudios y teorizaciones sobre la sexualidad humana, señalando, a partir de éstas, una comprensión materialista histórico-dialéctica para la relación triádica establecida entre sexo, género y sexualidad. En la secuencia, a partir de la mediación cultural y emocional, se discutió la producción y el desarrollo de los casos conscientes e inconscientes de la psique humana. En una tercera etapa, las consideraciones sobre el desarrollo de procedimientos de identificación de sujetos fueron llevados con la realidad y de sí mismo, especialmente en relación con aspectos de la sexualidad, basado en la dialéctica consciente-inconsciente. Continuando, la historicidad de la práctica clínica se explica y las posibles implicaciones del método materialista histórico y dialéctico a la psicoterapia, en la producción de una práctica terapéutica que hace que el historizó como espacio de desarrollo clínico de la conciencia subjetiva. Después de los elementos presentados, las hipótesis presentadas se consideran verdaderas y permiten confirmar la tesis defendida. Por último, se señaló que la práctica psicoterapéutica puede permitir que la realidad del movimiento inconsciente de la conciencia de identidad sexual, una posición política que va más allá del conocimiento inmediato, ingenuo, ascendiendo al plano reflexivo y mejorando así el pensamiento y la acción.

Palabras clave: Dialéctica. Consciente-inconsciente. Sexualidad. Identidad sexual. Práctica clínica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exame do movimento do real em busca de todas suas determinações – do concreto aparente ao concreto pensado..... 163
Figura 2 – Elementos a serem considerados no desenvolvimento do trabalho clínico psicológico numa abordagem dialética..... 169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia

APA – Associação Americana de Psicologia

CFP – Conselho Federal de Psicologia

GEPAPET – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho

ISCAR – Sociedade Internacional para Pesquisa Cultural e da Atividade

LESSEX – Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNH - Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SUS – Sistema Único de Saúde

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
1 A SEXUALIDADE HUMANA: PRESSUPOSTO SOCIOCULTURAL E SÍNTESE PSÍQUICA 36
1.1 A HISTÓRIA DOS ESTUDOS E DAS DETERMINAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE 37
1.2 A TEORIA *QUEER* E A FLUIDEZ DA SEXUALIDADE. 50
1.3 UMA COMPREENSÃO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA DA TRÍADE SEXO-GÊNERO-SEXUALIDADE 55
2 CONSCIENTE-INCONSCIENTE: A DIALETICIDADE NA DINÂMICA DO PSIQUISMO 76
2.1 A MEDICAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ DA DIALÉTICA PSÍQUICA 80
2.2 OS POLOS DIALÉTICOS: A CONSCIÊNCIA E O INCONSCIENTE. 106
3 IDENTIDADE SEXUAL: A NÃO-METAMORFOSE E AS POSSIBILIDADES RUMO À CONSCIENTIZAÇÃO SEXUAL 120
3.1 O MOVIMENTO SOCIALIZAÇÃO-APROPRIAÇÃO COMO ARTÍFICE DO DESENVOLVIMENTO IDENTITÁRIO HUMANO 124
3.2 A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA IDENTITÁRIA DIALÉTICA RUMO À CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA SEXUAL . 130
4 A *PRÁXIS* CLÍNICA NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA: A PSICOTERAPIA COMO MOVIMENTO DIALÉTICO INCONSCIENTE-CONSCIENTE NO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SEXUAL 147
4.1 DA CLÍNICA DO ONTEM À CLÍNICA DO HOJE: NOVAS POSSIBILIDADES?! 151
4.2 O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO APORTE À PSICOTERAPIA: DA PSEUDOCONCRETICIDADE À ESSÊNCIA HISTÓRICA SUBJETIVA 159
4.3 *PRÁXIS* CLÍNICA: A PSICOTERAPIA COMO MOVIMENTO DIALÉTICO INCONSCIENTE-CONSCIENTE FRENTE À SEXUALIDADE 165
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 180
REFERÊNCIAS 186

INTRODUÇÃO

A produção de conhecimentos acerca da sexualidade não é uma tarefa fácil, tendo em vista que essa temática historicamente é encontrada envolta em indagações, proibições, preceitos e ardores de toda ordem, especialmente nas ciências humanas e sociais. Acrescenta-se a isso o imperativo daquilo que hoje em dia se convencionou chamar de politicamente correto e percebe-se que teremos uma via bastante estreita por onde caminhar: qualquer pequeno desequilíbrio para um lado ou para o outro coloca-nos imediatamente em uma área sujeita à censura.

Nesse contexto, nosso tema se pauta em considerar as relações dialéticas entre as funções inconscientes e conscientes e a sexualidade, as quais permeiam o desenvolvimento dos processos psicológicos mais elevados dos sujeitos, dentre eles, a identidade sexual. Para tanto, consideramos a sexualidade como "[...] um processo simbólico e histórico, que expressa a constituição da identidade do sujeito, como ele vive a questão da intimidade (público versus privado); da significação das normas, da moral e da ética grupal (grupo no qual se insere)" (KAHHALE, 2002, p. 179).

Vemos então que esse processo, enquanto elemento parte do psiquismo humano, engloba os aspectos conscientes e, também, os conteúdos inconscientes. Isso porque, de acordo com o pressuposto epistemológico do materialismo histórico-dialético ao qual nos apoiamos para tecer esta produção, compreendemos a consciência como um conjunto de funções, de processos que possibilitam ao sujeito conhecer e agir sobre a realidade, organização esta composta por outras dimensões configuradas como um sistema relacional. Assim, a consciência só pode ser compreendida como uma parte constitutiva do inconsciente, e vice-versa.

Se compreendemos a consciência como histórica e social, ao mesmo tempo em que é individual e singular, a concepção de inconsciente que assumimos não é tomada como estrutura, como um elemento *a priori* ou, ainda, produzido a partir de conteúdos recalcados, aspectos tipicamente trabalhados na perspectiva psicanalítica. Para nós, o inconciente é, sobretudo, cultural, isto é, se a consciência é a *práxis*, a possibilidade de agir e compreender essa ação, o inconsciente, se encontra, consequentemente, na impossibilidade dessa produção. Portanto, consciência e inconsciente representam dois polos de uma mesma relação, erigindo assim o pressuposto da dialética na constituição e desenvolvimento do psiquismo humano.

E, nessa relação, a identidade sexual passa a ser compreendida como "[...] construída na história das relações, não sendo uma mera determinação biológica sujeita, em alguns casos, a falhas que produzissem aberrações" (GARCIA, 2001, p. 57). Essa consideração é necessária,

pois não estamos pautados no entendimento das diversas manifestações da sexualidade como patologia, doença ou distúrbio psíquico, mas sim na possibilidade de vivência das diversas formas de expressão da sexualidade, pois compreendemos que a construção de quaisquer processos identitários está permeada também pelos valores éticos e morais de determinada sociedade, que podem ou não ser apreendidos pelo sujeito e permear o desenvolvimento da sua consciência e de seu inconsciente.

Assim, cabe considerar uma das características essenciais para a compreensão do ser humano, que é o seu processo histórico (VIGOTSKY, 2004; LANE; SAWAIA, 1995), o que implica que seu desenvolvimento ocorre sob a determinação de vários fatores, tais como o contexto social, cultural e econômico, e esses fatores sofrem os condicionantes do período histórico em que estão circunscritos. Assim, sendo a sexualidade parte da cultura humana, está sempre restrita pelas possibilidades que o momento histórico e o próprio grupo social disponibilizam para o desenvolvimento de uma determinada identidade sexual.

Cabe aqui esclarecermos que, quando utilizamos o termo biológico, estamos nos referindo à condição somática, a tudo que diz respeito a um corpo físico e, por esse motivo, trabalhamos com o conceito de organismo biológico para representar o aporte material na relação com a dinâmica, as construções e os conteúdos socioculturais. Nessa mesma perspectiva, outra explicação se faz necessária quando consideramos que, pelo fato do processo de desenvolvimento da sexualidade resguardar o movimento dialético entre a consciência e o inconsciente na dinâmica psíquica, este permite que certos conteúdos transmutem entre essas duas instâncias do psiquismo humano. Aqui, optamos por utilizar o termo inconsciente por este estar mais consolidado nos pressupostos e teorizações psicológicas, sendo tomado então como um dos polos da relação dialética com a consciência. Portanto, trabalhar a terminologia utilizando o termo inconsciente é apenas a opção por um elemento de linguagem, não trazendo assim inferências maiores sobre a substantivação ou adjetivação que essa escolha poderia acarretar ao contexto.

Compreendemos, então, que a materialidade, representada pelas relações socioculturais, é tida como fundamento para o desenvolvimento dos conteúdos da sexualidade, os quais estarão mais ou menos conscientes no sujeito de acordo com o domínio dos elementos mediadores e do aspecto emocional, uma vez que estes permitirão a significação social e, consequentemente, o desenvolvimento dos sentidos pessoais, aspectos preliminares da consciência humana.

Tais discussões foram originadas, basalmente, em meus estudos de mestrado (MONTREOZOL, 2011). Naquele momento, minha participação desde 2003 no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho (GEPAPET),

da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sob coordenação da Professora Doutora Inara Barbosa Leão, permitiu a consolidação de algumas ideias que levaram a compreensões específicas sobre o processo identitário das travestis e a relação deste com o processo de educação formal.

Foi ainda no GEPAPET que iniciamos discussões e produzimos a pesquisa intitulada "A Relação Dialética entre a Consciência e o Inconsciente: investigação das suas constituições e manifestações sob o enfoque da teoria psicológica Sócio-Histórica", buscando aprofundar o entendimento do inconsciente e da consciência dentro dos parâmetros dessa teoria. Neste novo momento, e já no Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenado pela Professora Doutora Edna Maria Severino Peters Kahhale, pude organizar, sob sua orientação, o desenvolvimento mais aprimorado de minhas ideias, assim como a elaboração da pesquisa aqui apresentada enquanto tese de doutoramento.

Temos compreendido que discutir as relações entre inconsciente, consciência, sexualidade e temas correspondentes nos diferentes períodos históricos, coloca-nos a dificuldade de compreender e explicar também as identidades sexuais, tanto como processos de subjetivação – com seus correlatos processos de identificação e desenvolvimento – quanto em seu papel social, já que as definições socioantropológicas nos indicam uma identidade construída a partir do gênero social, e não apenas do sexo (MEAD, 1962; BEAUVOIR, [1949] 2009).

Por mais que as discussões tenham avançado na compreensão da sexualidade, elas acabam nos restringindo apenas à categoria de gênero e deixam de abarcar toda a gama de configurações contínuas que o processo de identidade sexual tem no psiquismo humano. Isso porque, perante o conhecimento gerado pela teoria psicológica Sócio-Histórica, compreendemos a identidade como um processo em desenvolvimento contínuo, representado pela relação entre a objetividade e a subjetividade, ou seja, os conteúdos individuais são constituídos ao longo da vida do sujeito, resguardando sempre as relações que mantém com os membros dos grupos sociais a que pertence, suas pressuposições e, frente isso, sua construção enquanto sujeito. Dessa forma, a sexualidade torna-se, também, um processo em sucessivo desenvolvimento, o que não é considerado nas principais literaturas sobre a identidade de gênero, uma vez que estas tratam o gênero como responsável por todo o processo identitário.

Perante a ciência psicológica, uma teoria de grande relevância nos constructos sobre o inconsciente e a sexualidade é a Psicanálise, originada a partir das obras de Freud ([1915-17] 1996a). O autor constrói a noção de que o inconsciente abrange tanto os atos que são meramente

latentes, temporariamente inconscientes, como conteúdos recalcados que, se porventura se tornassem conscientes, estariam propensos a desorganizar as estruturas e o aparelho psíquico. Em seu artigo metapsicológico sobre o Inconsciente ([1915-17] 1996a), Freud explica a categoria, apresentando a noção de que os dados da consciência exibem muitas lacunas e, por tal motivo, há a necessidade da pressuposição de outros atos, para os quais a consciência não oferece qualquer prova.

Recordamos que Freud não foi o primeiro autor a falar sobre o inconsciente, pensamentos ou componentes inconscientes. Porém, o autor assume posição primária quando trata dessa categoria, designando um sistema psíquico independente da consciência e dotado de atividade própria, com suas próprias leis e regras. E, em conjunto com a noção de inconsciente, a concepção psicanalítica da sexualidade prescinde da categoria de instinto sexual, pois não está relacionada somente com os órgãos genitais, mas é considerada como uma função corpórea mais abrangente, como pulsão. O prazer é sua meta e, somente como elemento posterior, a sexualidade serve como finalidade de reprodução.

Já em uma perspectiva materialista histórico-dialética, Wallon (1968; 1978) e sua teoria psicogenética permitiram um avanço na compreensão da atividade humana e do papel das emoções nos estágios de desenvolvimento psicológico. Tais estudos nos interessam principalmente porque as emoções se encontram na origem da consciência (e, como podemos conjecturar, do inconsciente), operando a passagem do mundo orgânico para o social, do plano fisiológico para o psíquico. A fecundidade de suas contribuições deve-se então à perspectiva global pela qual enfoca o desenvolvimento humano, em especial o infantil, que possibilitou resolver muitos impasses e contradições a que levam teorias baseadas numa lógica linear e sequencial, rígida e mecanicista.

A partir da mesma perspectiva epistemológica, Vigotsky apresenta em suas obras diversas categorias que não estão muito bem definidos, tais como emoções, cultura, experiência, e também o inconsciente, talvez porque o desenvolvimento dos trabalhos do autor acompanhou o movimento dialético de produção, nos quais a lógica formal não foi mantida para seguir suas produções, ou também por sua morte prematura no ano de 1934. Na tentativa de entender brevemente o que o autor buscou traçar na especificidade da categoria de inconsciente, analisamos textos produzidos no período de 1926 a 1933, os quais estão listados em duas publicações: “Obras Escogidas”, na edicação espanhol em seus volumes de I a V (VIGOTSKY, 2000) e “Teoria e Método em Psicologia” (VIGOTSKY, 2004a). Nestes, o inconsciente aparece, com grande frequência, em alguns momentos como uma questão metodológica fundamental, às vezes como qualidade dos processos psíquicos ou relacionado à questão da

arte. Entretanto, o elemento constantemente encontrado é a intrínseca e inseparável relação com a consciência na integralidade do fenômeno psíquico. No que diz respeito a categoria de sexualidade ainda em sua obra, encontramos apenas trabalhada no livro "Psicologia Pedagógica", quando Vigotsky trata da educação do instinto sexual como elemento primordial para a vida social (VIGOTSKY, 2004b).

A partir dessa especificidade teórico-metodológica, percebemos que poucos pesquisadores e estudiosos nas ciências humanas e sociais têm desenvolvido indagações e construções sobre o inconsciente e, eventualmente, aliando a temática da categoria do inconsciente e da consciência com a sexualidade e a identidade sexual. Compreendemos que tal postura pode ainda estar relacionada com o fato de a Psicologia, durante muito tempo, manter sua postura tradicionalista, utilizando basicamente os conhecimentos produzidos pela Medicina e pela Psiquiatria para trabalhar a sexualidade. Temos culminado, então, em uma prática clínica e psicoterápica que remete os sujeitos apenas às classificações de comportamento, ou ainda a uma visão naturalizante do psiquismo e, consequentemente, da sexualidade.

Exemplo disso podemos encontrar no tratamento que a ciência psiquiátrica dispensou durante muitos anos às classificações da heterossexualidade e da homossexualidade. Esta última, sempre nomeada como transtorno ou doença, gerando grandes protestos contra tal discriminação social de qualquer sujeito em razão de sua identidade e prática sexual. Isto pode ser constatado nos vários manuais publicados pelas entidades ao longo da história, como o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2014), publicado pela Associação Americana de Psicologia (APA), e também a Classificação Internacional de Doenças (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1997), desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), os quais têm fornecido historicamente subsídios para o desenvolvimento do trabalho dos psicólogos em um contexto em que sujeitos que vivenciam uma diversidade de processos de identidade sexual são vitimizados por uma dinâmica social rígida, estanque, pautada em um heterossexismo e uma heteronormatividade.

O heterossexismo pode ser compreendido como "[...] um sistema ideológico que nega, denigre e estigmatiza qualquer forma não heterossexual de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade" (SOUZA e PEREIRA, 2013, p. 84). E este é um grande problema porque, na medida em que se equaciona a natureza com a heterossexualidade, esta passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, explícita

ou implicitamente. Uma vez institucionalizado, o heterossexismo passa a ser incorporado na cultura e manifesta-se nos discursos e nas ações diárias das pessoas (RIOS, 2007).

Na mesma medida, a heteronormatividade "[...] age no sentido de enquadrar todas as relações, mesmo as relações entre pessoas do mesmo sexo, em um binarismo de gênero que pretende organizar as práticas, os atos e desejos, com base no modelo do casal heterossexual reprodutivo" (SOUZA; PEREIRA, 2013, p. 86), binarismo este presente em grande parte das teorias psicológicas que fundamentam práticas baseadas em atuações psicoterápicas mais na perspectiva de um enquadramento e normatização do que no desenvolvimento da potência subjetiva.

Consideramos então que o limite entre o patológico e o normal sempre será arbitrário, fundamentado geralmente em concepções tradicionais mais moralistas que expressam juízos de valor de uma determinada época ou momento histórico em detrimento aos conhecimentos científicos da sexualidade. Admitir isso já seria um apogeu para o avanço do entendimento de nossos juízos e, também, se não acima de tudo, a chave para a tolerância em relação à diversidade.

Pelo prisma da moralidade tradicional, devemos considerar que o movimento de construção da sexualidade pelos homens na sociedade encontra maiores resistências quando estes passam a buscar a realização sexual não apenas pelo autoritarismo da procriação e visam, principalmente, a obtenção de uma experiência prazerosa. Esse fator tem sido discutido desde a filosofia clássica, entretanto analisado em profundidade já nos pressupostos de Freud, quando este afirmava que o determinante para nossas escolhas objetais estava na força propulsora do erotismo, e não em nossa conformação anatômica.

Catonné (1992), em seu livro "A Sexualidade, Ontem e Hoje", traz uma breve, porém muito interessante análise dos acontecimentos acerca do desenvolvimento sexual da humanidade até questões atuais. Nessa obra, o autor afirma que a modernidade sexual tem alguns elementos balizadores muito claros, começando pelos Relatórios Kinsey (KINSEY; POMEROY; MARTIN, 1949), como parte de um extenso trabalho de pesquisa americano sobre a sexualidade humana iniciado no imediato pós-guerra, que traz, entre suas conclusões principais, a necessidade de se estabelecer o direito igualitário entre homens e mulheres na obtenção do prazer. Além disso, esse trabalho evidenciou cientificamente e tornou público que as práticas sexuais iam muito além do que a mera relação genital.

Outro marco com notória significação na transformação da sexualidade nos tempos atuais foi, sem dúvida, o aprimoramento dos métodos contraceptivos, como o desenvolvimento da pílula anticoncepcional. Esses fatos conduziram a transformações na compreensão social,

que passou a aceitar paulatina, mas consistentemente, a sexualidade humana como individualmente variável. Tais métodos de contracepção confirmam a sexualidade como instância do desejo e do prazer, e não apenas de reprodução sexual.

Essa revolução sem precedentes na ciência da sexualidade e na ética sexual ocidental tem facilitado nosso entendimento de que a identidade sexual, qualquer que seja, é desenvolvida também por meio de um processo psíquico, não se restringindo exclusivamente ao aspecto biológico. Por conseguinte, o objeto sexual é considerado como contingente, pois não é necessário ou essencial, mas depende das circunstâncias; não é dado pela natureza biológica, mas sim pelo psiquismo que se constitui pelas relações inter e intrapsicológicas. A partir dessa ótica, as diversas expressões da sexualidade deixam de ser formações patológicas para serem aceitas como resultantes de um processo histórico-social, ou seja, são construções psicossociais produzidas em cada sujeito em sua história de vida.

Temos, assim, que a identidade sexual se desenvolve como um processo pautado em bases biológicas, mas eminentemente histórico e social, no qual as práticas sexuais decorrem das condições do momento histórico em que se situam, sendo subjugadas de acordo com os aspectos ideológicos presentes na cultura da sociedade em que se desenvolvem no processo singular de apropriação que cada pessoa realiza ao longo de sua vida.

Cabe esclarecermos que a cultura é aqui compreendida como "[...] um produto, ao mesmo tempo, da vida social e da atividade social do homem" (VIGOTSKI, 1987, p. 106). Portanto, a cultura é sintetizada como a totalidade das produções humanas (técnicas, artísticas, científicas, tradições, instuições e práticas sociais), ou seja, tudo que, em contraposição ao que é dado pela natureza, é obra do homem (SIRGADO, 2000, p. 54).

Portanto, o processo histórico da humanidade apresenta diversas configurações e compreensões dessa esfera identitária, tanto biológica como também social e algumas das construções se mantêm em determinados momentos, enquanto outras perdem a significação, o sentido, ou ambos, e permanecem inconscientes aos sujeitos.

A Psicologia Sócio-Histórica compreende, portanto, que a cultura é transmitida aos sujeitos na forma de significados, que são explicações sociais de dado fenômeno. É a partir da própria atividade do sujeito que ele constrói uma explicação individual, na qual encontramos a relação entre o significado e as experiências anteriores, com as peculiaridades da vivência subjetiva. Ou seja, ao transmitir a cultura, oferecemos a possibilidade do domínio mais refinado dos elementos mediadores, em especial a linguagem, e permitimos que o sujeito, ao entrar em atividade, crie seu sentido pessoal, particular, para os fenômenos e processos da realidade externa que o afetam, emocionam, desenvolvendo assim sua consciência.

Nesse prisma, ainda que a socialização se configure como a transmissão da cultura que permite a ampliação da consciência, ela é também limitada pelas concepções dominantes, que, muitas vezes, impossibilitam ao sujeito desenvolver determinados conteúdos e processos, dentre eles o próprio reconhecimento de sexualidade como qualitativamente superior às determinações pura e exclusivamente biológicas. Tais características tornam-se inconscientes e regem o desenvolvimento dos sujeitos mesmo não permitindo sua compreensão por eles: findamos em uma não compreensão dos motivos e processos pelos quais nos tornamos heterossexuais, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais ou Transgêneros e, consequentemente, de como tais perspectivas orientam o desenvolvimento de nossas identidades sexuais.

Isso significa considerar que os pressupostos dialéticos da contradição e da dinamicidade permitem trabalhar com a existência de uma realidade histórica contraditória, múltipla e plurideterminada, que é evidenciada na relação entre o sujeito e o objeto no processo de desenvolvimento psíquico, resguardado pelos elementos conscientes e inconscientes. Tomar essa perspectiva histórica como foco de análise permite que compreendamos que, no processo ontológico, o homem rompeu com a filogenia para desenvolver características psicológicas específicas que possibilitaram a construção da sociedade e, dialeticamente, o desenvolvimento de indivíduos particulares. Logo, encontramos na materialidade os referenciais para a estruturação de uma sexualidade pautada no sexo biológico, mas também resguardamos a historicidade e a dialética para uma construção que avance em uma compreensão eminentemente social e histórica da base sexual.

Observamos assim que o sexo, que tem como uma das suas funções básicas a reprodução da espécie, no processo de humanização perdeu a exclusividade dessa terminação biológica e passou a fazer parte de um mecanismo complexo de expressão das relações sociais e simbólicas do homem, a sexualidade, a qual mantém a reprodução social do trabalho humano. Portanto, compreendemos que existe uma ampla relação entre o desenvolvimento do psiquismo e a sexualidade.

No entanto, consideremos que o psiquismo humano engloba os aspetos conscientes e, também, as questões inconscientes. Cabe esclarecermos que Vigotsky desenvolveu uma ciência psicológica que tem na categoria de consciência o foco central de análise. E, ao contrário das visões tradicionalistas, a Psicologia Sócio-Histórica concebe também o inconsciente de maneira fundamentalmente diferente, tomando-o a partir da relação de dialeticidade com a consciência. Santos e Leão (2012, p. 638) esclarecem que "[...] inconsciente, consciência e as mediações que perpassam essas duas qualidades do psiquismo são construções sociais e, como tais,

determinadas pelo contexto sócio-histórico no qual são desenvolvidas; portanto, só podem ser compreendidas quando tomadas em relação".

Nessa concepção, existe uma relação dinâmica e permanente, pautada na realidade objetiva, em que consciente e inconsciente são compreendidos como qualidades diferentes do mesmo objeto, uma relação em que um não se dilui no outro, mas também em que um não existe sem o outro. Portanto, compreendemos que o psiquismo é constituído por ambos os aspectos: a consciência e o inconsciente, e que o inconsciente, igualmente à consciência, é um processo ativo que integra todas as funções psicológicas superiores do homem e suas mediações, inclusive com a sexualidade. Esse processo não é determinado *a priori*, pois dinamicamente engloba conteúdos conscientes, mesmo que no formato de potencialidade (possibilidade de tornar-se consciente) e, ao mesmo tempo, também se faz presente nos conteúdos conscientes.

Leão (1999) aponta que a consciência só pode ser estudada a partir de suas mediações, ou seja, partindo-se dos processos afetivo-volitivos pelos quais o homem tornou todo o seu comportamento organizado intelectualmente. Isso porque a realidade objetiva é apropriada pelo sujeito não apenas pela mediação dos instrumentos, mas também pela mediação semiótica. Portanto, conjecturamos que o entendimento do inconsciente humano guarda obrigatoriamente a relação com os processos conscientes e com seus elementos mediadores, dados pela/na cultura, uma vez que a constituição e o funcionamento do psiquismo são explicitados pelas inter-relações sistêmicas entre as funções psicológicas superiores, ou seja, é por algumas funções como o pensamento, a linguagem e a emoção que organizamos nossa consciência, nosso inconsciente e, consequentemente, nossa atividade e, também, a não atividade, nos casos em que não dispomos de elementos suficientes para que possamos agir.

Tais relações com o contexto social e histórico são determinantes, mas devemos considerar também que as mediações que colocam o homem em interação com a realidade externa são elementos desse contexto, uma maneira própria de organização da vida social. Porém, como anunciado por Leite (2005, p. 26), "[...] o processo do conhecimento, a relação entre o sujeito que conhece e a realidade objetiva a ser conhecida contém em si o seu limite: a subjetividade", ou seja, em algumas situações o homem não encontra disponíveis os instrumentos para que um (novo) objeto, situação ou vivência sejam capturados em toda a sua complexidade e, quando isso acontece, constituem-se em elementos inconscientes. Assim, na ausência dos mediadores, seja por questões pessoais ou ainda sociais, as construções sociais acerca da sexualidade tornam-se inconscientes nos sujeitos, não se transmutando em aspectos conscientes.

Isso implica que alguns desses elementos transmitidos, embora apropriados pelos sujeitos, não serão significados em toda a sua complexidade. Mesmo assim, tais conteúdos continuam a existir na sociedade e, ainda, agem sobre o sujeito, influenciando toda a sua organização consciente, seu comportamento e sua identidade sexual. Ao manifestar-se no comportamento, o sujeito indica a impossibilidade de perceber os motivos do que fez, como fez e o porquê realiza determinada ação.

Se a consciência é a *práxis*, isto é, a possibilidade de agir e compreender essa ação, o inconsciente mostra-se quando essa possibilidade não está dada. Vigotsky (2004a, p. 151) considera que "[...] pode parecer que fazemos algo por uma causa determinada, mas na realidade a causa é outra. Podemos supor, com toda a convicção que nos dá a vivência direta, que gozarmos de liberdade de vontade e nos equivocarmos cruelmente a esse respeito".

Somos, então, mutuamente determinados por formas sociais e particulares de conceitos e valores que, ao serem apropriados, ganham sentidos e passam a integrar o mundo interno do sujeito, estabelecendo as possibilidades para sentirmos, pensarmos e agirmos. Porém, quando não integrados, mantém-se como conteúdos ligados ao não-verbal, mantidos no formato de potência que influem no desenvolvimento da consciência subjetiva, dos processos psicológicos e da identidade sexual.

Assim, nossa tese inicial compreende que o inconsciente se relaciona com a consciência e a sexualidade por meio de configurações e processos não-verbais (sentimentais-emocionais), permitindo ao sujeito desenvolver suas identificações sexuais mesmo sem compreendê-las, isto é, impossibilitando-o de desenvolver abstrações para compreender como a realidade exterior está afetando-o. Portanto, se a consciência representa a síntese da relação estabelecida entre os significados, processos sócio-históricos e os sentidos pessoais, é a ausência destes dois que caracteriza o inconsciente na subjetividade. Este, por sua vez, é formado primordialmente por tônus emocional, como um direcionamento da intensidade dos estados sentimentais que orientam o sujeito a dado objeto, sinalizam seu interesse, mas que ele pode não compreender e, por conseguinte, explicar, mesmo que interferiram na maneira como ele desenvolve sua identificação com a sexualidade.

Porém, os sentidos podem ficar inconscientes porque não ganham representação na forma de um signo como, por exemplo, uma imagem ou uma palavra, as quais possibilitariam suas representações na consciência ou a sua integração com outros sentidos e significados que constituem sistemas psicológicos. Nesse caso, mesmo não sabendo a qual emoção ou o que me afetou referente ao tônus que me impulsiona a algo ou alguém, enquanto desejo, em um segundo momento, posso ter a consciência que foi um sentimento, uma situação, uma experiência

específica em relação ao Outro, distinto de mim, mas que eu não me recordava. Logo, o sentido que construí é inconsciente, devido à impossibilidade de representá-lo plenamente: com sentido e significado, integrados em um dinâmica de significação.

Assim, geramos algumas hipóteses frente às indagações apresentadas, suposições estas que não objetivam apontar uma identidade normal ou patológica, mas sim compreender o desenvolvimento desse processo identitário. Compreendemos que a identidade sexual é a síntese de um processo dialético entre a consciência e o inconsciente, processo que se aporta na base biológica, em específico no corpo, e a partir do qual o sujeito desenvolve um mundo interno subjetivo por intermédio de seu grupo social. Em decorrência disso, o sujeito pode ou não se identificar com determinadas características psíquicas e sociais referenciadas para o seu sexo anatômico, dependendo dos elementos mediadores que estarão disponíveis e possibilitarão a conversão do inconsciente em consciente (ou vice-versa). Ou seja, a forma como o tônus emocional e o mundo presente no inconsciente irá guiar suas escolhas sexuais conscientes conduzirá o sujeito a um posicionamento e uma identificação frente à esfera da sexualidade.

Outras questões a serem observadas fazem referência: a uma continuidade, isto é, ao desenvolvimento contínuo da identidade sexual, e não a fixidez dessa estruturação, pois a relação consciente e inconsciente será sempre dinâmica; a não apropriação exclusiva de atitudes e comportamentos masculinos ou femininos; ao desenvolvimento de uma identidade sexual que abarca tanto os aspectos sociais e históricos, como também os elementos constituintes da consciência e do inconsciente do sujeito, isto é, suas funções psicológicas superiores e os mediadores; à revalidação da esfera do desejo, como possibilidade para direcionamento dos aspectos emocionais ou, ainda, o tônus emocional; e as balizações impostas pela sociedade capitalista perante o desenvolvimento das identidades sexuais.

Considerando então que o inconsciente é passível de ser descoberto, torna-se necessário que o sujeito adquira novos elementos culturais que lhe permitam o desenvolvimento de um sentido, a integração desse sentido em uma nova dinâmica sistêmica ou, ainda, a reorganização dos sistemas psicológicos, visando à ampliação de sua consciência. Essa mudança circunstancial de inconsciente para consciente pode possibilitar que o sujeito se insira na realidade de forma a compreendê-la, ampliando, assim, sua participação e existência enquanto humano. Isso porque se eu não possuo instrumentos para compreender e lidar com a realidade, esta me domina e me impossibilita de executar uma ação efetiva que permita minha subjetivação e objetivação, minhas reais escolhas e identificações sexuais, mantendo assim meus conteúdos (ou ainda os conteúdos sociais) inconscientes. Pensamos, então, que um dos espaços para a promoção dessa re-organização psíquica pode e deve ser a clínica psicológica,

obviamente compreendida como *lócus* para produção de uma prática psicoterapêutica que vise à transformação do sujeito enquanto *práxis* ético-política do psicólogo, e não apenas para uma ação tradicionalista no enquadramento em estruturas e processos *a priori* determinados pela dinâmica sociocultural.

A prática clínica deve captar as determinações particulares e universais que refletem sobre o indivíduo em seu desenvolvimento e que condicionam sua existência singular sexual. Não podemos apenas condicionar processos que perpetuem uma tradição de naturalização e universalização da sexualidade, apoiando nossas práticas em visões de normalidades apegadas a valores e padrões de uma determinada classe social, revalidando-os como hipoteticamente universais. Devemos, então, imbuir nas práticas desenvolvidas a partir da Psicologia Clínica a real natureza social dos indivíduos, recuperando o movimento real de constituição e desenvolvimento da individualidade, captando as determinações que agem na relação singular-particular da universalidade, buscando assim uma nova *práxis*: a clínica do sujeito histórico, do sujeito ação, do sujeito sexual.

Portanto, nosso objetivo geral com esta pesquisa é compreender as relações entre as funções conscientes e inconscientes e a sexualidade, as quais permeiam o desenvolvimento da identidade sexual. Para tanto, a presente pesquisa orienta-se pelos princípios qualitativos, por considerar que estes possuem algumas características importantes para a pesquisa em Psicologia. González-Rey (2005) enfatiza três princípios gerais na produção do conhecimento, os quais defendem a perspectiva construtivo-interpretativo de sua produção:

> Ao afirmar que nosso conhecimento tem um caráter construtivo-interpretativo, estamos tentando superar a ilusão de validade ou a legitimidade de um conhecimento por sua correspondência linear com uma realidade, esperança essa que se converteu, contrariamente ao que pensam e sentem seus seguidores, em uma construção simplificada e arbitrária a respeito da realidade, ao fragmentá-la em variáveis suscetíveis de procedimentos estatísticos e experimentais de verificação, mas que não possuem o menor valor heurístico para produzir "zonas de sentido" sobre o problema que estudam, afastando-se, dessa forma, da organização complexa da realidade estudada (GONZÁLEZ-REY, 2005, p. 06-07).

Isso implica a necessidade de se compreender o conhecimento como uma produção humana, um processo de construção, e não como uma apropriação linear de uma realidade ordenada de acordo com categorias universais. Dessa forma, não é possível termos a garantia de que nossas construções são as mais adequadas para compreender o problema estudado, porém, podemos garantir que tais elaborações possibilitem outras construções e articulações geradoras de novos momentos de inteligibilidade sobre o estudado. Avançamos então na

criação de novos espaços que se produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, senão que abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica.

A partir dessa perspectiva, mantemos o interesse mais no processo do que simplesmente nos resultados ou produtos. Essa ênfase tem sido útil na investigação em psicologia, pois elucida como as expectativas se traduzem nas atividades, nos procedimentos e nas interações diárias entre pesquisador e objeto pesquisado.

Resguardamos ainda que, por mais que muitos pesquisadores de base qualitativa considerem o estudo de casos como um procedimento autêntico para esse tipo de pesquisa, a legitimação do singular como instância de produção de conhecimento científico não tem sido foco de atenção da grande maioria. Consideramos, então, que essa legitimação alude entendermos a pesquisa como uma produção teórica que dê base e consistência ao problema na construção do conhecimento. Assim, a valoração do singular está relacionada a essa nova compreensão do teórico enquanto universal, não apenas como um ideal verificacionista que considera o momento empírico como um nível de procedimento no momento final da pesquisa. Ao invés disso, em um nível de legitimidade do conhecimento, que permita uma produção intelectual sistemática capaz de organizar o material empírico de forma a integrar as implicações intelectuais do pesquisador como parte essencial para essa construção do conhecimento, processo esse que toma novos rumos em seu próprio curso.

Portanto, o caminho metodológico da presente pesquisa surge das exigências do objeto de estudo, pois, por ser uma temática sem acúmulo histórico, mostra-se como impossível de ser entendida simplesmente na manifestação do objeto. Assim, optamos pelo estudo exploratório justamente pela ausência de conhecimento sobre a tema abordado, buscando então compreender com maior profundidade o assunto de modo a torná-lo mais claro e, também, construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Essa afirmação é uma evidência no percurso desenvolvido, uma vez que, além da pesquisa bibliográfica, buscamos produções e diálogos em diferentes contextos nacionais e internacionais para averiguar a coerência teórica e metodológica no conduzir de nossas ideias, mas que, mesmo nestes, o espaço sempre foi ínfimo. Em 2016, participamos na cidade de Madri (Espanha) do *18° Congreso Latinoamericano de Sexología e Educación Sexual*, evento que aglutinou diversos interessados na temática em questão e onde fizemos apresentações de elementos teóricos iniciais para a composição desta tese, mas não obtivemos diálogo, já que a temática em si era tomada pelo contexto geral do evento em grande partida apenas pelos

princípios biológicos, enfocando estudos de transtornos e problemáticas relacionadas à vida sexual orgânica.

Já no ano de 2017 ampliamos nossa procura por informações e diálogos que atendessem ao objetivo do trabalho, buscando assim discussões sobre a sexualidade em uma perspectiva social e histórica, como também sobre a relação entre o inconsciente e a consciência em nossa perspectiva epistemológica e teórica. Principiamos então com a participação no *International Psychological Applications Conference and Trends*, na cidade de Budapeste (Hungria), com a apresentação de ideias primárias sobre o que temos defendido, mas as discussões possibilitadas findaram por enfocar no questionamento sobre o inconsciente freudiano. Posteriormente, fui um dos selecionados dentre as 20 vagas disponíveis para participar do *International ISCAR Summer University for PhD Studentes*, o qual aconteceu na Universidade Estatal de Moscou, em Moscou (Rússia), evento que reuniu especificamente interessados pela teoria psicológica histórico-cultural que toma como base os trabalhos de Vigotsky e colaboradores. O curso tornou-se uma experiência ímpar para conhecimento do que e como os autores e professores russos têm trabalhado a teorização nos dias atuais. Em um dos momentos desse curso, foi exigido que apresentássemos nossos projetos de doutoramento e, após a exposição, éramos interpelados pelos docentes, visando, assim, obter contribuições para o aprofundamento das pesquisas. Porém, quando apresentadas as ideias aqui contidas, determinado docente expôs que a categoria de inconsciente não é central na obra de Vigotsky e, muito menos a sexualidade e que, por esse motivo, não considerava a importância desta pesquisa para o avanço científico. Em seu ponto de vista, nossa contribuição maior estava centrada nas discussões sobre a consciência e em como ela tem organizado práticas sexuais.

Cabe ressaltar que concordamos com a posição do docente no tocante a não centralidade da categoria de inconsciente na obra de Vigotsky, mas que, justamente por esse motivo, compreendemos a importância e a validade da pesquisa na produção do conhecimento, pois, por mais que essa consideração tenha sido apenas a posição desse professor em específico, percebemos a falta de discussões sobre o inconsciente, bem como a relação entre consciência e insconsciente e, além disso, sobre a dialética entre estes no desenvolvimento da identidade sexual.

Portanto, buscamos ainda outra experiência com encontros internacionais, dessa vez no *ISCAR Fith International Congress*, em Quebéc (Canadá). Assim como o curso ocorrido em Moscou, esse evento foi também desenvolvido pela Sociedade Internacional para Pesquisa Cultural e da Atividade (ISCAR). Neste, dos mais de duzentos trabalhos apresentados pelos participantes, somente três faziam referência à sexualidade e, dentre tais, apenas nossa

discussão apresentava o intituito de relacionar a sexualidade com conteúdos conscientes e inconscientes na perspectiva Sócio-Histórica em Psicologia.

A partir desses eventos internacionais, pudemos perceber o quão incipiente (e, em grande parte, inexistentes) estão as pesquisas e discussões próximas ao nosso objetivo de estudo. Mas tal perspectiva não se encontra relacionada apenas à condição internacional, pois através das participações e apresentações de algumas discussões em eventos nacionais obtivemos o mesmo quadro de ausência de discussões e colaborações, tais como: XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), ocorrido em Maceió/AL, em 2016; Encontro do GT Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto de Desigualdade Psicossocial, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), em Goiânia/GO, em 2017; XIX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em Uberlândia/MG, 2017; I Simpósio Nacional Psicologia e Compromisso Social, ocorrido em São Paulo/SP, 2017.

Findamos assim o ano de 2017 com uma ampla participação em eventos internacionais e nacionais que discutiam ora a temática da sexualidade, ora temáticas relativas à base teórica escolhida para desenvolvimento de nossas ideias e, através destes, geramos algumas publicações nas quais buscamos sintetizar as ideias produzidas a partir do levantamento de dados bibliográficos conforme fomos evoluindo nessa ação. Tais textos visam, além de subsidiar a escrita do material ora aqui apresentado, contribuir com o avanço no entendimento sobre nosso tema de pesquisa, publicações que podem ser encontradas no European International Journal of Science and Technology, tais como os textos: *From the Unconscious to Sexuality: introductory notes since the social historical psychology* (MONTREOZOL; KAHHALE, 2016); *The Aware os Consciousness: the social-historical relations as mediators of aware conduct human* (MONTREOZOL ; LAMIN, 2016); *Sexual Identity: a (re)view from social-historical psychology* (MONTREOZOL; LAMIN; AMARAL, 2016); *The ambiguity of School Education: refuses and possibilities towards travestility* (MONTREOZOL; LEÃO, 2016); *Education and Alienation: a perspective of analysis from social-historical psychology* (MONTREOZOL; CARAMALAC; SERRA, 2017).

Além desses, há ainda a publicação de um capítulo de livro no qual desenvolvemos a compreensão sobre a identidade sexual a partir do materialismo histórico-dialético (MONTREOZOL; KAHHALE, 2017), e outro (MONTREOZOL; KAHHALE, 2019) em que trabalhamos os conteúdos da clínica na perspectiva sócio-histórica, ambos organizados pelo GT Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto de Desigualdade Psicossocial, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

Pudemos verificar e afirmar assim um possível ineditismo da pesquisa aqui exposta, pois esta não encontra, até o presente momento, elementos para grandes diálogos com outras pesquisas em decorrência da ausência completa de produções sobre este ideário, isto é, sobre a compreensão das relações entre as funções conscientes e inconscientes e a sexualidade no desenvolvimento da identidade sexual a partir da Psicologia Sócio-Histórica, reiterando e justificando assim a importância pelo seu desenvolvimento e a escolha pelo estudo exploratório.

Gil (1994) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, sendo realizada, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Portanto, utilizamos a pesquisa exploratória como uma possibilidade de aprofundar conceitos preliminares sobre a temática em questão, conhecimento este que não tem sido contemplado de modo satisfatório anteriormente pela produção científica na Psicologia que tomem os pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético e a teoria psicológica Sócio-Histórica. Portanto, essa opção permite o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto, tema da pesquisa ora aqui projetada.

Sobre essa modalidade de pesquisa, Andrade (2002) ressalta algumas finalidades primordiais: proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto. Portanto, à medida que nosso estudo tem integrado algumas dessas finalidades, ele pode ser caracterizado como pesquisa exploratória. Isso porque, para que o estudo seja considerado exploratório, deve centrar-se em algo que necessita ser esclarecido ou explorado nesse campo do conhecimento. E, nesse sentido, explorar o assunto permitirá reunirmos mais conhecimento e incorporarmos características inéditas, bem como buscarmos novas dimensões até então não conhecidas.

As formas de encaminhar e de produzir o processo de pesquisa colocam-nos, então, na escolha definida pela pesquisa bibliográfica a partir do devido cuidado com o objeto de estudo. Para tanto, a revisão de literatura torna-se apenas um pré-requisito para realização de toda a pesquisa que embase a sua produção enquanto conjunto ordenado de procedimentos para a busca de soluções a partir do objeto de estudo e do objetivo delimitado. Compreendemos a pesquisa como "[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente" (MINAYO, 1994, p. 23), a qual apresenta aproximações sucessivas com a realidade refletindo, assim, posições sobre a própria realidade. Isso porque, através da indagação e (re)construção da realidade, podemos vincular o

pensamento e a ação, já que "[...] nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática" (MINAYO, 2001, p. 17).

A pesquisa que dá base a esta tese toma o método dialético como lente orientadora de todo o processo de investigação e análise realizada, pois acreditamos que esse método permite sempre trabalharmos com a contradição e os opostos, o devir, o movimento histórico, a totalidade e a unidade de contrários, além de apreender, no decorrer da pesquisa, as dimensões filosófica, material e política que envolve nosso objeto de estudo.

Sobre o método dialético, Lima e Mioto (2007, p. 40) esclarecem que:

> O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão.

Tomamos então tal perspetiva metodológica para compor um estudo aprofundado sobre o conhecimento que envolve concretamente o objeto, conhecimento este não apenas como simples transposição da realidade para o pensamento, mas uma reflexão crítica a partir de conhecimentos gerados e acumulados historicamente, os quais irão produzir uma síntese: o concreto pensado (QUIROGA, 1991). Pela necessidade de o pensamento estar em constante relação com o real, nossas categorias são apreendidas a partir da realidade, da observação do movimento histórico concreto (PONTES, 1997). O processo é compreendido então como reflexivo, pois a razão reconstrói o movimento do real para depois realizar o caminho de volta até o objeto, caminho este mais rico, pois carrega novas e múltiplas mediações na realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica.

Lima e Mioto (2007) consideram que a pesquisa bibliográfica tem sido muito utilizada em estudos exploratórios, uma vez que neles o objeto de estudo proposto é pouco estudado, permitindo uma possível aproximação a partir de fontes bibliográficas. Sobre esse fator, Gil (1994) considera que a pesquisa bibliográfica pode possibilitar um amplo alcance de informações, permitindo também a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, os quais auxiliam na construção e/ou definição do quadro conceitual envolvido no objeto de estudo proposto.

Temos, assim, o percurso construído na utilização da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico do presente estudo exploratório. E, para tanto, buscamos em nossas

reflexões pessoais e na análise de documentos - enquanto fontes primárias -, seguir uma sequência ordenada de procedimentos. Cabe ressaltar que estes não são ingessados, pois, frente às necessidades específicas, voltamos ao objeto de estudo à medida que os dados forem obtidos, visando defini-lo mais claramente ou reformulá-lo. Esse movimento não significa uma decomposição da organização racional, mas reafirma a atenção ao objetivo proposto e aos presuspostos epistemológicos que envolvem o estudo.

Nesse caminho, produzimos fases em um processo contínuo em que cada etapa pressupôs a que a precedeu e tem se completado da seguinte maneira: a elaboração de um projeto de pesquisa, na escolha do assunto, formulação do problema e elaboração do plano que visou dar respostas à questão formulada; a investigação das soluções, na coleta de informações pelo levantamento do material bibliográfico; na análise explicativa das soluções, através da análise das documentações e no exame do conteúdo das afirmações, envolvendo assim uma capacidade crítica para produção do teórico sobre o real; e na síntese integradora, contendo a análise e reflexão dos documentos, isto é, a conexão entre o material de estudo e as reflexões e proposições solutivas (SALVADOR, 1986).

Assim, coletamos dados em obras relacionadas ao objeto de estudo, como também dos temas que lhe são correlatos nos idiomas português e inglês. As consultas foram feitas em trabalhos que refenciassem a temática da dialética entre consciência e inconsciente, a sexualidade, na abordagem Sócio-Histórica, Histórico-Cultural e materialista histórico-dialética e se estenderam entre livros, periódicos, teses, dissertações e coletâneas de textos, em material físico e também on-line disponíveis nos principais indexadores como: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)[1]; Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS - Psi)[2], que incluem a Scielo (Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros), a LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e a MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde).

A partir dessas pesquisas, definimos a técnica para investigação das possíveis soluções, tendo a leitura como principal referência para identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações entre eles para uma interrelação e consistência. Assim, o material aqui apresentado, enquanto síntese integradora, parte do objeto de estudo que definiu a pesquisa como exploratória, visando assim expor as possíveis soluções formadas para o processo de investigação. Neste, e por considerarmos o movimento dialético de produção, temos aproximações sucessivas e incursões ao referencial teórico e material

[1] http://brasil.bvs.br
[2] http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php

bibliográfico pesquisado, permitindo, assim, um amplo mapeamento que garanta a apreensão constante de elementos caracterizadores do objetivo do estudo.

Para construir essa etapa e visando garantir o percurso das ideias ora apresentadas, nossas análises estão estruturadas em quatro capítulos que se destinam à interpretação das temáticas elencadas e resguardamos, para isso, a própria organização da dialética na relação entre teses e antíteses geradoras dos processos sintéticos aqui contidos.

Temos então o primeiro capítulo intitulado 'A Sexualidade Humana: pressuposto sociocultural e síntese psíquica'. Nele, apresentamos os principais estudos e teorizações acerca da sexualidade, englobando ainda, enquanto elemento antitético, a fluidez do processo identitário produzida pela Teoria *Queer*. Por fim, apontamos uma compreensão materialista histórico-dialética para relação triádica estabelecida entre sexo, gênero e sexualidade.

Após compreendida tal dinâmica, nosso segundo capítulo recebeu o título de 'Consciência-Inconsciente: a dialeticidade na dinâmica do psiquismo'. Discutimos a produção e o desenvolvimento dessas duas instâncias do psiquismo humano, não como condições e conteúdos apartados, mas resguardando a intrínseca relação entre ambos e seus mediadores na produção da ação sobre a vida social e sexual. E, para tanto, adentramos as produções encontradas sobre o inconsciente e a consciência como polos dialéticos na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, as quais consideram os elementos culturais e emocionais enquanto pressupostos genéticos destas instâncias.

O terceiro capítulo apresenta nossas considerações sobre como a dialética consciente-inconsciente organiza o desenvolvimento de processos de identificação do sujeito com a realidade e consigo mesmo e, principalmente, no que concerne aos aspectos da sexualidade. Assim, intitulado 'Identidade Sexual: a não-metamorfose e os rumos à conscientização sexual', nos aprofundamos nas discussões sobre o movimento socialização-apropriação como artífice do desenvolvimento identitário e a maneira como a Psicologia Sócio-Histórica compreende a construção da identidade em uma perspectiva dialética, assumindo a mútua relação entre indivíduo e a formação com seu grupo social, discutindo, nesse quesito a *práxis* clínico psicoterápica como possibilidade para a conscientização política sexual.

Em nosso quarto e último capítulo, intitulado 'A Práxis Clínica na Perspectiva Sócio-Histórica: a psicoterapia como movimento dialético inconsciente-consciência no desenvolvimento da identidade sexual', apresentamos a historicidade da prática clínica e possíveis implicações do método materialista histórico-dialético à psicoterapia para discutir o movimento da pseudoconcreticidade à essência histórica. Isso porque o compreendemos como uma característica fundamental para uma *práxis* terapêutica que tome a clínica historicizada

como espaço de produção e desenvolvimento da consciência subjetiva. Ao final, apontamos especificidades da prática psicoterápica e como esta pode auxiliar no movimento dialético inconsciente-consciente frente à sexualidade.

1 A SEXUALIDADE HUMANA: PRESSUPOSTO SOCIOCULTURAL E SÍNTESE PSÍQUICA

No senso comum, a Psicologia tem sido vista como a ciência mais bem preparada para dar respostas ao desenvolvimento da sexualidade. Mas, será? Se recorrermos ao processo histórico, veremos que a Psicologia e, em específico, a Psicologia Clínica, tenha tido entre seus temas principais o que hoje compreendemos como processos de saúde e uma nova prática clínica, pois essa ciência pouco tem explorado questões sobre a sexualidade e, ainda menos, sobre as identidades sexuais. Fato é que por mais de um século e, em grande medida nos últimos 50 anos, diversas teorias e discursos sobre sexualidade têm sido empreendidos, permitindo assim entendimentos e discussões para além das tradições religiosas sob as quais tal temática costumava se apoiar. Isso porque a sexualidade possui algumas linhas demarcatórias bem definidas que obedecem a uma orientação moral e uma condição sociossexual, ou seja, condições em que a sexualidade está pautada sobre a égide social. Tais questões têm permitido que profissionais de diversas áreas pensassem e atuassem sobre temas definidos, pelo discurso técnico-científico, como questões para a prática, inclusive o psicólogo.

Mas, recorrendo às ciências com as quais a Psicologia tem dialogado ao longo dos tempos, podemos encontrar algumas referências plausíveis sobre a sexualidade em suas diversas configurações. Nessa perspectiva, partindo do objetivo central deste trabalho, que é compreender as relações entre as funções conscientes e inconscientes e a sexualidade, as quais permeiam o desenvolvimento da identidade sexual, o presente capítulo visa apresentar uma discussão sobre a sexualidade humana. Acordando assim com o título dado ao mesmo buscaremos desnaturalizar o processo da sexualidade como tem sido concebido por diversas teorizações, apontando os pressupostos sociais, culturais e históricos que têm levado a diferentes leituras e formas de vivenciar as condições de sexo e gênero no tocante às identificações. Apresentaremos primariamente uma discussão sobre a sexualidade como objeto de conhecimento e estudo ao longo da história, demarcando, assim, momentos e obras importantes na produção científica acerca das ciências humanas e sociais. Em sequência, analisaremos uma teorização específica, a Teoria *Queer*, seus avanços e contradições na compreensão da fluidez da sexualidade. Por fim, nos ateremos em apresentar uma compreensão materialista histórico-dialética da tríade sexo-gênero-sexualidade, aspecto este que embasará a produção das ideias subsequentes neste trabalho.

1.1 A HISTÓRIA DOS ESTUDOS E DAS DETERMINAÇÕES SOBRE A SEXUALIDADE

Enquanto objeto de estudo, a sexualidade tem sido compreendida no processo histórico a partir de duas perspectivas. A primeira, como produção de conhecimento sobre questões de saúde mental ou sexual, fundante dos estudos em sexologia; e a segunda, compreendendo a sexualidade como um fenômeno social, assim como suas correlações com a desigualdade entre os sexos, a produção do gênero social e as identidades sexuais. Especificamente na ciência psicológica, apesar da pouca quantidade de pesquisadores e ativistas que se empenham em construir produções científicas acerca do desenvolvimento da sexualidade, temos visto eclodir a ideia de que a essa ciência caberia a produção de teorias sobre a sexualidade que revelassem sua natureza, beneficiando a humanidade com um maior equilíbrio entre os sujeitos e sociedade nas relações sexuais naturais e saudáveis. A partir desse modelo de pensamento, temos a produção de práticas clínicas de intervenção utilizadas, ainda hoje, pelos profissionais psicólogos.

Tais produções têm marcado também o mundo educacional, pois conglomeradas com teorias do desenvolvimento e da personalidade, o ideário sexológico foi incorporado por educadores na compreensão e interpretação de atitudes de jovens e crianças no ambiente escolar. Por mais que tais discussões permanecessem no subtexto, não abordando diretamente o tema da sexualidade para o desenvolvimento de uma educação sexual, era na condição natural do sexo e dos hormônios que os comportamentos menos civilizados da adolescência seriam justificados.

Essas concepções vigentes sobre uma sexualidade natural e normal definiriam também a categoria de família natural e normal em oposição à família desestruturada, a qual deveria ser tratada e prevenida. Ou seja, o discurso científico sexológico, tipificado no século anterior, ainda se faz presente nos dias atuais na mídia, nas políticas públicas, reiterando que a forma de lidar com a sexualidade se dá, eminentemente, em contextos terapêuticos (MAKSUD, 2008; RIOS *et al.*, 2008). Paiva (2008, p. 644) expõe que "[...] normatizam o sexo desejável, nomeando-o como 'mais saudável', baseados em valores e noções pessoais que reinterpretam a sofisticada teorização sexológica do século XX".

Quando adentramos às produções sociológicas, temos em *Système de Politique Positive*, de Augusto Comte, considerações sobre o papel da mulher na condição social. Tal fato também foi trabalhado por Herbert Spencer em seu *The Principles of Sociology*, quando o autor analisa o conjunto de instituições que denominava como 'domésticas', as quais são atualmente compreendidas como questões de gênero. Engels, por uma perspectiva crítica materialista,

também produz grandes construções sobre esta temática em seu texto *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). Cabe ressaltarmos que, nessas análises, a sexualidade sempre aparece enquadrada na perspectiva do casamento e da família, ressaltando os pressupostos heterossexistas e reprodutivos do momento histórico em que foram produzidas.

A partir da institucionalização da Psicologia, entre o final do século XIX e início do século XX, grande parte dos autores clássicos, que desde então têm produzido teorizações nessa ciência, não têm dado a devida atenção para a sexualidade como parte do processo de modernização que originou e dá base à sociedade contemporânea (FERGUSON, 2004). A sexualidade tem ficado relegada, enquanto foco central, principalmente à esfera dos estudos biológicos ou à Psicanálise até por volta da década de 1960, sendo compreendida com algo natural e restrito à intimidade.

Apenas quando passa a dialogar mais enfaticamente com as demais ciências humanas e sociais, a Psicologia passa a reconhecer que a sexualidade envolve rituais públicos, conflitos sociais e relações de classe. Nesse contexto e buscando um aprofundamento sobre a definição da sexualidade ainda na Sociologia, a autora Illouz (2014, s. p.) traz que:

> Para o não sociólogo, o sexo é o ato pecaminoso ou prazeroso que fazemos na privacidade de nosso quarto. Para o sociólogo, o sexo e a sexualidade são um eixo em torno do qual a ordem social é organizada, um eixo que associa ou separa pessoas em termos específicos e previsíveis. Com quem alguém é permitido ou proibido de fazer sexo; como a sexualidade se conecta com a moral; qual relação existe entre sexo prazeroso e reprodução; quem pode ser pago por sexo e quem não pode; quais são as diferentes transferências monetárias no sexo; e o que é definido como sexo legal e ilegal. A sexualidade é um assunto central para o sociológico porque é socialmente regulada e porque sua regulação social é escondida da visão – de fato, tornada invisível.

Por mais que esse excerto aluda à outra ciência que não a Psicologia, precisamos compreender que a temática da sexualidade deve ser vista como um tema transversal, ao qual diversos olhares a cruzam para poder produzir, a contento de cada momento histórico, suas organizações e sintetizações de conhecimento. E, neste ínterim, compreendemos que a questão da visibilidade se revela central para a análise psicológica porque delimita o que pode ser investigado em termos culturais e históricos, uma vez que a sexualidade só pode ser compreendida como objeto de pesquisa psicológica e social se for desnaturalizada, ou seja, por meio da problematização dos pressupostos que a têm mantido fora do escopo de objetos da Psicologia.

Para tanto, partimos do pressuposto que o marco regulatório da invisibilidade sexual reside na manutenção do desejo como algo natural, uma espécie de impulso pré-cultural a

definir os interesses sexuais e amorosos (MILSKOLCI, 2017), o qual, na negação do caráter social e histórico da sexualidade, serve à manutenção desta como esfera autônoma em relação ao próprio sujeito.

Podemos visualizar, a partir da Idade Contemporânea, a grande preocupação dos governos ou ainda das autoridades eclesiásticas quando sujeitos com desejos próprios passam a ameaçar a obediência que mantém o privilégio dos detentores do poder. Isso porque, a partir da religiosidade e dos saberes científicos emergentes, a sexualidade tem sido utilizada como uma regulação coletiva do desejo, que coloca em ação algumas práticas para investigá-la, objetivando, assim, definir os supostos padrões de normalidade e, consequentemente, os desvios. Nesse âmbito, os desenvolvimentos sexuais socialmente aceitos passam a ser definidos e classificados como normais, reiterando uma visão a-histórica da sexualidade, quando impedem seus questionamentos, justificando-os a partir de uma origem divina, ou ainda uma formação imemorial da cultura.

Essa forte perspectiva encontra-se mantida até o século XIX, em que o desejo sexual é compreendido religiosamente como condição da carne (oposta ao sublime espírito) ou, cientificamente, instinto (oposto ao amor civilizado) (FOUCAULT, 2001). Porém, em 1848, o psiquiatra alemão Heinrich Kann publica seu primeiro tratado sobre *Patologias do Desejo*, um grande marco da literatura científica da época, que embasou compêndios sob o título de *Psychopathia Sexuais*. Tais produções funcionaram como ponto central na compreensão de que a vida psíquica gira em torno da sexualidade, abrindo assim caminhos para que, no final do século XIX, a sexologia iniciasse a classificação dos sujeitos de acordo com seus desejos: hétero, homo ou bissexuais. É fato que não estava aqui pautado o reconhecimento diversidade sexual, mas sim o mapeamento dos desvios sexuais frente à norma heterossexual reprodutiva, por mais que esta não seja explicada enquanto norma.

No século XX, uma nova perspectiva na sexologia se desenvolveu a partir das pesquisas de Magnus Hirschfel, na Alemanha, e Havelock Ellis, na Inglaterra, quando tais pesquisadores passam a não classificar como perversões a diversidade do desejo e das práticas sexuais não reprodutivas. Mas, a partir da formação em Medicina, os autores findam em conceber o desejo apenas no reino biopsíquico, deixando de lado as condições históricas e cultuais em suas compreensões.

Entretanto, outra interpretação para o desejo é produzida na Psicanálise, quando considera que este é uma pulsão com grande enfoque cultural, sendo que sua repressão leva a implicações psíquicas. Sigmund Freud não desconsiderou a condição repressiva da moral coletiva, mas passou a analisar seu alto custo psíquico e afirmou, corajosamente, a

bissexualidade primária dos seres humanos, retirando assim os desejos fora das expectativas sociais da configuração das perversões. Porém, sua teoria sobre o desenvolvimento da psique termina por colocar o indivíduo em um desenvolvimento adulto heterossexual, mantendo assim a Psicanálise dentro da interpretação cultural dominante da sexualidade como indissociável da norma heteroreprodutiva.

Na crítica a tais posições, Whilhelm Reich questiona a regulação das relações sexuais e amorosas apontando, assim, a necessidade de uma Revolução Sexual. Por esse motivo, sua obra produz um movimento inverso ao esperado pela maioria dos teóricos críticos quando estende para a esfera pessoal e íntima as transformações que eram esperadas apenas na esfera pública. Uma posição que busca unir a sociologia estrutural marxista com a dinâmica psíquica proposta pela psicanálise e que conta, também, com pensadores frankfurtianos como Erick Fromm e Herbert Marcuse.

Na perspectiva dos estudos sexológicos no pós-guerra, Alfred Charles Kinsey (1894-1986) publicou obras impactantes sobre o comportamento sexual que auxiliaram na compreensão da condição sexual das mulheres e apontaram ainda como as relações sexuais entre homens era mais comum do que se imaginava. O autor realizou uma pesquisa com cerca de 18 mil pessoas, na qual constatou que 37% dos homens adultos já haviam vivenciado uma relação sexual completa (condição orgásmica) com outro homem.

Visando superar a condição estanque dos desejos sexuais, Kinsey propôs, então, uma escala variante entre 0 e 6, onde 0 faz referência a uma condição exclusivamente heterossexual, e 6 exclusivamente homossexual. Seus extensos estudos resultaram em grandes relatórios que trouxeram à luz efetivamente a maneira como as pessoas viviam seus desejos e desenvolviam suas práticas sexuais, indo na contramão às proposições teóricas anteriores que estavam pautadas, eminentemente, nos pressupostos normativos.

Milkolci (2017) considera que essa normatividade se encontra disseminada socialmente e em grande parte das teorias sociais, negando um dinamismo ao desejo humano a partir da afirmação de que o desejo se encontra fixo e intransitivo nas pessoas. Porém, para o autor, essa premissa é refutável ao se considerarem os estudos empíricos que têm nos mostrado como os sujeitos vivenciam sua sexualidade.

Tais afirmações se tornam cada vez mais evidentes a partir da segunda metade do século XX, principalmente com a invenção e utilização das pílulas anticoncepcionais, que potencializaram a divisão entre sexo e reprodução. Essa liberação sexual feminina, somada a outros movimentos sociais, abriu caminhos para um período de profundas transformações de comportamentos: a Revolução Sexual.

Emergida no final da década de 1960 e início dos anos 1980, momento em que sociedades ocidentais vivenciaram uma virada no processo histórico de compreensão da sexualidade, do desejo e das possibilidades relacionais, a Revolução Sexual se apoia nos movimentos feministas frente os direitos à contracepção, a interrupção da gravidez e ao prazer sexual. Toma ainda como companhia os movimentos sociais de luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos, os quais conseguiram revogar as leis que impediam os casamentos inter-raciais e o movimento Homossexual, lutando pela despatologização e descriminalização da homossexualidade.

Nesse período, a homossexualidade deixou de ser considerada transtorno mental em 1973, quando a Associação Americana de Psiquiatria decidiu retirá-la do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). No entanto, continuou na lista de doenças mentais até 1990, quando a OMS publicou a décima versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), proporcionando, assim, uma revisão de toda categoria analítica dos estudos sobre sexualidade, os quais passam a retirar o sufixo 'ismo' da palavra homossexualismo, o qual indicaria patologia, para substituírem pela nova nomenclatura: homossexualidade.

Observamos então que, a partir desse contexto, a redefinição do gênero e da identidade sexual, a separação da identidade das práticas sexuais e o questionamento do determinismo biológico passam a ocorrer dentre os pesquisadores e interessados pela área. Pesquisas etnográficas colocavam em evidência os sentidos atribuídos aos sexos e também às atividades sexuais nos mais diversos continentes e sociedades, permitindo, assim, a construção principal de que "[...] a vida cotidiana, histórica e socialmente construída, era re-inventavel" (PAIVA, 2008, p. 644).

Gregori (2010) aponta que em nosso país, na década de 1970, aprovou-se o direito ao divórcio e o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos. Nesse período, com a abertura política, os movimentos feminista e negro ganharam força e também foi organizado o primeiro movimento homossexual: o SOMO. Para a autora, os primeiros estudos brasileiros sobre sexualidade se pautam na análise de práticas socioculturais que contestam categorias essencialistas, inserindo na sexualidade a perspectiva cultural e histórica.

Porém, sob os ditames da ditadura militar, no período de 1964 a 1985, tais mudanças foram menores e pouco distribuídas pela população em nosso país. Miskolci (2009) pontua que a classe média, com nível universitário, foi a que mais desfrutou da Revolução Sexual, ou seja, nos países centrais e nas classes privilegiadas, passaram a ser aceitos o sexo pré-marital, o uso de contraceptivos, a compreensão do sexo como meio prazeroso desvinculado da reprodução e da condição de casamento ou formação familiar. E tais novidades coincidiram com uma época

de crescimento econômico em que chegou à vida adulta a geração com maior acesso à educação: a transformação dos comportamentos passou a ser associada também a uma educação e uma crescente politização das pessoas, buscando assim direitos de cidadania e reconhecimento social para mulheres e homossexuais.

Justamente nesse período, as discussões sobre a regulação do desejo e da sexualidade afrontam visões históricas arraigadas a um único direcionamento ou objetivo. Na Inglaterra, a socióloga inglesa Mary McIntosh publica em 1968 seu artigo *The Homossexual Role*, o qual auxilia na desnaturalização da homossexualidade. Na França, Gui Hocquenghem lançou, no início da década de 1970, *Le Désir Homosexuel*, uma análise política da maneira pela qual a ordem social pode ser compreendida como sexual mediante a recusa e o temor da homossexualidade. Gilles Deleuze e Félix Guatarri lançaram *O Anti-Édipo*, obra em que os autores associam o marxismo e psicanálise, visando superar alguns elementos da teoria crítica.

A partir dessa nova perspectiva, as produções dedicavam-se a questionar naturalizações de desigualdade entre os sexos e, nesse ínterim, a produção da categoria gênero, no final do século XX, torna-se um elemento extremamente relevante para as análises sociais, pois Scott (1995) a define como constituinte das relações sociais e de poder fundadas sobre as percepções das diferenças entre os sexos.

Para tal consolidação, no contexto dos Estados Unidos, a antropóloga feminista Gayle Rubin produz o artigo *O Tráfico de Mulheres*, em que desenvolve uma das mais potentes críticas ao heterossexismo da teoria social. Rubin (1975) descontrói as noções essencialistas que atribuíam à sexualidade e à reprodução a origem da desigualdade de gênero. A autora aponta que o patriarcado, estrutura típica para compreensão da opressão feminina, não explicaria as desigualdades de gênero, uma vez que o sistema sexo-gênero deveria ser visto como "[...] um conjunto de medidas mediante o qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (RUBIN, 1975, p. 02).

A antropóloga destaca ainda, em outra produção de grande representação (RUBIN, 1984), que sexo e gênero, embora imbricados, são esferas distintas e que, como tal, prescindem de sistemas e teorias próprias. Para tanto, aponta como as divisões e classificações da sexualidade e identidades sexuais também hierarquizam o sexo bom/mal, normal/anormal, natural/não-natural.

Weeks (2000) aponta as especificidades desse período como compreensões das atitudes em relação ao corpo e à sexualidade enquanto relações de poder que modelam o que se define como normal e anormal. Nessa perspectiva, as categorias são apresentadas e assim

denominadas: Sexo as diferenças anatômicas mais basais, sejam internas ou externas, que diferenciam homem e mulher; Gênero, na condição e diferenciação social entre ambos; e Sexualidade a descrição geral para uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas.

Ainda na década de 1970, outro grande marco teórico são as obras de Michel Foucault, especificamente em *História da Sexualidade* (1976), na qual o autor aponta a necessidade de compreendermos a organização de expressões do desejo, considerando que estas estariam associadas à tradição cristã de recusa da carne ou ao regime da verdade científica sobre a sexualidade. Nessa perspectiva, fica evidente que seja na interpretação religiosa da sexualidade como desejo e pecado, seja na condição agnóstica da psicanálise, que apresenta a pulsão, em ambas estaríamos frente à problemática inegável do sujeito do desejo, o que nos impediria de encarar a sexualidade como dispositivo histórico do poder.

Trazendo a condição macro histórica e estrutural, a perspectiva foucaultiana desnaturaliza a sexualidade e passa a ver o desejo como uma das formas de controle e normalização dos corpos e das subjetividades. Quando associa a sexualidade à biopolítica e, por meio desta, aos interesses do Estado, o autor acompanhou historicamente a criação da homossexualidade como periférica a partir das delimitações de sexualidade normais. Entretanto, deixou de problematizar o caráter heteroreprodutivo das políticas e práticas às quais tão veemente criticou.

Foucault estabelece estudos históricos sobre as relações entre saberes e poderes que emergem desde o final do século XVIII, se cristalizam em fins do século XIX e dominam grande parte da primeira metade do século XX. Esse foco macroestrutural, em um período temporal sobre a sexualidade, permite ao autor compreendê-la como um dispositivo histórico do poder que, vinculado à biopolítica, tem um grande poder explicativo. Todavia, a concepção produzida finda em realizar uma espécie de esvaziamento dos sujeitos sexuais, pois coloca-os basicamente como produto de relações de poder que os atravessam por meio do desejo, o qual é regulado por instâncias coletivas sob as quais pouca (ou nenhuma) interferência é possível pelo sujeito.

Mesmo compreendendo que a perspectiva foucaultiana abarca um período em que o domínio dos saberes naturalizantes e normalizadores sobre o sexo era maior e menos contestado do que as discussões produzidas a partir de 1970, devemos discutir se tais possibilidades tornam-se explicativas no final do século XX, momento acompanhado por profundas transformações políticas, culturais e tecnológicas que têm desenvolvido uma inflexão histórica pouco discutida na perspectiva da ciência psicológica.

Nessa mesma perspectiva, porém mais próxima da atualidade, Judith Butler aprofundou o desafio às concepções estáticas do desejo, que circulam em interpretações antropológicas e psicanalíticas, trazendo para suas produções o caráter social e histórico da regulação da sexualidade. Expõe que "[...] pode-se certamente admitir que o desejo é racionalmente condicionado sem alegar que ele é radicalmente determinado, e pode-se reconhecer que há estruturas que tornam o desejo possível sem alegar que essas estruturas sejam atemporais e resistentes, impermeáveis às mudanças e deslocamentos (BUTLER, 2014, p. 259-260).

Podemos então compreender a existência de elementos estruturais na dinâmica social que têm desenvolvido concepções ideológicas para reiterar a (im)possibilidade das sexualidades enquanto manifestações do desejo humano. Tais elementos, históricos e culturais, são organizados pelo homem no tempo e no espaço de acordo com as relações de poder vivenciadas, tal como encontramos, por exemplo, em definições legais, médicas ou religiosas sobre o que é considerado aceitável, recusado ou meramente tolerado. Assim, reiteramos a fala de Miskolci (2017, p. 35) quando apresenta que "[...] o desejo, portanto, é condicionado socialmente e está muito distante de ser a expressão de qualquer força natural, não é instinto tampouco pulsão".

Vemos então que os estudos sobre sexualidade têm possibilitado uma profícua contribuição às ciências humanas e sociais e, em específico, ao movimento de exposição da conformação social do mundo privado, base para a ciência psicológica. Tal feito tem colocado em cheque a posição de que, ao invés de se tomar o sexo como prioridade para o comportamento, a cultura, a civilização e a sociedade, passamos a pensar como a atividade sexual pode configurar outras atividades sociais, conjugalidade, trabalho, política, negócios.

Esta natureza intersubjetiva da sexualidade e seus significados sexuais, que baseiam a produção da experiência subjetiva e da vida cotidiana, têm nos levado a compreender que "[...] a sexualidade não se restringe à dimensão reprodutiva nem à psíquica, não pode ser considerada como propriedade de indivíduos isolados e atomizados, está impregnada de simbolismos compartilhados que constroem excitação e satisfação erótica" (HEIBORN, 1999, p. 46).

Eng (2010, s.p.) afirma que "[...] a tendência pós-estruturalista de encarar a psique como espaço de alienação ao invés de potencialidade apenas exacerba os problemas políticos e históricos dos marginalizados e subalternizados". Tal afirmação é contraposta por Miskolci (2017, p. 37), quando questiona que:

> Se é fato que a sexualidade é um dos eixos de diferenciação social frequentemente traduzidos como acesso desigual a direitos, a segurança e a

> reconhecimento, também não podemos ignorar que, ao menos desde a Revolução Sexual, a sexualidade tornou-se um dos elementos centrais para ser reconhecido como um membro completo da sociedade.

Considerarmos que as discussões sobre sexualidade tenham possibilitado conjecturar sobre a verdade em si, visando alcançar autonomias, coloca-nos a necessidade de não ignorar o papel social do desejo na crescente conscientização dos sujeitos sobre seus direitos. Isso porque podemos gerar leituras sobre controle ou transformação social, uma verdade já produzida em si ou catalizadores de lutas por reconhecimento, elementos estes que fazem questionar as normas legais, institucionais e culturais que têm constituído a cidadania e os homens, fundamentalmente a partir da perspectiva heterossexual.

Em uma perspectiva histórico-cultural, Costa (1996) também nos aponta a sexualidade como um conjunto de regras que regulam a reprodução biológica de uma sociedade e de um grupo social, fazendo com que as experiências ou comportamentos sexuais sejam passíveis de generalizações. Cabe considerar que, devido ao processo histórico, esses sistemas culturais carregam ideologias próprias, o que conduz a comportamentos específicos associados a cada um. Portanto, discursos são gerados e assimilados de acordo com a natureza dessas construções sociais, evidenciando a variedade de sentidos e interpretações sobre a sexualidade.

Fry (1982) considera a sexualidade como uma atividade social, ideologicamente construída de acordo com as contradições da sociedade, regida por conceitos e categorias históricas. Portanto, inúmeras são as maneiras de se perceber a sexualidade no que tange a seus arranjos identitários. Para Heilborn (1996), a sexualidade é compreendida como uma nova forma de construção social determinada pela cultura, e escreve que:

> Sexualidade é uma forma moderna de arranjo e construção de representações e atitudes acerca do que seria uma orientação erótica espontânea, traduzindo uma dimensão interna do sujeito. O termo ganhou tal força que precisou ser desconstruído, salientando-se que tal representação é particular a uma determinada cultura. Nesse sentido não existe sexualidade em si, apenas pode-se recorrer a tal explicação quando o contexto cultural assim o autorizar. [...] acopla-se a um campo maior de significação – família, parentesco e/ou moralidade –, englobando uma possível instância individual (HEILBORN, 1996, p. 96).

Já nos estudos sobre a sexualidade pautados na teoria psicológica Sócio-Histórica, Kahhale (2002) nos traz uma conceituação considerando que "[...] a sexualidade é um processo simbólico e histórico, que expressa a constituição da identidade do sujeito, como ele vive a

questão da intimidade (público versus privado); da significação das normas, da moral e da ética grupal (grupo no qual se insere)" (KAHHALE, 2002, p. 179).

É interessante notar como o sexo, que tem como uma das suas funções básicas a sobrevivência da espécie, no processo de humanização perde sua exclusiva determinação biológica mais básica e passa a desenvolver um mecanismo complexo de expressão das relações sociais e simbólicas do homem. Torna-se um dos norteadores mais contundentes na distribuição de papéis sociais, na divisão de trabalho, na desigualdade das relações e do acesso aos recursos e oportunidades disponíveis naquele momento histórico.

Dessa forma, o que define a sexualidade depende do momento histórico da humanidade e das condições concretas nas quais o homem está inserido. É o caso, por exemplo, das diferenças entre sociedades matriarcais e patriarcais: "Em algumas sociedades as mulheres fazem a maior parte do trabalho manual; em outras, como nas ilhas Marquesas, cozinhar, tomar conta da casa e cuidar das crianças são ocupações próprias dos homens, enquanto as mulheres passam a maior parte do tempo pavoneando-se" (LINTON, 1943, p. 37).

Mesmo diante desse quadro de desenvolvimento das questões sobre sexo, gênero e sexualidade, ainda hoje verificamos em diversos discursos uma visão estanque dessa última, vendo-a apenas ligada mais profundamente à questão da reprodução e ausente das questões relacionadas a uma dinâmica social, cultural e histórica. Parker (1993, p. 149-150) faz algumas considerações quando aponta que:

> Seja nas doutrinas da Igreja, nas conferências médicas e até nos debates dos modernistas do sexo, o significado dos atos sexuais específicos é tão importante quanto o gênero dos atores [...] o significado atribuído ao próprio ato é construído em relação a uma lógica de reprodução, mais que a um cálculo de atividade e passividade [...] estabelece-se um sistema hierárquico de valores no qual a heterossexualidade monogâmica e reprodutiva define uma norma da qual as outras formas de prática sexual nitidamente desviam.

Torna-se evidente, então, que no campo da sexualidade temos a expressão de uma característica social chamada de sexismo, ou seja, um conjunto de ideias que privilegiam as pessoas de determinado gênero (ou também determinada orientação sexual) em detrimento dos sujeitos de outro gênero (ou orientação sexual). Em nossa sociedade, o sexismo se transforma em um heterosexismo, na crença de que todas as pessoas heterossexuais são, por natureza, superiores às pessoas homossexuais e bissexuais e, consequentemente, na imposição de que todas as relações sexuais sejam heterossexuais. Assim, o heterosexismo se qualifica por estar

arraigado e ser característico das mais importantes instituições sociais, culturais e econômicas (HEREK, 2004).

Essa definição de heterossexismo se aproxima do que Martín-Baró (2005) chama de Síndrome do Machismo, quando considera que a cultura delimita não só o ato sexual, mas também suas possibilidades de atuação e que essas categorizações tornam-se elementos ideológicos de uma determinada sociedade. Nesse caso em especial, estamos referenciados à uma sociedade capitalista que, em sua forma de estruturação pautada na divisão de classes, nega a possibilidade da diversidade de representações, práticas e identidades sexuais.

A síndrome do machismo é entendida, então, como "[...] uma forma concreta por meio da qual os interesses da classe dominante canalizam seu domínio social e o justificam como inerentes à natureza humana, mediante a definição social dos valores que devem caracterizar o individuo viril" (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 77 – tradução nossa)[3].

Temos visto então que a visão de sexualidade que predomina em nossa sociedade carrega uma ambiguidade: por um lado, existiria uma sexualidade considerada como boa, natural ou normal; e, por outro lado, uma sexualidade relacionada a práticas sexuais tidas como más, não-naturais, anormais. Essa concepção evidencia uma intensa hierarquização das identidades sexuais, o que conjetura a necessidade de reformulação do quesito da sexualidade, visando uma abordagem mais analítica das relações sociais que possibilite compreender não apenas o sexo biológico, dado pela natureza, mas também o sexo social, produto de uma construção permanente.

A renúncia das visões estreitas e exclusivamente biológicas ligadas ao sexo promove a superação de concepções estigmatizadoras e preconceituosas que caracterizavam, até então, as discussões sobre a sexualidade. A categoria de gênero tem proporcionado elementos que enriquecem a análise, permitindo compreender a construção social do feminino e do masculino, e, assim, compreendemos que "[...] o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses" (LAVINAS, 1997, p. 16).

Nesse contexto, a OMS publicou em Genebra, no ano de 2002, um relatório intitulado *Definindo a Saúde Sexual: relatório de uma consulta técnica na saúde sexual* (2002), o qual nos oferece algumas definições de trabalho que contribuem para a compreensão e o avanço no campo da saúde sexual. Dentre estas, traz a sexualidade humana como:

[3] [...] una forma concreta como los intereses de la clase dominante canalizan su dominio social y lo justifican como inherentes a la naturaleza humana, mediante la definición social de los valores que deben caracterizar al individuo viril (MARTÍN-BARÓ, 2005).

> A sexualidade é um aspecto central de ser humano ao longo da vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis do gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. A sexualidade pode incluir todas estas dimensões, contudo, nem todas elas se vivenciam ou se expressam sempre. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (OMS, 2002, p. 5).

Essa reformulação da categoria de sexualidade, deixando de ser considerada estritamente uma condição da natureza humana para ser considerada uma construção social, leva a uma variedade de significados e interpretações que resulta em algumas representações sociais mais abrangentes. Nesse prisma, poderíamos pensar uma sexualidade em que as identidades sexuais se dão também pela orientação sexual, em que a dicotomia heterossexual-homossexual deixe de ganhar imensa relevância e a questão da síntese elaborada pelos sujeitos passa a ser compreendida.

Cabe ressaltarmos que o nosso intento não é dicotomizar a compreensão da sexualidade, uma vez que nosso entendimento busca reconstruir tal perspectiva através das disputas políticas e culturais sobre a dinâmica do desejo subjetivo. Se, nesse processo histórico, o conservadorismo tem associado a produção da sexualidade à condição incontrolável e perigosa, não vemos a necessidade de negar ou apagar tal quesito, mas sim reconhecermos a impossibilidade de atribuição a-histórica aos nossos desejos, comportamentos e identificações e, para tanto, trazer a própria sexualidade à disputa política-interpretativa nessa ordem social.

Então, a partir dessa perspectiva, que reconhece a historicidade dos sujeitos, devemos sublinhar, nesse mesmo processo histórico, o profundo reconhecimento apenas do homem como sujeito sexual, fato este que pode estar na base do próprio vocabulário psicanalítico, quando traz com eminência a produção da psique masculina. Vale lembrarmos que ainda nos dias atuais os pressupostos psicanalíticos sofrem pela tentativa de ampliar sua compreensão para a psique feminina e, ainda mais, para aqueles que têm buscado reconhecer a mulher como sujeito do direito sexual. Mais além, partimos dessa configuração generificada (com a preponderância masculina) para notar ainda que, segundo a mesma teoria, a dinâmica psíquica se mantém em torno de uma centralidade original do desejo por pessoas do sexo oposto.

Pelúcio e Miskolci (2008) consideram importante a obra de David M. Halperin, o qual aponta que a configuração e a dinâmica supostamente normais da sexualidade só foram mapeadas em relação a um desejo negado: o homossexual. A produção dessa perspectiva é

datada no terço final do século XIX, período em que a homossexualidade masculina foi avaliada em termos morais, legais e psiquiátricos e sua construção cultural é explicada como pecado, perigo coletivo, fora da lei e da normalidade entre 1870 e 1973 e, ainda, a condição epidemiológico-moral em decorrência do pânico sexual da AIDS no início da década de 1980.

O desejo por pessoas do mesmo sexo poderia ser compreendido como um entre outros possíveis, uma possibilidade para qualquer humano, mas, contrariamente, a produção cultural tem o associado a uma tipologia: homossexual, invenção esta do século XIX, a partir dos preceitos médico-legais, e que ainda hoje habitam nossas construções e vivências, principalmente em períodos de disputa política sobre os limites da sexualidade. Possível observar em diferentes contextos de nossa vida social temores coletivos envolvendo mudanças na família, paternidades, ou seja, as relações entre homens e mulheres têm sempre evocado a homossexualidade como uma condição negativa para a ordem social, que se confunde com uma ordem (heteros)sexual (WEEKS, 2007; RUBIN, 1984).

O resultando desse aspecto é que, mesmo que as produções teóricas e estudos empíricos apontem os aspectos diversos da sexualidade, no senso comum ainda se encontra presente o pressuposto de que a heterossexualidade é a ordem natural do desejo. Essa condição afeta tanto a vertente de produções que considera o desenvolvimento da diversidade sexual, mas a mantém vinculada a um grupo específico, compreendido como minoritário, como também aos estudos que aceitam tal pressuposto para se desenvolver, como estudos sobre gays, lésbicos, e homossexuais. Entretanto, compreendemos que ambas as vertentes de teorização têm permitido o avanço na produção do conhecimento, mas ainda têm contribuído para manter intocado a mitificação da heterossexualidade como ordem natural, conforme nos aponta Martín-Baró (2005).

Nesse contexto, a visibilidade da diversidade de identidades sexuais tem emergido na percepção da construção da sexualidade como um dado na dinâmica social, e não como algo puramente intrínseco à condição biológica dos seres humanos. Isso coloca como preponderante o fato de tomar a sexualidade não apenas como categoria identitária global do sujeito, ou seja, não se limitando apenas à descrição de suas ações e comportamentos. Essa visão de identificação do sujeito apenas com suas orientações sexuais já traz uma determinação social aparentemente a-histórica, o que justifica um processo compulsório de identificação sociossexual legitimado e delimitado tanto pelo ato sexual em si, quanto pelos comportamentos culturalmente criados e associados a ele.

Essa condição definidora da sexualidade como compulsória foi apresentada em 1983, por Adrienne Rich, uma feminista lésbica que discute as maneiras como a sexualidade e,

específicamente, a heterossexualidade não devem ser vistas como uma possibilidade entre outras, mas a forma hegemônica institucionalizada em todos os aspectos da cultura. Portanto, compreender a sexualidade enquanto categoria e processo de qualquer sujeito mostra-se uma atividade bastante complexa, pois recobre, ao mesmo tempo, o particular e o geral: o que define o sujeito na sua mais absoluta diferença (identificar alguém), mas também o que o assemelha a outro qualquer, graças a certo número de traços e características comuns. Quando se refere ao conjunto dos seres, a todos os Eus, é uma repetição, pois sublinha a igualdade dos termos. Mas ela também é única, quando designa o conjunto particular de traços identificatórios constitutivos do eu pessoal, uma fluidez de produção da própria sexualidade.

A perspectiva fluida já foi apresentada no final da década de 1980, enquanto uma nova vertente de reflexão, ainda baseada nos estudos feministas e fazendo frente aos limites dos estudos gays e lésbicos: a teoria *Queer*. Calcada teoricamente nos estudos gays e lésbicos da teoria feminista da sociologia do desvio norte-americana e do pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade e identificação, a teoria *Queer* surge nos Estados Unidos em um momento de reavaliação crítica da política de identidades em diferentes contextos nacionais, problematizando o caráter heterossexista da nossa cultura (MISKOLCI, 2009; 2012).

Essa teoria busca evidenciar como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, identidades, desejos e instituições sociais numa organização fundada em dois princípios: o primeiro, relacionado à heterossexualidade compulsória, ou seja, na obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto; o segundo sobre a heteronormatividade, no enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em uma divisão binária de gênero que, a partir do modelo heterossexual reprodutivo, organiza suas práticas, atos e desejos. Vejamos pormenorizadamente.

1.2 A TEORIA *QUEER* E A FLUIDEZ DA SEXUALIDADE.

De acordo com Jagose (1996), o termo *Queer* faz parte de um vocabulário semântico para entender a homossexualidade desde o século XIX e que, recentemente, tem ganhado significado político pela incorporação teórica e adoção pelos movimentos sociais. Isso porque o termo *Queer* sinaliza para o esquisito, anormal, excêntrico e também é utilizado em tons depreciativos e homofóbicos para designar gays e lésbicas. No entanto, se caracteriza pela indefinição, elasticidade e abrangência, o que, para Louro (2001, p. 546), representa “[...]

claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora".

Miskolci (2009) afirma que o desenvolvimento dessa teoria se funda no rompimento com a concepção cartesiana (ou Iluminista) do sujeito, como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Assim, as condições que possilitaram a emergência do movimento *Queer* ultrapassam questões de política e da teorização gay e lésbica, necessitando ser compreendidas em um contexto mais amplo do pós-estruturalismo. Nesse esquema, a teoria *Queer* pode ser vinculada a algumas vertentes do pensamento ocidental contemporâneo, que tem discutido, ao longo do século, as noções de sujeito, identidade e identificação.

Sabemos que Freud ([1925] 1996b), no início do século, desbancou o sujeito racional, coerente e unificado com suas teorizações sobre o inconsciente e a vida psíquica. A teoria freudiana quebrou os princípios básicos do controle da vida, uma vez que considera o sujeito como portador de desejos e ideias sobre os quais não tem controle. Posteriormente, Lacan ([1953-54] 1986) debateu sobre o processo de identificação ao afirmar que o sujeito nasce e cresce sob o olhar do Outro, só podendo saber de si através do Outro, ou seja, ele sempre se percebe e se constitui nos termos do Outro.

Ao lado dessas teorizações, como temos apresentado, destacam-se as obras de Foucault ([1976] 2014a) sobre a sexualidade. Foi nas obras de Foucault e Derrida (1967) que os teóricos *Queer* encontraram categorias e métodos para ampliar as discussões que até então estavam sendo desenvolvidas nas ciências sociais. Nesse contexto, duas obras, a princípio publicadas em inglês na segunda metade da década de 1970, forneceram bases para o desenvolvimento dessa teoria: *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, e *Gramatologia*, produções de cada autor respectivamente.

Sobre a *História da Sexualidade*, esta é dividida em três volumes, encontramos no primeiro volume o rompimento com a hipótese repressiva que marcava a maioria dos estudos até meados da década de 1970. Foucault afirma que a sexualidade não é proibida, mas que antes é produzida por meio de discurso[4]. Nossa sociedade, há mais de um século, "[...] fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz; denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar" (FOUCAULT, 2005, p.14). Nesse ínterim, o autor mostra que as identidades sociais são maneiras como o conhecimento é

[4] Sobre esse quesito, encontramos um dos trechos fundadores da reflexão *queer* na afirmação foucaultiana: "Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é dirigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos" (FOUCAULT, [1976] 2014a, p. 30).

organizado e que essas produções sociais de identidades são naturalizadas nos saberes dominantes.

O autor ultrapassa o esquema binário de oposição entre dois tipos de discurso, acentuando que vivemos uma proliferação de uma dispersão de discursos, uma dispersão de sexualidades. Para ele,

> Assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas, mas sobretudo – e é esse o ponto importante – a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas (FOUCAULT, 1993, p. 48).

A construção discursiva das sexualidades se mostrou fundamental para a teoria *Queer*. Da mesma forma, as contribuições de Derrida (1967) para essa teoria tomam consistência mediante seu conceito de suplementaridade e da perspectiva metodológica da desconstrução. A suplementaridade mostra que os significados são organizados por meio de diferenças, numa dinâmica em que o que parece estar fora de um sistema já se encontra dentro dele, e o que parece natural é histórico.

Na perspectiva de Derrida, para a definição da heterossexualidade torna-se imprescindível a consideração da homossexualidade, sendo esse procedimento a desconstrução, que mostra o implícito dentro de uma oposição binária.

> Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência, e a suplementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de hetero/homossexualidade, são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação, de forma que estamos sempre dentro de uma lógica binária que, toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever em suas próprias bases (MISKOLCI, 2009, p. 153-154).

Essas contribuições serviram de aporte para que outros teóricos retomassem a proposta de Foucault e empreendessem análises sociais no estudo da sexualidade como um dispositivo histórico do poder que marca as sociedades ocidentais modernas e se caracteriza pela inserção do sexo em sistemas de unidade e regulação social. Dentre esses teóricos, encontramos Eve K. Sedgwik (1990), David M. Halperin (1990), Michael Warner (1993), Judith Butler (2015) e outros.

Os estudos *Queer* ressaltam a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo heterossexual/homossexual para a organização da vida social

contemporânea, voltando-se criticamente a uma política do conhecimento e da diferença, compreendendo então a sexualidade como um dispositivo[5] histórico do poder. Para os teóricos *Queer*, esse binarismo – onipresente na cultura ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticado e abalado por meio de procedimentos desconstrutivos.

Nesses estudos, observamos então uma inversão dos pressupostos analíticos, pois pesquisadores de diferentes áreas das humanidades e ciências sociais têm buscado não se centrarem mais na homossexualidade como condição minoritária, mas sim buscando construir uma revisão do binarismo hétero-homossexualidade tão presente e restritivo dos limites do pensar. Nessa perspectiva, apresentam críticas ao heterossexismo enraizado em grande parte dos estudos feministas e também à condição minorizante dos estudos gays e lésbicos, apontando assim a incapacidade destes em explicar analiticamente uma ampla gama de relações sociais situadas na polaridade homo e heterossexualidade.

Pereira (2006) esclarece que alguns apontamentos não são conciliados por todos os teóricos dessa teoria, uma vez que há divergências e diferenças. Acima dessa discussão, o autor nos traz que a teoria *Queer* deve ser compreendida partindo das questões que a originaram e que, atualmente, são seu foco de análise, sendo o sujeito pós-estruturalismo sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido.

A teoria *Queer* compreende os sujeitos e as práticas sexuais que ultrapassam a oposição homossexual/heterossexual, mulher/homem, considerando a variedade e diversidade das subjetivações e das práticas que não se enquadram no que Butler (2015, p. 48) chama de gêneros inteligíveis, "[...] aqueles que mantêm e instituem relações de coerência e continuidade entre o sexo, gênero, desejo e prática sexual". O *Queer* trabalha sobre os modelos analíticos que mostram as incoerências da suposta relação estável, revelando que a heterossexualidade não é natural, antes efeito do poder, do controle e da regulação social (SALIH, 2012).

Louro (2001, p. 548) aponta que "[...] o chamado para a 'desconstrução' é um procedimento teórico e metodológico que tem por finalidade pensar os processos sociais e históricos que criam e naturalizam as identidades e as relações de poder que as constituem. Dessa maneira, como aponta Jagose (1996), o termo mais adequado para o procedimento teórico *Queer* não é desconstrução, antes desnaturalização das identidades.

[5] Foucault esclarece que dispositivo é "[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos" (FOUCAULT, 2006, p. 244).

A teoria *Queer* rompe, então, com a ideia de uma formação e desenvolvimento da sexualidade e da identidade sexual baseada em apenas uma categoria, dando ênfase à multiplicidade dos eixos de diferenciação que os indivíduos são perpassados em suas conexões e relação como, por exemplo, etnia, nacionalidade, sexualidade e classe social. A visão *Queer* critica os efeitos normalizados, naturalizantes e excludentes das teorias tradicionais que trabalham com definições *a priori* de sujeitos, categorias fechadas e intransponíveis, característica esta compatível com nossa visão, na medida em que consideramos a produção dialética da sexualidade a partir do movimento sexo-gênero.

Sejamos mais claros: enquanto as feministas se preocupavam com o caráter político do binário homem/mulher que assentam desigualdade e frutificam privilégios aos homens, os estudiosos *queer* sublinharam o caráter político-epistemológico do binário hétero/homo, apontando que tal perspectiva mantém o privilégio daqueles(as) que se relacionam sexualmente com pessoas do sexo oposto, como também toma essa perspectiva para produzir conhecimento. Assim, compreendemos que, mesmo permitindo determinados avanços, os dois binarismos findam na manutenção das mesmas perspectivas, pois, enquanto a dualidade homem/mulher permite o reconhecimento das diferenças, mas mantém a própria diferença como base estrutural, o binário hétero/homo marca e potencializa a inferioridade social e cultural da homossexualidade, ou seja: terminamos em produções históricas como estigmas e estereótipos.

Cabe então uma possibilidade: compreendermos os binários como inter-relacionados, mas reconhecendo que esta inter-relação tem se desenvolvido historicamente a partir de posições de hierarquia e poder, pois o poder e a normalidade dos primeiros se assentam na inferiorização e estima coadunantes dos segundos. Nas palavras de Halperin (1995, p. 44):

> A heterossexualidade define a si mesma sem se problematizar, ela se eleva como um termo privilegiado e sem marca, pelo processo de tornar abjeta e problemática a homossexualidade. Assim, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para lhe tomar substância – o que permite que ela adquira seu status de dada, como uma falta de diferença ou ausência de anormalidade.

Precisamos compreender que, quando colocamos a homossexualidade como objeto de pesquisa e deixamos de discuti-la na dialética com a heterossexualidade, findamos em produzir e reiterar a heterossexualidade como instância privilegiada do conhecimento, negando-a assim de investigação ou crítica. A heterossexualidade, assim como a masculinidade, "[...] entroniza-se como a suposta perspectiva neutra que ainda embasa nossa epistemologia hegemônica" (MISKOLCI, 2017, p. 42). O autor ainda aponta que:

> O direcionamento do desejo a pessoas do sexo oposto é um pressuposto a ser superado caso sejamos coerentes como uma proposta de superação crítica daquilo que já foi apresentado como saber neutro e que, hoje, podemos qualificar como o resultado de diferentes violências epistemológicas que ainda marcam boa parte da produção acadêmica nas ciências sociais, humanas e até na psicanálise.

Precisamos então sempre estar abertos a uma problematização da perspectiva dominante que personifica e fixa a diversidade sexual como algo restritivo a um grupo minoritário. Cabe reconhecermos que o desejo não tem objeto fixo e que, portanto, seu direcionamento é circunstancial nas condições históricas e culturais que determinam nossa sociedade. Nas fronteiras da discussão até aqui apresentada, é possível afirmarmos que a diversidade sexual é disponível a todos, mas costumeiramente coibida e tornada ininteligível por meios educacionais, políticos e culturais, findando na negabilidade ou separabilidade interpretativa da relação sexo-gênero-sexualidade. Vejamos então uma possível compreensão dessa relação a partir dos pressuspostos materialista histórico-dialético que fundamentam a Psicologia Sócio-Histórica.

1.3 UMA COMPREENSÃO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA DA TRÍADE SEXO-GÊNERO-SEXUALIDADE

A fim de produzirmos uma compreensão materialista histórico-dialética do movimento triádico entre sexo-gênero-sexualidade, precisamos aqui recorrer a considerações basais da dinâmica de desenvolvimento e produção do humano. Isso porque, desde o nascimento, o ser humano está imerso em um espaço social e histórico determinado que define, de antemão, as noções de macho e fêmea, de masculino e feminino, assim como as normas e valores que sustentam essas noções. No senso comum temos, então, como pressuposto fundamental a evidência imediata de nossas vidas remetida à identidade sexual, ou seja, ser homem ou ser mulher é um pressuposto inquestionável de nossa existência, o que nos remete, inexoravelmente, a questões sobre identidade e, sobretudo, acerca de uma natureza sexual.

Para compreendermos a apropriação subjetiva da sexualidade humana, no que diz respeito ao ser homem, mulher e sobre as origens de uma diferenciação entre masculinidade e feminilidade, é necessário recorrermos a outros fatores de ordem social e também ideológica. Portanto, como todo fenômeno estudado, seja natural ou humano, a sexualidade deve ser apreendida em suas contradições internas, na totalidade na qual está inserida e suas articulações determinadas, bem como em seu processo de complexificação, assim como temos feito nessa

perspectiva histórica e social. Isso porque consideramos que assim poderemos ter uma compreensão mais consistente do real, participando desse processo dialético de construção histórica e simbólica da humanidade, especificamente do grupo social no qual estamos inseridos.

A princípio, podemos afirmar que o ser humano é representado por duas facetas: o homem e a mulher que, mesmo possuindo um sistema de diferenciação dado entre a relação biológico-corporal e os aspectos psíquicos e sociais, possuem características fundamentais em sua identidade. Assim, ao fazer uma análise sobre a sexualidade, nos deparamos com homens e mulheres como sujeitos concretos, distintos não só no organismo bio-fisiológico, como também em seu modo de ser, seus comportamentos e funções sociais e também nas normas explícitas ou implícitas que regulam suas existências.

Portanto, qualquer diferenciação, principalmente na esfera sexual, não deveria ser considerada como ultrajante, mas sim como normal e até socialmente desejável, na medida em que promulgue a diversidade possível de processos que o ser humano pode desenvolver no decorrer de sua história. O problema maior se instaura quando, além dessa diversidade, temos historicamente um processo de discriminação sexual que, oposto a essa afirmação, conduz à negação da alteridade.

Vimos então que, para compreender as origens do desenvolvimento da sexualidade pelo sujeito, é necessário abarcar tanto as perspectivas fisiológicas quanto as socioculturais, as quais deram origem a correntes divergentes dentro desse entendimento. Aqueles que consideram a sexualidade como decorrente apenas de aspectos fisiológicos apontam que a caracterização sexual dependerá, exclusivamente, da transmissão dos códigos genéticos. Para essa vertente, os traços definidores do que venha a ser constituir-se como homem ou mulher já estão pré-configurados em uma ordenação, que é transmitida ao indivíduo pelas gerações anteriores, independente do acordo ou não com sua estrutura anatômica e fisiológica.

O enfoque biologicista da perspectiva sexológica considera, então, que a socialização sexual, entendida como a aquisição de características psicológicas e formas de comportamentos coerentes ou não com o próprio sexo, é apenas um processo complementar, uma vez que o sexo já está definido biologicamente, *a priori*. No campo da ciência psicológica, temos na teoria psicanalítica uma grande expressão dessa vertente, a qual nos traz que a inferioridade da mulher está dada na ausência do pênis, o instrumento de poder principal do homem (FREUD, [1925] 1996b).

Apesar de a Psicanálise oferecer essa visão na compreensão da sexualidade, ela também apresenta uma compreensão social quando aborda que a masculinidade e a feminilidade se

formam na confrontação entre o desejo representado pelo filho e a lei, as exigências normativas da sociedade representada pelo pai. É essa relação, enquanto peculiar dualidade da condição humana, que se define necessariamente em sua relação mútua no interior de uma sociedade e de uma cultura.

Uma segunda matriz teórica trabalha com o entendimento de que a sexualidade se desenvolve fundamentalmente calcada em fatores socioculturais, na perspectiva construcionista. Nessa concepção, o ser humano é dotado de um aparato bio-fisiológico, sob o qual se desenvolve uma grande diversidade de formas sexuais, que não mantêm apenas a função reprodutora constante, mas que até essa, com exceção dos aspectos genéticos, é interpretada de diversas maneiras. Assim, a compreensão do masculino e do feminino, do ser homem ou ser mulher, é totalmente variável nas diversas sociedades.

Correntes no campo psicológico, sociológico e antropológico têm utilizado dessa concepção, que outorga papel principal aos fatores socioculturais na socialização sexual sem, no entanto, rejeitar a base fisiológica. Especificamente na perspectiva mais sociológica, essa identidade sexual deve ser explicada a partir dos papéis que são demandados para cada indivíduo desempenhar na sociedade, ou seja, a formação de quaisquer processos sexuais subjetivos está atrelada à função exigida por um sistema social em um determinando momento histórico para cada sujeito, em suas interações com outros sujeitos e grupos sociais. Assim, "[...] o que a pessoa faz sexualmente, o papel que socialmente se vê obrigada a desempenhar, define o que a pessoa chega a ser" (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 169 – tradução nossa)[6].

Outra perspectiva considera que a conduta e os valores masculinos e femininos são determinados por sua aprendizagem particular, ou seja, cada ser humano, no decorrer de seu desenvolvimento, aprende a ser masculino ou feminino, como aprende as diversas coisas que lhe são disponibilizadas pela cultura (MISCHEL, 1966). Portanto, o sujeito tem uma aprendizagem sexual pautada na aquisição de padrões de conduta tipificados, ou seja, característicos e diferenciados como masculinos ou femininos como, por exemplo, determinados movimentos corporais considerados adequados apenas às mulheres, mas que, se executados pelos homens, conduzem a uma rejeição social.

Nas teorizações sobre o desenvolvimento cognitivo, um fator de grande importância na conquista da configuração da sexualidade pessoal é a imagem cognitiva que a pessoa tem de si mesma, formada em um determinado momento precoce de seu desenvolvimento. Através da

[6] [...] lo que la persona hace sexualmente, el papel que socialmente se ve obligado a desempeñar, define lo que la persona llega a ser (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 169).

elaboração de um juízo básico sobre sua estruturação física, o sujeito classifica-se como menino ou menina, o que, posteriormente, irá organizar suas atitudes para com seu papel sexual.

Esse paradigma mostra uma relação de dependência maior entre o desenvolvimento da sexualidade e os processos de maturação cognitiva do que com os processos de maturação fisiológica. Masculinidade e feminilidade teriam, assim, sua origem na relação que o indivíduo estabelece entre sua imagem e seu próprio eu, ou seja, esses valores sexuais são resultados da organização do desenvolvimento cognitivo da criança frente a uma realidade social em que os papéis sexuais estão atrelados às noções corporais e funções sociais básicas.

Temos então um amplo panorama de teorias e métodos que têm buscado compreender o desenvolvimento da sexualidade e, especificamente, das possíveis identificações. Algumas convergências são quase impossíveis entre elas. Porém, temos a possibilidade de buscar uma visão geral que nos encaminhe para uma abordagem psicológica plausivelmente mais crítica.

Para tal, alguns pontos devem ser necessariamente observados e analisados. O primeiro se refere ao corpo bio-fisiológico como elemento primário. Enquanto determinação genética ou biológica, o corpo remete então ao sexo, ou seja, aquelas características biológicas que definem o que é ser macho ou fêmea na espécie humana, sobre o qual o sujeito, por meio de sua história pessoal e no processo de socialização sexual, desenvolverá sua identidade sexual. Kahhale (2002, p. 179) esclarece que o corpo "[...] é constituído no indivíduo não só como uma questão genética, mas principalmente como expressão das condições sociais, culturais e históricas nas quais esse indivíduo está inserido".

Cabe ressaltarmos que, por mais que carregue uma determinação, o corpo não existe enquando condição dada, ou seja, todo corpo já carrega em si a representação que o alude socialmente. O corpo, necessariamente, já é um corpo generificado e simbólico a partir de sua conformação, o que nos leva ao segundo ponto a considerar que é o modo como a organização de uma determinada sociedade irá definir, explicitamente, as configurações aprovadas como padrões e necessárias para cada sexo. Ressaltando aqui a existência de diversas sociedades e grupos sociais, devemos ponderar que essas configurações irão divergir vigorosamente nessas instâncias, pois esses modelos criados socialmente atendem às experiências, necessidades e interesses propícios de cada sociedade ou grupo social. Consideramos então, na complementariedade a categoria de sexo, a questão do gênero, entendido como o conjunto de representações construídas por cada sociedade e/ou grupo social acerca de papéis e status atribuídos a cada sexo, ou seja, do que é ser feminino e do que é ser masculino.

Um terceiro quesito, como discutimos anteriormente, é a consideração de outras dimensões na sexualidade, não cumprindo apenas a função de reprodução da espécie, mas

também a função da busca de prazer. A questão do prazer, apesar de sempre ter acompanhado a sexualidade, nem sempre foi explícito em função de sua relação com a moral dominante. A sociedade capitalista ocidental separou sexo e prazer, reunindo-os apenas pelo elo do amor, ou seja, só se autorizava prazer quando existia o amor (VIDAL, 1991). O prazer deve então ser considerado uma experiência dos indivíduos singulares, mas suas referências, suas possibilidades e limites e suas estimulações e impedimentos estão nas relações sociais e na cultura.

A última questão a ser notada é a importância da constituição e do desenvolvimento das funções psíquicas no desenvolvimento da sexualidade do indivíduo, uma vez que esse arcabouço possibilitará a aquisição da imagem que o sujeito tem de si mesmo, seja como homem, mulher ou qualquer outra variante. Essa noção irá nortear, por sua vez, a aceitação ou a negação de determinados valores e atitudes sociais que estarão condicionados pela necessidade de coerência com a imagem de si, individual. Trata-se então de uma identidade sexual pautada tanto sobre um corpo como também sobre o gênero sexual: a identidade sexual incorpora, assim, a identidade de gênero.

Aludindo esses aspectos, podemos considerar, então, a polarização entre masculinidade e feminilidade não como condicionantes estanques de representação, mas como possibilidades em um *continuum* de traços e características que não se excluem. Poderíamos pensar então em uma possível síntese do masculino e do feminino nos seres humanos, o que a psicóloga americana Sandra Ruth Lipsitz Bem tem considerado como uma identidade sexual ideal, a Androginia (BEM, 1974).

Por mais que na década de 1970 essa compreensão tenha sido utilizada como condição política, nos dias atuais precisamos tomar a condição da androginia não apenas como constituição identitária para aqueles que possuem traços e comportamentos tanto masculinos (*andro*) quanto femininos (*gyne*), mas como uma possibilidade de uma identificação simultânea com essa bi-dimensão da sexualidade humana.

Nessa perspectiva sobre o conceito de androginia psicológica desenvolvido por Bem (1981), interessa-nos compreender dois pressupostos fundamentais: 1) que a masculinidade e a feminilidade representam domínios complementares em atributos e comportamentos e, por isso, é possível, em princípio, para um indivíduo desenvolver ao mesmo tempo características socialmente consideradas como masculino e feminino; 2) que para o eficaz e saudável funcionamento humano, masculinidade e feminilidade devem cada uma ser temperada pelo outro, e os dois devem ser integrados em uma forma mais equilibrada, mais plenamente humana, uma personalidade verdadeiramente sintética.

Isso porque nesse plano bi-dimensional, a maleabilidade deste *continuum* entre masculino e feminino torna-se não apenas uma terceira possibilidade de gênero; ela é a síntese de uma relação entre a masculinidade e feminilidade, uma situação desenvolvida por todos os sujeitos que carregam dentro de si elementos desse embate multidimensional. Obviamente que, nessa perspectiva, o uso da categoria de gênero para compreender a sexualidade coloca a ênfase em todo um sistema relacional no qual o sexo pode ser participante, mas não é o elemento diretivo, ou seja, o gênero pode estar atrelado ao sexo, mas não é determinado somente por este. Como resultante dessa afirmação temos o deslocamento da masculinidade/feminilidade enquanto generificação do sexo anatômico e, consequentemente, a desvinculação do objeto de desejo dos sujeitos.

Grossi (1998) apresenta então algumas categorias que, embora sejam confusas para o senso comum, são diferenciadas no sistema de orientação da posição que o sujeito assume relacionada aos aspectos de sexualidade: o critério sexo, referente à macho, fêmea e intersexuado[7]; o critério gênero e identidade de gênero, referentes ao masculino, feminino e andrógino; e o critério orientação sexual, referente à heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade.

Cabe ponderarmos que a orientação sexual está relacionada à atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra, variando também em um *continuum* entre a homossexualidade e a heterossexualidade, passando assim pelas diversas formas de bissexualidade, ou seja, o prazer, o desejo e a atração podem ser e estar direcionados a diversas formas de escolhas e parcerias sexuais.

Assim sendo, a orientação sexual não pode ser reduzida apenas às variáveis biológicas e nem às indicações de teorias psicológicas e pedagógicas que induzem à conclusão que esta seja natural e universal, tornando a sexualidade uma característica constante, definitiva e imutável. Por tal, é a dimensão histórica e dialética do humano que exige considerar a orientação sexual como condição antropológica e sociológica: uma construção social que se subjetiva por resultar do antagonismo entre as condições subjetivas e sociais, produzidas nas interações determinadas pelos padrões culturais, pelo conjunto dos pensamentos ou concepções de um grupo social, sendo ao mesmo tempo um fenômeno individual e coletivo, devido à ênfase das diferenças e variações entre esses grupos.

[7] Intersexual é a denominação dada às pessoas nascidas com genitália e/ou características sexuais secundárias que fogem dos padrões socialmente determinados para os sexos masculino ou feminino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro.

Essa rearticulação entre sexo, gênero e sexualidade conduz a múltiplas possibilidades de vivência subjetiva e identificações dessas dimensões. Amiúde, consideramos que, para entender a sexualidade como síntese dialética, tomamos como indicador as consideração de Garcia (2001, p.57), quando escreve que "[...] a identidade sexual de cada ser humano é construída na história de suas relações, não sendo mera determinação biológica que, em alguns casos, pode produzir falhas e aberrações". Isso porque entendemos a sexualidade como o resultado de um processo complexo de desenvolvimento, que tem na sociedade os elementos básicos para a construção de uma identificação da esfera sexual.

Essa consideração é necessária porque compreendemos que a construção de qualquer identidade é permeada também pelos valores éticos e morais de uma determinada sociedade, os quais são apreendidos pelo sujeito e permeiam seu desenvolvimento. Assim, destacamos uma das características essenciais para a compreensão do ser humano, que é a sua perspectiva histórica (VIGOTSKY, 2004a; LANE; SAWAIA, 1995), o que implica seu desenvolvimento ocorrer sob a determinação de uma série de fatores, tais como o contexto social, cultural e econômico em que ele vive, e esses fatores sofrem os condicionantes do período histórico em que estão circunscritos.

Portanto, é como resultado desse processo que visualizamos a construção da sexualidade, em que o organismo biológico é qualitativamente superado pela apropriação de construções sociais. Logo, é na relação social e, especificamente na educação, que encontramos as referências não só para a estruturação de uma sexualidade baseada no sexo biológico, mas também para uma construção e um desenvolvimento que avance na compreensão eminentemente social e histórica da base sexual: uma síntese dialética.

Temos reiterado que discutir a sexualidade humana é buscar os aspectos mais íntimos e privados do homem desde sua gênese. Torna-se, então, sempre possível fazer uma nova análise das dimensões sociais, culturais e subjetivas que existem dentro do entendimento do que é sexualidade, possibilitando assim compreendê-la através da dialeticidade entre sujeito e realidade, entre corpo e mente, entre interpsicológico e intrapsicológico.

Devemos ponderar que, ao explicar a identidade sexual, algumas questões precisam ser retomadas. A primeira, e talvez a mais significativa deste trabalho, é sempre buscar a compreensão da sexualidade através de um aspecto maior do que é proposto pelo senso comum, quando este a vincula somente ao próprio ato sexual. Isso porque a sexualidade não é apenas a relação entre dois indivíduos, muito menos pode ser definida apenas pelos órgãos sexuais, ou seja, pela biologia dos corpos humanos.

Como vimos, a sexualidade deve ser compreendida em sua simbologia e historicidade, processo humano pertencente e proveniente ao meio social em que se vive (KAHHALE, 2001). Nunes (2002) esclarece que o nível exclusivo da sexualidade humana é o psicossocial, já que a sexualidade ocorre através das relações existentes na sociedade.

Torna-se então consenso entre os autores que os fenômenos sociais estão diretamente ligados a uma cultura, isto é, eles estão correlacionados nas idealizações do que é ser homem ou mulher e, assim, na realização de atividades externas, o homem atribui uma interpretação através dos significados culturais da sociedade em que vive.

Quando falamos de significados, devemos entender que existem códigos sociais (signos), os quais são definidos por Aguiar (2000) como instrumentos convencionais de natureza social, os meios de contato com o mundo exterior e também com o próprio homem e com a sua própria consciência. Bakhtin (1992) esclarece que os signos têm um papel importante porque a palavra, além de ser a chave para a compreensão da consciência e da subjetividade, é também um espaço privilegiado de criação ideológica. Ou seja, o autor difere o símbolo do signo, já que este último é mutável, vivo e nunca neutro. Então, como Vigotsky (2004a) aponta, o signo não pode ser tomado apenas como uma ferramenta, já que é visto também como um meio de atividade interna.

Entendemos que, ao interpretar os significados desses signos já estabelecidos historicamente, o homem constitui sentidos próprios por meio de sua existência e experiências. Dessa forma, construímos nossa compreensão mental do que se constitui homem ou mulher, usando todos esses elementos citados, porque são os significantes dessa representação mental.

É evidente que, ao discutir a sexualidade humana, também entendemos que a historicidade em torno do homem como ser social está diretamente ligada à sua constituição. E, portanto, consideramos relevante construir uma discussão sobre dois aspectos importantes que estão imbuídos na gênese da sexualidade: o sexo e o gênero.

Para complementar nossa discussão apontada no princípio deste texto, cabe levarmos em conta que, na língua portuguesa, a palavra sexo designa "[...] o conjunto de características que distinguem os seres em relação à sua função reprodutiva, física, orgânica, celular, conformação particular que permite distinguir o sexo macho do sexo fêmea" (FERREIRA, 2014, p. 698). Fundamentalmente, os fatores biológicos são todos aqueles que controlam o desenvolvimento sexual humano, desde a concepção até o nascimento, e também da reprodução após a puberdade. Essas são as principais diferenças entre sexo macho e fêmea e são principalmente determinadas pela diferença hormonal, tendo sua maturação na puberdade,

atingindo o funcionamento total do aparelho sexual e reprodutivo, além de contribuir fundamentalmente para o desenvolvimento de comportamentos sexuais.

Outro ponto a considerar é o significado que a palavra sexo representa para nós. Sobre esse prisma, em nosso trabalho anterior (MONTREOZOL, 2011), já esclarecemos que o sexo é um nome dado ao que as pessoas aprendem e reconhecem como coisas sexuais como, por exemplo, as descrições médico-fisiológicas do aparelho genital, descrições de sensações, de sentimentos afetivos e amorosos. É toda a realidade linguística que não pode ser mostrada e o suporte corporal é o único critério de expressão desses termos.

Assim, o papel da linguagem torna-se importante quando se discute o sexo em suas mais diferentes possibilidades. A Psicologia Sócio-Histórica nos permite essa visão crítica sobre a construção do homem, o que nos leva à necessidade de avaliar como a introdução dos signos presentes em nossa sociedade faz possível e mediada a constituição de uma futura identidade sexual. Nessa discussão, é possível identificar como podemos nos aproximar e, ao mesmo tempo, entender o feminino e o masculino e suas significações sociais. Para tanto, recorreremos, neste momento, ao segundo ponto dentro da constituição da sexualidade humana: a categoria gênero.

Conforme tratamos nas páginas anteriores, devemos considerar a existência dessa segunda dimensão de sexualidade, o gênero, como algo exclusivamente humano e derivado do fato de o homem ser um sujeito social, isto é, originado a partir das relações sociais profundas que influenciam todo o processo de desenvolvimento da espécie humana (NUNES, 2002).

Desde sua representação política e científica, a categoria do gênero tem sido concebida não como uma característica inata, mas como resultado de forças sociais e culturais, uma construção social do sujeito como masculino ou feminino, não a condição natural de macho e fêmea expressa nos genitais. E isso implica que afetos, amores e relacionamentos sexuais não se constituem como realidades naturais, mas são construídos e desenvolvidos através de processos socioculturais.

Outra compreensão de gênero é a do sexo social ou do gênero social, que representa uma das relações estruturantes e situacionais do indivíduo no mundo e determina, ao longo da vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, experiências, lugares, interesses (NUNES, 2002). Portanto, para entender que a historicidade em que o sujeito se encontra ultrapassa as características biológicas, as quais não estão relacionadas apenas à fisiologia dos órgãos sexuais, é necessário pensar que o desenvolvimento social do homem assume algumas peculiaridades a partir das relações existentes em seu meio. Estas tornam possíveis a sua

constituição, seja no núcleo familiar, na escola, na religião, nas relações interpessoais, isto é, na cultura histórica inserida nesse ambiente (GUEDES, 2004).

Portanto, o que se torna essencial não é apenas a fisiologia presente no corpo masculino ou feminino, mas a representação simbólica que essa fisiologia representa em um ambiente social, ou seja, a representatividade desse signo, os significados presentes nesse contexto cultural e os comportamentos correlacionados com esses significantes.

É interessante notar como ainda há poucas produções sobre questões subjetivas relacionadas ao gênero a partir da Psicologia Sócio-Histórica. Isso demonstra a necessidade de ressaltar que um aspecto visto inicialmente como uma das funções básicas dos seres humanos e sua sobrevivência – a sexualidade – tornou-se parte de um mecanismo complexo de expressão das relações sociais e simbólicas do homem. A sexualidade tem se tornado, assim, um dos mais poderosos guias na distribuição de papéis sociais, na divisão do trabalho, na desigualdade de relações e acesso aos recursos e oportunidades disponíveis na sociedade (PARKER; BARBOSA, 1996).

Vemos então que a categoria de gênero, envolvendo a construção social e histórica da sexualidade, permite avanços nas discussões sobre ela, já que mostra a pluralidade de identidades sexuais possíveis e a compreensão destas tão bem como as visões estreitas e puramente biológicas ligadas apenas ao sexo, promovendo assim a superação de concepções estigmatizadas e preconceituosas que caracterizaram as discussões sobre sexualidade até a década de 1970. Guedes (2004) aponta que, ao abandonar exclusivamente preceitos fisiológicos da identidade dos gêneros feminino e masculino, temos a possibilidade de compreender a diversidade de identidades sexuais e a formação dessa sexualidade humana sem preconceitos ou julgamentos imediatos.

Nessa perspectiva, considerando os princípios da Psicologia Sócio-Histórica, retomamos aos pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético para compreender que a condição social é natural ao homem e, mesmo que consideremos certas necessidades como biológicas, elas também são mediadas pela sociedade, regidas por regras e convenções sociais. A própria existência humana torna-se uma atividade determinada pelo contexto em que ocorre, uma vez que "[...] o que eu faço por mim mesmo, eu faço pela sociedade e com a consciência de eu mesmo como ser social" (MARX [1845] 1993, p. 176).

No entanto, muitas dessas construções sociais são incorporadas, assimiladas e passam a ser consideradas naturais, eternas, imutáveis, assim como a sexualidade, mas não o são. Toda necessidade, e a consequente satisfação dela, é baseada em determinações históricas e sociais.

Portanto, temos na dialética entre sujeito e sociedade a possibilidade de entender essa realidade como processual, buscando a verdade no movimento interno de contradição.

Entendemos então que a contradição está subjacente a todas as relações existentes na sociedade: um processo em que essas relações, enquanto afirmação, contêm em si a antítese enquanto negação e que, em um salto qualitativo, a síntese é construída. No entanto, mesmo que a síntese contenha as características das duas faces anteriores, ela não se caracteriza como uma mera soma desses elementos; é o novo, não como a destruição dos dois polos, mas como um elemento com qualidades distintas daquelas que o originaram.

Ao manter a configuração de processualidade, a síntese é prontamente configurada como uma nova tese que, por sua vez, também trará a negação antitética, reiniciando o processo de construção do novo incorporando/modificando o antigo, sempre partindo dos elementos presentes na materialidade. Assim, o primeiro aspecto a ser examinado está na questão da origem da própria sexualidade, da sua essência e do que é primário: a condição material, "[...] a natureza tal como é, considerando a matéria o princípio do mundo" (KRAPIVINE, 1986, p. 92). E, para tanto, buscamos a consideração dessa unidade dinâmica entre indivíduo/sociedade, a qual já é postulada pelos princípios do materialismo histórico-dialético.

Essa epistemologia considera que o mundo é, por natureza, material e, partindo desse prisma, os múltiplos e variados fenômenos constituem diversas formas e modalidades da matéria em movimento. Nessa perspectiva, o desenvolvimento ocorre de acordo com as leis que regem o movimento da matéria, sem necessidade de vinculação a instâncias espirituais.

Lenin ([1929] 2011, p. 318) esclarece que "[...] o mundo forma uma unidade por si mesmo e não foi criado por nenhum deus e por nenhum homem, mas foi, é, e será, eternamente um fogo vivo que se ascende e se apaga de acordo com as leis". Isto porque, conforme Engels ([1878] 1976, p.413) nos expõe, "[...] a concepção materialista do mundo [...] se limita simplesmente a conceber a natureza tal como é, sem nenhuma espécie de acréscimos estranhos".

O materialismo parte, então, de alguns critérios: 1) a matéria, a natureza, o ser são uma realidade objetiva, existente fora de nossa consciência e independente dela; 2) a matéria é vista como o primário, a fonte a partir da qual se derivam as sensações, percepções e a consciência, sendo esta um derivado secundário, uma vez que é a imagem refletida da matéria, do ser; 3) o pensamento é visto como um produto da matéria ao atingir um alto grau de perfeição em seu desenvolvimento e, mais concretamente, um produto cerebral, não cabendo assim separar o pensamento da matéria.

Sobre essa questão, Engels ([1878] 1976, p. 380) esclarece que "[...] não é possível separar o pensamento da matéria pensante. A matéria é o objeto de todas as mudanças". Isso porque "[...] o mundo material e perceptível pelos sentidos, do qual nós, os homens, também fazemos parte, é o único mundo real [...]. Nossa consciência e nosso pensamento, por mais desligados que pareçam dos sentidos, são o produto de um órgão material, físico: o cérebro. A matéria não é produto do espírito, mas este, o produto supremo da matéria" (ENGELS, [1878] 1976, p. 411).

Outro ponto de crucial importância no materialismo filosófico marxista diz respeito a que o mundo e suas leis são perfeitamente cognoscíveis, não havendo no mundo coisas incognoscíveis, mas questões que a ciência e a experiência se encarregarão de revelar e dar conhecimento. Engels ([1878] 1976), criticando a tese de Kant e outros idealistas sobre a incognoscibilidade do mundo, escreve:

> A refutação mais contundente dessas manias, como de todas as demais manias filosóficas, é a prática, ou seja, a experiência e a indústria. Se podemos demonstrar a exatidão de nosso modo de conceber um processo natural, reproduzindo-o nós mesmos, criando-o como resultado de suas próprias condições, e se, além disso, colocamo-lo a serviço de nossos próprios fins, daremos cabo da "coisa em si" inacessível de Kant. As substâncias químicas produzidas no mundo vegetal e animal continuaram sendo "coisas em si" inacessíveis até que a química orgânica começou a produzi-las umas após outras: Com isso, a "coisa em si" se converteu em coisa para nós, como, por exemplo, a matéria corante da ruiva, a alizarina, que hoje já não se extrai da raiz natural daquela planta, mas se obtém do alcatrão da hulha, processo muito mais barato e mais fácil. O sistema solar de Copérnico foi durante trezentos anos uma hipótese, na qual se podia apostar cem, mil, dez mil contra um, mas, apesar de tudo, uma hipótese, até que Leverrier, com os dados tomados desse sistema, pôde calcular, não só a necessidade da existência de um planeta desconhecido, como também, o lugar em que esse planeta tinha que se encontrar no firmamento, e até que apareceu logo após Galle e descobriu efetivamente esse planeta: a partir deste momento, o sistema de Copérnico ficou demonstrado (ENGELS, [1878] 1976, p. 409).

Ora, se o mundo é cognoscível e nossos conhecimentos que regem o desenvolvimento da natureza são verdadeiros, a vida social e o desenvolvimento da sociedade e, consequentemente, da sexualidade, também são suscetíveis de serem conhecidos. Assim, temos a natureza, a existência, o mundo material, o sexo como primários e a consciência, o pensamento, o gênero e a sexualidade como derivados. O mundo material é visto como realidade objetiva, com existência independente da consciência do homem, sob a qual se desenvolve, enquanto imagem refletida, a consciência, de acordo com os diversos períodos históricos da sociedade.

Compreendemos então o sexo como uma das características que guardam estreita relação com a materialidade, uma vez que sua diferenciação já se encontra iniciada biologicamente pela formação das gônadas e dos demais órgãos sexuais, presentes no embrião e em desenvolvimento no feto, obedecendo à determinação cromossômica original. A partir de então, com o reconhecimento do sexo do indivíduo no nascimento, "[...] o registro civil, a família, a escola moldam as características psíquicas, enquanto os hormônios elaborados pelas gônadas acentuam a diferenciação somática na puberdade em consonância com a ação sexualizante do meio social" (CANELLA, 2006, p. 85).

Marx ([1856] 2008) esclarece que, a partir das condições de existência da sociedade, se desenvolve a vida material, como também suas ideias, teorias, concepções e instituições políticas, pois "[...] não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina a sua consciência" (MARX, [1856] 2008, p. 339). É assim, então, que o materialismo toma a historicidade com condição *sine qua non* para esclarecer as relações entre a existência social e a consciência social da sexualidade.

O materialismo histórico não é, então, apenas redutível à corporeidade enquanto sexo, uma mera materialidade física, extensa. Neste, a história é vista como a história da produção sexual humana e, consequentemente, a chave para o estudo das leis da história da sociedade não deve ser procurada nos recônditos da alma humana, mas sim no modo de produção aplicado pela sociedade em cada um de seus períodos históricos, nas maneiras como determinadas mudanças no desenvolvimento das forças produtivas mudam também as relações sexuais entre os homens.

Marx e Engels ([1845] 2002, p. 39) entendem então que:

> [...] o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

Temos assim a organização sexual pautada sob diversos prismas a partir do materialismo histórico: o prisma genético, na organização cromossômica XX ou XY; o gonádico, na presença de ovários ou testículos; o somático, definido pelos genitais internos e externos, e também pelos caracteres sexuais secundários; o sexo legal, na identificação dada pelo nome ao sujeito; o gênero, no desenvolvimento social das considerações do ser homem (masculino) e ser mulher (feminina), e ainda o sexo psicossocial, ou ainda a identidade sexual, na qual o sujeito se identifica e se reconhece como homem ou mulher.

> É no momento do nascimento que atribui-se ao indivíduo um sexo, e isso se faz de forma simples e objetiva pela observação da genitália externa, se há pênis é homem, se ele não está presente é mulher. Certamente não se procede a um exame minucioso da genitália externa do recém-nascido sendo possível enganos, ora pelo não desenvolvimento correto do pênis, ora pelo desenvolvimento exagerado do clitóris [...] é portanto da visualização da genitália externa que se estabelece o sexo legal pelo qual um indivíduo recebe um nome sendo registrado legalmente em um cartório. João ou Maria levarão seu nome sendo identificados legalmente na sociedade. A partir do nascimento os pais criam os filhos em acordo com o sexo legal, meninos são dirigidos para terem atitudes e comportamento de homem e meninas são direcionadas para atitudes e comportamentos de mulheres. A sociedade enfatiza e colabora ativamente com a criação diferenciada das pessoas (CANELLA, 2006, p. 89).

A exposição trabalhada pelo autor resguarda determinadas concepções ainda muito presentes em nossa sociedade quando considera que as primeiras organizações da sexualidade humana se dão a partir da diferenciação anatômica entre os sujeitos. Por mais restritiva que essa classificação possa ser, mesmo sabendo que diversos avanços já foram alcançados na realidade social em relação ao entendimento dessa dinâmica, não podemos negar ainda que a configuração da sexualidade toma como princípio a organização da base material da vida, isto é, a apresentação morfológica do corpo. Mas também precisamos considerar que a própria base morfológica existe enquanto elemento da realidade social e, portanto, é generificada. Uma dialética entre sexo e gênero enquanto produção e (re)produção.

As relações sociais que estabelecemos estão, então, intimamente ligadas às forças produtivas da sociedade, a tal ponto que, quando mudamos o modo de produzir e ganhar a vida, modificam-se também todas as relações sociais, incluindo a sexualidade. Esse movimento é constante no devir humano, na destruição e construção de novas forças sociais-culturais, na formação de ideais sexuais. A única coisa imutável nesse paradigma é a abstração do movimento (MARX, [1856] 2008).

Portanto, sobre o materialismo histórico Engels ([1878] 1976) explica que:

> A produção econômica e a estrutura social que dela resulta necessariamente em cada época histórica constituem a base sobre a qual repousa a história política e intelectual dessa época. Portanto, toda a história da sociedade, desde a dissolução do regime primitivo da propriedade coletiva sobre o solo, tem sido uma história de lutas de classe, de lutas entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, segundo as diversas fases do progresso social. Agora, essa luta chegou a uma fase em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode emancipar da classe que a explora e a oprime (a burguesia) sem emancipar, para sempre, a sociedade inteira da opressão, da exploração e da luta de classes (ENGELS, [1878] 1976, p. 9).

A luta de classes representa, então, a base das relações de produção no regime capitalista, ao qual estamos subjugados neste momento. Neste, a propriedade capitalista sobre os meios de produção e a inexistência de propriedade sobre os produtores, trabalhadores – os quais não podem ser mortos ou vendidos (como em organizações sociais anteriores) – findam na exploração da força de trabalho ao capitalista, submetendo os trabalhadores/operários ao jugo da exploração. O proletariado vende, então, suas forças de produção a fim de subsidiarem suas necessidades elementares, ou ainda, as superiores.

Temos então que a característica fundamental do regime capitalista é, e sempre será, a luta de classe entre os exploradores e os explorados e, nesse ínterim, a organização das relações sexuais e da própria sexualidade como um produto a ser controlado para responder às demandas do próprio capital. Obviamente que para compreendermos esse movimento devemos considerar que as novas forças produtivas e as novas relações de produção não surgem desligadas do velho regime, como um rompimento, mas se formam em seu próprio seio (MARX, [1856] 2008). Não queremos dizer que essa relação se dê suavemente, sem conflitos, mas, ao contrário, as transformações geralmente se dão a partir de uma revolução nas velhas relações de produção com vistas à instauração de outras novas.

Isso porque as relações que outrora ocorriam de forma espontânea, independente das vontades dos homens, atingem um grau de amadurecimento que as impulsionam, frente às classes dominantes, a eliminarem determinados obstáculos por meio de ações conscientes, da ação revolucionária. Do conflito existente entre as relações sexuais e as novas exigências econômicas e sociais, têm surgido, no processo histórico, novas ideias que organizam e mobilizam a massa, criando assim novos poderes: a diversidade nas formas de identificação sexual. Esse corpo revolucionário objetiva, então, avançar para além do velho regime, referendando uma nova possibilidade, aquela que contém o antigo, mas que o supera em um novo movimento não apenas somatório, mas sintético (MARX, [1856] 2008).

Assim, desde sua gestação e após o nascimento, o desenvolvimento sexual dos sujeitos guarda uma intrínseca relação entre os fatores biológicos e os fatores psicossociais. As questões fisiológicas desse processo já são bem conhecidas, mas o desenvolvimento psicológico da esfera sexual não tem sido amplamente trabalhado, pois grande parte das teorias psicológicas não têm considerado, para esse entendimento, as relações sociais e históricas como base para o desenvolvimento das identificações humanas.

Canella (2006) aponta que a grande maioria dos estudiosos sobre sexualidade tem considerado que, para ocorrer o desenvolvimento de qualquer senso de identidade, primeiramente os sujeitos precisam se identificar como homens ou mulheres, pois a identidade

pessoal é perpassada pela identificação sexual (auto) atribuída pelo/ao sujeito. Porém, devemos considerar ainda que, para essa identificação ocorrer, o cerceamento que a estrutura social capitalista desenvolve diferencia claramente o que se espera de um menino e de uma menina, criando assim, sinteticamente, normas, regras e valores que devem se vincular aos comportamentos individuais. Isto é, o desenvolvimento de nossa identidade sexual sempre está permeado pelos papéis sócio-sexuais ou, ainda, as configurações de gênero, enquanto elementos antitéticos, criadas e mantidas como diretrizes do ser homem ou ser mulher em nossa sociedade, "[...] pois elas nos permitem refletir sobre essa construção sócio-histórica a partir das diferenças biológicas" (KAHHALE, 2002, p. 179).

Tais organizações que embasam o gênero social são nomeadas por Andrade-Silva, Bueno Filho e Paiva (1999) como tipificações sexuais, as quais podem ser compreendidas como prescrições sociais de características identitárias determinadas pelas instituições sociais e que são exigidas como maneiras de sentir, pensar e se comportar para ser acolhido e aceito como homem ou mulher nos diversos grupos. Esses elementos culturais são repassados pelo processo educativo que, na dicotomia homem-mulher, já atribuem

> [...] uma educação afetiva, delicada e sensual para o feminino e forte, sexuada e objetiva para o masculino. Os brinquedos, a literatura infantil, os colégios, a TV, darão continuidade efetiva a todo processo de instalação em determinado gênero, o que progressivamente será internalizado pela criança que desenvolve o núcleo de sua identidade sexual cunhando-se o sentimento subjetivo de ser homem ou mulher (CANELLA, 2006, p. 91).

Desse modo, a lógica dialética utilizada por Marx considera a natureza como um todo articulado e único, no qual os objetos e fenômenos se encontram vinculados um ao outro em mútua interdependência. A sexualidade e o desenvolvimento da identidade sexual devem, então, ser compreendidos e explicados em suas conexões indissolúveis com os demais fenômenos circundantes e condicionados por eles. Isso porque outro ponto crucial do método dialético é a consideração do perene movimento de mudança, transformação e desenvolvimento da realidade, pois "[...] toda a natureza [...], de suas partículas mais minúsculas até seus corpos mais gigantescos, do grão de areia até o sol, do protozoário até o homem, se acha em estado perene de nascimento e morte, em fluxo constante, sujeita a incessantes mudanças e movimentos" (MARX; ENGELS, [1845] 2002, p. 491).

Por esse motivo, a dialética "[...] focaliza as coisas e suas imagens conceituais, substancialmente, em suas conexões mútuas, em sua ligação e concatenação, em sua dinâmica, em seu processo de gênese e caducidade" (ENGELS, [1878] 1976, p. 165). A tal passo, utilizar

a dialética para estudar os fenômenos humanos e também os processos de potencial desenvolvimento da sexualidade demanda considerar tais processos partindo das mudanças quantitativas insignificantes até mudanças maiores, manifestas, radicais, isto é, qualitativas.

Devemos compreender, então, que essa passagem não ocorre de modo gradual, mas sim repentinamente, na forma de saltos resultantes da acumulação de uma série de mudanças quantitativas. Nesse princípio, não vemos o método dialético como um movimento circular, em que há uma mera repetição do já foi ocorrido; mas o consideramos a partir do movimento em espiral, ascensional, na evolução do simples para o mais complexo, do inferior para o superior (ENGELS, [1878] 1976).

No que concerne às condições da sexualidade, esse avanço proporcionado pelo movimento dialético só é possível porque os objetos e fenômenos sexuais carregam consigo contradições implícitas, as quais são contidas, a exemplo, na relação: macho-fêmea; homem-mulher; positivo-negativo; passado-futuro; caducidade-desenvolvimento; velho-novo. Desse modo, a transformação da quantidade em qualidade, do inferior para o superior, não ocorre de maneira harmônica, mas sempre exaltando as contradições num processo de luta entre as tendências contrapostas nas bases da relação.

O materialismo histórico-dialético considera, então, "[...] o estudo das contradições contidas na própria essência dos objetos" (LENIN, [1929] 2011, p. 263), entendendo que "[...] o desenvolvimento é a luta dos contrários" (LENIN, [1929] 2011, p. 301)e, nessa perspectiva, suas características fundamentais e suas possibilidades de aplicação ao entendimento e desenvolvimento da história da sociedade e da vida sexual, com suas diversas representações. Enquanto essência compreensiva, Marx ([1856] 2008) tece os seguintes esclarecimentos:

> Na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O sistema de produção da vida material condiciona todo o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as condições de produção existentes ou, o que não é mais do que a expressão jurídica disto, com as relações de propriedade dentro das quais se têm movido até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se convertem em seus entraves. E se abre assim uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, transforma-se, mais ou menos lentamente, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando

> se estudam essas transformações, cumpre distinguir sempre entre as mudanças materiais operadas nas condições econômicas da produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas — ideológicas, em uma palavra — em que os homens adquirem consciência desse conflito e o combatem. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos julgar tampouco essas épocas de transformação por sua consciência, mas, ao contrário, deve-se explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se tenham desenvolvido todas as forças produtivas que comporta, e nunca aparecem novas e mais altas relações de produção antes que as condições materiais para a sua existência hajam amadurecido no seio da sociedade antiga. Por isso, a humanidade sempre propõe a si mesma unicamente os objetivos que pode alcançar, pois, bem olhadas as coisas, vemos sempre que esses objetivos se propõem apenas quando já existem ou, pelo menos, se estão gestando os condições materiais para a sua realização (MARX, [1856] 2008, p. 338-339).

Vemos, então, que o desenvolvimento da sexualidade é impulsionado pela condição social, pela socialização sexual, seja primária no seio familiar, ou ainda secundária nos demais grupos (BERGER; LUCKMANN, [1978] 2003), determinando, assim, características que vão se aglutinando com diferentes forças na dinâmica subjetiva do sujeito através de diferentes normas e atributos.

Martín-Baró (1997, p. 115 – tradução nossa) compreende que a socialização está relacionada com "[...] aqueles processos psicossociais nos quais o indivíduo se desenvolve historicamente como pessoa e como membro de uma sociedade"[8], o que nos permite entender que esse processo é maior do que o simples compartilhamento de valores, princípios e normas. Nessa perspectiva, Leão (2009, p. 02) esclarece que:

> A análise do impacto do processo de socialização desenvolvido conforme a estrutura social na subjetividade humana indica que são as relações primárias que promovem a constituição das características violentas na personalidade e na subjetividade. E o faz por meio das nomeações, das identificações e diferenciações, que no processo de socialização vão se materializando, tornando os homens únicos e singulares, ao mesmo tempo em que são gerais e sociais.

A autora supracitada enfatiza que a identidade sexual não é uma evidência imediata na vida das pessoas, pois o desenvolvimento desse identitário resguarda dependência de toda a

[8] "[...] aquellos procesos psicosociales en los que el individuo se desarrolla históricamente como persona y como miembro de una sociedad (MARTÍN-BARÓ, 1997, p. 115).

construção da identidade pessoal e de suas relações com os papéis sociais que têm orientado a vida sexual em determinada sociedade.

Tal afirmativa encontra respaldo na compreensão que Martín-Baró (2005) faz sobre o processo psicológico de constituição da identidade sexual, considerando que não devemos procurar explicações sobre a natureza sexual apenas no conjunto de caracteres orgânicos ou ainda da personalidade, pois a sexualidade humana é abarcada por fatores ideológicos e sociais que nos sujeitam à raiz biológica também oposta ou ambígua, constatando que homem e mulher, enquanto gênero, constituem duas faces do ser humano.

Assim, trazer também as discussões proporcionadas por Martín-Baró (1997; 2005) nos permite retomar os pressupostos do materialismo histórico e da lógica dialética, compreendendo que, no processo de identidade como características fundamentais subjetivas, se desenvolve uma diferenciação entre homem e a mulher iniciada já no aspecto biológico e que finda, enquanto síntese, na relação entre o psiquismo e a sociedade.

Kahhale (2002, p. 181) esclarece que "[...] a constituição da sexualidade pelo indivíduo, no caso por um indivíduo específico, antecede seu próprio nascimento, por expressar as condições sócio-históricas mais globais, bem como as específicas e as circunstâncias nas quais o casal, que gera uma criança, está inserido". O foco principal é compreendermos, então, que a diferenciação se torna normal e socialmente desejável a partir do momento em que expressa a diversidade de processos que o ser humano pode realizar ao longo da história.

Nessa perspectiva, reiteramos o dito anteriormente, ou seja, que masculinidade e feminilidade como características do gênero não são excludentes entre si, mas funcionam como uma polaridade num *continuum* de traços e características disponíveis ao ser humano. A dificuldade reside justamente quando tomamos como representação identitária da sexualidade somente (e exclusivamente) o gênero, isolando a própria materialidade história que lhe engendra, negando essa identidade a partir de uma mitologia sexual.

Martín-Baró (2005) considera que o conceito de mitologia sexual é impar para analisarmos como as diferenças sexuais (e suas consequentes identificações) continuam sendo atribuídas a uma natureza, respaldando, assim, a produção de mecanismos ideológicos que culminam em formas de discriminação social:

> Machismo e feminismo são verdadeiros mitos sociais que amparam práticas convenientes aos interesses dominantes em nossa organização social. Por mito entendemos aqui aquela ideia ou conjunto de ideias que pretendem refletir e explicar uma determinada realidade, porém que, de fato, as distorcem e

> ocultam em beneficio daqueles que detêm o poder" (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 174 – traduação nossa)[9].

Esse conceito se aproxima muito do que Ciampa (1987) chama de identidade-mito, quando considera que determinados processos sociais restringem a (re)produção de identidades que extrapolem a dinâmica constrita na sociedade capitalista, negando as possibilidades de movimento e mantendo uma permanente inalteração do ser, negando a própria historicidade e o movimento dialético da materialidade.

Assim, devemos considerar algumas prerrogativas. A primeira, relacionada à própria limitação de nossos pensamentos e das construções contidas neste capítulo, determinadas pela ausência de produções a partir dos pressupostos do materialismo histórico-dialético e da teoria psicológica Sócio-Histórica. Tal perspectiva nos coloca a necessidade de reconhecer que estes são alguns elementos orientadores para discussões que, no futuro, precisam ser aprofundadas e desdobradas sobre a dialética da sexualidade.

A segunda, e não completamente isolada da primeira, refere-se ainda à especificidade de nossa abordagem teórica, uma vez que qualquer outra poderia gerar pensamentos e resultados diferenciados para compreender o desenvolvimento da sexualidade. Entretanto, pela compreensão dialética da realidade, tomamos os sujeitos como representantes de aspectos relacionados aos processos sociais e psicológicos presentes na sociedade e que se cristalizam em suas características devido à especificidade de sua inserção na realidade externa ou no desenvolvimento de um determinado processo de identificação.

Trazemos então que essa forma de compreensão da realidade permite apreendermos a sexualidade como uma construção social que mantém uma relação dialética com o psiquismo humano, representado tanto pelos conteúdos conscientes quanto inconscientes. Por esse motivo, a dinâmica psíquica estabelecida não é intransponível, determinada filogeneticamente, mas sim desenvolvida através da apropriação que o sujeito faz da realidade sexual e que, portanto, depende de sua atividade.

A questão central com premência a ser considerada é a produção social, cultural e histórica da sexualidade e do psiquismo. Visualizamos que a sexualidade é, como a consciência e o inconsciente, dependente da relação do sujeito com o mundo externo, sem perder a condição social, já que contém componentes relacionados às determinações sócio-históricas nas quais

[9] Machismo y feminismo son verdaderos mitos sociales que amparan prácticas convenientes a los intereses dominantes en nuestra organización social. Por mito entendemos aquí aquella idea o conjunto de ideas que pretenden reflejar y explicar una determinada realidad, pero que, de hecho, las distorsionan y ocultan en beneficio de aquellos que detentan el poder (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 174).

esse indivíduo atua, nos grupos em que participa, os quais fornecem conteúdos para o seu desenvolvimento e, para além disso, do desenvolvimento de sua sexualidade enquanto processo e função psíquica. Cabe, então, adentrarmos ao entendimento da consciência e de seu polo dialético, o inconsciente, para avançar na compreensão dessa dinâmica com a vida social e sexual, como veremos no capítulo a seguir.

2 CONSCIENTE-INCONSCIENTE: A DIALETICIDADE NA DINÂMICA DO PSIQUISMO

A discussão sobre a dialética da sexualidade, à qual este trabalho se propõe, nos exigiu tomar como ponto de partida a apresentação da sexualidade em seu percurso histórico, buscando assim apresentar ao leitor as diversas maneiras como esse tema tem sido pensado e trabalhado por autores das ciências humanas e sociais, assim como nos diálogos estabelecidos também com as ciências biológicas. Vimos que este árduo campo de produção tem avançado, desenvolvendo novas possibilidades ou ainda reconhecendo, por outros prismas, possibilidades ora dadas em elementos anteriores da cultura, para a vivência de processos e funções psicológicas e sociais aplicados e originados à/pela sexualidade. Mas, findamos a primeira parte dessa sintetização enfocando a dependência da sexualidade com o mundo externo, uma vez que não a compreendemos apartada das condições sociais, pelo contrário, numa dialética entre sociedade e psiquismo humano, representada tanto pelos conteúdos conscientes quanto inconscientes.

Todavida, cabe esclarecermos novamente que as concepções de consciência e inconsciente trabalhadas aqui não coadunam com os pressupostos amplamente marcados na ciência psicológica a partir da perspectiva Psicanalítica. Isso porque compreender o inconsciente e a consciência a partir da teoria psicológica Sócio-Histórica nos coloca frente à necessidade de considerar que ambos só podem ser estudados quando em relação, pois nem inconsciente quanto consciência são, para Vigotsky (1987), instâncias *a priori*, absolutas, deslocadas da realidade. Ao contrário, o fundamento principal genético de ambos está na cultura, nas construções sociais e, por esse motivo, as duas instâncias do psiquismo são determinadas pelo contexto social e histórico em que se desenvolvem. Portanto, a unicidade é elemento chave para suas compreensões.

Essa síntese dialética trabalhada por Vigotsky (2004a) em sua teoria busca superar os limites encontrados nas teorias psicológicas do século XX, uma vez que o autor considera que "[...] o inconsciente não está separado da consciência por alguma muralha intransponível. Os processos que nele se iniciam têm, frequentemente, continuidade na consciência e, ao contrário, recalcamos muito do consciente no campo do inconsciente" (VIGOTSKY, 2004a, p. 83).

Ressaltamos assim a dinâmica e permanente relação entre consciência e inconsciente, na medida em que tanto consciência quanto inconsciente influenciam em nossos comportamentos e identificações, pois ambos são tomados como qualidades diferentes de um mesmo objeto, relações polares de uma mesma condição e situação diferenciada do psiquismo.

Por esse motivo, e tomando como substrato a defesa da tese que estamos aqui apresentando, é que o presente capítulo visa apresentar uma discussão a respeito da relação entre consciência e inconsciente como polos constitutivos do processo dialético. Tomamos a consciência como existente e desenvolvida no antagonismo com a inconsciência, ou seja, por mais que sejam antitéticos um ao outro, são aspectos ativos que se movimentam e interagem na dinâmica psíquica, garantindo assim a organização e o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores e seus mediadores.

Sobre esse princípio, Aguiar (2000, p. 137) ressalta que consciência e inconsciente mantêm

> [...] uma relação de mediação, na qual um não se dilui no outro, cada qual mantendo sua identidade, ainda que um não exista sem o outro. Pode-se afirmar, portanto, que o inconsciente é parte constitutiva da consciência e vive-versa. Nessa medida, convém ressaltar que também o inconsciente é histórico e social, a despeito de, ao mesmo tempo, ser individual, singular.

Esse movimento é justamente o resultado das diferentes formas de ação do homem na realidade, tendo em vista que este, no processo ontogenético, se caracterizou por construir a própria existência, fugindo, assim, de determinações meramente naturais. Transformar a natureza para satisfazer suas próprias necessidades torna-se um imperativo da hominização,

> [...] é a marca distintiva do homem, que surge no Universo, no momento em que um ser natural se destaca da natureza, entra em contradição com ela e, para continuar existindo, precisa transformá-la. [...] que se chama de desenvolvimento histórico não é outra coisa senão o processo através do qual o homem produz a sua existência no tempo. Agindo sobre a natureza, ou seja, trabalhando, o homem vai construindo o mundo histórico, vai construindo o mundo de cultura, o mundo humano (SAVIANI, 1991, p. 96-97).

Fato é que está na produção da cultura a diferenciação do homem com os demais animais, um movimento e ruptura que "[..] não interrompe o processo evolutivo, mas dá ao homem o comando da própria evolução" (SIRGADO, 2000, p. 51). Vemos então que a história do homem está pautada na história dessa transformação, da passagem da condição natural para a condição cultural marcada, principalmente, pela emergência da atividade simbólica.

A simbolização, enquanto possibilidade de "[...] substituir realidades concretas por algo que não pertence ao real concreto, por realidades simbólicas" (PADILHA, 2000, p. 01) transforma a atividade humana em uma atividade duplamente mediada, tanto pelos instrumentos técnicos quanto pelos símbolos. Os instrumentos funcionam, então, como

mediadores externos que regulam as ações sobre os sujeitos, enquanto os signos regulam as ações sobre o psiquismo, permitindo assim que a ação de transformação da natureza pelo homem fosse representada.

Nesse ínterim, se compreendemos o signo como "[...] tudo aquilo que possui um significado e que remete a algo situado fora de si mesmo", é através do caráter sígnico que a realidade é apropriada e transforma-se em parte constituinte do sujeito, uma vez que funciona como "[...] elemento que integra as Funções Psíquicas Superiores" (AGUIAR, 2000, p. 130).

A significação é vista, então, como a atividade que pode ser interiorizada e transmitida aos demais sujeitos coletivos, pois materializa as produções humanas em construções culturais, as quais permitem organizar a convivência e a própria existência histórica. Assim, podemos compreender que o signo possibilita a transformação do objetivo em subjetivo, reconfigurando as significações sociais em pessoais a partir do sentido atribuído pelo indivíduo (SIRGADO, 2000).

Sobre a configuração sígnica do psiquismo, Zanella (2004, p. 131) esclarece que são "[...] produtos da ação do próprio ser humano e decorrem, portanto, da história da humanidade. Uma vez apropriados, caracterizam o psiquismo humano como sígnico e, em consequência, inexoravelmente social". Temos, então, a produção ativa do homem, cuja construção da realidade acontece a partir de uma realidade anterior (KRAPIVINE, 1986), que determina formas de atuar, assim como suas necessidades, características e também uma organização psíquica. Portanto, estamos considerando que a subjetividade só pode ser compreendida em uma perspectiva social e histórica na qual se desenvolve e sob a qual o sujeito atua, sendo, desse modo, determinado o aspecto relacional entre as Funções Psicológicas Superiores e, por conseguinte, a organização da relação consciência e inconsciente.

A compreensão do inconsciente a partir da condição cultural já aparece na filosofia de Shoppenhauer (1788-1860) e Nietzsche (1844-1900), assim como na obra de Wundt (BASSIN, 1981). Porém, a concepção presente na obra de Vigotsky se diferencia na medida em que aponta para o aspecto individual da instância inconsciente no psiquismo. Estamos dizendo que, em decorrência de suas experiências e vivências, o sujeito particular, inserido em uma determinada sociedade cujas produções culturais influem em seu desenvolvimento psíquico, desenvolve essa instância, mantendo-a culturalmente estruturada, mas também individualmente orientada.

Sirgado (2000) já nos aponta que podemos observar a compreensão da cultura a partir das práticas sociais e suas concepções organizadas, as quais guiam o desenvolvimento das formas superiores de comportamento humano, pois estas estão calcadas no movimento histórico

da vida social, na forma como o contexto sócio-histórico demanda necessidades específicas e a satisfação destas a partir dos grupos sociais.

Vigotsky (1987, p. 69-70), "[...] admitindo a influência da natureza sobre o homem, afirma que o homem, por sua vez, age sobre a natureza e cria, através das mudanças produzidas nela, novas condições naturais para a sua existência", uma prática então eminentemente cultural. A partir dessa perspectiva, a cultura pode ser conceituada como "[...] as transformações práticas da realidade, os instrumentos para desempenhá-las, os produtos gerados por essas práticas, as explicações sobre a realidade construída, as organizações sociais, enfim, toda alteração que o homem realiza tanto na materialidade quanto na subjetividade para o atendimento de suas necessidades" (SANTOS, 2010a, p. 78). Assim, a cultura engloba o elemento histórico já que "[...] toda e qualquer cultura se transforma no tempo, incorpora e perde elementos e supera outros" (TELMO, 2006, p. 14).

Podemos visualizar as religiões, as artes e a sexualidade como partícipes da cultura humana, mas também as instituições, as tecnologias, os instrumentos diversos e as maneiras de nos relacionarmos com o outro social. E, quando lembramos que a sociedade do capital se mantém a partir da divisão do trabalho e, consequentemente, da divisão social em classes, devemos também considerar que essa divisão se materializa na própria humanidade. Isto é, por mais que a cultura seja vista como a totalidade de produções humanas, o acesso a estes ou aqueles aspectos dessas produções dependerá, necessariamente, de sua classe social, das relações estabelecidas socialmente, da atividade subjetiva, enfim, do contexto e das mediações disponibilizadas ao sujeito.

Se a sociedade, dividida e estratificada, mantém diferenciada a apropriação da cultura de acordo com esse quesito, devemos compreender que assim também serão mantidas enquanto dimensões no psiquismo. Isso porque com a ausência do domínio cultural, os conteúdos presentes na realidade social não são apropriados pelos sujeitos e integrados em sua condição consciente na realidade, impedindo assim a organização de seus comportamentos e a compreensão destes. Desse modo, se a condição da vida social vivenciada pelo homem determina quais elementos e dimensões da sexualidade este irá apropriar, o próprio desenvolvimento da identificação sexual – assim como suas orientações de desejo, se manterão menos (ou ainda) inconscientes ao sujeito, por mais que ainda guiem sua produção subjetiva.

Assim, a dinâmica estabelecida entre consciência e inconsciente, mesmo que se configure em uma condição subjetiva, mantém sua gênese na vida social, no processo histórico de um determinado grupo. Por esse motivo, nosso terceiro capítulo está organizado para

permitir o conhecimento desse movimento a partir da apreensão dos vínculos, dos nexos e das relações mediacionais estabelecidas entre os dois polos dessa dialética.

2.1 A MEDICAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ DA DIALÉTICA PSÍQUICA

Estudar o desenvolvimento dos processos psíquicos nos coloca, reiteradamente, a necessidade de recorrermos à compreensão dos mecanismos de como a realidade é apropriada pelo sujeito. Considerando que essa apropriação é sempre mediada, tal categoria é crucial para entendermos a dialética estabelecida entre o todo e as partes, entre a objetividade e a subjetividade.

Recuperar e ressaltar a dialética neste momento permite que compreendamos a realidade como uma totalidade configurada através de um conjunto organizado, no qual as partes coexistem no movimento integrado, carregando características do todo e atuando como representantes deste, mesmo contendo aspectos particulares. Assim, o todo não é observado apenas como soma das partes, pois possui uma organização qualitativa e, de certa forma, independente em relação a estas (ARNONI, 2006).

Nessa condição compreensiva, Plekanov (1989) nos esclarece que os aspectos ou fenômenos sempre devem ser tomados não somente em suas particularidades, mas como partes de um todo e relacionados com ele, ou seja, enquanto condição fenomênica as partes não se desenvolvem de maneira isolada ou independente, mas sim com uma totalidade sintética. Portanto, "[...] os fatos isolados são meras abstrações, são momentos separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente ganham significado e concreticidade" (ARNONI, 2006, p. 4).

A partir dessa perspectiva de análise, podemos observar os fenômenos em sua dupla realidade: a aparência, imediata, e a essência, seu aspecto constitutivo. Nesse princípio, a essência sempre está imediatamente oculta, só podendo ser acessada por meio das mediações que farão a conexão do todo com as partes, da constituição do todo, suas particularidades e como determinada parte pode representar o todo.

Arnoni (2006, p. 6) define então a mediação da seguinte maneira:

> [...] a força de tensão gerada entre termos distintos, o imediato e o mediato, os quais se contrapõem entre si e são denominados de pares dialéticos. Esses pares dialéticos compõem as categorias filosóficas e permitem ao sujeito depreender, analisar e compreender o movimento do real, possibilitando assim a superação do imediato no mediato.

Temos na configuração mediacional a realidade em sua característica contraditória, ressaltada pelo movimento da aparência para a essência, do empírico/abstrato para o concreto, do singular para o universal, objetivando alcançar o particular. Esse pressuposto é fundamental para compreendermos as maneiras pelas quais os elementos e os aspectos externos podem ser apropriados e passarem a constituir elementos internos aos sujeitos.

Nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, assumidos pela Psicologia Sócio-Histórica, a mediação é tida como um elemento que estabelece a relação entre dois polos de uma relação, garantindo assim a produção sintética. Nesse princípio, podemos tomar o organismo biológico como tese e, na contraparte antitética, as construções sociais desenvolvidas pelo homem ao longo do processo histórico, trazendo, nesse entremeio, o instrumento mediacional como responsável pelo estabelecimento da relação dessa díade. (CAVALCANTI, 2005). Porém, ainda perante a historicidade, a síntese produzida assume uma condição provisória, pois logo se (re)configura como uma nova tese, tendo assim o reinício ao processo e a apropriação deste pelo sujeito.

Conforme citamos anteriormente, os instrumentos práticos desenvolvidos na realidade objetiva permitem e regulam nossas ações para com os objetos, e os instrumentos psicológicos permitem e regulam nossas ações para com o psiquismo. Ambos mediadores estão na base do desenvolvimento da consciência e, ademais, a mediação sígnica "[...] é um meio para influenciar o próprio sujeito (ou o outro) na psique e no comportamento, mas não modifica nada no objeto" (LEÃO, 1999, p. 22).

Sobre essa diferenciação, Vigotsky (1991, p. 62) expõe que:

> A diferença mais essencial entre signo e instrumento, e a base da divergência real entre as duas linhas, consiste nas diferentes maneiras com que eles orientam o comportamento humano. A função do instrumento é servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado externamente; deve necessariamente levar a mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio da atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado internamente. Essas atividades são tão diferentes uma da outra, que a natureza dos meios por elas utilizados não pode ser a mesma.

Na perspectiva do desenvolvimento humano, quando Vigotsky e Luria (2007) analisam essa relação entre o uso de instrumentos práticos e do universo simbólico, eles apontam que é o desenvolvimento da linguagem que possibilitou a afloração de determinadas formas especificamente humanas de comportamento. Consideram que:

> [...] o uso prático de instrumentos e das formas simbólicas de atividade associadas à fala não constituem duas cadeias de relações distintas. Constituem uma entidade psíquica complexa em que a atividade simbólica está orientada para a orientação de operações práticas mediante a criação de estímulos de segunda ordem e do planejamento da conduta do sujeito. Ao contrário de outros animais superiores, surge no homem uma complexa conexão funcional entre a fala, o uso de instrumentos e o campo visual natural; a não ser que se analise essa conexão, a psicologia da atividade prática humana seguiria sempre resultando incompreensível (VIGOTSKY; LURIA, 2007, p. 25-26 – tradução nossa)[10].

Dessas considerações, temos que as produções desenvolvidas pelo homem com o uso de instrumentos práticos contêm aspectos simbolizados que concluem as objetivações de sua subjetividade, passíveis de compreensões somente a partir da recuperação das mediações semióticas presentes. Sirgado (2000, p. 55) compõe que "[...] o uso de instrumentos técnicos e a atividade com símbolos são dois processos que mantêm entre si relações estruturais e genéticas e que, por isso mesmo, não podem ser tratados como distintos ou independentes"; essas mediações funcionam como força motriz para o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores (atenção voluntária, memória lógica, emoção, identidade, etc.).

Tais funções estão contidas, então, não em uma existência *a priori*, mas na "[...] história da transformação das formas de comportamento social em formas de organização psíquica individual" (VIGOTSKY; LURIA, 2007, p. 51 – traduação nossa). Isto é, as mediações guardam dependência também com os meios de produção da vida desenvolvidos pelo grupo em que o sujeito se encontra, permitindo, assim, que ele se aproprie dos elementos que passarão a compor sua constituição subjetiva.

Assim, para atender ao nosso objetivo de estudo, vamos adentrar as especificidades dos mediadores que possibilitam a compreensão da apropriação e construção da subjetividade e, a partir destes também, a organização e desenvolvimento das funções conscientes e inconscientes, sejam eles: a atividade, a linguagem e a emoção.

Leontiev (2004, p. 82) nos esclarece que a atividade é um "[...] processo que liga o homem à natureza, o processo de ação do homem sobre a natureza" e, por esse motivo, a compreensão dessa função psicológica só é possível a partir do momento que trazemos o sujeito

[10] [...] El uso práctico de instrumentos y de las formas sibólicas de actividad asociados al habla no constituyen dos cadenas de reacciones distintas. Constituyen uma entidad psíquica compleja en que la actividad simbólica está orientada hacia la organización de operaciones prácticas mediante La creación de estímulos de segundo orden y la planificación de la conducta misma del sujeto. En contraposición con otros animales superiores, emerge em nl hombre una compleja conexión funcional entre la habla, el uso de instrumentos y el campo visual natural; salvo que se analice esa conexión, la psicología de la actividad práctica humana nos seguiría siempre resultando incomprensible (VIGOTSKY; LURIA, 2007, p. 25-26).

como partícipe de uma coletividade. O que nos relaciona necessariamente com a linguagem para a definição das relações coletivas, uma vez que ela é "[...] um completo sistema de códigos que designa objetos, características, ações ou relações; códigos que possuem a função de codificar e transmitir a informação, introduzi-la em determinado sistema" (LURIA, 2001, p. 25). A linguagem desenvolvida no homem é, então, um sistema de códigos suficientes para transmitir qualquer informação, inclusive fora do contexto de uma ação prática.

A partir da atividade e da linguagem, temos ainda o desenvolvimento de outras funções psicológicas como a personalidade (LEONTIEV, 1978) ou identidade (conforme trabalhada por LANE; SAWAIA, 1995) e a afetividade. Essas duas, enquanto categorias de análise, são desenvolvidas partindo dos estudos de Silvia Lane na discussão das apropriações da teoria psicológica Sócio-Histórica à realidade brasileira, construindo assim uma perspectiva crítica e focada nos problemas latino-americanos a qual ficou conhecida como Escola de São Paulo (SAWAIA, 2002).

Cabe esclarecermos que a seleção pela Teoria da Atividade de Leontiev (1978; 2004) para trabalharmos as questões referentes à atividade e a identidade, e a escolha dos postulados de Vigotsky (1987; 2004a) na discussão da linguagem enquanto elemento constituinte da consciência e do inconsciente, justifica-se porque ambas são construções psicológicas de orientação materialista histórico-dialética. Entretanto, por mais que alguns autores como González-Rey (2007) considerem a existência de uma ruptura entre a obra de Vigotsky e Leontiev, nós ressaltamos a existência de divergências, mas, por não ser objetivo deste trabalho, não iremos tratar as obras como excludentes. Assim, nos aproximamos mais da ideia de Zanela (2004, p. 130), quando considera que

> Em ambos os autores a questão da mediação cultural da consciência está posta, embora em Vigotsky assuma lugar central na explicação sobre a constituição dos processos psicológicos caracteristicamente humanos. A atividade, por sua vez, é fundamental na obra de Leontiev e, por mais que seja posta em dúvida, ocupa igualmente lugar de estaque na Psicologia Histórico-Cultural, como afirma Vigotsky em sua intervenção em um debate ocorrido em dezembro de 1933: "O fato central de nossa psicologia é o fato da ação mediada" (VIGOTSKY, 1991a, p. 130).

Tomaremos então a perspectiva de que o pensamento, a identidade e a emoção, enquanto Funções Psicológicas Superiores, são desenvolvidas a partir da mediação da atividade e da linguagem, esta última, porém, também se transforma em função psicológica na medida em que se torna subjetivada, com sua estrutura e conteúdos interiorizados para organizar e operar

a comunicação e o pensamento. Tais estruturas são responsáveis pelo relacionamento do homem com o mundo e, consecutivamente, do homem consigo mesmo.

Iniciaremos nossa explanação a partir da atividade, pois esta possibilita a apreensão da realidade objetiva que chega aos sujeitos de forma representada, indireta, mediada. A atividade é vista nessa perspectiva como uma função exclusivamente humana, pois produz a ação do homem na realidade para satisfazer suas necessidades, tornando-o assim não apenas subordinado à natureza.

Santos (2010a, p. 102) esclarece que

> A atividade é, simultaneamente, uma Função Psicológica Superior e uma mediadora fundamental na constituição destas funções. Função Psicológica Superior porque atua como um instrumento e representa uma representação interna da realidade externa. Uma mediadora porque é constituída de ações e operações, que conforme explicitaremos adiante permite que o sujeito atue na realidade objetiva, o que resulta numa alteração tanto desta realidade quanto da própria subjetividade. É a atividade que permite aos homens entrarem em contato com a realidade e transformarem-na, alterando assim sua consciência do que é, foi e será a realidade.

Assim, a atividade humana determina, nas diversas formas de sua manifestação, a formação de capacidades, motivos, finalidades, sentidos, sentimentos, ou seja, engendra um conjunto de processos pelos quais o indivíduo adquire existência psicológica. O estudo desses processos psíquicos nos leva, necessariamente, ao plano da pessoa, do homem como indivíduo social real, que sente, pensa e faz.

Leontiev (2004) afirma que, desde o princípio da história humana, os homens e suas condições de vida seguiram por modificações incessantes, transmitindo de geração em geração as evoluções do processo histórico. Porém, as fixações desses conteúdos, que antes eram dadas pela herança biológica, se tornam apenas possíveis "[...] sob uma forma absolutamente particular, forma que só aparece com a sociedade humana: a dos fenômenos externos da *cultura material e intelectual*" (LEONTIEV, 2004, pág. 283 – grifos no original).

Portanto, as aptidões e características especificamente humanas são adquiridas no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes. Assim, o autor enfatiza que "[...] podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. Isso porque o que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do seu desenvolvimento histórico da sociedade humana" (LEONTIEV, 2004, pág. 285). Ou seja, é pela apropriação que a atividade

externa passa a constituir-se como interna, estruturando toda a dinâmica do psiquismo e garantindo, assim, que o homem esteja no mundo, mas que também atue sobre ele.

Claramente, esse processo de humanização, que permite que as construções culturais se tornem parte do sujeito, se inicia desde o desenvolvimento infantil, quando a criança necessita utilizar as construções já produzidas pelas gerações precedentes, os instrumentos, o idioma e a lógica já elaborados pela sociedade, assim como as criações artísticas.

> [Leontiev] evidencia que a criança não possui "aptidões preparadas de antemão" para realizar essas tarefas, como, por exemplo, falar um determinado idioma ou perceber relações geométricas. A formação dessas aptidões acontece em consonância com o processo de apropriação, ou seja, de domínio, pelo indivíduo, do patrimônio cultural criado pela humanidade ao longo do processo histórico (EIDT; DUARTE, 2007, p. 54).

Nessa perspectiva, o homem é um ser ativo que constrói o mundo material e cristaliza suas habilidades desenvolvidas com a própria ação sobre o mundo. Ao atuar nele para transformá-lo, ele interioriza as habilidades ali produzidas pelas gerações anteriores e, em decorrência, disponibiliza para as próximas gerações novas habilidades cristalizadas em novos instrumentos. Enquanto processo ativo, a apropriação possibilita o desenvolvimento de novas aptidões, operações motoras, funções psicológicas, um processo eminentemente desenvolvido por meio da atividade humana, porque:

> Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto [...]. A apropriação dos instrumentos implica, portanto, uma reorganização dos movimentos naturais instintivos do homem e a formação de faculdades motoras superiores (LEONTIEV, 2004, p. 286).

Assim, por mais que se desenvolva em todos os membros da espécie que estejam vivendo em sociedade, o processo de apropriação é ainda um processo de reprodução, nas estruturas individuais, das propriedades e aptidões historicamente formadas da espécie. Bock (2004) aponta que tais características e o mundo psicológico, que anteriormente eram tomados na Psicologia como *a priori*, como próprios da natureza humana, passam agora a surgir como aquisições da humanidade, ressaltando as características histórica e social do mundo material que precisam ser resgatadas enquanto gênese do mundo psicológico.

Em suas formulações sobre a formação do ser humano, Leontiev (1978) parte da compreensão das diferenças entre a ontogênese animal e a ontogênese humana, ou seja, a

análise das diferenças entre a atividade humana, enquanto aquilo que é próprio ao mundo construído historicamente pelos seres humanos, e a atividade animal, enquanto adaptação de um organismo ao meio ambiente.

O autor apresenta a noção de que o homem tem uma origem animal, mas que, ao mesmo tempo, é profundamente distinto dos seus antepassados, pois "[...] a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; [...] essa passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas a leis sócio-históricas" (LEONTIEV, 2004, p. 280).

Assim, o aspecto central evidenciado é o entendimento de que os mesmos processos dialéticos que diferenciam a atividade humana da atividade animal são aqueles que produzem a historicidade do ser humano. Portanto, a diferença entre o ser humano e a espécie animal reside no processo histórico de desenvolvimento da cultura, pois é nessa construção que o homem irá desenvolver o seu mundo e, consequentemente, construir a si mesmo.

Na estrutura de uma atividade animal sempre encontramos a busca pela satisfação de uma necessidade, isto é, uma relação imediata em que o motivo real dessa atividade, ou seja, aquilo que leva o animal a agir, sempre está diretamente relacionado com o objeto da atividade, aquilo para o qual se dirige a atividade do animal. Essa atividade pode se desenvolver em níveis diferentes de complexidade e também aglutinar outras relações dentro de um coletivo. Como objetivo final, a atividade será bem-sucedida se a necessidade for suprida; caso contrário, o animal prosseguirá com sua atividade até conseguir a satisfação da necessidade.

Já na atividade humana, a relação entre o motivo e o objeto da atividade não é imediata, o que demanda outra estrutura de atividade, mais complexa, como também mais complexa será a estrutura psicológica que a possibilitará. Isso porque, partindo de uma evolução natural, os seres humanos tornaram-se biologicamente aptos à realização de uma atividade específica: o trabalho, o qual, em conjunto com a vida em sociedade, são duas características que vão permitir ao ser humano um salto qualitativo no desenvolvimento. Nesse salto, o homem passa a desenvolver a condição humana de vida, ou seja, as habilidades e os comportamentos humanos, antes previstos pela herança genética, passam a ser submetidos então às leis sociais e históricas.

Bock (2004) aponta que é pelo trabalho, compreendido como emprego de energia humana para transformação intencional da natureza, que os homens se colocam nos objetos, humanizando-os. É por essa atividade sobre o mundo material, objetivo, que humaniza o mundo, isto é, "[...] ao mesmo tempo em que atua e trabalha, suas aptidões e conhecimentos vão se cristalizando, de certa maneira, nos seus produtos" (BOCK, 2004, p. 29).

Devemos considerar que a palavra trabalho é utilizada atualmente na sociedade capitalista para fazer referência ao emprego, ou seja, a uma relação em que trocamos nossa atividade por um salário. Cabe ainda ressaltar que essa forma de trabalho é historicamente situada, emergida em conjunto com as demais demandas próprias do capitalismo. Entretanto, por mais que o trabalho seja confundido com emprego, existem certas características que o definem especificamente como uma atividade humana.

A primeira delas é que, enquanto a atividade dos animais se direciona para a satisfação de suas necessidades, os seres humanos agem para produzir os meios para satisfação destas (MARX; ENGELS, [1845] 1993, p. 39-40). O aspecto aqui considerado é que, se considerarmos como ponto de partida a necessidade e tomarmos a satisfação como objetivo final, há um elemento intermediário, uma atividade mediadora, qual seja, a produção de instrumentos. Os autores consideram que essa atividade de produção de meios de satisfação das necessidades humanas nos leva à formação de um novo tipo de necessidades, não mais ligadas imediatamente ao corpo humano (por exemplo, a sede, a fome), mas ligadas à produção material da vida. Tais necessidades novas exigem o maior domínio da natureza e o desenvolvimento amplo das habilidades necessárias à transformação dos objetos naturais em, agora, objetos sociais.

Para compreensão desse princípio, Leontiev (2004) faz ainda uma diferenciação entre atividade e ação, exemplificando a partir da atividade coletiva de caça realizada por um grupo primitivo de seres humanos. Essa atividade seria composta de várias ações realizadas por diferentes sujeitos integrantes do grupo. O autor expõe que:

> Quando um membro da coletividade realiza a atividade de trabalho, realiza-a também com o fim de satisfazer uma necessidade sua. Assim, a atividade do batedor que participa na caçada coletiva primitiva é estimulada pela necessidade de se alimentar ou talvez de se vestir com a pele do animal. Mas para que está diretamente orientada a sua atividade? Por ser, por exemplo, assustar a caça e orientá-la na direção de outros caçadores que estão à espreita. É propriamente isso que deve ser o resultado da atividade do caçador. Ela pára aí; os outros caçadores fazem o resto. É evidente que este resultado (assustar a caça) não acarreta por si mesmo e não poderia acarretar a satisfação da necessidade de alimento, de vestuário etc., que o batedor sente. Assim, aquilo para que estão orientados os seus processos de atividade não coincide com o seu motivo; os dois são separados (LEONTIEV, 2004, p. 82).

Por esse exemplo entendemos que a atividade de caça seria composta de várias ações, realizadas por diferentes integrantes do grupo. Compreendemos então as ações como "[...] os processos em que o objeto e o motivo não coincidem" (LEONTIEV, 2004, p. 82). Isto é, a ação só existe como parte integrante de um todo maior que é a atividade. Podemos dizer, por

exemplo, que a caçada é a atividade do batedor, e a produção de instrumentos para utilizar na caça ou acender e preservar o fogo aceso seria sua ação.

Salvas algumas situações, como no caso do indivíduo que produz fogo para se aquecer, as atividades humanas são sempre constituídas por um complexo conjunto de ações. Porém, se observássemos apenas a ação individual que objetiva atender a satisfação de uma necessidade, poderíamos concluir que essa ação é desprovida de sentido. Isso porque o que fornece sentido à atividade individual, ou seja, o que conecta sua ação com o motivo dessa ação são as relações sociais existentes entre o sujeito e o grupo social, em outras palavras, o conjunto da atividade social. Apenas como parte desse conjunto é que a ação individual irá adquirir um sentido racional. Vemos então que uma mesma atividade pode ser realizada por um conjunto de ações distintas e cada uma das ações é composta por uma finalidade específica que, juntas, comporão a estrutura da atividade.

Em contrapartida, assim como as atividades não podem ser analisadas separadas das ações, estas também não podem ser consideradas isoladas das operações. Leão (1999, p. 32) afirma que "[...] enquanto uma ação se encontra relacionada com um objetivo, uma operação se encontra relacionada com as condições concretas sob as quais se realiza a ação. Uma ação orientada para um objetivo generalizável se materializa em um contexto espaço-temporal real através das operações".

Por operações temos os processos operacionais da ação que são condicionados pelas condições objetivas postas ao indivíduo como possibilidades reais de sua atividade, representando as maneiras de se realizar uma ação em condições específicas. Leontiev (1978, p. 85 – tradução nossa) esclarece que "[...] a ação tem também seu aspecto operacional (como, porque meio pode ser obtido) o que é definido não pelo fim em si mesmo, senão pelas condições objetivo-materiais que se requerem para obtê-lo"[11].

Nessa perspectiva, vemos que a atividade tem seus aspectos intencionais e operacionais. Os primeiros a caracterizam como uma Função Psicológica Superior, pois estão aludidos aos motivos que direcionam o sujeito, enquanto os segundos estão relacionados às circunstâncias objetivas, os instrumentos utilizados, definidos de acordo com o contexto em que a atividade se engendrará.

Martins (2004, p. 88) aponta que essa definição de atividade encerra a unidade dialética indivíduo-sociedade, pois "[...] ao mesmo tempo toda atividade é atividade de um indivíduo, é

[11] [...] la acción tiene tambíen su aspecto operacional (cómo, por qué médio puede ser logrado el que es definido no por el fin em si mismo, sino por las condiciones objetivo-materiales que se requieren para lograrlo (LEONTIEV, 1978, p. 85 – tradução nossa).

igualmente um aspecto das relações sociais, uma expressão de condições históricas objetivas". Portanto, por princípio, qualquer atividade humana é sempre uma atividade coletiva e, além da produção dos instrumentos necessários para satisfação das necessidades, temos também na/pela atividade a produção de relações sociais.

Fato é que, para que uma atividade ocorra, é necessário que seja motivada, pois o motivo deriva da necessidade que desencadeia a atividade. Mas, uma vez que a necessidade não é consciente, o motivo será sempre o *lócus* racional que objetiva essa atividade. Ele é tomado como a concretização da necessidade em um objeto específico, que possibilita assim o direcionamento da atividade, uma vez que:

> A necessidade propriamente dita é sempre a necessidade de algo, a nível psicológico as necessidades estão mediadas pelo reflexo psíquico e, além disso, de duas maneiras. Por um lado, os objetos que correspondem às necessidades dos sujeitos são representados na qualidade de sinais objetivos. Por outro lado, também os próprios estados de necessidade são sinalizados e refletidos, sensorialmente pelo sujeito, nos casos mais simples como resultado da ação dos estímulos interoceptivos. Ao mesmo tempo, a mudança mais importante que caracteriza a transição para o nível psicológico consiste no surgimento de vínculos *dinâmicos* entre as necessidades e os objetos correspondentes a ela. Acontece que no próprio estado de necessidade do sujeito não está rigorosamente registrado o objeto que é capaz de satisfazer a necessidade. Até a primeira vez que é satisfeita, a necessidade "não conhece" seu objeto, este ainda deve ser descoberto. Somente como resultado desse descobrimento, a necessidade adquire sua objetividade e o objeto que é percebido (representado, concebido) adquire sua atividade estimuladora e orientadora da função, quer dizer, se converte em motivo (LEONTIEV, 1978, p. 148 – tradução nossa e grifos no original)[12]

Essa relação mediatizada, indireta, entre a ação e o motivo da atividade como um todo precisa ser explanada também na esfera subjetiva, ou seja, na consciência dos indivíduos. E, nesse quesito, cabe considerar tanto os aspectos cognitivos da consciência quando os aspectos afetivos, ou seja, os sentimentos e as emoções. Nesse tocante, compreendemos que a estrutura do psiquismo humano se diferencia da estrutura do psiquismo animal em ambos os aspectos

[12] La necessidad propriamente dicha es siempre la necesidad de algo, que a nível psicológico las necesidades están mediatizadas por el reflejo psíquico y, por añadidura, de dos maneras. Por una parte, los objetos que responden a las necesidades del sujeto se le representan com sus rasgos señalizadores objetivos. Por outra parte, también los próprios estados de necesidad son señalizadores y reflejados, sensorialmente por el sujeto, em los casos mas simples como resultado de la acción de los estímulos interoceptivos. Al mismo tiempo, el cambio mas importante que caracteriza la transición al nível psicológico consiste en el surgimiento de vínculos *dinâmicos* entre las necesidades y los objetos que se responden a ella. Sucede que em el próprio estad de necesidad del sujeto no esta rigorosamene registrado el objeto que es capaz de satisfazer la necesidad. Hasta la primera vez em que es satisfecha, la necesidad "no conoce" su objeto, éste aún deve ser descubierto. Solo como resultado de esse descubrimiento, la necesidad adquiere su objetividad y el objeto que es percibido (representado, concebido) adquiere su actividad estimuladora y orientadora de la función, es decir, se convierte em motivo (LEONTIEV, 1978, p. 148 – grifos no original).

mencionados (cognitivos e afetivos), pois na mente humana há uma relação indireta, mediatizada, entre o conteúdo da ação e o motivo desta.

Devemos compreender, assim, que a ação do sujeito não se inicia a partir da necessidade, mas sim quando ele encontra um objeto que possa satisfazê-la. Isso porque a necessidade produz uma alteração bio-fisiológica com a quebra da homeostase corporal e, a partir dela, o organismo, em busca de retomar seu equilíbrio, inicia um movimento. Todavida, na condição social de existência, tais necessidades são múltiplas e, além disso, multideterminadas, não sendo possível então suas explicitações imediatas. Tal ocorrência se dará com o encontro do objeto para satisfação da necessidade, pois nesse momento a necessidade será materializada na forma de motivo que a direcionará. Devido ao fato de o motivo estar intrinsecamente ligado ao sentido, ele guarda necessariamente a relação com a condição afetiva.

Duarte (2004, p. 55) esclarece que "[...] ao conteúdo da ação, isto é, àquilo que constitui seu objeto, vincula-se o significado da ação, ou seja, o significado da ação é aquilo que o sujeito faz". Contudo, a consciência humana trabalha com as relações entre o significado e o sentido da ação, entendendo por sentido da ação aquilo que liga, na consciência individual, o objeto de sua ação (seu conteúdo) ao motivo dessa ação, um fenômeno essencialmente social.

A discussão sobre o motivo é importante justamente porque é através deste que a atividade ganha objetividade ao sujeito. Considerando que a atividade humana é polimotivada, isto é, que existem diversos motivos que direcionam o sujeito a selecionar o objeto que a desenvolverá, devemos lembrar que, necessariamente, no que diz respeito ao humano, sempre existirá uma motivação social e outra individual para a satisfação de sua necessidade.

Portanto, os motivos para o desenvolvimento de uma atividade não devem ser compreendidos apenas no quesito biológico ou psicológico, pois estes se entrelaçam dialeticamente enquanto conjunto de circunstâncias no qual foram desenvolvidos, tornando-se, assim, diretamente relacionados com o contexto particular de cada atividade (WERTSCH, 1988).

Leontiev (1978) já explicita que um dos grandes problemas da Psicologia tradicional era considerar a existência de motivos *a priori* que sempre direcionavam o sujeito a um determinado objeto, emoção ou sentimento. O autor acreditava que:

> [...] as vivências em si de interesse ou ódio, de atração ou remorso ainda não revelam ao sujeito sua natureza; apesar de parecerem forças interiores impulsionadoras de sua atividade, sua função real consiste apenas em sua vida, como se o obrigassem a parar por um instante o curso de sua atividade, a

> perceber os valores vitais que se formaram nele para se encontrar nele ou talvez para revisá-los (LEONTIEV, 1978, p. 123 – tradução nossa)[13].

Cabe ainda aludir ao fato de que os motivos só poderão ser conhecidos quando a atividade for realizada e seus propósitos alcançados, ou seja, eles mantêm uma condição inconsciente no processo. Na atividade, apenas o objetivo aparente explicitado para sua realização é consciente, mantendo assim as verdadeiras explicações motivacionais diretamente relacionadas em como a realidade me afeta. Posso até explicar meus atos, mas essas explicações não necessariamente serão condizentes com os reais motivos que os desencadearam, pois estes só poderão ser descobertos quando o objetivo for alcançado (LEONTIEV, 1978).

Mas, qual a razão pela manutenção dos motivos como inconscientes? Justamente o fato da polimotivação da atividade no desenvolvimento social, o que se torna preponderante em sociedades como a nossa, dividida em classes, em que os interesses particulares não necessariamente estejam correlatos aos interesses sociais (LEONTIEV, 2004). Assim, quando alcançado o objetivo da atividade, há uma reorganização dos conteúdos da consciência que resultam então na objetivação das necessidades e dos motivos. Amiúde, no inconsciente falta essa explicitação do social enquanto subjetivado, mantendo o motivo no formato de tônus emocional das ações (LEÃO, 1999; 2015), mas, por não ser concretizado, não se eleva à consciência.

Ainda sobre a polimotivação, o princípio determinante do motivo a ser satisfeito pela atividade obedece a uma hierarquia de motivos na personalidade. Enquanto um, o objetivo, será desencadeado em atividade e ação e os demais, os rejeitados, continuarão presentes e participantes na constituição psíquica, direcionando o sujeito sem que este possa avaliar a situação.

Santos (2010a, p. 108) sintetiza o processo da atividade indicando que esta:

> [...] é composta pela necessidade, pelo motivo, que é o tônus que move o indivíduo, e o objetivo, que explicita a necessidade concretamente; a ação, ou as ações, que são as unidades de explicitação do objetivo; e a operação, que são os meios pelos quais a ação será realizada, os instrumentos utilizados, a forma como ela irá ser materializada.

Retomando assim o exemplo da atividade de caça, Duarte (2004, p. 55) esclarece que:

---

[13] [...] las vivencias em si del interés o el odio, de la atracción o los remordimientos aún no descubren al sujeto su naturaleza; a pesar de que parecen fuerzas interiores impulsionadoras de su actividad, su función real solo consiste em su vida, como a lo obligaran a detener por um instante el curso de su actividad, a escrutar los valores vitales que se han conformado en el para encontrar-se en éstos o quizá para revisarlos (LEONTIEV, 1978, p. 123).

> No caso do batedor, em sua subjetividade o sentido de sua ação é estabelecido pela elaboração mental das conexões objetivamente existentes entre ele e o restante do grupo. É isso que faz com que a visão do animal se distanciando tenha para o batedor o sentido de que em breve ele irá saciar sua fome. Somente as relações sociais podem produzir tal sentido na mente do batedor.

Esse exemplo nos leva à consideração necessária sobre os aspectos afetivo-emocionais da ação, os quais estão, segundo Leontiev (1978), mais diretamente dependentes dos sentidos da ação. Assim, em uma mesma ação podem suceder diferentes emoções e sentimentos, dependendo de qual seja a atividade que constitui a totalidade que dá sentido a essa ação.

Outro ponto crucial na compreensão da atividade humana reside no papel da linguagem como elemento mediador fundamental. Essa condição se torna preponderante na medida em que a atividade, desde seus primórdios, sempre envolve relações objetivas entre o indivíduo e o restante da coletividade da qual ele é parte. Assim, a linguagem possibilita que as atividades humanas se concretizem e possam adquirir uma existência objetiva no mundo real, processo esse que Leontiev (2004) nomeou como objetivação.

A objetivação é, portanto, o processo por meio do qual a atividade física ou mental dos seres humanos se transfere para os produtos dessa atividade, ou seja, o que antes era próprio das faculdades humanas é corporificado em produto pela atividade, o qual passa a ter uma função específica no interior da prática social (DUARTE, 2004). É, então, o processo de produção e reprodução da vida em sociedade, da cultura humana.

Isso porque a linguagem, enquanto instrumento, permitiu a duplicação da realidade na qual podemos atuar, planejar e analisar as possibilidades de ação sem provocar alterações físicas nessa mesma realidade exterior. Permite então que possamos testar a eficiência da atividade sem colocar em risco a vivência dos sujeitos e demais membros da coletividade.

Vigotsky (1987, p. 132) esclarece que a linguagem, assim como pensamento,

> [...] refletem a realidade de uma forma diferente daquela da percepção, que são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana. As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo.

Portanto, se a estrutura da consciência é dada pela palavra, é basicamente com a ausência desta que os aspectos inconscientes se caracterizam no psiquismo humano.

Entretanto, devemos ressaltar que a preponderância nessa afirmação reside mais no domínio da generalização da realidade enquanto construção social, apreendido pelo sujeito e cuja apropriação permite ou não a reprodução dessa mesma generalização (VIGOTSKY, 1987).

Temos, então, na esfera subjetiva, o processo de apropriação da cultura pelos indivíduos, o qual possui três características essenciais. Primeira, a condição ativa, isto é, o indivíduo precisa realizar uma atividade que "[...] reproduza os traços essenciais da atividade acumulada no objeto" (LEONTIEV, 2004, p. 168). Sobre esse princípio, Duarte (2004, p. 50) esclarece que "[...] a atividade a ser reproduzida, em seus traços essenciais, pelo indivíduo que se apropria de um produto da história humana e, no mais das vezes, a atividade de utilização desse objeto mas, em certos casos, pode ser necessária também a reprodução da atividade de produção do objeto".

Como segunda característica, Leontiev (2004, p. 169) aponta que, por meio do processo de apropriação, são reproduzidas no indivíduo "[...] as aptidões e funções humanas historicamente formadas", ou seja, a apropriação da cultura é o elemento mediador entre o processo histórico de formação da humanidade e a formação de cada indivíduo como um ser humano.

Logo, a relação entre indivíduos e a história social é mediatizada pela apropriação dos fenômenos culturais resultantes da prática social, mediação essa proporcionada pelo processo de objetivação, uma vez que não há apropriação da cultura sem que tenha ocorrido a objetivação do ser humano nos produtos culturais de sua atividade social.

Considerando que a atividade humana está englobada em uma historicidade, temos, como consequência, a acumulação da experiência histórica nessa atividade objetivada. Por essa premissa, podemos compreender que os produtos culturais, resultantes do processo de objetivação, são sempre sínteses da atividade humana e, ao desenvolver a apropriação dessa realidade, o indivíduo estará sempre se relacionando com a história social.

Sob essa base, a terceira característica está no fato de que o processo de apropriação é sempre mediatizado pelas relações sociais. É, portanto, um procedimento de difusão da experiência social, ou ainda, um processo educativo (LEONTIEV, 2004). Duarte (2004, p. 51) também aponta que "[...] a formação do indivíduo é sempre um processo educativo, podendo este ser direto ou indireto, intencional ou não-intencional, realizado por meio de atividades práticas ou de explanações orais, etc". Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento individual se dá por meio da relação entre objetivação e apropriação: o sujeito se desenvolve, apropriando-se das condições desenvolvidas na história social e objetivando-se no interior dessa

história, no interior das relações concretas com outros indivíduos mediadores entre ele e o mundo objetivo, mundo da atividade humana objetivada.

Até esse momento temos visto então que o desenvolvimento do indivíduo pressupõe que, durante sua vida, ele vá se apropriando das objetivações, garantindo sua própria objetivação como sujeito. O reconhecimento dessa unidade é condição para compreendermos que as relações que se apresentam entre as atividades são relações sociais, cujo produto para o indivíduo não possui uma natureza psíquica direta (MARTINS, 2004). Essa consideração nos permite compreender que as relações entre as atividades são determinadas pelas condições sociais objetivas, as quais garantem a produção e reprodução subsequente dessas atividades.

Mas, essa apropriação e a construção de sua particularidade, sua subjetividade, dependerá das diversas linguagens presentes na realidade. Por compreendermos que a origem da linguagem está na prática social estabelecida entre os homens, visando à transformação da natureza e a satisfação das necessidades e sobrevivência grupal, temos o elemento fundamental da estrutura linguística contido na palavra. Isso porque ela "[...] designa as coisas, individualiza suas características. Designa ações, relações, reúne objetos em determinados sistemas. Dito de outra forma, a palavra *codifica nossa experiência*" (LURIA, 2001, p. 27 – grifos no original).

Verificamos então que a origem da linguagem está diretamente relacionada ao trabalho coletivo, na produção de uma comunicação sobre o que era preciso ser feito, como, por que e para onde dirigir as ações de transformação da realidade (LURIA, 2001). Nesse contexto, as primeiras formas de estrutura da palavra guardavam uma organização simpráxica, isto é, relacionada ao contexto em que seriam utilizadas e totalmente relacionadas à prática, sendo compreendidas apenas nessa condição. Uma mesma palavra poderia, então, designar diversos elementos da realidade, pois a entonação, a gesticulação, seus significados estavam relacionados aos condicionantes materiais concretos.

Em decorrência, conforme o trabalho e as relações intersubjetivas se tornaram mais complexas, a linguagem se desenvolveu como atividade, assumindo uma configuração de sistema semântico. Neste, à palavra foi aderida uma emancipação da prática, podendo representar algo que não estava diretamente condicionado pelo contexto e dependente da sensorialidade dos sujeitos (LURIA, 2001).

Leão (1999) afirma que, com a evolução desse sistema, a palavra passou a ter funções, conexões e possibilidades que outrora não ocorriam enquanto aspecto mediacional. Essa descontextualização permitiu ao homem uma duplicação da realidade na medida em que ele pode abstrair-se do mundo objetivo e construir uma representação interna, extrapolando assim

os limites da realidade externa. Tal perspectiva potencializou outras propriedades e características na constituição, no desenvolvimento e no funcionamento do psiquismo.

Luria (2001, p. 42) considera que:

> [...] a palavra possui 'funções léxicas', ou seja, entra em determinadas classes de relações semânticas. A palavra dispõe do aparelho que cria as necessidades potenciais de enlaces de umas palavras com as outras, assegurando a passagem das palavras isoladamente a seus enlaces 'sinsemânticos', determinando as leis pelas quais uma palavra entra em relação com as outras. Este é o mecanismo mais importante que faz da palavra o instrumento fundamental da atividade consciente do homem.

Portanto, a palavra, enquanto produção social e síntese de um determinado momento histórico, age como meio de transmissão dos significados socialmente desenvolvidos. É utilizada como mecanismo para acúmulo, organização e sistematização das experiências culturais e também como ferramenta individual para apropriação dessas produções que permitirá a construção de um sentido particular.

Enquanto significação social da realidade, as palavras representam as atividades em construções simbólicas desenvolvidas pelos homens e transmitidas aos demais membros sociais que, ao se apropriarem e utilizá-las, as reconfiguram até que possam obter, nelas, uma síntese comum da realidade circundante. Esse processo está imbuído, então, de uma formação cristalizada da realidade, da experiência e da prática social.

Assim, o significado é eminentemente uma construção social e se concretiza como explicações, concepções, normatizações, ou seja, como representações historicamente construídas em um determinado contexto social, em que:

> Se ocultam os modelos de ação socialmente elaborados (operações), em cujo processo os homens modificam e conhecem a realidade objetiva. Dito de outra forma, nos significados está representada – transformada e comprimida na matéria da linguagem – a forma ideal de existência do mundo objetivo, de suas propriedades, vínculos e relações, descobertos pela prática social conjunta (LEONTIEV, 1978, p. 111 – tradução nossa)[14].

Tais são as objetivações que aglutinam o movimento social, constituídas como generalização cristalizada da realidade em uma representação simbólica, isto é, uma palavra ou ainda o conjunto delas. Os significados resguardam, portanto, a dimensão abstrata da realidade,

[14] Se ocultan los modos de acción socialmente elaborados (operaciones), em cuyo proceso los hombres modifican e conocen la realidad objetiva. Dicho de outra manera, em los significados está representada – transformada y comprimida em la matéria del lenguaje – la forma ideal de existência del mundo objetivo, de sus propriedades, vínculos y relaciones, descubiertos por la práctica social conjunta (LEONTIEV, 1978, p. 111).

mas também a existência materializada, pois, conforme Sirgado (2000, p. 57) nos lembra, "[...] não podemos esquecer que todo signo pressupõe um elemento que é material, da ordem do sensível (som, imagem, impressão química, térmica, etc.) que é justamente o que permite servir de sinal de alguma coisa para alguém".

Enquanto representações socialmente desenvolvidas, os significados são mecanismos prementes para a ação do sujeito no ambiente, visando à satisfação de suas necessidades. Assim, na apreensão dessas representações, é necessário que cada indivíduo constitua sua própria significação da realidade, processo esse visto com a construção do sentido. Vigotsky (1987, p. 125) esclarece que, por mais que o sentido seja originário a partir do significado, ele "[...] é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa". Isso porque o sentido extrapola os limites do significado através de diversas reorganizações e rearranjos na dinâmica individual e particular de percepção da realidade.

Para Santos (2010a, p. 98), o sentido se refere:

> [...] ao conjunto dos processos cognitivos e afetivos que permitem ao indivíduo uma representação própria da realidade, construída a partir da atividade que ele realiza. Ele representa a parcialidade da consciência individual e permite a compreensão de como os fenômenos e construções sociais são subjetivados em um indivíduo particular.

Por compreendermos que a categoria de sentido possui papel fundamental na discussão da consciência e do inconsciente, cabe esclarecermos que a categoria de sentido possui diferentes construções e interpretações nas teorias psicológicas. Entretanto, para não cairmos em um ecletismo e esvaziamento conceitual, demarcamos que os entendimentos utilizados neste trabalho têm se pautado nas produções de Vigotsky (2000), Leontiev (1978; 2004) e González-Rey (2007), justamente por tais autores manterem pressupostos calcados no materialismo histórico-dialético.

González-Rey (2007) afirma que, a partir da epistemologia supracitada, as teorias psicológicas apresentam a categoria de sentido a partir de três construções. A primeira, referendada na obra de Vigotsky, que aloca no universo da Psicologia tal categoria. A segunda, a partir de Leontiev, quando transforma essa categoria em outra, o sentido pessoal. Por fim, na produção do próprio González-Rey, desenvolvendo a categoria de sentido subjetivo.

González-Rey (2007) clarifica que a presente categoria faz parte das produções de Vigotsky em seus últimos momentos e que, por esse motivo, houve falta de tempo para seu

aprofundamento, mesmo que sua compreensão seja possibilitada enquanto unidade de análise do psiquismo. Nessa perspectiva, compreendemos que o sentido é o elo fundamental entre processos afetivos e cognitivos: engloba os elementos cognitivos, pois é produzido a partir do significado social e, com ele, se materializa objetivamente; mas também engloba aspectos afetivos porque, ao ser objetivada, a linguagem carrega o quesito subjetivo da história pessoal das vivências e das emoções atreladas e implicadas na consciência. Portanto, por mais que o sentido se configure enquanto elemento subjetivo, é por meio do significado que ele assume sua configuração também social.

Em Leontiev (1978), encontramos a categoria de sentido pessoal como parte do movimento da atividade. O autor aponta que o sentido é a vinculação dos significados na condição de uma parcialidade da consciência do homem. Vejamos: ao atuar sobre a realidade, a ação desenvolvida pelo sujeito evoca o contato com as produções humanas materializadas no formato de cultura, possibilitando, assim, que ele se aproprie desses conteúdos e os transforme em instrumento psicológico individual. A ação toma como pressuposto, então, a alteração da própria subjetividade, implicando no direcionamento sob quais aspectos da realidade serão incorporados aos sistemas psicológicos, isto é, quais aspectos da realidade externa serão (re)construídos como realidade interna. Aqui temos o sentido pessoal, a parcialidade da vida real incorporada ao sujeito, relacionada aos motivos da atividade (e dela resultante) que, posteriormente, se torna mediador da própria atividade.

Vemos então como uma profícua discussão o movimento da atividade para produção e apropriação da realidade pelo sujeito, permitindo a constituição e a consolidação de determinadas parcialidades que, na integração dos sistemas psicológicos, reiteram o desenvolvimento das funções psicológicas como base da consciência e do inconsciente.

Sobre a concepção do sentido pessoal na teoria da atividade de Leontiev, González-Rey (2007) compreende que o autor "[...] orientou-se para a compreensão do sentido pessoal como momento da atividade e não como unidade para compreender a complexa organização do sistema psíquico da pessoa", o que finda em uma organização objetivista para a teoria. Assim, para González-Rey (2005, p. 43-44), o sentido é compreendido como sentido subjetivo, representando

> [...] a unidade dos aspectos simbólicos e emocionais que caracterizam as diversas delimitações culturais das diferentes práticas humanas em um nível subjetivo. Tais aspectos simbólicos e emocionais se integram recursivamente na delimitação do sentido subjetivo, no qual um evoca o outro sem que um seja a causa do outro. [...] Durante seu desenvolvimento, o sentido subjetivo torna-se relativamente independente dos processos simbólicos e das emoções

> originais que o definiram, e se desdobra de inúmeras formas irreconhecíveis, tanto para o sujeito como para os que com ele convivem.

Aqui cabe apontarmos que, por mais que consideremos a importância das produções de González-Rey ao longo dos anos sobre o sentido subjetivo, especificamente no tratamento de uma perspectiva teórica em Psicologia a partir do materialismo Histórico-Dialético, a condição limítrofe de nosso estudo para essa discussão se mantém preferencialmente a partir das obras de Vigotsky e Leontiev. Essa escolha se dá por duas perspectivas principais: a primeira, por compreendermos que a obra de González-Rey representa já um desenvolvimento dos conteúdos produzidos pelos dois primeiros autores, apresentando, assim, elementos não contemplados primariamente naqueles estudos. E, em segundo lugar, pelo fato de as discussões sobre consciência aparecerem originalmente na teoria psicológica Sócio-Histórica, consideramos também as diferentes perspectivas interpretativas presentes nas obras de autores soviéticos, particularmente no que tem resultado na constituição dessa corrente teórica, assim como da Psicologia Histórico-Cultural com a qual González-Rey traça seus diálogos contributivos.

Ainda sobre a categoria de sentido, é impar ressaltar que este não pode ser tomado somente a partir de uma mera abstração, mas sim no binômio significado-sentido, ressaltando assim a dialética objetividade-subjetividade no psiquismo. Devemos manter a compreensão de que os significados são portadores de explicações históricas simbolizadas e mantém, assim, certa estabilidade e, a partir de sua atividade, o indivíduo se relaciona com eles, apropriando-os. Porém, essa apropriação não acontece de forma integral, ela é parcial, pois é dependente das experiências e vivências anteriores, do tipo de atividade desenvolvida e também do domínio que o sujeito tenha dos mediadores culturais, tais como a linguagem. Quando apropriados, tais significados modificados passam a compor a estrutura interna da consciência: a subjetividade (SANTOS, 2010a).

Já o sentido, por ser gerado a partir da apropriação que o indivíduo realiza no contexto de sua totalidade de experiências, essa categoria pode guardar relativa independência de seus processos simbólicos e emocionais geradores. Enquanto elemento dos sistemas psicológicos, as explicações individuais produzidas em um determinado contexto e momento histórico medeiam todas as outras relações entre o sujeito e a realidade objetiva e com ele mesmo, pois "[...] se as significações enlaçam os sujeitos com a realidade objetiva, o sentido pessoal os vinculam com a realidade de suas próprias vidas, com seus motivos: o sentido pessoal é que cria a parcialidade da consciência humana, através do recorte. Só será apropriado o que o

indivíduo conseguir perceber, aquilo de que o sujeito conseguir se aproximar (LEITE, 2005, p. 52).

Nesse contexto, vemos que a atribuição do sentido pessoal à realidade determina então a unicidade da consciência. Porém, na dinâmica em que os sentidos anteriores determinam quais conteúdos da realidade serão apropriados ou não, quando interiorizados pelo sujeito e não atribuido sentido a estes tais conteúdos não são sintetizados com o significado e passam também a compor conteúdos inconscientes. Portanto, está na dinamicidade da produção do sentido o desenvolvimento relacional de consciência para inconsciente, e vice-versa.

Segundo Leontiev (1978), são essas características da atividade humana que determinam que o sujeito da ação possa refletir psiquicamente as relações entre as ações e seus fins, garantindo, assim, a unicidade no psiquismo. Nessa relação, o sentido não se finaliza em si mesmo, mas surge refletido em suas ligações com os motivos e finalidades (sociais e subjetivas) da atividade na qual se insere. Portanto, para que o sujeito possa apreender as conexões entre o motivo da atividade e as relações entre ações em seus fins específicos, ele precisa que essas conexões se configurem (a partir da ação concreta - objetivação), sob a forma de ideias a serem mantidas pela consciência. Esse é o caminho exclusivo pelo qual o homem pode atribuir significados e chegar ao sentido de suas ações.

A consideração da unidade entre consciência e atividade requer que ponderemos o entrelaçamento entre ambas, que, uma vez tornadas únicas, se objetivam na forma de atividade enquanto comportamentos. Assim sendo, a consciência não pode ser identificada unicamente como o mundo das vivências internas, mas apreendida como "[...] ato psíquico experenciado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, expressão de suas relações com os outros homens e com o mundo" (MARTINS, 2004, p. 88).

Desse modo, a indissociabilidade entre ação e consciência pode ser verificada já no estabelecimento de relações entre significado e sentido. Leontiev (1978) reitera que os significados resultam das apropriações efetivas pelos homens de todo sistema de objetivações elaborado historicamente. E, como temos visto, sua gênese se encontra nas relações objetivas, na prática social da humanidade, pertencendo, acima de tudo, ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos, representando as maneiras pelas quais os homens assimilam a experiência humana generalizada. Por esse motivo, refletem o mundo na consciência do homem.

Porém, segundo o autor, devemos considerar que, ainda que o mecanismo portador dos significados seja a linguagem, esta não é a criadora dos significados. Por trás dos significados dados pela linguagem, estão ocultos os modos de ação elaborados socialmente (operações),

através dos quais os homens conhecem e modificam a realidade objetiva. Assim, as significações, disponibilizadas como objetos de apropriações, se convertem em dados do reflexo psíquico de um indivíduo determinado, passando a ocupar nele um lugar específico e a desempenhar um papel em sua vida e em suas relações com o mundo, ou seja, adquirem um sentido subjetivo. A constituição do sentido não advém como detrimento do conteúdo objeto das significações, pois, além destas conservarem sua organização social geral não perdendo sua objetividade, obtém também uma organização particular, individual, decorrente da interação ativa, real, entre o indivíduo e o meio que o cerca.

Leontiev (1978) considera que, em decorrência da divisão social do trabalho, as relações entre sentido e significado pessoal não se dão fundamentalmente de maneira coincidente.

> Já falamos que a consciência deve seu surgimento à divisão dos atos operados no trabalho, cujos resultados cognoscitivos são abstraídos da integridade viva da atividade humana e idealizados em forma de significados linguísticos. Ao ser comunicados, estes se convertem em patrimônio da consciência dos indivíduos. A sua vez, não perdem em absoluto o caráter abstrato; são portadores dos modos, condições objetivas e resultados das ações, independentemente da motivação subjetiva que possua a atividade dos homens na qual se vão formando. Em etapas anteriores, quando a atividade dos partícipes do labor coletivo conserva ainda motivos comuns, os significados, como fenômenos da consciência individual, se acham em relações de adequação direta. Mas essa relação não se mantém: vai se degradando simultaneamente com a separação entre as relações primitivas dos indivíduos e as condições materiais e os meios de produção, com o surgimento da divisão social do trabalho e a propriedade privada. Como consequência, os significados socialmente elaborados começam a viver na consciência dos indivíduos numa espécie de vida dual. Nasce uma relação interna, um movimento dos significados no sistema da consciência individual (LEONTIEV, 1978, p. 114 – tradução nossa)[15].

Essa ruptura determina uma mudança na estrutura interna da consciência, própria da sociedade de classes desenvolvidas, nas quais os trabalhadores são separados de seu próprio

[15] Ya hablamos de que la conciencia deve su surgimiento a la división de los actos operada em el trabajo, cuyos resultados cognoscitivos son abstraídos de la integridad viva de la actividad humana e idealizados em forma de significados lingüísticos. AL ser comunicados, éstos se convierten em patrimônio de la conciencia de los indivíduos. A la vez, no pierden em absoluto su carácter abstracto; son portadores de los modos, condiciones objetivas y resultados de las acciones, independientemente de la motivación subjetiva que posea la actividad de los homembres em la cual se van formando. Em las etapas tempranas, cuando la actividad de los partícipes de la labor coletiva conserva aún motivos comunes, los significados, como fenômenos de la conciencia individual, se hallan em relaciones de adecuación directa. Pero esta relación no se mantiene: se vá disgregando a la par com la disgregación entre las relaciones primitivas de los indivíduos y las condiciones materiales y los médios de producción, com el surgimiento de la división social Del trabajo y la propiedad privada. Como consecuencia, los significados socialmente elaborados comienzan a vivir en la conciencia de los indivíduos uma espécie de vida dual. Nasce una relación interna más, um movimiento más de los significados em el sistema de la conciencia individual (LEONTIEV, 1978, p. 114).

trabalho e, nesse quadro, sua atividade vai deixando de ser para ele o que ela é de fato. Esse processo culmina em uma discordância entre o resultado objetivo de sua atividade e o seu motivo e, consequentemente, a discordância entre seu conteúdo objetivo e seu conteúdo subjetivo. Psicologicamente, essa ruptura conduz à desintegração da unidade da consciência, outrora garantida pela compatibilidade entre significados sociais e sentido pessoal, organizando, assim, uma relação inconsciente para o sujeito.

Portanto, na estrutura motivacional da personalidade podemos ter o significado e o sentido pessoal realizando uma interpenetração, uma produção do sentido a partir do significado, a sugestão de novos sentidos pessoais a significados existentes, resignificando-os, como também a quebra, a ruptura entre significados e sentidos pessoais. Por essa razão, os significados e os sentidos pessoais se asseguram como processos psicológicos mediadores da hierarquia de motivos da atividade, núcleo da estrutura motivacional da personalidade.

Por sua vez, esse processo é sempre acompanhado de reações emocionais e sentimentais ou também expõe uma vivência emocional que se diferencia em outras duas categorias fundamentais: os sentimentos e as emoções, as quais estão inter-relacionadas com o intelecto enquanto propriedades organizativas da consciência.

Leão (1999, p. 58) esclarece que Vigotsky já considerava que:

> [...] a separação do aspecto intelectual de nossa consciência de seu lado afetivo, volitivo, é uma das falhas fundamentais da psicologia tradicional. Devido a este equívoco, o intelecto aparece como um fluxo autônomo de pensamentos que pensam a si mesmos; como se fosse independente da vida real, dos motivos de viver, dos interesses e das atrações do ser humano inteligente.

O autor busca demonstrar que a base originária do pensamento é uma motivação, pois ele é composto por um aspecto afetivo-volitivo que o regula. Assim, Leão (1999, p. 60) considera que o pensamento pode "[...] alterar a ordem e a conexão das emoções e fazer com que concordem com a ordem e as conexões dadas na razão", isto é, a possibilidade do domínio das emoções a partir do conhecimento que tenhamos delas.

Para Leontiev (1978), nas condições basais, as emoções cumprem a função de sinais internos, no sentido de que são os reflexos psíquicos imediatos, sensoriais diretos, do próprio objeto da atividade. Surgem das relações entre necessidades (motivos) e o êxito ou a possibilidade de realização exitosa das atividades que responde a elas, ou seja, surgem depois da atualização do motivo enquanto necessidade e antes que o sujeito construa a valorização racional da sua atividade. Prescindem, portanto, de mediações cognitivas.

Tomadas como processo, as emoções têm sua origem na atividade cerebral, frente às transformações registradas a partir do mundo exterior. Calcam-se, assim, na vivência das satisfações das necessidades primárias orgânicas, como também nas reações relativas a sensações e percepções. Esse fator corrobora a circunstancialidade em sua condição, uma vez que as emoções podem ser motivadas por qualidades isoladas dos objetos e/ou situações. "As emoções são momentos relevantes da atividade e não ações e operações realizadoras da mesma. É por isso que idênticos processos executores de diversas atividades podem adquirir um tônus emocional diferente e inclusive oposto" (LEONTIEV, 1978, p. 154 – tradução nossa)[16].

As emoções estão, então, na base do desenvolvimento do sentido pessoal. Estes, por estarem compostos por componentes integrativos afetivos e cognitivos, participam do processo de desenvolvimento da consciência e, por conseguinte, do inconsciente. Isto porque é a condição afetivo-emocional que constrói a atividade e, ao mesmo tempo, a direciona.

Fica claro que no tocante às emoções, o fundamental é que os estados e processos emocionais do homem possuem uma história de desenvolvimento. Sobre este, Martins (2004, p. 90) ressalta que "[...] em decorrência da complexificação da atividade humana foram também se complexificando e sofrendo diferenciações, adquirindo uma dimensão motivacional na medida em que sustentam o sentido do experimentado, podendo por esta razão tanto organizar quanto desorganizar a atividade".

Nessa perspectiva, a diversidade dos fenômenos emocionais, a complexidade de suas interconexões e resultados é emaranhada no plano subjetivo, formando níveis e classes essencialmente distintos, os sistemas psicológicos que apresentamos anteriormente. Para essa compreensão, Leão (1999) ressalta que o afeto, o sentimento e a emoção devem ser observados em três etapas em constante relação no processo da afetividade como potenciais para o desenvolvimento do sentido sobre a realidade.

Sobre esse processo, Santos (2010a, p. 111) nos explica:

> Este processo inicia-se quando o homem, ao entrar em contato com o meio, sofre influências que desencadeiam no organismo biológico humano um processo que perturba o equilíbrio ótimo do meio interno do organismo. Em termos eminentemente biológicos, é quebrada a homeostase, processo de estabilização e reequilíbrio do meio interno, executado por todos os organismos vivos. No caso dos humanos, tanto o ambiente como seu próprio organismo são complexos e abrangem elementos e aspectos diversos. Isso exige diferentes formas de inter-relação, de difícil apreensão ou compreensão, levando-os a busca de recursos que permitam a análise e o entendimento do

[16] [...] las emociones son momentos relevantes de la actividad y no acciones y operaciones realizadoras de la misma. Es por eso que idênticos procesos, ejecutores de diversas actividades, pueden adquirir um tinte emocional diferente e incluso opuesto (LEONTIEV, 1978, p. 154).

> que causa as mudanças com vistas a recuperarem a estabilidade. Esta atividade promove a elaboração do problema e das condições para a sua solução.

Para Leontiev (1978), são os efeitos que surgem de repente e à margem da vontade (afetos), e ainda, são emoções, isto é, estados predominantemente ideais e situacionais com os quais estão vinculados sentimentos objetivos, ou seja, vivências emocionais estáveis, cristalizadas no objeto. Por último, são estados de ânimo, fenômenos subjetivos muito importantes por sua função pessoal, o que poderíamos considerar como um sentido emocional pessoal.

Apesar de não se debruçar sobre essas diferenciações das classes de estados emocionais, o autor assinala que "[...] estes estabelecem complexas relações entre si: o suboficial Rostov, ante a iminência do combate, teme (e isso é uma emoção) que domine o terror (afeto); uma mãe pode enfadar-se de verdade com o pequeno que tenha feito uma travessura, sem deixar de amá-lo nem por um minuto (sentimento) (LEONTIEV, 1978, p. 156 – tradução nossa)[17].

O autor aponta ainda a necessidade de considerar as relações intermotivacionais das emoções, visto que, quando estabelecidas, elas caracterizam a estrutura da personalidade e, a sua vez, a esfera das vivências emocionais que refletem e mediatizam seu funcionamento. Isso é possibilitado pela simbolização, pois o indivíduo dominante da cultura interiorizada e apropriada pode compreender seus sentimentos, já que eles são percebidos de forma específica no corpo (liberação hormonal, sensações, alterações no organismo). Compreender os sentimentos é uma condição necessária para a ação, isto é, o sentimento gerado pela condição afetiva se constrói pela representação de realidade significada apropriada, permitindo, a partir de sua atividade, a produção do sentido, integrando assim afeto e sentimento em uma emoção.

Nessa perspectiva, a emoção se torna uma Função Psicológica Superior, pois carrega sinteticamente elementos socioculturais e individuais e, por esse motivo, atua como mediadora na relação do homem com a realidade. Por mais que irrompa em um momento específico, o sentimento é mais duradouro por depender do tônus gerado a partir do afeto. Esse jogo relacional pode ser compreendido, segundo Lane e Sawaia (1995, p. 57-58), como uma relação figura-fundo, em que:

> As emoções, dado o seu caráter comunicativo, o empírico, seriam sempre 'figuras', enquanto os sentimentos mais duradouros seriam ora 'figura', ora 'fundo'. Um exemplo: a tristeza como emoção eu constato pela expressão

[17] [...] éstos establecen complejas relaciones entre sí: el suboficial Rostov, ante la inminencia del combate, teme (y eso es uma emoción) que lo domine el terror (afecto); uma madre puede enfadarse de verdad com el pequeño que ha hecho uma travesura, sin dejar de quererlo ni por um minuto (sentimiento) (LEONTIEV, 1978, pág. 156).

> facial, pelas lágrimas. A tristeza como sentimento, ela se oculta no 'fundo', enquanto a pessoa desempenha suas atividades cotidianas e é levada a se preocupar com outros detalhes de sua vida. Porém, se eu lhe perguntar 'Como vai você?' ou 'Como você está?' certamente a tristeza se tornará 'figura' e ela me responderá 'Triste'.

Os sentimentos, ao serem significados, ganham então o aspecto cultural determinado, nomeações dadas pelo universo da cultura delimitando-os como amor, tristeza, raiva, etc. Mas, obviamente essa construção das emoções não se dá simplesmente pelo ato de nomeá-las, mas sim pelo desenvolvimento de uma função psicológica que funciona na organização do próprio psiquismo. Isto porque, quando nomeados, afetos e sentimentos ganham uma simbolização e passam a compor a estrutura consciente, permitindo assim a reorganização desta na potência da atuação frente à resolução do afeto desencadeador.

Neste ínterim, por mais que a princípio a atividade humana tenha a falta de coincidência entre os motivos e os fins, uma possível coincidência entre essas esferas da atividade teria como resultado ou o fim como força impulsora independente, ou a tomada de consciência dos motivos que consequentemente transformam estes em motivos-fins, dados então pela estrutura da afetividade.

Isso porque, conforme vimos, diferentemente do que ocorre com os fins, o sujeito não tem consciência dos motivos que estimulam sua atividade no presente, ou seja, o próprio princípio da atividade é inconsciente ao sujeito. Porém, os motivos não são isolados da consciência nem quando não os conhecemos, ou seja, "[...] quando o homem não se dá conta do que o estimula a executar umas ou outras ações, apesar disso elas encontram seu reflexo psíquico, mas em forma especial: na forma de tônus emocional das ações" (LEONTIEV, 1978, pág. 157 – tradução nossa)[18].

Esse tônus emocional desempenha uma função específica na atividade humana. Como temos visto, nos níveis inferiores de atividade, a relação entre os motivos e os fins se dá coincidentemente, ou seja, os objetos da necessidade são precisamente direcionados pelo tônus emocional; porém, com o desenvolvimento da atividade humana, a função dos motivos é dividida pela polimotivação da atividade, ou seja, aquela que responde ao mesmo tempo a dois ou vários motivos. Essa divisão leva então à falta de coincidência entre os motivos e os fins, mantendo, assim, uma organização estrutural insconsciente à atividade, puramente afetiva e sentimental enquanto tônus emocional.

---

[18] [...] cuando el hombre no se da cuenta de qué lo estimula a ejecutar unas u otras acciones, a pesar de eso ellas encuentran su reflejo psíquico, pero em uma forma especial: em la forma de tono emocional de las acciones (LEONTIEV, 1978, p. 157).

Podemos compreender que, na ausência da significação dada aos afetos e sentimentos, ocorre uma impossibilidade de construir o sentido pessoal, permanecendo então inconsciente. Neste, a atividade humana, que sempre desenvolve objetivamente um conjunto de relações com a própria pessoa, com a sociedade, com as pessoas ao seu entorno e com o mundo objetivo, carece de uma representação interna que atuaria como mediadora na relação objetividade-subjetividade. Nesse sentido, qualquer atividade, por mais que seja socialmente motivada e dirigida também por motivos pessoais, pode compor o inconsciente pela ausência de sentido que levaria à tomada de consciência sobre determinado aspecto da objetividade.

Tal perspectiva cultural das emoções, que participam tanto da construção da consciência quanto do inconsciente, é apontada por Lane e Sawaia (1995, p. 60) quando indicam que "[...] a relevância atribuída ao racional, em nossa cultural, submete as emoções ao seu contrário fazendo com que aquelas não verbalizadas sejam reprimidas vindo a constituir o inconsciente". Por essa razão, para as autoras, o inconsciente seria "[...] um produto histórico que surge em nossa sociedade a partir do momento em que se dá a cisão entre o homem público e o privado, levando à repressão emocional cuja manifestação deveria se dar na privacidade. O homem público é por excelência o sujeito racional" (LANE; SAWAIA, 1995, p. 61).

Partindo dessas proposições, nos deparamos com uma importante questão sobre a consciência ou inconsciência que o sujeito tenha dos motivos de sua atividade. A princípio, é necessário considerar que a existência de motivos e a consciência sobre eles são dois fenômenos diferentes, ou seja, temos a possibilidade de desenvolver atividades cujos motivos se encontrem inconscientes para o indivíduo.

Todavia, o fato de existirem motivos de que não se tenha consciência em uma determinada atividade, não expressa um princípio especial que esteja oculto na psique. Leontiev (1978, p. 159 – tradução nossa) aponta que "[...] os motivos não conscientes possuem a mesma determinação que qualquer reflexo psíquico: a existência real, a atividade do homem no mundo objetivo"[19]. Desse modo, os motivos inconscientes só podem ser reconhecidos pela pessoa e revelados à consciência objetivamente, com o auxílio de sua relação com o mundo exterior, ou seja, dos mediadores principais.

É, então, através das emoções que o sujeito acessa a realidade, processo em que "[...] a linguagem e a atividade medeiam a objetividade, enquanto sentido e significado atuam como mediadores dos aspectos subjetivos da realidade" (SANTOS, 2010a, p. 116). Isso nos permite compreender que os motivos conscientes e os motivos inconscientes não são opostos, são

[19] Los motivos no concientes poseen la misma determinación que cualquier reflejo psíquico: la existência real, la actividad del hombre em el mundo objetivo (LEONTIEV, 1978, p. 159).

apenas formas e níveis diferentes do reflexo psíquico que se encontram em uma correlação com o lugar que ocupam na estrutura da atividade, dois polos dialéticos da mesma organização no psiquismo. E, para tanto, os instrumentos mediadores funcionam em ambas as realidades: no contato com a realidade construída historicamente e na reorganização, direcionamento e desenvolvimento interno da realidade psíquica.

Sobre essa discussão, retomamos Rubinstein (1978) quando considera que, na base da inconsciência de uma vivência reside a inexistência da conexão consciente atividades/motivos e a inexistência de uma relação adequada para com a realidade objetiva. Essa inadequada relação com a realidade cria, com frequência, atos e sentimentos que não estão sob controle da consciência, isto é, inconscientes, os quais guiam meus desejos e organizam minha objetivação. Essa inadequação é fundamentada por uma ilusão ideológica que conduz ao desenvolvimento de uma falsa consciência e que a esta a maioria dos homens não consegue combater.

Sobre o problema do inconsciente na esfera de uma perspectiva Sócio-Histórica, Sève (1979, p. 493) considera que a expressão dele se dá por meio de "[...] uma interpretação mistificada de uma realidade cuja verdadeira natureza permanece por compreender, aprisionando, assim, o homem dentro da ilusão, da alienação e da dependência". De tal modo, reitera que os primórdios do inconsciente se encontram na produção da vida material e nas relações que dela resultam, ou seja, a gênese da inconsciência atende uma ordem social, objetiva, prática, e não uma ordem psicológica, como apontada por Freud (2006).

A tomada de consciência dos motivos da atividade é um fenômeno secundário que pode surgir apenas no nível da personalidade e que se reproduz em forma constante durante o curso de seu desenvolvimento. É o que discutiremos no capítulo posterior sobre outra categoria de análise do psiquismo: a identidade, como uma categoria a partir da construção cultural, dinâmica, que sofre alterações ao longo da vida dos indivíduos.

Porém, após a discussão dos principais elementos mediadores objetivos e subjetivos da realidade, cabe-nos agora buscar compreender como tais elementos conjecturam a estrutura desenvolvida pelos dois polos dialéticos na dinâmica psíquica: a consciência e o inconsciente.

2.2 OS POLOS DIALÉTICOS: A CONSCIÊNCIA E O INCONSCIENTE.

Na teoria psicológica Sócio-Histórica, a categoria de consciência desenvolvido por seus teóricos e, em específico, por Vigotsky, assume papel fundamental para superar a crise até então vivenciada pela Psicologia frente ao dualismo presente nas teorias tradicionais. E, por mais que no transcurso anterior já tenhamos apontado algumas questões acerta dessa categoria,

consideramos importante aprofundá-lo para compreender, também, a sua relação polar: o inconsciente.

Principiemos então com a explicação de Krapivine (1986, p. 120) sobre a consciência, quando o autor aponta que esta

> [...] apareceu antes de tudo em forma de conscientização pelos antepassados do homem do seu ser e da sua própria existência, separação do mundo exterior e determinação da sua atividade faz a esse último. O homem pré-histórico, cuja razão fora iluminada pela consciência, começou a compreender que existe e como existe, assim como o que se passa a sua volta. Por outras palavras, a consciência pode ser definida como a faculdade de discernir e conhecer o que se passa na realidade.

Assim, devemos considerar que as ideias filosóficas de Marx e Engels tiveram uma importante influência sobre toda a geração de jovens soviéticos da época em que Vigotsky viveu em meio à revolução russa (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1998). Tais autores contribuíram muito para a formatação da nova Psicologia, que compreendesse e atendesse as demandas das questões sociais emergentes em meio às mudanças históricas.

E, para tanto, é possível identificar os limitantes presentes dentro da Psicologia iniciada por Wundt que, por ser mais estruturalista, não conseguia romper a dicotomia da fisiologia, da neurologia e da reflexologia. Não existiam considerações sobre os processos psíquicos mediante a socialização do homem com o meio.

Em contrapartida, os métodos apresentados por Vygostky (2004a) indagavam a necessidade de introduzir os processos básicos e a consciência fora dos padrões mecaniscistas, como uma superação de uma ciência não fundamentada apenas na fisiologia ou na constituição física do homem, e sim na construção de um a categoria em que a consciência humana fosse compreendida como um fenômeno histórico e social. Nessa perspectiva, e conforme trabalhamos anteriormente, é extremamente válida a compreensão do desenvolvimento humano ocorrer a partir da apropriação dos elementos históricos e culturais que, consequentemente, proporcionam o desenvolvimento desses próprios elementos em um movimento progressivo.

Assim, a consciência pode ser definida como o conjunto de funções e processos que permitem ao indivíduo o conhecimento sobre o mundo (LEÃO, 1999), uma estrutura composta por outras estruturas (TOASSA, 2006) configurada como um "[...] sistema de mecanismos transmissores de certos reflexos para outros, que funcionam corretamente em cada momento consciente" (VIGOTSKY, 2004a, p. 14).

Torna-se possível, então, identificar, nesse momento, duas concepções distintas que se desenvolveram e transformaram ao longo dos anos, norteando assim as principais produções da Psicologia Sócio-Histórica: 1) O entendimento da consciência ainda resguardado pelas condições/produções da reflexologia; 2) a compreensão da consciência como um processo ativo e, consequentemente, a evolução dos processos psicológicos básicos aos processos psicológicos superiores.

De antemão, cabe ressaltar que essa é uma instância intangível, não material, que abanca diversas funções e processos como memória, sensação, percepção, atenção, etc. Porém, quando dizemos que possui uma característica não material, não estamos negando o fato de se desenvolver sobre uma base material, características anátomo-fisiológicas organizadas e evoluídas ao longo da espécie. Mas, nossa afirmação primária resguarda a importância justamente para configurar uma compreensão que não veja a consciência como um depósito, um espaço no qual elementos são deixados, mas sim como uma instância dinâmica da subjetividade que, ao mesmo tempo em que produz alterações na materialidade, cria representações psíquicas sobre esta (MAHEIRIE, 2002).

Pelo fato de não estar em mim, enquanto matéria física, mas sim na relação entre sujeito e realidade objetiva, enquanto matéria histórica, a consciência sempre será parcial por depender justamente dos limites mediacionais e da própria existência material e cultural. Rompemos assim com um dualismo ao considerar a consciência como a unicidade do homem com a sociedade, englobando os dois polos de uma relação dialética: "[...] o indivíduo é social, por fazer parte de um grupo e depender deste para a satisfação de suas necessidades e, ao mesmo tempo é único, por sua subjetividade ser formulada a partir da sua própria existência na realidade" (SANTOS, 2010a, p. 126).

Encontramos em Vigotsky diversas contribuições importantes sobre a consciência. Em *Os Métodos de Investigação Reflexológicos e Psicológicos* (2004c), o autor se refere à famosa apresentação de 1924, em um congresso em São Petersburgo, que serviu como alavanca de introdução para sua ciência psicológica. Já em Moscou, em sua primeira conferência no Instituto de Psicologia, ele produz *A Consciência como Problema da Psicologia do Comportamento* (2004d), em 1925; dando continuidade, *O Significado Histórico da Crise na Psicologia* (2004e), terminado entre 1926 e 1927; e *A Construção do Pensamento e da Linguagem* (2001), publicado já no fim de sua vida, em 1934.

Essa evolução trouxe à tona a transição de um viés reflexologista em suas obras iniciais para uma concepção semiótica ou mediacional da categoria de consciência. Assim, essa categoria, que outrora é trabalhado como um dos principais na teoria, tem sua produção e

desenvolvimento calcado a partir da superação das teorias reflexológicas e fisiológicas que limitavam a compreensão da psique humana. Captar a multiplicidade do homem leva, assim, à superação da dicotomização do sujeito: ora reduzido aos aspectos sociais que lhe são inerentes, ora aos aspectos que compõem o seu psiquismo.

Isso porque, através de seus discursos, o autor procurava enaltecer a problematização no entorno da reflexologia, a corrente psicológica dominante nos meios acadêmicos russos. Para ele, o problema dessa corrente estava no reducionismo oriundo do estudo do comportamento humano cada vez mais complexo. Por conta da definição reflexológica, qualquer comportamento era tido como um sistema de reflexos condicionados e, além do mais, era também reducionista a maneira do behaviorismo metodológico fundado por Watson não levar em conta a consciência como mais uma espécie de comportamento possível de ser observado e estudado.

Assim, Vigotsky propõe uma espécie de reorganização conceitual ao sugerir a possibilidade de a consciência ser estudada pelos reflexologistas, definindo-a, como vimos anteriormente, como "[...] um mecanismo de transmissão entre sistemas de reflexos" (1999b, p. 15). Chega a afirmar que "[...] dar-se conta significa transferir certos reflexos para outros" e que o "[...] inconsciente baseia-se psiquicamente em alguns reflexos que não se transmitem a outros sistemas" (1999b, p. 14).

O autor contempla, assim, duas direções potencialmente ignoradas na Psicologia tradicional: 1) a concepção da consciência a parir da inter-relação entre o que é socialmente instituído e o que é próprio do sujeito; 2) a incoerência de conceber cada processo ou função psicológica separadamente. Por esse motivo, vemos emergir a necessidade de uma categoria que abarcasse todas essas funções e, acima disto, o movimento de constituição e determinação entre elas. Consciência, nessa perspectiva, resguarda o movimento de seus elementos integrantes, e a não cisão do psiquismo.

Isso porque podemos perceber que, ao argumentar acerca da existência da consciência, Vigotsky (1999a) afirma algo bastante radical dentro da teoria: que os eventos da consciência, apesar de não se manifestarem exteriormente, possuíam existência objetiva. Assim sendo, afirma que a diferença básica é que, em um evento psíquico, o reflexo produzido por determinada sensação torna-se, em seguida, excitante para um novo reflexo, um movimento de integralidade de conteúdos e processos nessa instância (LORDELO; TENÓRIO, 2010).

Posteriormente, em *A Consciência como Problema da Psicologia do Comportamento* (2004d), o autor já demonstra um amadurecimento em sua ideia inicial e deixa de lado a tentativa de buscar, dentro da reflexologia, uma metodologia adequada para investigar os

fenômenos da consciência. Isto porque as considerações desta não conseguiam dar demanda além do estimulo e resposta dos comportamentos humanos condicionados, e muito menos à subjetividade. Assim, a origem social da consciência fica demarcada a partir de seus processos e funções, como também de seus mediadores, o que nos leva a compreender que ela se objetiva no comportamento do indivíduo através da atividade. Entretanto, tal objetivação só será finalizada à medida que o grupo possa apreender o comportamento e significá-lo, finalizando assim sua ação como significado socialmente estabelecido e aceito.

A manutenção da dialética objetividade-subjetividade-objetividade permite, então, o desenvolvimento da consciência a partir de um processo contínuo e mediado. Tal unicidade já é referendada por Vigotsky (2004a, p. 24-25 – grifos do autor) quando expressa que "[...] *a psique não existe fora do comportamento, assim como este não existe sem aquela*, ainda que seja apenas por se tratarem do mesmo".

Isso porque Vigotsky buscou superar as bases da Psicologia que naturalizava o comportamento humano e que tinha sua gênese nas ciências biológicas, nos fenômenos da hereditariedade ou na constituição física. Para o autor, o homem é inegavelmente um ser social e, dessa forma, não só produz, transforma e modifica, como também é produto da evolução biológica das espécies. Esse homem é constituído sob determinadas condições sociais e mediante a historicidade presente em sua constituição (AGUIAR, 2000).

A autora ainda nos esclarece que, nessa perspectiva, a subjetividade não é constituída superficialmente, pois a interação entre o indivíduo e o meio ocasionam um movimento de apropriação que envolve a atividade do sujeito. Este modifica o social, de forma que o social modificado representa a possibilidade do novo, da criação, expressa em sua objetivação manifestada pelos comportamentos, tanto conscientes quanto inconscientes. Mas, a atividade significada pela condição social é mediada de acordo com a historicidade, a qual lhe é disponibilizada (AGUIAR, 2000). Assim, o comportamento consciente pode se tornar direcionado, explicado e compreendido pelo sujeito, enquanto que à ação inconsciente lhe escapam tais construções representativas.

Vigotsky (1987, p. 78 – grifos no original) nos explica essa condição com um exemplo:

> Acabei de dar um nó – fiz isso conscientemente, mas não sei explicar como o fiz, porque minha cosnciência estava concentrada mais no nó do que nos meus próprios movimentos, o *como* de minha ação. Quando esse último se torna objeto de minha consciência, já terei me tornado plenamente consciente. Utilizamos a palavra *consciência* para indicar a percepção da atividade da mente – a consciência de estar consciente.

Assim, se a consciência tem como característica a objetividade, ou seja, a possibilidade de observar a si mesma sem que a imagem da realidade se confunda com a imagem criada pelo próprio sujeito, o inconsciente impede a percepção do que se faz, como se faz e por que se realiza determinada ação, representado por uma quebra na relação entre sentir-pensar-agir. Essa relação dinâmica é fruto de uma evolução desenvolvida na humanidade como forma superior de psiquismo, o qual se diferencia da condição psíquica animal, principalmente por sua capacidade abstrativa. E por abstração estamos compreendendo o desenvolvimento de uma realidade interna não confundida e não limitada pela realidade vivenciada em determinado momento.

Conforme vimos anteriormente, essa evolução da atividade interna é mediada através da linguagem – a mediação sígnica – e da atividade. Esse processo não pode ser entendido apenas como algo quantitativo, mas sim qualitativo, já que ocorre uma reorganização da realidade num sentido individual e objetivo ao homem:

> A consciência, como um processo, abriga o aspecto psicológico, ou seja, a realidade social transformada em psicológica. Esse processo, sempre em elaboração, redunda em formas de pensar, sentir e agir, que estão, também, sempre em construção. Dessa maneira, o homem, ao internalizar alguns aspectos da estrutura da atividade, internaliza de fato não apenas uma atividade, mas uma atividade com significado, como um processo social que, como tal, é mediado semioticamente, ao ser internalizado (AGUIAR, 2000, p.131).

Vigotsky (2004a) concebe, então, a consciência não como soma de processos, mas a partir da unidade entre as Funções Psicológicas Superiores, as quais, diferentemente da Psicologia tradicional, aqui "[...] aparecem, à luz de nossos experimentos, como fenômenos essencialmente de uma mesma ordem: unidos em sua gênese e em sua estrutura psíquica" (VIGOTSKY; LURIA, 2007, p. 48 – tradução nossa)[20].

Vimos também que a relação entre significado e sentido estrutura a consciência, sendo que o sentido assume a força motriz para a conversão do inconsciente em consciência (e vice-versa) pelo fato de possuir intrinsecamente componentes emocionais e afetivos. Portanto, cabe considerarmos especificamente a categoria de inconsciente, o qual aparece primariamente no texto de *Psicologia da Arte* (VIGOTSKY, 1987), obra em que o autor esclarece que alguns sentimentos vividos como afetos na atividade social e histórica, embora atinjam o sistema

[20] Aparecen a la luz de nuestros experimentos como fenómenos esencialmente de un mismo orden: unidos en su génesis y em su estructura psíquica (VIGOTSKY; LURIA, 2007, p. 48).

nervoso, não se consolidam como comportamento. Isso porque são diversos os estímulos afetivos que percorrem esse caminho, mas apenas alguns vão compor a estrutura consciente.

Porém, por mais que não atinjam a qualidade de elemento consciente, tais estímulos necessitam obter uma vazão para garantir o equilíbrio psíquico, pois, conforme o autor nos ensina,

> Nosso organismo está estruturado de tal modo que seus campos receptores nervosos superam em muito os seus neurônios eferentes, resultando daí que o nosso organismo percebe muito mais atrações e estímulos do que pode realizar. O nosso sistema nervoso lembra uma estação para a qual confluem cinco ferrovias mas da qual só por uma há partida; de cada cinco trens que ali chegam apenas um consegue irromper para fora, e assim mesmo depois de uma luta cruel, pois os outros quatro permanecem na estação. Assim, o sistema nervoso lembra um campo de batalha permanente, e nosso comportamento realizado representa apenas uma ínfima parte do que existe em forma de possibilidade que foi acionado mas não encontro vazão (VIGOTSKY, 1987, p. 312-313).

Nesse prisma, se não objetivados ou objetificados enquanto produtos sociais, esses afetos permanecem inconscientes. São vividos como um tônus emocional, uma angústia que precisa ser reorganizada, a qual, para o autor, pode acontecer a partir da palavra e da arte.

Duarte (2008, p. 01) aponta que "Vigotsky analisou a arte como uma técnica criada pelo ser humano para dar existência social objetiva aos sentimentos, possibilitando assim que os indivíduos se relacionem com esses sentimentos como um objeto, como algo externo". E, nesse percurso, a mudança da condição inconsciente para a consciente acontece a partir da catarse, caracterizada como a solução do conflito na criação social do novo – a atividade medeia e objetiva a condição afetivo-emocional.

Portanto, se pela condição afetiva e sensitiva se conduz o desenvolvimento do ato perceptivo na construção dos conteúdos inconscientes, é também por meio dele que o reverso consciente pode acontecer. Ou seja, na produção artística, a forma e o conteúdo não são meras escolhas ao acaso produzidas pelo indivíduo artista para resolução de seus conflitos, mas representam construções sociais que permitem o deslocamento do tônus emocional e, dessa maneira, devem ser consideradas alvos prioritários para a compreensão das funções inconscientes. Ainda sobre essa perspectiva social do deslocamento, Vigotsky (2001, p. 92) esclarece que "[...] as próprias questões do deslocamento – o que precisamente se desloca, como se desloca – estão sempre condicionadas à situação social em que o poeta e o leitor têm de viver".

Temos então na mediação dos processos afetivos e cognitivos a produção catártica e a organização dos conteúdos inconscientes na produção artística. Mas, para além da relação artística com o inconsciente, Vigotsky (2004a) também conjecturou sobre a própria natureza dessa instância quando analisou como a temática do inconsciente havia sido tratada por Pavlov, Freud, os Gestaltistas, e outros. Percebeu, então, que duas premissas estavam presentes: a defesa da condição exclusivamente psicológica e a defesa da qualidade fisiológica. Assim, na visão desse autor, a posição unívoca para um polo ou outro foi produzida por essas teorias, pois cindiram o homem, tomando-o apenas a partir de uma determinada representação. Obviamente, a nós e a este trabalho não cabe utilizarmos de tais premissas, uma vez que resguardamos a dialeticidade para compreender inconsciente e consciência como aspectos antagônicos de uma unidade.

Na continuidade do que discutimos acima, é imprescindível discutir o aspecto biológico do inconsciente. Aqui convém apresentarmos que essa constituição advém da ausência de transmissão de reflexos, algo dado na concepção da consciência, pois esta se caracteriza pela "[...] capacidade que tem nosso corpo de se constituir em excitante (através de seus atos) de si mesmo (e diante de novos atos)" (VIGOTSKY, 2004a, p. 70). Ou seja, o deslocamento fisiológico de um afeto segue a organização de um sistema psicológico para outro que, por sua vez, excita um terceiro e assim continuamente. Podemos pensar que, frente ao uivar do lobo, o organismo desencadeia "[...] os reflexos somáticos e mímicos de temor; a mudança da respiração, as batidas do coração, o tremor, a segura na garganta (reflexos) me fazer dizer ou pensar: 'tenho medo'. Encontramos aqui a transmissão de um sistema para o outro" (VIGOTSKY, 2004a, p. 71).

Vale lembrar que na gênese de seus estudos sobre a consciência, o autor toma como perspectiva as construções sobre os reflexos condicionados de Pavlov. Toassa (2006, p. 62) esclarece que "[...] é com a terminologia da ciência dos reflexos que ele sintetiza algumas de suas primeiras ideias sobre a consciência, linguagem e inconsciente". Aqui, a condição inconsciente se pauta na ausência de transmissão da condição reflexiva de um sistema para outro, na impossibilidade de transmutar o reflexo somático em explicação consciente. Porém, adiante em sua produção teórica, Vigotsky avança para além do dualismo reflexológico, adentrando as considerações sobre a linguagem enquanto elemento basal da consciência humana. Isso porque, na busca pelo desenvolvimento e pela concretização de uma teoria não pautada especificamente no introspeccionismo, o autor não deixou de considerar os estudos sobre a consciência como elemento central por compreendê-la como um sistema de mecanismos de reflexos. A compreensão do inconsciente nesse momento ainda "[...] baseia-se

psiquicamente em que alguns reflexos não se transmitem a outros sistemas" (VIGOTSKY, 2004a, p. 14). Isso se mantém porque a transmissão reflexiva entre sistemas depende, prioritariamente, dos conteúdos socioculturais apropriados pelo sujeito, isto é, o reflexo precisa ser um reflexo condicionado.

No exemplo anterior, quando ouvimos o uivar do lobo, desenvolvemos reações motoras específicas para lidar com essa situação, as quais se vinculam diretamente ao aprendizado que tivemos anteriormente a partir da apropriação da cultura vigente no grupo social. Assim, sentimos medo e a transmissão dessa emoção para o desencadeamento de qualquer forma de comportamento (transmissão de reflexo entre sistemas) exige o domínio dessa cultura. Com a ausência desse domínio, o desencadeamento do reflexo para um segundo sistema é anulado, findando na manutenção inconsciente dos primeiros reflexos.

Sobre essa concepção de consciência numa perspectiva reflexológica, e a partir dela, na delimitação que temos construído sobre o inconsciente, podemos recuperar o escrito de Toassa (2006, p. 63) para compreender a primeira instância

> [...] como um sistema de transmissores, um sistema que adquire a qualidade de sensações secundárias. Existiriam, basicamente, reflexos internos e externos, como duas categorias gerais de sistemas de reflexos: um reflexo interno pode tornar-se palavra falada, e é neste tornar-se que atua o referido sistema. O sistema é regido por leis causais desta estruturação em complexos, com diferentes tipos, de formas de interação dentro dos subsistemas e na totalidade dos sistemas (Vigotsky, 1924-11934/1991). Os experimentos de associação de palavras, por exemplo, realizam-se com a colaboração de sistemas próximos. Quando uma emoção é traduzida em palavras, temos um exemplo de interação sistêmica. Surgem já dois termos que não abandonarão Vigotsky: estrutura e sistema, os quais se enriquecem com a evolução teórica, metodológica e empírica do enfoque histórico-cultural e se imiscuem na sua discussão do conceito de consciência. Estes termos indicam que o cérebro não tem um funcionamento organizado a priori, que as estruturas funcionais fundamentam-se na capacidade de formação de novas conexões neurais sistemicamente organizadas. A palavra é unidade básica do sistema de reflexos da consciência, isto é, dos reflexos que servem para refletir a influência de outros sistemas.

Porém, a autora nos expõe ainda que essa primeira compreensão sobre a estrutura e o desenvolvimento da consciência tornou-se insuficiente frente a questões não respondidas somente a partir da análise dos reflexos. Assim, temos o avançar teórico na busca de uma explicação mais totalizante, visando, assim, considerar a complexidade da constituição consciente e inconsciente no psiquismo humano. Aqui percebemos a marca com maior preponderância do papel da cultura no desenvolvimento do psiquismo.

Compreendemos que a Psicologia não deve se restringir apenas ao estudo dos reflexos incondicionados, pois estes não permitiram a explicação da complexidade presente na produção do comportamento. Temos a necessidade de substituir, então, o termo reflexo por comportamento, para que assim possamos abarcar também os reflexos condicionados em um determinado contexto social a partir dos esquemas tipicamente culturais.

Assim, avançamos na compreensão do psiquismo quando consideramos que sua condição biológica está subordinada às construções culturais, o que nos leva a uma segunda definição da consciência a partir da composição semioticamente estruturada desse sistema. A linguagem ganha plano central, pois possibilita transformar o mundo objetivo em subjetivo, permitindo assim que a atividade externa seja transformada em interna, e simbolizada por meio dos conceitos. Partimos então do mundo interpsicológicos para o mundo intrapsicológico (LEÃO, 2007).

Por esse princípio, a consciência depende da apropriação de conceitos a partir da atividade, transformando-os em mediadores que possibilitam que um estímulo específico se transforme conscientemente em um elemento sintético (TOASSA, 2006). Nessa organização, novos conceitos irão ocasionar a alteração de toda a estrutura da consciência, uma vez que esta é compreendida como um todo único, integral, e estruturado pela linguagem. Já que essa mediação semiótica acontece rotineiramente, a vinculação do todo com as partes, e vice-versa, proporciona continuamente a alteração da estrutura psíquica (VIGOTSKY, 2001).

Reiteramos assim que, se a presença da mediação semiótica caracteriza a consciência, no oposto, sua ausência configura e potencializa o inconsciente, mantendo a condição objetiva como estímulo sob o qual não há o desenvolvimento da reação, ou seja, é mantido como tônus afetivo emocional que não concretiza a ação. Nesse contexto, o sentido desenvolvido reorganiza a consciência, definindo quais são as funções necessárias a dada atividade, assim como os comportamentos e estímulos selecionados, enfim, como se organizar em um ambiente em determinado momento. E, ao fazê-lo, também seleciona quais elementos que, chegando ao indivíduo, não serão constitutivos da atividade naquele contexto, ou seja, não se tornarão conscientes.

Portanto, Santos (2010a, p. 85-86) aponta que

> [...] assim como a consciência, o inconsciente é continuamente alterado de acordo com o direcionamento da atividade do indivíduo. A atividade pode tanto fazer com o que o indivíduo se aproprie de conteúdos que já estavam no psiquismo, mas na forma inconsciente, quando pode fazer com que o indivíduo interiorize novos conteúdos, que não serão significados e alterarão a estrutura do inconsciente.

Por mais que o cérebro seja a base material sob a qual se desenvolve a consciência e o inconsciente, a explicação destes só se torna possível a partir da análise dos instrumentos semióticos disponibilizados na cultura e apropriados pelo sujeito. Por esse motivo que:

> Inúmeras impressões sensoriais bombardeiam o cérebro. Tais impressões são trabalhadas pelas funções psíquicas superiores, cuja atividade consciente consiste em atribuir sentido às impressões sensoriais, em produzir novas combinações dessas impressões, além de controlar as ações. O caráter voluntário e criativo da atividade cerebral permite, assim, dizer que a realidade reflete-se não apenas *no*, mas também *pelo* cérebro. Este processo desenvolve-se graças à mediação da experiência acumulada e sintetizada na linguagem: é com a apropriação dos sistemas de significações historicamente desenvolvidos que as pessoas são capazes de ir além das sensações, generalizando a experiência nas palavras (TOASSA, 2006, p. 78).

No tocante ao inconsciente, frente a determinadas impressões sensoriais não temos possibilidade de atribuir sentido e significado, ou seja, quando esses elementos chegam ao sistema nervoso e não são simbolizados, não adquirem uma configuração consciente. Sobre essa seleção de impressões captadas pelos órgãos sensoriais, Vigotsky (2004a, p. 68-69) alude que:

> [...] nosso sistema nervoso lembra [...] as portas de um grande edifício, em direção aos quais se lança a multidão num momento de pânico; pelas portas passam apenas algumas poucas pessoas; as que conseguirem atravessá-las com sucesso são um número reduzido em comparação com as que morreram esmagadas. Isso reflete melhor o caráter catastrófico da luta do processo dinâmico e dialético entre o mundo e o homem [...].

A partir desse exemplo, podemos depreender que as impressões não transformadas em conscientes passam a constituir os conteúdos inconscientes no psiquismo e, ainda considerando que a linguagem faça a medição da percepção humana (LURIA, 2002), é também a ausência desta que caracteriza a estrutura inconsciente. Santos (2010a) esclarece que pela ausência do mediador semiótico há uma interrupção entre as necessárias conexões entre diferentes sistemas, impossibilitando assim a conversão de um sistema em outro. Todavia, por mais que não constituam consciência, esses conteúdos apropriados pelo sujeito e mantidos sem sentido ou significado ainda assim influem em seu comportamento.

Reiteramos, então, que a não significação, síntese entre significado-sentido, mantém esses estados no formato de tônus, isto é, certa intensidade dos estados emocionais que me direcionam a dado objeto, sinalizando assim o interesse mesmo sem compreendê-lo. Leão

(1999, p. 63) esclarece que é uma "[...] avaliação da atividade [que] é anterior à reflexão cognitiva das relações que promoveu. Dá-se ainda no nível da representação sensorial direta da situação ou do pensamento e, portanto, está baseada no sentimento que permite apenas a vivência do que foi sentido emocionalmente".

Dessa forma, quando o tônus emocional assume uma perspectiva positiva. temos o direcionamento do indivíduo a dado objeto e, em contrapartida, quando há uma perspectiva negativa, há uma tendência a se afastar. Em ambos os casos, a ausência da possibilidade de explicação das escolhas se dá porque o sujeito não possui domínio dos elementos culturais para fazê-la, e também porque pode ocorrer a ausência de processos psicológicos que possibilitem a concretização da atividade psíquica. Ou seja, em todos os casos, a condição mediacional é preponderante para compreendermos tanto a instância consciente como a inconsciente. E, aqui, conforme temos trabalhado neste capítulo, assumimos a total relevância da mediação da atividade, da linguagem e da emoção na constituição do psiquismo humano.

Cabe ainda esclarecermos que, por ser partícipe na composição e no desenvolvimento dos sistemas psicológicos, o sentido pode determinar quais conteúdos inconscientes poderão ser transmutados para a satisfação de uma determinada necessidade presente em outro momento, bem como quais permanecerão na dinâmica inconsciente. Isso ocorre a partir do estabelecimento de novas relações na atividade do sujeito com o ambiente, as quais demandam a reorganização da consciência, "[...] atribuindo novos sentidos àqueles elementos com os quais ele já tinha entrado em contato, mas que não havia podido captar aspectos que lhe eram intrínsecos" (SANTOS, 2010a, p. 129).

Vale recuperar a noção de que outros mediadores entre as Funções Psicológicas Superiores também assumem papel de destaque nessa dialética consciência-inconsciente. Dentre elas, a afetividade possibilita conjecturarmos porque alguns elementos são conscientizados e outros permanecem inconscientes, e também como, nessa última instância, a ausência da significação e do sentido está relacionada ao processo suscitado pela condição afetiva.

Para tanto, devemos compreender que a afirmação de que não há sentido sem significado se pousa na consideração da ausência de explicação individual para conteúdos que não sejam contemplados pelo grupo social no qual o sujeito existe. Se o sentido, assim como o significado, demanda a objetivação sob a forma de comportamento e que este seja referendado pelos outros sociais, quando não efetivada essa relação – quando o comportamento que expressa determinado sentido não é aceito pelo grupo –, os elementos que o compuseram se tornam inconscientes, desenvolvendo assim um sentido inconsciente também. Ou seja, a incapacidade

de transformar algo produzido pela atividade interna em uma condição objetiva aceita e referendada pelo grupo leva, também a que essa produção se torne inconsciente, por mais que tenha sido gerada e ainda possua um sentido delimitado. Nesta, o rompimento ocorre no final do movimento dialético, quando objetividade-subjetividade se separa da objetivação final.

Precisamos compreender que a reversibilidade do polo inconsciente ao consciente (e vice-versa) não acontece como mera alteração. Essa mudança envolve a atividade e, consequentemente, a modificação do conteúdo, pois este passa a ser simbolizado, (re)adquirindo assim a condição social. O sentido, aqui, é o principal elemento mediador no movimento, pois a sua presença ou ausência trabalhará como força propulsora da condição dialética no psiquismo.

Considerar que a principal característica do inconsciente é a ausência de sentido não equaciona pensarmos que bastaria proporcionar maiores experiência para o sujeito ser conscientização em sua totalidade. Isso porque o desenvolvimento do sentido a partir dos significados também depende dos sentidos produzidos anteriormente, os quais mantém interação nas cadeias de sentido na dinâmica do psiquismo. Portanto, por mais que os conteúdos culturais sejam repassados aos sujeitos e apropriados, talvez estes não conseguirão elaborar um sentido diretivo a determinado conteúdo justamente pela conjugação com os demais sentidos, impedindo assim a apropriação da significação desse elemento do real. Neste ínterim, mesmo existindo na realidade social e disponíveis para a apropriação subjetiva, tais conteúdos permanecem inconscientes em decorrência da mediação desenvolvida.

Temos então a real importância da compreensão dos conteúdos e processos conscientes e inconscientes para o entendimento da totalidade da subjetividade. Tais instâncias, marcadamente sociais, possuem mediações determinantes na eleição do que ora será consciente, e outrora permanecerá na outra qualidade. Mas essas mediações são determinadas de acordo com as necessidades e características do contexto em que o sujeito está inserido, as quais possibilitam a produção da síntese que implica, diretamente, no domínio de quais mediadores e suas características comporão o psiquismo em sua estrutura consciente, e quais serão determinados culturalmente na composição dos aspectos inconscientes. Ressaltamos, assim, a condição eminentemente histórica e social da mediação na dialética do psiquismo, compreendendo então que a atividade, a linguagem e as mediações intrapsicológicas delas resultantes, tais como emoção e a identidade, são produções históricas delimitadas por uma sociedade específica num tempo determinado (LANE; SAWAIA, 1995; VIGOTSKY, 2004a).

Ao passo de compreender tais implicações no desenvolvimento da identidade sexual, processo que compõe e promove o funcionamento psicológico humano, tomamos esta como a

síntese dos processos psíquicos superiores em conjunto com as construções sociais acerca da sexualidade. Assim, a identidade sexual amplia a possibilidade de compreendermos o sujeito particular enquanto característica do que ele seja, de como se relaciona, a partir do que define seus gostos, vontades, desejos, aquilo que o torna diferente de outras pessoas e também aquilo que o iguala a determinado grupo, aspectos a serem trabalhados no próximo capítulo.

3 IDENTIDADE SEXUAL: A NÃO-METAMORFOSE E AS POSSIBILIDADES RUMO À CONSCIENTIZAÇÃO SEXUAL

No primeiro capítulo deste trabalho apresentamos nossas considerações a respeito da sexualidade, evocando, para tanto, estudos produzidos em diversas ciências para a compreensão da dinâmica, dos processos e das organizações da sexualidade na cultura produzida pelos homens. Defendemos que a sexualidade deve ser compreendida como uma produção social, cultural e histórica, assim como o psiquismo humano. Por esse motivo, nosso segundo capítulo buscou apresentar a dinâmica psíquica do homem, tomando como princípio os aspectos mediacionais na relação dialética entre consciência e inconsciente, aspectos que colocam em foco a produção da identidade subjetiva, a síntese desses elementos relacionais.

A partir desses conteúdos, o presente capítulo versará sobre a identidade sexual, apresentando aqui nossa compreensão do desenvolvimento produzido pelos sujeitos na dinâmica com a realidade social, na organização de sua própria dinâmica enquanto sujeito histórico e sexual. Para tanto, devemos recuperar a noção de que, nos últimos séculos, as discussões sobre a sexualidade têm sido produzidas no cerne de diversas áreas do conhecimento, especificamente em algumas ciências modernas desenvolvidas na área da saúde, tais como a Medicina e a Psicologia. Essas ciências têm buscado construir um conhecimento sobre o funcionamento do corpo humano, tendo contribuído cada uma com suas especificidades no que concerne o enfoque gerado, mas que, porém, ainda mantém seus pressupostos no ideário positivista.

Isso porque os novos paradigmas científicos gerados pelo positivismo provocaram uma ruptura fundante no conhecimento humano, que possibilitou a produção de uma forma de conhecimento tido como verdadeiro: o conhecimento científico. Santos (2010b, p. 24) esclarece que “[...] esta nova visão do mundo e da vida reconduz-se a duas distinções fundamentais, entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, por um lado, e entre natureza e pessoa humana, por outro”. Assim, a modernidade e subsequentes ciências produzidas trazem em seu cerne a desconfiança sistemática das evidências da experiência imediata, valorizando a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro.

Nesse quesito, à Medicina couberam as produções sobre a normalidade e consequentes patologias, utilizando para tanto uma investigação basicamente descritiva de tais processos que têm subsidiado o diagnóstico e tratamento de problemas relacionados à saúde humana. Já à Psicologia, que se desenvolveu como ciência somente no final do século XIX, ainda se encontra arraigada a esse ideário, articulando assim suas especificidades com os processos e sintomas

descritos principalmente pela Medicina, numa tentativa de garantir cientificidade para suas produções.

Mas, essa condição foi necessária, uma vez que nossa ciência sempre esteve sobre as injúrias de uma pseudocientificidade por se debruçar nos componentes subjetivos do humano, aqueles que, durante muitos anos, não foram passíveis de mensurações e, consequentemente, comprovações. Portanto, o conhecimento e as teorizações produzidas pela Psicologia têm se desenvolvido tomando como subsídios concepções filosóficas sobre o homem e o conhecimento que têm nos colocado, ainda hoje, sob um viés descritivo e classificatório dos processos psicológicos, inclusive sobre a sexualidade e consequente identificações correlatas.

Basta nos atentarmos aos estudos desenvolvidos especificamente sobre essa temática, os quais sempre guardam primazia pela ordem das características desenvolvidas pelos sujeitos, focados mais em uma certa naturalização do desenvolvimento do que na dinâmica histórica e cultural aos quais esses comportamentos estão vinculados. Cindimos, assim, o sujeito de sua realidade, e passamos a considerá-lo apenas como portador de determinadas potências que devem ser naturalmente desenvolvidas a partir da condição humana, isto é, um sujeito meramente ideal, e que depende apenas de suas forças e vontades para o seu desenvolvimento.

Essa concepção típica de sujeito e fenômeno psicológico é bem trabalhada por Bock (1999), quando apresenta os resultados de sua pesquisa desenvolvida com diversos psicólogos na região de São Paulo. Em analogia ao famoso Barão de Munchhausen, a autora aponta que a *práxis* do psicólogo ainda está impregnada pela concepção de homem advinda do modelo liberal do século XIX e reformulada nas concepções neoliberais do século XX, as quais enfocam o homem individualizado, livre para suas ações e escolhas, capaz de proporcionar sua própria existência.

Cabe relembarmos, então, que tal princípio epistemológico está presente nas teorias que subsidiaram o início do desenvolvimento científico da Psicologia, trabalhadas sob diversos prismas: como o comportamento, apresentado por Skinner ([1953] 2003) em sua ciência do comportamento humano; como o inconsciente e seus processos correlatos, abordados enfaticamente por Freud ([1900] 1973) e colabores; e também nas características da forma, trabalhadas pela Gestalt de Koffka (1975) e Kohler (1980). Tais proposições findam na apresentação de uma visão fragmentada de sujeito, submetendo-o sempre a uma lógica exclusivamente interna de desenvolvimento que tem subsidiado as principais categorias apresentadas nas/pelas teorizações psicológicas. Nega-se, assim, uma dinâmica maior da realidade, reduzindo o sujeito a uma mera produção coadjuvante, ao mesmo tempo em que lhe

imputa suas decisões e escolhas, tornando-o capaz de "[...] puxar a si próprio pelos cabelos" (BOCK, 1999, p. 12).

Nessa perspectiva, temos percebido que, no tocante às discussões sobre a sexualidade humana, a própria história de produção da Psicologia científica engendrou a elaboração das explicações e entendimentos para essa característica humana. Por um lado, respaldada pelas concepções meramente descritivas dos processos anatomoneurofisiológicos e, por outro, pelos entendimentos do ser humano com artífice de si mesmo. Coube então à Psicologia considerar que a sexualidade ou era produção exclusiva do corpo, ou era produção particular do sujeito e, em quaisquer casos, a realidade social e histórica foi extirpada enquanto processo determinante.

Entretanto, como apontado no primeiro capítulo, a Psicologia também traçou diálogos mais estreitos com outras ciências, como a Antropologia e a Sociologia. O esclarecimento da historicidade possibilitado por essas ciências sociais permitiu inquerirmos sobre "[...] o papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência a nossa felicidade" (SANTOS, 2010b, p. 18), o que tem nos levado a compreender que o processo de desenvolvimento do homem está para além apenas de sua configuração corporal.

Aqui, as principais contribuições verificadas se centraram em colocar a Psicologia em contato com outras visões de homem como, por exemplo, o homem trabalhado no materialismo marxista, o homem essencialmente histórico e social, marcado pela produção de sua existência em sociedade, pois Marx e Engels ([1845] 1993, p. 86) escrevem que "[...] conhecemos somente uma única ciência: a ciência da história".

Obviamente, essa concepção foi emanada a partir das próprias contradições que a figura do homem (neo)liberal têm nos apresentado, uma vez que as produções de grandes teóricos das ciências sociais na área da sexualidade (BEAUVOIR, 2009; BUTLER, 2015; FOUCAULT, 2014) mostram que a sexualidade é uma produção humana que considera sim os aspectos materiais (enquanto materialidade física), mas que ultrapassa tais princípios, na medida em que é utilizada como mecanismo para o desenvolvimento da sociedade e para o suprimento de determinadas necessidades do próprio homem.

Porém, tais autores corroboram a ideia de que a identificação frente a um gênero social faz referência a com qual posição desse elemento a pessoa se identifica, ou seja, se o sujeito se percebe como masculino, feminino, mas tal preceito também pode ser empregado para se referir ao gênero que outras pessoas atribuem ao indivíduo com base no conhecimento que têm da pessoa, ou das indicações do seu papel de gênero como conduta social, roupas, etc. A identidade de gênero pode estar entrelaçada por uma variedade de estruturas sociais, incluindo o grupo

social da pessoa, seu emprego, sua religião e sua família. Porém, identidade de gênero e identidade sexual se diferem ontologicamente, pois o segundo se refere às qualidades do ponto de vista biológico e psicológico, que todos nós seres humanos temos.

Essa segunda perspectiva nos parece mais viável, pois, ao trabalharmos sobre a constituição da sexualidade e das possibilidades de seu desenvolvimento pelo indivíduo a partir do termo identidade sexual, abarcamos uma forma mais ampla de compreensão na qual está englobada também a identidade de gênero, mas o termo identidade sexual passa a fazer referência a dois conceitos bem diferenciados: primeiro, a relação com a experiência interna de pertencer a um sexo, e segundo, relativo à identidade e à sexualidade.

No primeiro caso, a identidade sexual é a soma das dimensões biológicas e subjetivas de um indivíduo que lhe permitem reconhecer o pertencimento a um sexo ou outro, ou seja, se é macho ou fêmea. Por outro lado, segundo o autoconceito de cada pessoa, se relacionam o sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e o conjunto de habilidades que a pessoa desenvolve em sua vida em relação à sexualidade.

Isso quer dizer que, se nos diversos períodos da história da sociedade nos encontramos com diversas ideias, teorias e concepções sobre a identidade sexual, a explicação que apontamos não está apenas em uma natureza ou na peculiaridade dessas ideias e teorias, senão nas diversas condições da própria vida material em sociedade. Ou seja, a sexualidade, como quaisquer outras características eminentemente humanas, se desenvolve não por questões de natureza animal, mas sim pelas condições de existência na sociedade, respaldo encontrado também na afirmação de Marx quando expõe que "[...] não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência" (MARX, [1856] 2008, p. 47).

A partir dessa perspectiva, o veio histórico e social adentra as concepções psicológicas sobre a sexualidade, fazendo-as repensarem suas produções e teorizações. Assim, discutir a identidade sexual, tomando como base os pressupostos epistemológicos do materialismo histórico-dialético e as teorizações decorrentes, permite desenvolvermos uma visão de sexualidade que considere e contenha diversos movimentos através do desenvolvimento político das identidades sexuais.

Dessa forma, é imprescindível retomarmos o processo histórico, pois desde a antiguidade encontramos na arte, na literatura, na poesia, nos mitos, inúmeras tentativas para se compreender a origem da identidade pautada em uma sexualidade. Porém, todas essas vertentes nos conduzem a observar a formação das referências subjetivas sexuais relacionadas

ao aspecto de socialização sobre o qual o sujeito se torna membro de uma sociedade, apropria os elementos sociais e desenvolve sua identidade pessoal, em específico sua identidade sexual.

Assim, a primeira parte deste capítulo se detém na discussão da constituição do humano, das referências basais de desenvolvimento que possibilitam ao sujeito o contato com a cultura desenvolvida pela realidade social. Em um segundo momento, apresentamos os pressupostos da psicologia sócio-histórica para uma possível compreensão da identidade como síntese dialética. Por fim, nos detemos a apresentar algumas pontuações sobre a prática psicológica como condição conscientizadora, tomando a clínica como um espaço de desenvolvimento da identidade política sexual.

3.1 O MOVIMENTO SOCIALIZAÇÃO-APROPRIAÇÃO COMO ARTÍFICE DO DESENVOLVIMENTO IDENTITÁRIO HUMANO

Uma das primeiras questões que o ser humano se faz e que retornará em diferentes momentos e situações de sua vida é: quem sou eu? A isso podemos acrescentar: para quem? Por que sou como sou e não diferente? Como é que cheguei a ser o que sou?

Constituir-se como sujeito, adquirir o sentimento de individualidade e, consequentemente, a possibilidade de poder reconhecer o outro distinto de mim, a alteridade, é talvez o sentimento menos compartilhável e mais irredutível que o ser humano é capaz de viver: o sentimento de ser, de existir. Dessa experiência nasce a possibilidade de estabelecer relações em diversos níveis.

A multiplicidade de pessoas mostra que, em meio a sua diversidade, todas e cada uma se sentem sujeitos de sua ação. O que são e o que fazem lhes dão uma identidade, um eu próprio que as diferenciam como pessoas de qualquer outro indivíduo, assim como também um vínculo social que as unem, uma referência que é coletiva e, ao mesmo tempo, torna-as membros de um mesmo grupo social.

Essa dupla faceta, ser diferente de alguém e ao mesmo tempo estar inserido em um grupo com pessoas iguais, é possibilitada pelos processos de socialização que o ser humano passa no decorrer de seu desenvolvimento vital. Sobre esse processo, os sociólogos o compreendem como um mecanismo pelo qual uma sociedade transmite suas normas e princípios a seus novos componentes, o que garante a sobrevivência e a continuidade do sistema. Já para os psicólogos, a ênfase está nas necessidades e interesses dos indivíduos, ou seja, a socialização é tida como um processo pelo qual o indivíduo adquire determinadas habilidades, necessárias para se adaptar e progredir socialmente.

Podemos compreender, então, que a socialização é um processo psicossocial que conduz ao desenvolvimento histórico do indivíduo como pessoa e membro de uma sociedade (MARTIN-BARÓ, 2005). Essa afirmação nos remete a três considerações basais. Primeiro, que a socialização é um processo de desenvolvimento histórico calcado em um determinado momento e espaço social, definida por cada situação concreta. É um processo maleável, mutável, não dependente apenas dos determinismos biológicos. Assim, para compreendê-la é necessário compreender a história enquanto conteúdos concretos e, "[...] apesar de ser importante examinar como se transmite algo, mais importante ainda é conhecer esse algo que se transmite" (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 115 – tradução nossa)[21].

Segundo, é um processo de desenvolvimento da identidade pessoal, através do qual cada indivíduo se configura como pessoa frente a uma determinada sociedade, na afirmação de sua particular individualidade. A pessoa emerge em um processo histórico de configuração em que se faz pessoa com suas especificidades de traços e características. Socializar não é, então, uma simples modificação de um estado para o outro na esfera social; ao contrário, é um passo para fundar o ser pessoal, tendo a sociedade como elemento configurador dessa identidade pessoal. Dessa forma, o social é o elemento primordial na constituição de cada pessoa humana, ou seja, a existência de cada sujeito pressupõe fundamentalmente a existência de uma sociedade que o configura através de um momento histórico específico.

Por fim, é também um processo de desenvolvimento da identidade social. O processo de socialização remete historicamente o indivíduo a uma determinada sociedade, a um determinado grupo e classe social, sob o qual ele desenvolve sua identidade individual. Ou seja, toda identidade pessoal é, ao mesmo tempo, uma identidade social, pois demanda uma relação em que a identidade individual depende, primordialmente, da identificação que o grupo social lhe proporcione (CIAMPA, 1994).

Consideramos, assim, que a identidade está calcada sobre uma realidade objetiva: sou membro de um grupo e, como tal, adquiro as configurações peculiares desse grupo, desenvolvendo determinadas especificações que o grupo me torna possível. Esse mecanismo de disposição de possibilidades culturais, ofertadas ao indivíduo pela realidade social objetiva, em conjunto com a própria evolução específica deste no interior de seu grupo social é que vão possibilitar ou não o desenvolvimento da consciência que ele terá sobre si, a qual repercutirá em sua própria determinação. Portanto, a aquisição de uma identidade social demanda, também, a necessidade dos processos de interação da pessoa.

[21] [...] a pesar de ser importante examinar cómo se transmite algo, más importante aún es conocer ese algo que se transmite (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 115).

Berger e Luckman ([1978] 2003) apontam a socialização como a indução ampla e coerente de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou em um grupo dela, sob a qual irá constituir sua identidade. Consideram ainda que a socialização pode ser dividida em duas perspectivas: a primária, correspondendo ao já trabalhado acima como socialização em geral, ou seja, a primeira organização pela qual a pessoa atravessa a infância, que a converte em membro de uma sociedade pela interiorização de normas, costumes e valores, de um mundo preexistente ao sujeito; e a socialização secundária, como qualquer processo posterior que induz o indivíduo já socializado a novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. É a apropriação da realidade, a aquisição do conhecimento específico de determinadas funções.

Na socialização primária, o indivíduo desenvolve uma identidade pessoal através da aquisição de um mundo, entendendo-o como um contexto objetivo, material e pessoal, e também como uma cultura em toda sua complexidade.

> Todo indivíduo nasce dentro de uma estrutura social objetiva na qual encontra os outros significados que estão encarregados de sua socialização e que lhe são impostos. As definições que os outros significativos fazem da situação do indivíduo lhe são apresentadas a este como realidade objetiva. Deste modo, ele nasce não só dentro de uma estrutura social objetiva, senão também dentro de um mundo social objetivo (BERGER; LUCKMAN, [1978] 2003, p. 166).

A aquisição desse mundo social objetivo significa tornar-se parte de um contexto e situação social, incorporando individualmente esse contexto e situação em forma de estruturas psicológicas. Assim, a pessoa pertence a um grupo, uma sociedade, tornando-se parte objetiva dela e, concomitantemente, seu grupo torna-se constitutivo essencial de seu ser, sua identidade pessoal, mantendo assim o movimento de relações do interpsicológico para o intrapsicológico.

Podemos compreender então que os processos de socialização se desenvolvem durante toda a vida. A socialização das pessoas progride através de alguns processos como a aquisição de uma linguagem, de uma moral, de uma identidade sexual, que apontam a condição histórica do ser humano. "É a pessoa quem, através de sua história concreta, desenvolve uma linguagem, assume princípios morais, adquire uma identidade como homem ou como mulher e, assim, desenvolve sua identidade pessoal em uma circunstância e situação específica" (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 120 – tradução nossa)[22].

Nessa perspectiva, o autor aponta que o senso de realidade pessoal, ou o Eu pessoal, é desenvolvido no processo de socialização em todas as suas dimensões, e cada período de seu

[22] Es la persona quien, a través de su historia concreta, desarrolla un lenguaje, asume principios morales, adquiere una identidad como hombre o como mujer y así desarrolla su identidad personal en una circunstancia y situación específica (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 120).

desenvolvimento representa a síntese dos processos evolutivos da pessoa. Isso nos possibilita apontar algumas características fundamentais apresentadas pela identidade pessoal, tais como: a) a referência a um determinado mundo; b) sua afirmação pautada na interação entre as pessoas; c) sua relativa estabilidade; d) o fato de ser uma produção tanto social quanto individual. Vejamos pormenorizadamente cada uma dessas características.

Como já trabalhado, a identidade das pessoas é acometida sempre por determinações de uma realidade objetiva, um mundo de significações dispostas por uma rede de relações sociais. Nesse prisma, ao sujeito se relacionar com este mundo, cabe apropriar-se do mundo que lhe é disposto. Uma vez considerado que a identidade pessoal só pode ser desenvolvida em um sistema de relações, afirma-se, assim, a perspectiva social da identidade – ao mesmo tempo em que estamos referidos à realidade objetiva, estamos também referidos a um entorno constituído por nossas relações de interação social com as pessoas mais significativas, relações interpsicológicas. A identidade individual se afirma, então, frente à identidade dos demais e com eles.

No campo das produções identitárias, Goffman (1974) apresenta a noção de que a realidade é produto de uma interação pessoal única para cada situação. A identidade pessoal seria o aspecto apresentado por cada pessoa no processo de interação com o outro, o que permite visualizarmos, nessa concepção, uma compreensão insipiente do processo de identificação. Isso porque para o autor, cada circunstância definirá a identidade pessoal, uma vez que ela exacerba a vinculação da identidade a um mundo, já que o eu não só depende do contexto social e de uma rede de relações interpessoais, mas depende de cada situação concreta e de cada interlocutor ou interação particular.

Diferente desse autor, não compreendemos a identidade pessoal pautada sob um determinismo circunstancial, mas como produto de uma sociedade e também produto da própria ação individual. Cabe considerar então a historicidade do ser humano, sujeito de determinantes sociais que operam sobre si e frente aos quais atua. Nessa ação, gera uma realidade e a conhece como tal, construindo a si mesmo e desenvolvendo sua identidade.

Outro teórico que desenvolveu trabalhos para compreender a formação do eu pessoal foi Mead (1962). O autor distingue na identidade pessoal (no *self*), o que chama de Eu, referindo ao sujeito frente aos demais; e o que chama de Mim, referindo à pessoa enquanto objeto para os demais. Eu e mim estão intrinsecamente relacionados, pois promulgam o movimento da identidade pessoal, compreendendo o surgimento do eu frente aos demais, especialmente através da auto-imagem que passaram, com fatos e palavras, outros (a mim). Dessa forma, o sujeito conhece o que ele é e como é por meio da imagem que as pessoas expressam sobre ele,

principalmente aquelas pessoas mais significativas, às quais Mead (1962) chamam de os Outros Significativos.

O modelo teórico de Mead (1962) evidencia também a natureza social da identidade: a identidade pessoal surge, antes de tudo, das pessoas do próprio entorno social, ou seja, o mim é anterior ao eu. Cada pessoa desenvolverá uma determinada personalidade sempre estando atrelada a um grupo ou comunidade social, incorporando as instituições desse grupo e a sua própria conduta. A linguagem como instrumento de comunicação torna-se elemento fundamental para obter sua personalidade e, através da adoção dos papéis que os demais lhe proporcionam, o indivíduo consegue alcançar a atitude dos membros da comunidade (MEAD, 1962).

Temos assim uma relação estabelecida entre objeto e sujeito, ou melhor, mim e eu, em que anverso ao mim como um reflexo dos demais, a pessoa desenvolve seu eu. O eu não é, portanto, apenas um reflexo do mim, porém, surge como uma reação ao que lhe é apresentado pelos outros membros do grupo ao mim, que são as atitudes comuns ao seu grupo social incorporadas ao indivíduo. A identidade pessoal, nesse caso, estará condicionada à realidade dos Outros Significativos para cada sujeito, considerando também a peculiaridade de cada sociedade, classe social, grupo e circunstância histórica que os Outros Significativos carregam.

O ponto importante na obra de Mead reside justamente no fato de o autor compreender a produção identitária no diálogo com a dinâmica da realidade social. Entretanto, peca quando toma como lado produtor a própria realidade, à qual o sujeito apenas responde como sujeito passivo de sua própria produção, de sua própria construção e deenvolvimento identitário. Quando dizemos isso não estamos ignorando a condição relacional posta pelo autor, mas apenas apontando que, nessa condição, a supremacia do enfoque fica apenas no polo oposto da relação, na condição social.

Resta vermos que, para o autor, um fator importante é a percepção que a pessoa tem de si mesmo no processo de aquisição da identidade individual, percepção compreendida não apenas como captação sensorial, mas como conhecimento interpretativo e valorativo. Considerando que a pessoa é essencialmente fruto da sua ação, consequentemente a imagem que tem de si mesmo regulará sua ação, a qual, por conseguinte, regulará a subsequente percepção de si mesmo. Essa percepção de si mesmo pelo sujeito é tanto um conhecimento de quem é e como é, quanto uma valoração desse ser e dessa maneira de ser.

Rosenberg (1965) explana que o conceito que a pessoa forma sobre si é uma atitude que inclui todos os conhecimentos e sentimentos da pessoa sobre si mesma. Nessa perspectiva, o conceito de si mesmo é um produto social, pautado sobre uma realidade histórica, e não apenas

um produto calcado na genética individual. É, então, uma força social, uma vez que a ação pessoal estará determinada também por sua atitude sobre si mesmo, minimizando assim a potência do sujeito frente à própria realidade.

Por mais que essa concepção mostre como o conceito ou imagem que se tem de si mesmo inclui, além do elemento cognitivo, um aspecto avaliativo, pois na imagem que a pessoa forma de si mesma já estão imbricados sua valoração e estima, devemos lembrar que a estima de si mesmo surge atrás de um processo triplo:

> a) Como reflexo da valoração que os demais têm do indivíduo, o que se mostra, sobretudo, em como lhe tratam na vida cotidiana; b) Como resultado das comparações que o indivíduo estabelece entre si e outras pessoas nas diferentes situações da vida; c) Finalmente, como resultado da captação de si que tem a pessoa, o que em boa parte pode ser um ver a si mesmo desde os outros (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 125 – tradução nossa)[23].

Deveras importante salientar que o conceito de si mesmo que a pessoa tem não deve se confundir com a identidade pessoal, pois esse conceito é uma das partes da referência subjetiva da identidade pessoal. O eu pessoal também é uma identidade objetiva, situada em um contexto social que engendra diversas características próprias, o que nos faz considerar, mais uma vez, que o eu pessoal não deve ser restrito especificamente à individualidade do sujeito, pois mesmo sendo individual, é também essencialmente social, mantendo assim uma dinâmica relacional entre sujeito e realidade na produção da sua própria identificação.

Outra matriz que podemos avaliar com vistas à compreensão da identidade é a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial elaborada por Erikson (1987). Nessa teoria, o eu pessoal vai se configurando historicamente em um processo de desenvolvimento possibilitado pelos fatores de maturação, mas que exaltam o conflito entre a pessoa e seu contexto social.

O autor desenvolveu alguns estágios intitulados de psicossociais, em que descreveu certas crises pelas quais o ego (no sentido freudiano) passa, ao longo do ciclo vital. Essas crises seriam estruturadas de forma que, ao sair delas, o sujeito sairia com um ego mais fortalecido ou mais frágil, de acordo com sua vivência do conflito. Esse final de crise influenciaria diretamente o próximo estágio, de forma que o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo estariam completamente imbricados no seu contexto social, palco dessas tensões.

---

[23] a) Como reflejo de la valoración que los demás tienen del individuo, lo que se muestra, sobre todo, en cómo le tratan en la vida cotidiana; b) Como resultado de las comparaciones que el individuo establece entre sí y otras personas en las diferentes situaciones de la vida; c) Finalmente, como resultado de la captación de sí que tiene la persona, lo que en buena parte puede ser un ver a sí mismo desde los demás (MARTÍN-BARÓ, 2005, p. 125).

Tomamos como ponto importante a ênfase dada pelo autor para o contexto histórico e cultural, utilizando essas informações como instrumento de análise, pois eles podem dar indicativos da formação de uma identidade que é construída e mantida pela sociedade, pelo que Erikson chama de “ego grupal” (1987, p. 69). Entretanto, a integração entre a condição social e indivual finda por colocar o sujeito frente a uma dinâmica já dada, posta apenas como condição *sine qua non* para suas relações e fortalecimento egoico. Cindimos, assim o sujeito como produto e produtor da realidade.

Por mais que tais pressupostos nos permitam compreender que a identidade, enquanto processo de constituição humana, se desenvolve na relação do sujeito com o mundo, em nossa compreensão, grande parte dessas teorias deixam de considerar como a ação do sujeito, enquanto ser social, também age sobre a realidade, possibilitando assim a alteração do que se compreende enquanto eu social mas, sobretudo, eu particular, indivudal e subjetivo. Assim, acreditamos que uma postura dialética de compreensão do processo identitário permitirá o avanço nessa perspectiva, e para tanto abordarmos a maneira como essa categoria tem sido trabalhada a partir da teoria psicológica Sócio-Histórica.

3.2 A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA IDENTITÁRIA DIALÉTICA RUMO À CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA SEXUAL

Discutir identidade sem apresentar as contribuições que Ciampa (1977, 1987, 1994, 2002) faz sobre essa categoria poderia deixar algumas brechas para interpretações equivocadas, uma vez que, como vimos, a identidade tem sido extensamente discutida pelos autores trabalhados anteriormente. Portanto, nossa opção pelos pressupostos de Ciampa se pauta no papel que ele desempenhou no desenvolvimento da Psicologia Social brasileira e, em específico da escola de São Paulo nos trabalhos em conjunto com a Professora Silvia Lane.

Buscando compreender a categoria de identidade para Ciampa, devemos nos centralizar nas eminências da Psicologia Social. Para tal, podemos partir das propostas de Wundt, com uma Psicologia Fisiológica, que ofereceu subsídios interessantes para a análise das massas, multidões e grupos e possibilitou o desenvolvimento de uma Psicologia Social nos Estados Unidos. Essa Psicologia, a princípio influenciada pelo Behaviorismo e, posteriormente, pela Gestalt (principalmente pelos trabalhos voltados para os grupos, como proposto por Kurt Lewin), buscava compreender o indivíduo e o desenvolvimento da identidade com o intento da adaptação do organismo às imposições sociais.

Outro aspecto importante a ser considerado é a vinculação dessa Psicologia Social com os estudos da Psicopatologia, os quais estavam sendo desenvolvidos na América do Norte e buscavam elementos para explicar e compreender o comportamento antissocial, anormal, na análise dos pequenos grupos (SCHULTZ; SCHULTZ, 1992).

Na década de 1970, a Psicologia Social sofre uma crise advinda da própria crise do pensamento social iniciada em 1960, que impulsionou a reavaliação crítica por alguns psicólogos das teorias que pesquisavam grupos e identidades, dentre eles Serge Moscovici, na Europa; Martin-Baró, na América Latina; e Silvia Lane e Antonio Ciampa, no Brasil. Esses autores partiram, então, da consideração do papel de reprodutores da ideologia cunhada pela classe dominante (LANE, 1981) e buscaram contrapor tais teorias com a realidade desses países que estavam vivenciando um estado de completa desordem dos diversos grupos sociais contra a opressão dos regimes militares e políticos.

No Brasil, na década de 1980, Lane (1984) conduziu a escola de São Paulo na empreitada de compreender o indivíduo em mútua relação e formação com seu grupo social, entendendo o grupo como uma condição necessária para a constituição humana. Essa nova visão dentro da Psicologia quebrou então com algumas visões dicotômicas entre sujeito e grupo social que até então estavam presentes nas diversas teorias da Psicologia.

Os teóricos envolvidos com o projeto de criação dessa Psicologia Social tipicamente brasileira procuravam desenvolver algumas pesquisas que avançassem em outra perspectiva epistemológica diferente do positivismo presente nos estudos acadêmicos, advindos de uma Psicologia Social fortemente calcada nas concepções norte-americanas. Assim sendo, instaurou-se a procura por novos referenciais, embasados em teóricos como filósofos, sociólogos, antropólogos, educadores, e demais psicólogos sociais da América Latina, que possibilitassem construir uma disciplina para representar legitimamente o povo latino (LANE; CODO, 1984).

Nesse prisma, os trabalhos apontados acima produzidos por Goffman (1988), Berger e Luckmann ([1978] 2003) e Mead (1962) apresentaram importantes contribuições para a compreensão da identidade. Porém, tais contribuições, por representarem construções advindas de países colonizadores, representavam um grande desafio para o pensamento na Psicologia Social que se pretendia.

Essas teorias passaram então por um crivo, na confrontação com a realidade, buscando utilizá-la como uma possibilidade de validar o conhecimento que estava sendo produzido, processo esse que pode ser verificado na reformulação proposta por Lane (1984) às categorias

dialéticas que constituem o psiquismo humano apresentadas por Leontiev (1978): a atividade, a consciência e a personalidade.

Lane (1984) aponta que a categoria personalidade sofre, com Ciampa, uma ampliação e uma explicitação das cristalizações e metamorfoses dos indivíduos. A personalidade, trabalhada por Leontiev (1978) como decorrente das interações entre os indivíduos, ou seja, constituída como um processo, é complementada por Ciampa quando considera a perspectiva opressora da sociedade capitalista e a perspectiva política da pesquisa em Psicologia Social.

Os trabalhos de Ciampa, desde seu mestrado até seu doutoramento, têm discutido com os diversos teóricos da temática da identidade, apontando os limites que esses conceitos têm em descrever a identidade como estática, cristalizada. Assim, para o autor (1987), a identidade é uma construção dialética, entendendo-a como uma metamorfose. "É construção, reconstrução e desconstrução constantes, no dia-a-dia do convívio social, na multiplicidade das experiências vividas" (KOLYNIAK; CIAMPA, 1993, p. 9).

Em seu período de estudos de mestrado, a temática da identidade já era entendida como uma categoria central para a Psicologia Social. Ciampa discorre sobre o que ele denominou como a questão original da Psicologia Social para explicar o fenômeno humano, ou seja, a necessidade de compreender a relação dialética que se estabelece entre indivíduo e sociedade, considerando a categoria de identidade como o ponto-chave nesse processo:

> O conceito de identidade social, designando um fenômeno constituído na dialética entre indivíduo e sociedade, deve ser considerado como um conceito central em Psicologia Social, pois melhor que qualquer outro, permite uma adequada compreensão daquela relação entre indivíduo e sociedade (CIAMPA, 1977, p. 137).

Para explicar a dialética indivíduo-sociedade, Ciampa (1977) utiliza conceitos oriundos das obras de Berger e Luckmann, pois estes já consideravam que "[...] estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade" (BERGER; LUCKMANN, [1978] 2003, p. 173). Dessa forma, ao tomar contato com as condições objetivas historicamente determinadas, o indivíduo constitui sua realidade subjetiva que, ao mesmo tempo em que é objetivada, constitui, por sua vez, a mesma realidade objetiva em que vive. Nesse sentido, Ciampa (1977, p. 127) teoriza dizendo que "[...] compreender a identidade é compreender a relação indivíduo-sociedade", considerando que "[...] cada indivíduo encarna as relações sociais configurando uma identidade pessoal".

O fato de Ciampa manter um diálogo com a obra de tais autores residia no motivo de considerar que eles realizaram uma re-leitura da teoria de Mead (1962), o que possibilitou o

início de uma reflexão sobre a questão da identidade e sua relação com a ideologia. Esse respaldo permitiu, então, o desenvolvimento da concepção de identidade e também possibilitou compreender a construção das desigualdades e problemas sociais, transformando, assim, a identidade em uma categoria útil para análise histórica, social, política, econômica, cultural e subjetiva.

Sobre essa última, Berger e Luckmann ([1978] 2003) já apontavam que a realidade subjetiva é construída a partir de um processo de interiorização da realidade social, dotada de sentido e mediada por outrem. Nesse paradigma, podemos compreender que a constituição da identidade dá-se em um movimento dialético entre a identificação que os outros atribuem a nós e a identificação que produzimos de nós mesmo (autoidentificação), ou seja, "[...] entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada" (BERGER; LUCKMANN, [1978] 2003, p. 177), evidenciando a dialética indivíduo-sociedade.

A formação e transformação da identidade depende, então, do conhecimento socialmente difundido em um todo dotado de sentido, tendo outro sujeito como mediador, como parte integrante do processo. Frente a tais contribuições, Ciampa desenvolveu suas teorizações de modo muito semelhante quando expõe que "[...] o significado socialmente compartilhado define, explica, legitima a realidade" (CIAMPA, 1987, p. 71) e, portanto, "[...] a identidade se concretiza na atividade social [...] uma identidade que não se realiza na relação com o próximo é fictícia, é abstrata, é falsa" (CIAMPA, 1987, p. 86).

Para o autor, o processo de apropriação da realidade é tido como elemento imperativo no desenvolvimento da identidade, pois, uma vez que interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal maneira que se torna algo nosso, "[...] a tendência é nós nos predicarmos de coisas que os outros nos atribuem" (CIAMPA, 1987, p. 131). Observamos, então, que os entendimentos de Berger e Luckmann ([1978] 2003) e de Ciampa (1987) são parecidos, no entanto, o último autor avança na compreensão do processo de apropriação quando pondera sobre os modos de produção da identidade, aludindo assim aos escritos de Marx sobre os modos de produção da mercadoria no sistema capitalista.

Examinando esse processo de produção da identidade, o autor conjectura três momentos importantes em sua constituição: a) a pressuposição; b) a posição e c) a reposição. Diz ele que, a princípio, há uma pressuposição da identidade do indivíduo; há uma predicação atribuída ao sujeito por outrem, isto é, a nomeação de um atributo individual nas relações estabelecidas no interior de uma estrutura social.

Essa identificação inicial, objetivamente atribuída, traz em seu bojo o conhecimento partilhado socialmente e as expectativas dos outros na perspectiva dos modos de ser e agir de

determinado indivíduo. Temos, assim, uma identidade dada, atribuída pelo outro e sob sua mediação. Portanto, "[...] sempre há a pressuposição de uma identidade; sempre uma identidade é pressuposta" (CIAMPA, 1987, p. 153). O indivíduo, pela pressuposição da identidade, como ser social, é um "ser-posto" (CIAMPA, 1987, p. 164), uma vez que a identidade é "suposta antecipadamente" (SÉGUIER, 1972).

No passo seguinte, o sujeito apropria essa pressuposição da identidade, assumindo e articulando essa posição que lhe é atribuída em relação ao seu grupo social, seu mundo e seus conteúdos subjetivos. A identidade, objetivamente atribuída, agora é subjetivamente apropriada pelo indivíduo, o qual toma para si o que lhe foi pressuposto pelas pessoas mais significativas de seu entorno social, identificando-se com essas características e representando sua posição, isto é, mostra-se como representante dessas características.

Posteriormente ao processo de pressuposição da identidade e a apropriação dessa pelo sujeito, "[...] seu processo interno de representação é incorporado na sua objetividade social" (CIAMPA, 1987, p. 161). Uma vez que a identidade foi pressuposta e posta, o terceiro momento nesse processo de produção versa sobre a re-posição, ou seja, a identidade é re-posta frequentemente pelo sujeito em suas relações sociais. O trabalho de reposição da identidade surge sob a forma de personagem, relacionado com o aspecto representacional da identidade em sua aparência eminentemente descritiva que 'coisifica' a atividade que a produziu.

Essa re-posição muitas vezes cria a aparência de não metamorfose e impede que vejamos as alterações da identidade, uma vez que essa re-posição pode ser tanto positiva, que possibilita um sentido de direção para o indivíduo, quanto negativa, quando reduz o sujeito a um único personagem, o que acaba com a articulação da igualdade e da diferença.

Para explicar essa aparência de não-metamorfose, Ciampa (1987) sugere dois movimentos na identidade: a mesmice e a mesmidade. A mesmice provém de uma re-posição da identidade dada conscientemente na busca de estabilidade ou inconscientemente, por uma compulsão à repetição; essa identidade não é vista como a re-posição de uma identidade que outrora foi posta, mas é apenas pré-suposta como um dado permanente, que emerge com a aparência de não-metamorfose. Assim, "[...] uma vez que a identidade pressuposta é reposta, ela é vista como dada – e não como se dando num contínuo processo de identificação" (CIAMPA, 1994, p. 66).

O autor escreve que "Re-atualizamos, através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado (e não se dando continuamente através da re-posição). Com isso, retira-se o caráter de historicidade da mesma [...]" (CIAMPA, 1987, p. 163). Portanto, para ele, o que sustenta a mesmice é o impedimento da transformação, do ser-

para-si. Mas, esse impedimento e a consequente manutenção da mesmice não são inevitáveis, na medida em que a impossibilidade de viver sem personagens e a ideia de ser-para-si possibilita a alterização das personagens pressupostas.

Por alterização compreende ainda uma mudança significativa, resultante do acúmulo de mudanças quantitativas por vezes invisíveis, insignificantes, mas graduais, que indicam possibilidades de modificações do quantitativo para qualitativo. Essas mudanças se dão em uma base absolutamente concreta: assim como a identidade é pressuposta nas relações sociais materializadas, ela é assumida e re-posta, sempre vinculada à realidade objetiva historicamente construída. Como proclama Ciampa (1987, p. 201), "[...] na *práxis*, que é a unidade da subjetividade e da objetividade, o homem se produz a si mesmo. Concretiza sua identidade".

Perante essa consideração, podemos compreender o segundo conceito da re-posição da identidade, que visa á superação da personagem vivida pelo indivíduo. A mesmidade pode ser compreendida como a expressão do outro Outro, que também sou eu, a partir da possibilidade de desenvolver projetos de identidade cujos conteúdos não estejam definidos prévia e autoritariamente. Ciampa (2002, p. 241) aponta que essas "identidades pós-convencionais" devem se definir "[...] pela aprendizagem de novos valores, novas normas, produzidas no próprio processo em que a identidade está sendo produzida, como mesmidade de aprender (pensar) e ser (agir)". Porém, a superação do personagem quase nunca é possibilitada na sociedade capitalista dada os movimentos da própria realidade social, como também da dinâmica psíquica desenvolvida pelo sujeito.

Temos visto que o reconhecimento da existência do outro e da própria existência depende de um processo psíquico que se desenvolveu há tempos na história, mas exatamente de uma história social e cultural. Podemos retomar a antiguidade clássica (VII a.C.) para compreender os diversos modos de como o homem desenvolveu ou não um processo de reconhecimento do outro como distinto de si mesmo, processo este que tem engendrado a formação das diferentes sociedades, o que tem permitido considerarmos essa (nova) necessidade: encontrar no outro o outro-outro-que-sou-eu, retomar na condição da história e da cultura a análise do pertencimento social.

A partir de nossas vivências nesses mais diversos contextos, Ciampa (1994) propõe então a descrição de personagens como a forma com que nos apresentamos aos outros, personagens esses locados histórica e socialmente num determinado tempo e espaço em que "[...] a identidade passa a ser vista se expressando empiricamente [...], e que é a articulação dessas personagens que vai constituir a identidade" (LIMA; CIAMPA, 2012, p. 16). Tais personagens nos colocam na interação com a realidade social, constituído e constituindo uma

vida, uma biografia, isto é, personagens que nós mesmos criamos enquanto autores e personagens ao mesmo tempo. Aqui, ser autor (como sujeito) é também ser personagem das histórias, reconhecendo então a possibilidade de uma autoria coletiva na dinâmica do processo social.

Esse fator pode nos permitir ainda uma compreensão de que não só a minha identidade (enquanto personagens) constitui a de outra pessoa (e vice-versa), como também a identidade dos diversos personagens que represento constitui a minha identidade de autor: recupera-se, assim, a possibilidade de compreender a concepção de produtor e produto das interações sociais! Partindo desse princípio, reconhecemos a possibilidade do movimento das características que me identificam e com as quais articulo meus personagens nos grupos aos quais pertenço.

Cabe reiterarmos que a maleabilidade do personagem é um ponto chave na teoria de Ciampa, pois essa questão, por mais engessada que se apresente nos tempos atuais, nos evoca a necessidade de não cairmos no engodo de considerar "[...] as pessoas como se elas fossem de uma determinada forma e não se modificassem, o que é falso" (CIAMPA, 1994, p. 61). As mudanças são vistas, assim, como condição de desenvolvimento individual-social, como resultados de contradições emergentes da própria relação entre sujeito-sociedade e que podem permitir diversas combinações de fatores e características numa identidade como totalidade: o social em mim.

E, ao retomarmos a própria base do método materialista histórico-dialético, temos que a totalidade comporta a multiplicidade das diversas contradições, isto é, a unidade é apresentada como síntese de múltiplas determinações que, na inter-relação de seus determinantes, se apresenta como unidade de contrários: o eu como identidade única é, ao mesmo tempo, a multiplicidade e a mudança enquanto personagens.

A apreciação do método é imprescindível, pois Lane (1995, p. 55) afirma que "[...] partimos de uma postura materialista-histórico e dialética, o que implica uma concepção do ser humano como produto e produtor da história, ou seja, o homem irá se constituir como tal a partir do momento em que ele romper a escala filogenética, dando início a um processo ontogenético".

Essa concepção epistemológica nos coloca frente ao paradigma de que a produção do homem é uma produção pautada na *práxis* enquanto atividade humana prático-crítica, isto é, "[...] não apenas a reflexão teórica isolada, não só a prática sem reflexão" (STEDILE, 2009, p. 10). Esse conceito é importante para considerarmos o homem como produto e produtor das condições que o engendram e, assim, das possibilidades de modificação e superação destas.

Tal contexto permite pensarmos ainda na superação dos modelos mais tradicionais ora arraigados na história da Psicologia científica e, em específico, nas teorias sobre identidade, e conceber a identidade como metamorfose humana em que o singular materializa o universal, mesmo frente uma "[...] ideologia de não transformação do ser humano como condição para a não transformação da sociedade" (LANE, 2008, p. 10).

A crença da não-transformação imperante na sociedade capitalista tem condicionado formas como conhecemos a identidade de alguém, pois obtemos as informações mais significativas, interpretamos e as analisamos supondo que a revelação alcançada apresenta o sujeito como portador de tais características. Porém, para tal procedimento analítico utilizamos conteúdos que subsidiem essa suposição a partir de um contexto específico, ou seja, a suposição da identidade é sempre compartilhada por um grupo de pessoas de acordo com os elementos que constituem a sua organização enquanto grupo. "O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc." (CIAMPA, 1994, p. 64).

Assim, minha identidade é constituída pelos diversos grupos dos quais faço parte, pois possuo (em mim) determinadas características desses grupos que me permitem ser reconhecido como parte. Podemos assim pensar que, por exemplo, o fato de ser homem ou ser mulher nos enquadra em um determinado grupo sexual e que, a partir desse fator, já somos reconhecidos por uma suposta masculinidade ou feminilidade. Porém, essa pressuposição finda por colocar os sujeitos em uma falsa imutabilidade a partir do momento em que, para ser reconhecido como membro de tais grupos, a pressuposição carrega em si a manifestação de tais substâncias, transformando o sujeito em um ser idêntico a si-mesmo.

Destaca-se aqui uma característica do processo identitário: considerar que "[...] nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática" (CIAMPA, 1994, p. 64). Identidade reconhecida como processo, como aspectos constitutivos, e também como produto, aspecto representacional. Todavia, o autor ainda nos aponta que

> Não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais, etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há como uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado (CIAMPA, 1994, p. 64).

Um dos problemas da condição contemporânea de desenvolvimento social está no fato de compreendermos a identidade mantendo a separação entre produto e produtor, findando então em vê-la apenas ora como fenômeno social, ora como aspecto psíquico, o que rompe com o método que temos trabalhado nesta pesquisa. Assim, retomar a dialética na produção da identidade e, aqui em específico, da identidade sexual, é considerar essa produção como processo, movimento: antes de nascer já somos apresentados como pertencentes a uma determinada categoria sexual (macho ou fêmea), o que nos conduz a uma representação prévia constituinte como membros de uma determinada categoria social (masculino ou feminino); posteriormente, apropriamos tais representações de tal forma que nosso processo interno de representação é integrado na objetividade social como membro daquele grupo, homem ou mulher.

Entretanto, apenas nos constituiremos como homem ou mulher quando passarmos do aspecto representativo para o aspecto operacional da identidade, ou seja, à medida que as relações nas quais estejamos envolvidos concretamente confirmem nossas representações através dos comportamentos que reforcem nossas condutas. Justamente aqui temos um grande problema quando, em uma conjuntura na qual tais conteúdos são guiados e mantidos por e a partir de uma ideologia heterossexista (MARTÍN-BARÓ, 2015), a apropriação alcançada não fornecerá elementos para que o sujeito compreenda, além das concepções sexuais, a historicidade da produção dessas determinações.

A identidade sexual finda por ser produzida, assim, como consequência das relações em que se dão e como condição dessas relações, uma identidade que é pressuposta e re-posta a todo momento como um movimento de não compreensão de sua essência constitutiva. Isso porque esse movimento imbrica uma negação aparente do próprio movimento, pois quando a identidade pressuposta é reposta, ela é vista como dada, e não se dando num processo contínuo. Quando a pessoa é identificada sexualmente, a produção de sua identidade se cristaliza como forma de manter a organização da esfera social, gerando sempre uma aparência de não movimento e a-historicidade, que permite ao outro social esperar que eu deva agir de acordo com o que sou e, consequentemente, ser tratado como tal.

Isto é, uma vez que sou identificado como homem ou mulher, essa posição de mim (o eu ser-posto) me proporciona uma identidade formalmente atemporal, sendo (re)apresentada por três sentidos: 1) como representante de mim (homem ou mulher), 2) através do desempenho dos papéis e comportamentos sociossexuais decorrentes da minha posição, 3) que me proporcionam repor o que tenho sido (homem ou mulher) como aspecto permanente. Aqui, a realidade objetiva é incorporada à realidade psíquica, pois "[...] re-atualizamos através de rituais

sociais uma identidade pressuposta que assim é reposta como algo já dado" (CIAMPA, 1994, p. 66), dificultando quaisquer alterações.

Fica marcada, assim, a característica apontada como mesmice no processo de produção da identidade sexual, isto é, aquela em que a identidade é pressuposta como dada permanentemente, e não como reposição de uma identidade que uma vez foi posta. A mesmice transforma, então, o movimento de produção da identidade sexual em uma aparência de não metamorfose originada na própria organização social.

Ser homem ou ser mulher é uma posição que me determina enquanto ser concreto na realidade social, mesmo que essas determinações da totalidade (ou multiplicidade) se apresentem apenas como unidade, uma parte de mim. Uma intrincada rede de representações em que me apresento não apenas como homem ou mulher enquanto um único papel, mas como o representante da minha totalidade que conglomera todas as determinações que me tornam indivíduo concreto na realidade, impossibilitando assim quaisquer variações da sexualidade no processo identitário.

É por esse motivo que em nossa sociedade a identidade sexual reflete em todas outras identidades, pois esse jogo de reflexões estrutura as relações entre os sujeitos e faz desaparecer qualquer possibilidade de reconhecer um fundamento originário para cada uma delas. Assim, "[...] as atividades de indivíduos identificados são normatizadas tendo em vista manter a estrutura social, vale dizer, conservar as identidades produzidas, paralisando o processo de identificação pela re-posição de identidades pressupostas, que um dia foram postas" (CIAMPA, 1994, p. 68).

Porém, nesse movimento de produção da humanidade, geramos a hominização do próprio homem. A hominização ocorre, então, através das relações que desenvolvem os seres sociais tomados não apenas a partir da posição sexual que os identificam enquanto totalidade, mas mediante todo um processo complexo que os diferenciam dos animais, também sexuais: produzem sua existência e, consequentemente, a si próprios – ser sexual e processo da sexualidade. Assim, é de extrema importância relembrarmos a imperativa afirmação de Marx e Engels na Ideologia Alemã: "[...] conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história" (MARX; ENGELS, [1845] 1993, p. 23), pois é através da história que podemos compreender como cada ser participa das relações humanas, que se realizam como história e como sociedade e humanidade, e não apenas como sujeito sexual isolado.

> [...] embora não toda ela, eu contenho uma infinidade de humanidade (o que me faz uma totalidade) que se realiza materialmente de forma contingente ao

> tempo e ao espaço (físicos e sociais), de tal modo que cada instante de minha existência como indivíduo é um momento de minha concretização (o que me torna parte daquela totalidade), em que sou negado (como totalidade) sendo determinado (como parte); assim, eu existo como negação de mim-mesmo, ao mesmo tempo que o que estou sendo sou eu-mesmo. Em consequência, sou o que estou-sendo (uma parcela de minha humanidade); isso me dá uma identidade que me nega naquilo que sou sem estar-sendo (a minha humanidade total) (CIAMPA, 1994, p. 68-69).

Assim, nosso conjunto de ideia permite compreendermos que o que tem sido colocado como possibilidade a nós enquando sujeitos sociais é o desenvolvimento de uma identidade sexual que, a partir da representação do estar-sendo (macho-masculino ou fêmea-feminina), se transforma num pressuposto do ser total (enquanto totalidade – homem ou mulher) transmutando a identidade concreta, temporal, numa identidade abstrata, atemporal. O macho/fêmea é visto(a) como personagem homem/mulher, masculino/feminina, e do(a) qual se pressupõe sempre toda uma gama de comportamentos sociais e sexuais, identidade pressuposta-reposta, para que seja reconhecido(a) como representante de si-mesmo e objetificado(a) pelo outrem.

Nessa perspectiva, a encarnação da minha totalidade, seja para mim e/ou para o outrem, é uma condição necessária para minha identificação na sociedade, uma vez que a objetividade social nega o que estou sendo como parte de um processo de produção e classificação que resiste mesmo sem a atividade que o engendrou. Ou seja, mesmo em situações nas quais a identidade sexual não é demandada, ela se apresenta como um fetiche do personagem expressado naquele momento, que explica "[...] a quase impossibilidade de um indivíduo atingir a condição de ser-para-si e vai ocultar a verdadeira natureza da identidade como metamorfose, gerando o que será chamado identidade mito" (CIAMPA, 1987, p. 139-140).

O sujeito é visto, então, por meio de sua própria negação, uma vez que sua determinidade se articula dialeticamente com sua própria indeterminação:

> [...] a identidade é pensada como resultado de uma contínua contradição superada, ou seja, se configura na dialética posição-reposição, que pode ser tanto positiva quanto negativa, uma vez que é resultante da articulação que o indivíduo faz com o que fizeram/fazem dele em todos os momentos [...] se por um lado existe a necessidade de normatização de determinadas personagens, por outro corre-se o perigo de que essa personagem (que é percebida como identidade pressuposta) seja transformada em pura determinidade ou infinita reposição, dando a aparência de não metamorfose (LIMA; CIAMPA, 2012, p. 18).

A vivência desse aprisionamento no mundo da mesmice e, consequentemente, da não superação das contradições do ser homem e ser mulher e reconhecer-se como tal, torna-se um mito na lógica capitalista: o homem-mulher-personagem fetichizado é reforçado pelas formas de valoração social, da mesma maneira que Marx ([1890] 1984) concebeu o fetiche da mercadoria, pois passam a se reproduzir como réplicas de si mesmos "[...] a fim de preservar *interesses* estabelecidos, situações *convenientes*, interesses e conveniências que são, se radicalmente analisados, interesses e conveniências do capital (e não do ser humano, que assim permanece um ator preso à *mesmice* imposta)" (CIAMPA, 1987, p. 165 – grifos no original). Esse fenômeno acaba negando a possibilidade da alterização enquanto diversidade de identidades sexuais, na conversão das mudanças da identidade em um processo qualitativo e, consequentemente, na construção e no desenvolvimento de estratégicas de enfrentamento das condições sociais que constroem os mitos sexuais.

Entretanto, observar essa dinâmica da identidade sexual a partir dos pressupostos metodológicos do materialismo histórico-dialético e das teorizações de Ciampa (1994, 1999, 2002, 2012) e colaboradores, permite compreendermos a identidade como metamorfose humana que pode conduzir a um compreensão trabalhadada pelo autor como emancipação do sujeito. Nesse ínterim, é mister considerarmos a compreensão do conceito de alterização, uma vez que este guarda relação com o que denomina mesmidade, ou seja, a possível superação da personagem sexual reposta pelo indivíduo.

Lima e Ciampa (2012, p. 22 – grifos no original) esclarecem que esse processo engendra a "[...] expressão de um outro *outro* que também sou eu, possibilitando a formulação de projetos de identidade cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos". Entretanto, assim como a mesmice, o processo de mesmidade é produzido também na dinâmica social, pois pode ocorrer que a compreensão das contradições do próprio sistema do capital permitam ao sujeito acesso à conteúdos que substanciem a aprendizagem de novos valores, normas, proporcionando a alteração de formas de sentir, pensar e agir, no que diz respeito à produção de sua sexualidade.

A concepção de identidade sexual a partir dessa perspectiva é eminentemente política, uma vez que possuir uma identidade pautada na base anátomo-fisiológica e na sexualidade enquanto síntese social-individual torna-se requisito fundamental para ser considerado humano. A relação dada entre singular-particular-universal (OLIVEIRA, 2005) permite compreendermos então que a materialização do universal, isto é, da sexualidade enquanto normas, comportamentos, papéis e valores da sociedade capitalista, no sujeito singular é perpassada pela unidade do particular, das possibilidades de identidade sexual. Entretanto,

quando a esfera do particular não concretiza essa unidade, o universal permanece abstrato, incompreensível, reiterando uma mesmice da identidade e mantendo, assim, os processos sociossexuais inconscientes ao sujeito.

Ciampa (1987, p. 227) esclarece que:

> [...] prevalece o interesse da desrazão, a razão interesseira – que demonstra a irracionalidade substancial do mundo capitalista em que vivemos, um mundo em que não merece ser vivido, pois ameaça a auto-conservação da espécie na medida em que cada singular, em vez de devir homem – como a metamorfose é inevitável – , devém não homem, inverte-se no seu contrário.

Essa negação da alteridade é refletida, por exemplo, nas concepções de identidade sexual ou ainda identidade de gênero que transformam o sujeito de proprietário da sexualidade em propriedade dela, enfocando-o apenas como Sujeito da Sexualidade, isto é, aquele que não faz uso dessa peculiaridade humana mas é usado por esta enquanto organização ideológica. Isso porque, pela ausência de elementos conscientes ou também pela presença de elementos alienantes na consciência, é a própria dinâmica social da sexualidade que o utiliza e o massifica: a identidade sexual/de gênero se torna instrumento de opressão do/no devir humano, opressão esta desenvolvida contra todos os sujeitos, sejam heterossexuais, homossexuais, bissexuais, ou ainda na diversidade de combinações que o processo identitários pode permitir.

Nesse movimento consciente-inconsciente, a concreticidade da sexualidade no ser humano se mantém assim em uma pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976), dada na particularidade das identidades sexuais desprovidas do entendimento histórico e material que as engendram. Todavia, devemos considerar mais uma vez que esse mundo que nega diferentes formas de identidade sexual é o mesmo mundo produzido pelos sujeitos, trazendo à vista a questão da contradição social marcada no dinamismo próprio da vida psíquica.

Precisamos compreender que o mundo que nos faz homem, ser sexual, é o mesmo mundo que nos nega a hominização como totalidade de compreensão sexual humanitária, repondo assim a contradição perante uma não superação da negação, isto é, dificultando uma possível negação da negação. Então, o ser como ser-identidade-sexual implica que seu desenvolvimento concreto deve ocorrer na "[...] superação dialética da contradição que opõe Um e Outro, fazendo devir um outro outro que é o Um que contém ambos" (CIAMPA, 1994, p. 71). Vemos nessa configuração social que estamos vivenciando o elemento de tese na condição morfológica que nos permite ser sujeitos sexuais, o elemento antitético na condição inconsciente ou alienada no contexto cultural a respeito das tipologias sexuais e, como síntese, o desenvolvimento de uma identidade sexual que apenas reproduz o dado, não enquanto

totalidade sexual, mas como pressuposto basal da dinâmica social: sou o que meu corpo é e o que esperam que eu seja.

Portanto, buscamos novamente o materialismo histórico para reafirmarmos três questões:

1) Que o movimento dialético resguarda a relação sujeito-sociedade, mas também o desenvolvimento das funções conscientes e incoscientes, mantendo principalmente este último como o lócus da produção ideológica capitalista. Nessa perspetiva, o homem-sujeito-sexual se identifica, mas não compreende o que é identificado, ou seja, transforma o social em subjetivo apenas como mera cópia sem significação e, consequentemente, sem sentido. Assim, a consciência se reifica, é transformada em coisa, e mantém no polo inconsciente as principais representações e explicações sobre minhas identificações sexuais.
2) Que a sexualidade humana não é produto mecânico, pré-existente, como algo dado por Deus ou ainda com um fim último que conduz o homem ao resigno de coisa, pois o vir-a-ser o homem deve lhe permitir questionar concepções fatalistas e/ou ainda mecanicistas que lhe imputem quaisquer destinos nas formas mais supersticiosas das religiões, ou ainda nas configurações mais sofisticadas de algumas teorias (pseudo)científicas;
3) Que o homem sexual não deixa de ser social e histórico, como também um animal submetido às condições de sua natureza orgânica que o transformam em homem. Tal afirmação está pautada na materialidade de sua contínua e progressiva hominização e sexualização, que torna impossível dissociá-lo da sociedade para compreender a produção e o desenvolvimento de sua identidade sexual, uma vez que "[...] as possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social" (CIAMPA, 1994, p. 72).

Nesse prisma, compreendemos que as possibilidades ou impossibilidades, os modos e alternativas de identidade sexual surgem a partir da cultura produzida no contexto histórico e social. A identidade desenvolvida a partir da sexualidade se apresenta, então, de diferentes maneiras nos mais diversos grupos das sociedades humanas, sendo que o verdadeiro problema relacionado à identidade sexual na modernidade é o rompimento da dialética indivíduo-sociedade, levando cada sujeito a não reconhecer o ulterior como humano e, por conseguinte, não reconhecer a si próprio.

Assim, a identidade como síntese dialética fica corrompida em um dos polos da relação: na tese (sujeito) ou na antítese (sociedade), gerando compressões que considerem a identidade sexual somente a partir da subjetividade ou da objetividade, naturalizando esse processo e impedindo sua emancipação enquanto humano e enquanto sujeito da vida sexual. Mas qual seria então a possibilidade para uma ampliação da consciência e a (re)integração do sujeito com sua produção identitária?

A produção gerada neste trabalho tem reiterado a necessidade de considerar a identidade sexual humana como metamorfose, transformação, expressada como luta pela humanização que tem nos processos de socialização e individualização seu ponto de partida. Nestes, a prática política deve ser condição *sine qua non* para o reconhecimento mútuo, evidenciando assim a constituição das personagens necessárias para o reconhecimento de quaisquer seres humanos enquanto seres sociossexuais diversos.

Essa dualidade estabelecida entre possibilidade de pluralidade de personagens ou a redução a uma personagem fetichizada finda, na estrutura social capitalista, ao que Lima (2010) nomeou como práticas de reconhecimento perverso. Isto é, tal reconhecimento não ocorre ou acontece de forma opressora, fragmentando a consciência enquanto conhecimento de apenas alguns determinados aspectos da realidade como, por exemplo, de apenas algumas possibilidades de sexualização e dificultando, assim, a ação transformadora e o reconhecimento da ampla gama de possibilidades de desejo e prazer que podemos ter. Findamos então em sujeitos que, por vezes, sentem atração por algo/alguém, pensam sobre isso e agem, mas que não conseguem compreender tais quesitos e, talvez, utilizá-los em uma integração que potencialize sua (re)existência sexual.

Nesse prisma, essa desintegração reforça a manutenção de conteúdos e processos funcionais do psiquismo em seu pólo inconsciente, o que leva a formas de lidar com a realidade em que o sujeito, por exemplo, quando questionado sobre o porquê de seu interesse afetivo por esta ou aquela pessoa (ou configuração de relação – homossexual, bissexual, heterossexual), não consegue elaborar uma resposta consciente para essa questão. A resposta se baseia, então, no pseudonaturalismo dado pelo personagem sexual enquanto fetiche e mantido pela mesmice de si-mesmo: porque sim! Porque sou homem! Porque sou mulher!

Entretanto, não podemos deixar de considerar que "[...] ao relacionar a alterização com a possibilidade de metamorfose humana, Ciampa apresenta sua preocupação com a questão da emancipação, já que associa a *mesmidade* com o devir humano, ou seja, quando o indivíduo sai da *mesmice* e supera a personagem reposta, como expressão de outro *outro* que também é" (LIMA; CIAMPA, 2012, p. 25 – grifos no original).

Cabe aqui esclarecermos que, frente às determinações socioculturais e ideológicas, a emancipação enquanto liberdade ou independência completa é impossível em nossa visão. Compreendemos que, quando Ciampa (1999) propõe a ampliação do entendimento de Identidade-Metamorfose para o sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, não está apenas adicionando uma nova palavra, mas sim chamando a atenção para a complexidade do desenvolvimento humano em toda sua dimensão: afetiva, estética, moral, ética, cognitiva, motora, corpórea e, também, sexual.

Assim, podemos compreender que uma Psicologia que busque verdadeiramente trabalhar a sexualidade como processo histórico-social deve compreender o sujeito como potencialmente perscrutador de suas características, capaz de afirmar a identidade (eu) de si mesmo desenvolvida a partir da dialética entre socialização individualização. Isso porque ressaltamos uma progressiva e interminável concretização histórica do vir-a-ser humano, em que "[...] procuramos esclarecer que o homem (em si humanizável), humaniza-se por si; este é o devir humano" (CIAMPA, 1994, p. 73), e não um devir divino ou quaisquer outras configurações.

A compreensão desse sintagma relacional, ora trabalhado por nós como Identidade Sexual-Metamorfose-Superação, requer que trabalhemos não apenas com conceitos abstratos, que compreendam o homem ou como pura consciência ou puro inconsciente, risco das concepções idealistas; nem somente reduzi-lo a uma simples condição de coisa, típica do materialismo-mecanicista. Cabe considerarmos que a superação qualitativa sintética precisa ocorrer a partir da própria consideração da dialética na estrutura psíquica, e da *práxis* na organização de novos projetos de existência sexual humana, os quais devem permitir um sentido histórico para as transformações reais das condições de existência, de modos de identificação sexual.

Essa transform(ação) entre realidade inter e intrapsicológica deve, ao nosso ver, ocorrer no palco da realidade social, nas possibilidades de encontros e organizações que os diversos grupos sociais permitem aos sujeitos enquanto partícipes, seja essa permissão dada expontaneamente ou ainda como brechas encontradas nas contradições que qualquer sistema social apresenta. Aqui, conjecturamos que um grande espaço apresentado já pela Psicologia está em sua prática clínica, ou melhor, no desenvolvimento de uma clínica psicológica que permita ao sujeito, em contato com o outro social (psicólogo), ter sua identidade sexual reconhecida como parte integrante e estruturante de um processo histórico-cultural, e não apenas a partir de pressupostos de (a)normalidade.

O terapeuta deve assumir, assim, a posição de historiador no sentido de permitir e extrapolar o contato do sujeito com tais meandres contidos na dinâmica histórica da sociedade, potencializando assim a desalienação da consciência ou, ainda, a transformação dos elementos inconscienes para conscientes, desenvolvendo também uma ampliação da identidade: deveras dialeticamente sexual. Ao passo que, para Martín-Baró, o papel do psicólogo encontra-se na conscientização, isto é, "[...] ele deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto" (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 7).

Propomos que aceitar a conscientização como horizonte da prática clínica não exige tanto mudar o campo de trabalho, mas a perspectiva teórica e prática a partir da qual se trabalha. Pressupõe que o psicólogo reorganize seu conhecimento e sua práxis, assumindo a perspectiva das maiorias populares e opte por acompanhá-las no seu caminho histórico em direção às possibilidades de transformação. Nesse ínterim, a clínica se transforma em espaço da potência, da ação mediada entre sujeito-terapeuta-realidade, da ação relacional singular-particular-universal (OLIVEIRA, 2005) e da dialética psíquica sentir-pensar-agir (LEÃO, 2015). O sujeito sexual da clínica deve ser o sujeito histórico, mas, também, o sujeito ação!

Aqui, o conceito de políticas de identidade tal como trabalhadas por Guareschi (2000) nos colocam o imperativo de não esquecermos que as próprias organizações dos setores dominantes e elitizantes da sociedade determinam como as identidades sexuais dos sujeitos devem se constituir enquanto "personagem coletiva" (CIAMPA, 2002, p. 138): homem, mulher, e as diversas combinações daí resultantes. Nesse sentido, a luta dos vários grupos sociais pautados na sexualidade e representados nas identidades coletivas deve assumir o que o autor chama de "identidade política do indivíduo" (CIAMPA, 2002, p. 143) que, enquanto sujeito privado e histórico, pode assumir quaisquer características sexuais (papéis, normas, comportamentos e valores) da sociedade em geral.

Cabe compreendermos então que a identidade sexual não deve ser vista como absoluta permanência, estabilidade, pois esse princípio tem findado na patologização de crises e contradições. Mas sim na identidade sexual como movimento, desenvolvimento da concreticidade presente na materialidade que permite sermos um e vários, numa infindável quantidade de transformações do eu-não-eu-que-sou-eu: o eu sexual, hominizado, humano, em uma determinada época histórica. A identidade sexual transmuta-se, assim, de políticas de identidade para identidade política, em novas exegeses da sexualidade, dinâmica essa a ser trabalhada na própria realidade da clínica em Psicologia, no trabalho psicoterapêutico, conforme defenderemos a seguir.

4 A *PRÁXIS* CLÍNICA NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA: A PSICOTERAPIA COMO MOVIMENTO DIALÉTICO INCONSCIENTE-CONSCIENTE NO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SEXUAL

O presente trabalho tem seguido uma linha expositiva na qual apresentamos primeiramente as discussões sobre a sexualidade, buscando mostrar ao leitor as principais produções nessa área e defendendo uma compreensão materialista histórico-dialética da tríade sexo-gênero-sexualidade. Em sequência, optamos por apresentar elementos para a discussão da dialética consciente-inconsciente no psiquismo, trabalhando a importância mediacional no desenvolvimento dessa relação. Como terceiro momento, nos detivemos à produção e desenvolvimento da identidade sexual, pautando a socialização e a apropriação como condição para o processo identitário, assim como uma proposta identitária dialética a partir da Psicologia Sócio-Histórica e as condições rumo à conscientização, tomando a clínica como espaço psicoterapêutico de produção de identidades políticas sexuais.

Após todas essas discussões, cabe-nos agora apresentar nossa compreensão sobre a clínica e, especificamente, a psicoterapia, enquanto olhar, método e ação na realidade social. Isto é, temos por intuito buscar na Psicologia Clínica o diálogo com a Psicologia Social para a construção e o desenvolvimento de uma *práxis* psicoterapêutica que potencialize o real sujeito-sexual, permitindo assim que este possa assumir uma postura ativa no desenvolvimento de suas funções psíquicas, retomando a relação inter-intrapsicológica no reverso inconsciente-consciência.

E, para principiarmos essa discussão, cabe lembrar que a história da ciência psicológica moderna remonta indubitavelmente à prática clínica, na qual o psicólogo profissional focaliza a compreensão das relações entre o sujeito e a realidade objetiva, suas experiências e possíveis patologias (SCHULTZ; SCHULTZ, 1992). No entanto, ainda sabemos que a base tradicional que engendrou a prática clínica, representada historicamente nas teorias clássicas da Psicologia, terminou mantendo a dicotomia entre sujeito X sociedade, objetividade X subjetividade, construindo, assim, uma compreensão psíquica basicamente idealista, individualista e ausente das condições históricas e sociais da humanidade.

Nesse sentido, consideramos que a abordagem clínica precisa ser repensada não apenas como cenário psicoterapêutico, mas também nos pressupostos epistemológicos, visando auxiliar o desenvolvimento dos processos e funções conscientes como subsídios para a produção de sujeitos éticos e políticos. Isso porque esses sujeitos precisam ter e reconhecer em si a base da constituição de sua identidade sexual humana e que possam assumir posições ativas

na realidade a fim de mudar não apenas seus processos subjetivos, mas a dinâmica de produção de sua própria objetividade.

É importante esclarecermos que é essa compreensão que fazemos da *práxis* psicoterapêutica, uma ação social eminentemente política, pois uma psicoterapia que isole o homem do mundo, da realidade ou de si mesmo é um processo que carece de sentido pessoal. O processo psicoterapêutico deve levar o homem a uma melhor compreensão, a uma revisão objetiva do mundo em que vive e a uma visão real de si mesmo.

Nessa compreensão e assumindo os pressupostos do materialismo histórico e dialético (MARX, [1856] 2008; MARX; ENGELS, [1845] 2002), a base pensada para uma clínica a partir da perspectiva Sócio-Histórica deve ser principiada na revisão da própria categoria de clínica, pois essa categoria derivada do modelo biomédico e psicodinâmico (FOULCAULT, 2015) já carrega consigo a ideia de doença, patologia e, por esse motivo, pensamos em um novo modo de fazer saúde em que seja integrada a equipe de trabalhadores de diferentes áreas na busca de um cuidado e de assistência de acordo com cada vivência subjetiva, retomando assim vínculos entre a pessoa atendida e sua realidade, modelo próximo à concepção de clínica ampliada apresentada pelo governo brasileiro enquanto política de saúde (BRASIL, 2009).

A partir dessa perspectiva, a condições de vulnerabilidade e risco dos indivíduos devem sempre serem considerados, levando à construção de um diagnóstico pautado não apenas no saber dos especialistas clínicos, mas também levando em conta a história de quem está sendo cuidado. Esse fator nos coloca o imperativo de repensarmos o desenvolvimento das psicopatologias, tirando-as exclusivamente de visões naturalizantes sobre o processo saúde-doença e buscando explicar sua gênese e sua relação com a vida social, na intensificação da exploração capitalista dos trabalhadores e, consequentemente, no aumento dos processos de sofrimento a partir das relações sociais pautadas em um individualismo excessivo.

É mister o aspecto considerado acima quando temos defendido, ao decorrer deste trabalho, que a identidade sexual pode ser desenvolvida considerando as diversas possibilidades de sexualidade dadas no contexto cultural, social e histórico dos sujeitos, possibilitando então que compreendamos quaisquer perspectivas não como doenças, distúrbios, mas como livre expressões e desenvolvimentos da sexualidade.

Podemos retomar para tanto que nossa compreensão não é nova, mas encontra respaldo nas considerações apontadas pela Resolução 01/99, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a qual estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. O documento apresenta o psicólogo como profissional da saúde e coloca que, independente da área em que atue cotidianamente, somos interpelados por questões ligadas à sexualidade, mas

que a maneira como cada sujeito vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito compreendendo-a necessariamente em sua totalidade. Considera assim que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio, perversão e que, por esse motivo, a posicologia deve contribuir para o conhecimento e esclarecimento dos elementos partícipes da sexualidade, visando superar os preconceitos e discriminações sofridas por quaisquer sujeitos no tocante à sexualidade. Assim, resolve:

> Art. 1° - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.
> Art. 2° - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.
> Art. 3° - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.
> Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.
> Art. 4° - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999, s.p.).

Outro marco importante defendido pela Psicologia Brasileira e sobre o qual nos colocamos para pensar uma nova *práxis* psicoterapêutica é a Resolução 01/2018 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018), que objetiva impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação, e veda a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Esse documento, por sua vez, está baseado em três pilares: o primeiro, reconhecendo que transexualidades e travestilidades não são patologias; o segundo, ressaltando que a transfobia precisa ser enfrentada; e o terceiro, trazendo luz à compreensão de que as identidades de gênero são autodeclaratórias. Baseando-se nessa resolução, o CFP afirma o compromisso dos(as) psicólogos(as) com o atendimento voltado à promoção da vida, do bem-estar e da dignidade de pessoas travestis e transexuais, contribuindo ainda para a eliminação de formas de preconceito ou discriminação contra essa população.

Cabe pensarmos que esse quadro tem sido demandado frente a uma estrutura social que tem proporcionado a transformação da condição dos sujeitos em indivíduos isolados, o que

finda na vivência eminentemente individual dos processos de sofrimento perante à realidade objetiva e, também, da medicalização social. O *setting* terapêutico deve se reconfigurar, então, não como um espaço de reversibilidade de práticas sexuais fora das normas patriarcais e heterossexista, mas sim como um espaço que visa proporcionar um processo de conscientização, no qual o psicólogo se coloca como agente mediador entre o sujeito e a realidade, buscando recompor a dialética singular-particular-universal (OLIVEIRA, 2005) na dinâmica psíquica de quem necessita.

Pensamos que as recomposições apontadas possibilitariam novas visões de homem e mundo e, consequentemente, da sexualidade, negando configurações normais ou desviantes, e acatando a diversidade da/na existência humana. Dessa forma, o cuidado psicoterapêutico proposto é orientado a (re)compor, em conjunto com o sujeito, a historicidade de sua constituição, buscando na realidade objetiva os significados que historicamente possibilitaram o desenvolvimento dos seus sentidos, na produção de sua dinâmica subjetiva individual.

Para tanto, a psique humana deve ser considerada como uma instância desenvolvida em relação com a objetividade, que engloba os mecanismos conscientes e inconscientes (VIGOTSKY, [1927] 1995), e esse movimento entre consciente-inconsciente é organizado a partir da dialética sujeito-sociedade. Nesse espaço, a linguagem é apontada como processo e método, uma vez que a dialogicidade é importante para que, tanto psicólogo e sujeito quanto objetividade e subjetividade, reconstruam a realidade histórica de produção da existência, visando possibilitar novas produções de sentidos nesse mecanismo vivencial.

Assim, o presente capítulo apresenta a práxis clínica psicoterapêutica como um campo científico que apoie profissionais comprometidos com a emancipação humana na medida em que crie condições para a reorganização das identidades individuais e, dentre elas, a identidade sexual, rompendo com pressupostos alienantes na produção subjetiva e, consequentemente, permitindo novas sínteses de existência conscientes aos sujeitos sociais e sexuais (LUKÁCS, 1998; LESSA, 2004; PASQUALINI; MARTINS, 2015).

Na primeira parte, trabalharemos a concepção de clínica, apotando como essa modalidade, enquando espaço e área, têm sido trabalhados ao longo da histórica na ciência Psicológica. Posteriormente, na segunda parte, nos debruçaremos sobre o método materialista histórico-dialético, mostrando ao leitor os princípios epistemológicos dessa perspectiva, assim como sua consideração no processo psicoterápico para o movimento da pseudoconcretividade à essência histórica subjetiva. O terceiro e última parte será dedicada a apresentar a clínica como *práxis*, tomando especificamente a psicoterapia como manejo e movimento dialético clínico no processo inconsciente-consciente frente à sexualidade.

4.1 DA CLÍNICA DO ONTEM À CLÍNICA DO HOJE: NOVAS POSSIBILIDADES?!

No percurso histórico da ciência Psicológica, diversas questões têm sido objeto de indagação, uma vez que essa produção científica é organizada no bojo das ciências humanas, dialogando para tanto com as diversas ciências sociais e, também, da saúde. Assim, para pensar a prática clínica, ou ainda mesmo a categoria de clínica a partir do que a Psicologia (e os psicólogos) têm proposto, temos a necessidade de recorrer às origens etimológicas, históricas e reflexivas do próprio termo clínica.

Doron e Parot (1998, p. 144) esclarecem que "[...] originariamente, a atividade clínica [...] é a do médico que, à cabeceira do doente, examina as manifestações da doença para fazer um diagnóstico, um prognóstico e prescrever um tratamento". Portanto, por mais que objetivamos discutir a prática clínica dentro da uma ciência específica, esse processo, em grande parte, remete-nos a dois quesitos principais: 1) o fato de, *a priori*, ser desenvolvida na história das ciências humanas a partir do ideário médico; 2) a questão crucial posta no trabalho com práticas clínicas, indubitavelmente nos remetendo a discussões sobre processos patológicos e, em última instância, na relação saúde X doença.

Isso porque, no tocante às especificidades médicas, a prática clínica comumente é composta por procedimentos de observação e entrevista, os quais já nos permitem reflexões sobre a influência desse saber sobre a *práxis* do psicólogo. A descrição sintomatológica (anamnese) permite conhecer os antecedentes da enfermidade, os quais embasam o processo diagnóstico e são fundamentais para quaisquer prognósticos do caso. Esses avanços alcançados pela Medicina adentram a história humana, tendo seu auge clínico entre o final do século XVIII e o início do século XIX (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007), período diretamente vinculado às descobertas tecnológicas e ao desenvolvimento científico, os quais substancializaram a instrumentalização médica.

Ainda nesse período cabe considerarmos que, mesmo frente à grande contribuição de Foucault, ao enunciar a origem da clínica (2015), o método clínico já possui suas bases nos trabalhos de Hipócrates. Assim, historicamente o que Foucault (2015) aponta como a origem da clínica representa, em si, o enriquecimento da Medicina frente a numerosas descobertas. A grande contribuição que o autor produz em seu livro *O Nascimento da Clínica* (2015) está na articulação do discurso médico com os fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e pedagógicos, possibilitando a ampliação da compreensão do processo patológico na subjunção

do corpo enquanto mecanismo de poder e que, portanto, torna-se motivo de controle disciplinar e tecnológico.

Em nossa discussão, o foco centra-se então na forma como a modernidade, especificamente a partir do século XIX, instaura a intensificação das relações sociais e culturais sobre o homem como ser vivo, tendo como cerne as relações corporais enfocadas, em específico, pela ciência Médica. Esta contribui na disciplina do elemento material (corpo) a partir de um sistema racional e científico da sociedade moderna, "[...] poder que se incumbiu tanto do corpo como da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, como o polo do corpo e o polo da população" (FOUCAULT, 2015, p. 302).

A partir desses aspectos, ao estabelecer o estatuto do homem saudável e normal, a Medicina, paulatinamente, vai exercendo um controle disciplinar que corrobora, adiante, o ideário psicológico de subjetividade, e que tem, em suas especialidades, a fragmentação do sujeito como membro de um coletivo, imputando então a saúde-doença na particularidade de suas produções. À Medicina, coube então delegar ao paciente a decisão sobre qual especialista buscar, ficando este responsável por seu percurso, desenvolvimento e adoecimento.

Entre as perspectivas basais da ciência psicológica, Freud imprime algumas inovações quando coloca o saber não mais na detenção do médico, mas sim nos domínios do cliente, mesmo este sendo um saber inconsciente. Nesse processo, o analista é um mero facilitador que aponta determinados caminhos e mobiliza o analisando na busca de sua verdade.

Nos preceitos psicanalíticos, Freud subverte a lógica do tratamento médico pois transmuta o paradigma da observação para o da escuta, considerando primordial tratar o cliente como o sujeito de sua história de adoecimento, e não como mero objeto. Assim, a clínica psicanalítica e a clínica médica se diferenciam na medida em que a Medicina aprimora seus métodos diagnósticos, sustentando múltiplas possibilidades de intervenção com vistas à cura orgânica, e a clínica freudiana toma foco na escuta do sofrimento do cliente, propondo como método de intervenção a análise.

Logo, as raízes da clínica psicológica ainda se mantêm calcadas no modelo médico, no qual o profissional deve observar e compreender para, posteriormente, intervir por meio de tratamentos que objetivam uma possível cura. Tal prática resguarda uma postura higienista, uma vez que isola a prática clínica (e, consequentemente, o sujeito) das questões sociais.

Isso porque, mesmo Freud deslocando a prática sobre o fenômeno para uma prática metafenomenal, pautada na escuta, o foco sobre a demanda apresentada pelo sujeito mantém a vinculação da Psicologia especificamente atrelada ao individualismo, configuração esta marcada tão fortemente desde o início do pensamento moderno e seus novos problemas

existencias. Deixamos, então, a exclusividade patológica, para entrarmos na realidade única, individual, indivisível.

Obviamente tal prática também esteve circunscrita ao momento histórico na qual foi produzida, pois o sujeito moderno está totalmente entrelaçado à singularização dos elementos sociais, isto é, na transformação das questões culturais, políticas e econômicas como elementos de sua subjetividade privatizada (LUZ; MENESES; ANACHE, 2013). Sobre essa perspectiva, Figueiredo (1991, p.18) aponta que "A perda de referências coletivas, como a religião, a "raça", o "povo", a família, ou uma lei confiável obriga o homem a construir referências internas. Surge um espaço para a experiência da subjetividade privatizada: quem sou eu, como sinto, o que desejo, o que considero justo e adequado?".

E nesta, a individualidade reitera a necessidade do sigilo e do segredo, buscando evitar a exposição pública, afinal pelo movimento higienista o local público é o local do bem, do assertivo e do controlado, no qual "[...] ter uma experiência da subjetividade privatizada bem nítida é para nós muito fácil e natural" (FIGUEIREDO, 1991, p.19). Cabe esclarecermos que a apresentação dessa questão não deve ser compreendida, pelo leitor, como uma posição que assumimos em negar a importância do sigilo, mas apenas em enfatizar as condições históricas que produziram tais demandas na prática clínica.

A crítica reside justamente no fato de que a Psicologia, como ciência do ser-sujeito-individual, reforça a categoria de indivíduo alijado das estruturas que lhe proporcionam sentido em sua existência, findando na responsabilização pessoal/subjetiva de construção e desenvolvimento, tendo então basicamente na clínica privada, do segredo, pessoal, o único espaço de existência psíquica (FIGUEIREDO, 1991).

Tal afirmativa também está respaldada por Guerra (2002, p. 29), quando nos esclarece que "[...] a história da Psicologia nos evidencia uma tradição de trabalho associada ao controle, à higienização e à diferenciação, que, desde os primórdios do seu nascimento, associaram às práticas sociais e políticas a manutenção do *status quo*". Assim, também seu esforço clínico na busca pela compreensão e intervenção social tem estado vinculada à ordem social que, pautada principalmente nas mudanças já trazidas desde a revolução industrial, mantém a divisão entre a classe detentora dos meios de produção e o proletariado, trabalhos estes que "[...] destroem ou transformam os modos de vida e levam ao individualismo, assim como ao isolamento" (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 53).

A partir dessas produções, podemos observar que historicamente a prática clínica psicológica sempre esteve descomprometida com o contexto social ou, ao contrário, comprometida com apenas uma parte dele: a classe dominante. O trabalho clínico tem reiterado

o ajustamento do público que não se enquadrada no projeto cartesiano do homem racional, mantendo os pressupostos terapêuticos a partir do modelo médico a fim de ser reconhecida como ciência. Assim, mesmo que se defenda que o objeto da Psicologia não é o comportamento, as questões subjetivas a serem trabalhadas no ambiente clínico, quando consideradas apenas imateriais, meramente originadas a partir de uma realidade inacessível, só se apresentariam por meio de comportamentos (enquanto materialização) sob os quais o psicólogo se debruçaria para traçar um panorama de tratamento terapêutico no diagnóstico, na prescrição e no prognóstico.

Se, por um lado, o individualismo premente na história da Psicologia e na prática clínica psicológica foi considerado como uma das condição *sine qua non* para seu surgimento, é também através dele que temos a possibilidade de visualizar a necessidade da crítica sobre a *práxis* do psicólogo, em específico o psicólogo clínico. Não se trata então em negar a especificidade da clínica individual, mas sim reiterar os cuidados necessários para não cairmos em uma clínica neoliberal, que alimenta o modelo individualista e renega o homem em vistas da manutenção da lógica do capital.

Tais paradigmas têm adentrado os consultórios e mobilizado os profissionais da Psicologia para pensarem em novas possibilidades teóricas e metodológicas para atenderem formas diferenciadas de subjetivação. E, obviamente, essa nova posição exige a historicização do modelo clínico, tornando-o mais crítico e engajado socialmente, o que Romagnoli (2006) já esclarece que não se trata apenas de especializar o psicólogo para que trabalhe com um número maior de pessoas e classes sociais, mas também de produzir novos recursos e novas formas de exercício da profissão que visem ao desenvolvimento de práticas comprometidas ético-politicamente.

Moreira, Romagnoli e Neves (2007) esclarecem que é mister compreendermos a tendência para a singularização, uma vez que a temática da subjetividade, tão cara ainda à Psicologia, só é possível ser compreendida a partir do encontro intersubjetivo, tendo a partir do outro, o ingresso no mundo social. Os autores ainda apontam que esse é o ponto fundamental para uma Psicologia realmente engajada no compromisso social, entendendo esse compromisso como as posições que essa ciência assume na realidade capitalista, buscando possibilitar aos sujeitos a transformação de uma consciência-em-si para uma consciência-para-si (HEGEL, 1992).

Nesse sentido, a exegese da clínica psicológica aqui desenvolvida se aproxima do pensamento de Figueiredo (1996), quando este afirma que a clínica não deve ser caracterizada necessariamente pelo espaço de realização – o consultório –, mas sim pela qualidade de acolhimento oferecida ao sujeito. Portanto,

> [...] não importa em que lugar ou espaço o ato clínico aconteça, seja no âmbito privado ou público, numa relação diádica, grupal ou coletiva. Este será sempre um fazer psicológico que se pautará em concepções teóricas e metodológicas que refletirão essa postura diante do sofrimento ou fenômeno psicológico que se coloca diante dele. Melhor dizendo, o ato clínico se pautará muito mais por uma ética do que por referenciais teóricos fechados (DUTRA, 2004, s/p).

Isso porque no espaço clínico, o psicólogo está em contato com uma diversidade de modos de subjetivação, o que significa que o fazer clínico é, também, um fazer político, na medida em que busca transformação da realidade subjetiva e, além, objetiva. Isto é, "[...] operar mudanças é sempre um fazer político" (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 617).

Frente a esse entendimento, a clínica emerge como uma expectativa de produção e não apenas de reprodução da vida social, espaço onde deve ser possibilitado ao sujeito formas de criar/desenvolver a si mesmo e o mundo, ambos inseridos em uma dialética na dinâmica social. Espera-se, então, do profissional, que reflita sobre os desdobramentos de sua prática na sociedade, uma vez que, na externalização dos conteúdos subjetivos apresentados pelo cliente, o social se faz presente não apenas como mera cópia do real objetivo contemporâneo, mas como movimento sintético de potência criativa, inerente à subjetividade do homem. A clínica deve ser tomada como plano de produção do coletivo que permite a sustentação da alteridade, isto é, a clínica em sua real significação: uma clínica no/do/pelo social.

Tal discussão pode ser retomada desde as produções realizadas em diversas áreas da Psicologia, a partir da década de 1970, iniciada por grupos de profissionais engajados em práticas sociais e com reflexões políticas acerca do que estavam desenvolvendo. Obviamente, naquele momento as discussões eram apenas pró-forma no campo da clínica, pois esta mantinha uma apresentação apolítica e distante das questões sociais que, pressionada por questões políticas e de movimentos sociais, iniciará apenas na década de 1980 uma abertura para novas discussões. Naquele momento, o questionamento realizado abarcou, sobretudo, a pseudoneutralidade da prática clínica dominante, que até então era produzida como atividade liberal e privada junto às classes médias e altas (FERREIRA NETO, 2003).

O que podemos averiguar é que, baseando-se em uma concepção de sujeito universal e a-histórico, a clínica psicológica aparece na história da Psicologia e profissão brasileira como prática hegemônica e centrada no indivíduo, espaço de reprodução e manutenção da cisão entre clínica e política (CFP, 1988). Essa visão da clínica dentro do modelo liberal privado é, ainda hoje, predominante entre os estudantes e profissionais da Psicologia, uma clínica meramente

curativa dentro de um cenário social em que os problemas sociais se multiplicam cotidianamente.

A superação apontada por Ferreira Neto (2003), e com o qual mantemos concordância, centra-se no deslocamento do paradigma da clínica liberal curativa para uma clínica ampliada e aplicada aos processos de saúde na realidade social. Uma clínica com práticas realizadas de forma ampla, que atenda também a uma camada oriunda das classes populares, daqueles que sofrem marcadamente processos de violência, estigma e driscriminação social e que, exatamente por esse motivo, convoca a necessidade de outras formas de intervenção.

Cabe aqui um olhar atento ao que estamos convocando: não se trata de uma clínica pautada em práticas assistencialistas frente à sexualidade! Isso porque, desde os movimentos de 1990, quando a classe profissional dos psicólogos optou por essa (nova) forma de atuação, geralmente findou na utilização dos mesmos modelos teórico-metodológicos do consultório privado. Assim, por mais que tenha sido necessário para inserir a dinâmica da sociedade no fazer psicológico, por si só essa ação não tem gerado novas atuações e, consequentemente, tem mantido, no tocante à sexualidade, a dicotomia entre sujeito-sociedade.

A análise crítica torna-se, então, condição basal para possibilitar ao profissional a compreensão do poder de suas intervenções: em prol da invenção ou da reprodução? Prática ética e libertária, ou prática alienante e cristalizadora? A ideia premente é atentar para o aumento da demanda de atuação profissional frente a um movimento de psicologização do que ainda hoje tem sido chamado pelo senso-comum de problemas de sexualidade, os quais permitem, à estrutura capitalista, aperfeiçoar mecanismos de exclusão social e sujeição a práticas descontextualizadas e inquestionáveis.

Pensar em uma clínica a partir da Psicologia Sócio-Histórica é pensar em uma clínica eminentemente social, a qual se configura, antes de tudo, como a clínica de qualquer lugar, de qualquer público, de qualquer identidade sexual. Essa clínica deve se esforçar por combater a massificação reiterada em nossas práticas sexuais de vida e buscar, cada vez mais, possibilitar ao cliente, sujeito dessa sociedade, o alcance da potencialidade humana disponibilizada nos mecanismos culturais, as quais podem ser apropriadas, enquanto condições objetivas, na particularidade de sua subjetividade.

Fica então marcado que, à nossa compreensão, caberia a ideia de cliente, e não paciente, pois etimologicamente paciente vem do verbo *patire*, que significa sofrer. Quando utilizamos essa referência, a palavra paciente, que é um adjetivo, se transforma em substantivo concreto, o que significa que a pessoa é paciente, está organizada nessa condição. Além do mais, usada dessa maneira, a palavra revela, *a priori*, uma condição de problema ou transtorno, como algo

natural da pessoa, como se sofrer fosse algo que lhe pertecesse e não uma exceção, definindo assim uma postura que desvela uma condição muito mais médica, psiquiátrica, do que psicológica.

Por isso, nós, psicólogos sócio-históricos, preferimos o termo cliente, porque indica de antemão uma relação de trabalho entre cliente e psicoterapeuta, uma relação intersubjetiva produzida em um determinado tempo histórico, em uma determinada cultura e condição social. Tirar o viés do sofrimento como condição essencial do tratamento não quer dizer que negamos quem sofre, o que sofre, por que e como sofre, mas que trabalhamos o sentido desenvolvimental da psicoterapia como afetividade, conscientização e ação.

Isso porque entendemos a subjetividade como "[...] a constituição psíquica do sujeito individual que integra processos e estados do mesmo em cada um de seus momentos de ação social" [...], sendo então uma categoria psíquica ampla e complexa que abrange "[...] suas múltiplas dimensões sem lhe impor mutilações ou reduções, de modo a possibilitar um estudo científico do sujeito no cotidiano" (NEUBERN, 2001, p. 241).

Essa forma de atuação se pauta em uma intervenção que associe o sujeito psicológico ao sujeito político, transformando-o em um sujeito histórico, comunitário, sexualizado e socialmente humano. Para tanto, a escuta clínica passa a ser considerada como "[...] uma postura ética e política diante do sujeito humano. Não é o local que define a clínica, e sim, a posição do profissional e os objetivos de libertação e potencialização dos sujeitos" (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 620).

Esses pressupostos têm se aproximado muito do conceito de clínica ampliada, uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS), proposta para qualificar o modo de se fazer saúde. O objetivo dessa modalidade de atendimento é aumentar a autonomia do usuário do serviço de saúde, da família e também da comunidade, consolidando, para tanto, uma rede vincular entre equipe de trabalhadores de diferentes áreas no oferecimento do cuidado e a corresponsabilização do usuário, sujeito da realidade (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, os trabalhos devem ser realizados não apenas utilizando o conhecimento dos especialistas clínicos, mas considerando também a história de desenvolvimento pessoal. Tornam-se uma forma de trazer a história e, principalmente, a história social, para dentro das concepções de saúde, saúde mental e subjetividade, buscando possibilitar melhores experiências frente à valorização dos diferentes sujeitos.

No tocante à sexualidade, compreender a produção da saúde é considerar tanto o enfoque médico, o psicológico e também o social. E, embora cada uma dessas três abordagens

possa valorizar mais determinados tipos de aspectos de desenvolvimento, a clínica ampliada visa constituir-se como uma ferramenta de articulação e inclusão dos diferentes enfoques e disciplinas. O motivo principal está no fato de que ela reconhece que "[...] em um dado momento e situação singular, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação (BRASIL, 2009, p. 10).

Quebra-se o ideal de neutralidade e não-envolvimento tradicionalmente corroborado nas práticas profissionais, assim como no trabalho do psicólogo, transformando a escuta em um acolhimento real das queixas ou relatos dos clientes, mesmo quando não consideradas pontualmente importantes para o trabalho premente.

Temos reiteradamente apontado a necessidade de a Psicologia, em específico da Psicologia Clínica, recuperar as condições históricas de produção e desenvolvimento das formas de existência, pois quanto mais as situações forem compreendidas e correlacionadas com tais elementos basais, mais o sujeito consciente poderá perceber, senão as causas, os desdobramentos de determinada situação em sua vida.

Considerando então que "[...] a Clínica Ampliada propõe que o profissional de saúde desenvolva a capacidade de ajudar as pessoas, não só a combater as doenças, mas a transformar-se, de forma que a doença, mesmo sendo um limite, não a impeça de viver outras coisas na sua vida" (BRASIL, 2009, p. 11), a clínica pensada na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica deve assumir o papel ativo do sujeito enquanto produto e produtor de sua realidade. Essa condição só será possibilitada quando se assumir a relação dialética entre aspectos singulares (produções psicológicas – existência/saúde/doença) e universais (questões sociais, culturais, econômicos, políticos, comunitárias, etc.), relação estabelecida entre o todo e as partes, manifestando-se nas configurações particulares de determinado fenômeno que permitem compreender como se dá a concretização da universalidade na singularidade (LUKÁCS, 1978).

Nesse sentido, nos aproximamos do postulado por Vigotsky (1927/1995) em relação à necessária apreensão dos fenômenos psicológicos em sua processualidade. Há uma necessidade iminente de compreender que tais relações têm importância fundamental para a atuação do psicólogo clínico, pois sua *práxis* "[...] deve fundamentar-se na compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo a particularidade como mediação" (PASQUALINI; MARTINS, 2005, p. 363).

O entendimento desse pressuposto é, ao nosso ver, o ponto nodal da prática clínica, a qual deve evidenciar a compreensão das intervinculações e interdependências entre singular-

particular-universal enquanto condições para superação de enfoques psicológicos dicotômicos da relação indivíduo/sociedade. Assim, o método materialista histórico-dialético deve ser visto como subsídio elementar para produção de tais técnicas relacionadas ao fazer psicológico na *práxis* psicoterápica clínica que temos proposto.

4.2 O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO APORTE À PSICOTERAPIA: DA PSEUDOCONCRETICIDADE À ESSÊNCIA HISTÓRICA SUBJETIVA

Conforme a ideia que temos desenvolvido, para pensar a psicoterapia na Psicologia Sócio-Histórica, devemos considerar, primeiramente, os pressupostos epistemológicos que subsidiam tanto o desenvolvimento desse referencial teórico, como também as questões metodológicas que possam subsidiar o desenvolvimento de práticas no contexto clínico a partir desses postulados. Assim sendo, tomando como base a teoria psicológica Sócio-Histórica, essa prática deve considerar tais aspectos que, não raramente, têm sido negligenciados ou minimizados em sua importância.

Diversas ideias aqui contidas já foram inicialmente apresentadas nos elementos primários deste trabalho, mas consideramos importante recuperá-las para que possamos, assim, acrescentar, além disso, elementos calcados no pressuposto epistemológico em que nos baseamos. Assim, recuperamos a concepção da unidade dinâmica entre indivíduo e sociedade, a qual é postulada pelo materialismo histórico-dialético de Marx e também repensada a partir do preceito lukacsiano acerca da dialética singular-particular-universal, para então pesarmos a compreensão da sociabilidade humana contida nos pressupostos Vigotskyanos da natureza social do psiquismo.

O materialismo filosófico de Marx parte da premissa de que o mundo é, por natureza, material e, partindo desse prisma, os múltiplos e variados fenômenos do mundo constituem diversas formas e modalidades da matéria em movimento. Nessa perspectiva, o desenvolvimento ocorre de acordo com as leis que regem o movimento da matéria, sem necessidade de vinculação a instâncias espirituais.

Lenin ([1929] 2011, p. 318) esclarece que "[...] o mundo forma uma unidade por si mesmo e não foi criado por nenhum deus e por nenhum homem, mas foi, é, e será, eternamente um fogo vivo que se ascende e se apaga de acordo com as leis". Isso porque, conforme Engels ([1878] 1976, p.413) nos expõe, "[...] a concepção materialista do mundo [...] se limita

simplesmente a conceber a natureza tal como é, sem nenhuma espécie de acréscimos estranhos".

O materialismo parte, então, de alguns critérios: 1) a matéria, a natureza, o ser, são uma realidade objetiva, existentes fora de nossa consciência e independente dela; 2) a matéria é vista como o primário, a fonte a partir da qual se derivam as sensações, percepções, a consciência e o inconsciente, sendo estes últimos um derivado secundário, uma vez que são desenvolvidos enquanto imagem refletida da matéria, do ser; 3) o pensamento é visto como um produto da matéria ao atingir um alto grau de perfeição em seu desenvolvimento e, mais concretamente, um produto cerebral, não cabendo assim separar o pensamento da matéria.

Sobre essa questão, Engels ([1878] 1976, p. 380) esclarece que "[...] não é possível separar o pensamento da matéria pensante. A matéria é o objeto de todas as mudanças", isso porque o autor compreende que o mundo material e perceptível é o único mundo real, e que, portanto, o mundo e suas leis são perfeitamente cognoscíveis, não havendo no mundo coisas incognoscíveis, mas simplesmente questões que a ciência e a experiência se encarregarão de revelar e dar conhecimento.

Marx ([1856] 2008) esclarece que, a partir das condições de existência da sociedade, desenvolve-se a vida material, como também suas ideias, teorias, concepções e instituições políticas, pois "[...] não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina a sua consciência" (MARX, [1856] 2008, p. 339). É assim, então, que o materialismo toma a historicidade com condição *sine qua non* para esclarecer as relações entre a existência social e a consciência social.

O materialismo histórico não é, então, apenas redutível à corporeidade, uma mera materialidade física, extensa. Neste, a história é vista como a história da produção humana e, consequentemente, a chave para o estudo das leis da história da sociedade não deve ser procurada nos recônditos da alma humana, mas sim no modo de produção aplicado pela sociedade em cada um de seus períodos históricos, nas maneiras como determinadas mudanças no desenvolvimento das forças produtivas mudam também as relações entre os homens.

Marx e Engels ([1845] 2002, p. 39) entendem então que:

> [...] o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

As relações sociais que estabelecemos estão, então, intimamente ligadas às forças produtivas, a tal ponto que, quando mudamos o modo de produzir e ganhar a vida, modificam-se também todas as relações sociais e, consequentemente, os processos de subjetivação. Esse movimento é constante no devir humano, na destruição e construção de novas forças sociais, na formação de funções e processos psíquicos. A única coisa imutável nesse paradigma é a abstração do movimento (MARX, [1856] 2008).

Nesse ínterim, a luta de classes representa a base das relações de produção no regime capitalista, ao qual estamos subjugados neste momento. Nesse regime, a propriedade capitalista sobre os meios de produção e a inexistência de propriedade sobre os produtores, trabalhadores, os quais não podem ser mortos ou vendidos como em organizações sociais anteriores, findam na exploração da força de trabalho ao capitalista, submetendo os trabalhadores/operários ao jugo da exploração. O proletariado vende, então, suas forças de produção a fim de subsidiarem suas necessidades elementares ou, ainda, as superiores.

Temos então que a característica fundamental do regime capitalista é, e sempre será, a luta de classe entre os exploradores e os explorados. E, obviamente para compreendermos esse movimento, devemos considerar que as novas forças produtivas e as novas relações de produção não surgem desligadas do velho regime, como um rompimento, mas se formam em seu próprio seio (MARX, [1856] 2008).

A lógica dialética utilizada por Marx considera, então, que todo fenômeno deve ser compreendido e explicado em suas conexões indissolúveis com os demais fenômenos circundantes e condicionados por ele, em perente movimento de mudança, transformação e desenvolvimento da realidade. Tais características fundamentais do materialismo marxista, dialético e histórico, suas possibilidades de aplicação ao entendimento e desenvolvimento da história da sociedade e da vida social, com suas diversas representações, visam à captação do real no pensamento. Isso porque partirmos das diversas formas de manifestação da materialidade enquanto existência em si, para reconstruirmos essa realidade objetiva no pensamento enquanto elaboração teórica, ou seja, uma forma de reprodução ideal do processo real.

Esse postulado ocupa lugar central no desenvolvimento da Psicologia Sócio-Histórica, uma vez que essa base teórica considera o psiquismo como uma imagem subjetiva da realidade objetiva em sua processualidade e totalidade. Nessa perspectiva, a dinâmica psíquica sempre será considerada como síntese de múltiplas determinações no transcurso histórico, um devir que é produzido entre as contradições engendradas na relação homem e natureza (PASQUALINI; MARTINS, 2015).

Entretanto, o método ainda aponta que a captação da realidade acontece apenas em suas manifestações fenomênicas e que, portanto, devemos superar as representações sensíveis, os fenômenos imediatamente perceptíveis, através das abstrações desenvolvidas pelo pensamento. Kosik (1976), ao considerar esse fundamento marxista, afirma que a essência do fenômeno não está dada explicitamente em sua manifestação sensível, mas que seu desvelamento deve ocorrer a partir de suas mediações e contradições internas fundamentais, na elucidação de sua concretude.

Cabe ainda relembrarmos que Vigotsky (1995) também enfatizou a superioridade da análise genotípica em primazia da fenotípica, pois a primeira deve buscar a origem do fenômeno, superando procedimentos apenas descritivos com vistas à descoberta das relações e nexos dinâmico-causais que sustentam a existência objetiva fenomênica, nexos esses existentes entre as dimensões singular, particular e universal (LUKÁCS, 1967).

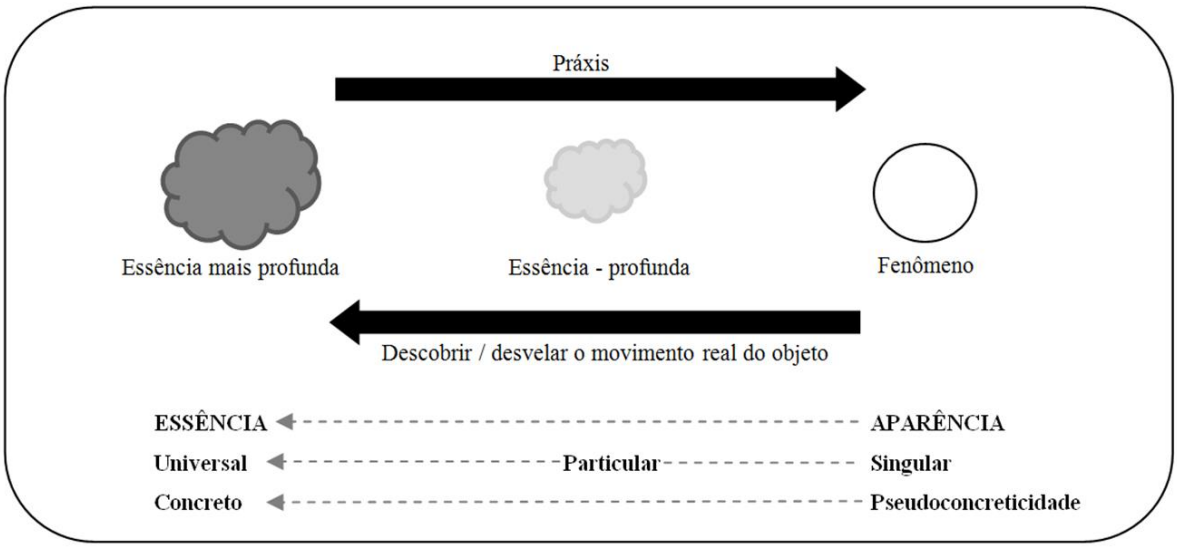
A partir de Lukács (1967) podemos pensar que qualquer atuação profissional do psicólogo deve considerar a dialética singular-particular-universal para revelar a interpenetração dessas instâncias. Portanto, é eminente que a ciência psicológica e, em específico, sua *práxis* no contexto clínico, pese que a singularidade seja sempre um elemento basal na apresentação de um fenômeno, pois este aparece de forma única e irrepetível na realidade. Tal preceito é claro, pois, de forma direta, não nos enfrentamos senão com a singularidade na manifestação imediata, uma vez que "[...] tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou uma conexão única de singularidades; é sempre isto singular, um aqui e agora singular" (LUKÁCS, 1967, p. 203).

Entretanto, o método materialista dialético nos esclarece que a singularidade imediata nunca nos é revelada em sua essencialidade concreta, estando sempre no plano da aparência do fenômeno, na constituição de uma pseudoconcreticidade. Dessa forma, devemos lembrar que o concreto apenas se apresenta como pseudoconcreto, pois a sua concretude só poderá ser captada a partir do pensamento analítico na superação da dimensão singular. Ou seja, partirmos de uma realidade imediata, pseudoconcreta e, a partir do movimento extenue de análise histórica dos determinantes, chegamos à concretude. Assim, a análise que objetiva desvelar a pseudoconcreticidade do fenômeno requer apreender as leis gerais que determinam e regulam sua existência na realidade objetiva, isto é, captar as múltiplas mediações que o determinam e constituem, as quais não se apresentam de forma imediata à nossa percepção.

A partir desse princípio, Lefebvre (1983) aponta a necessidade de adotarmos alguns passos para captar a essência da realidade natural e social: 1) Dirigir-se à própria coisa; 2) Apreender o conjunto das conexões internas da coisa, de seus aspectos (desenvolvimento e

movimento da coisa); 3) Apreender os aspectos e momentos contraditórios (coisa como totalidade e unidade de contrários); 4) Analisar o conflito interno das contradições; 5) Não esquecer que tudo está ligado a tudo; 6) Não esquecer que a captação das transições e contradições acontece no devir; 7) Buscar o aprofundamento do conhecimento; 8) Penetrar mais fundo que a simples coexistência observada, com o objetivo de atingir e captar solidamente as contradições e o movimento; 9) Em certas fases o pensamento se transformar, se superar, remanejar seus conteúdos, retomar seus momentos superados e revê-los.

Figura 1 – Exame do movimento do real em busca de todas suas determinações – do concreto aparente ao concreto pensado



Fonte: Elaborada pelo autor.

Tais passos permitiriam ao profissional decodificar as leis explicativas que regem o desenvolvimento do fenômeno, pois o pesquisador deve buscar como a universalidade se manifesta e se concretiza na diversidade de expressões singulares do fenômeno. Porém, obviamente o específico singular só terá valor heurístico se captado em sua unidade dialética com o universal, ou seja, sem romper a relação unívoca de constituição, pois o desenvolvimento de uma análise dialética prescinde da especificidade de determinado processo; mas isso só será possível se ela não isolar esse processo do movimento de conjunto que condiciona sua existência, o que permite compreendermos que o específico e o universal são inseparáveis, não possuindo valor senão em relação.

Singularidade e universalidade são vistas, então, como polos opostos interiores um ao outro, coexistentes, articulados e determinados reciprocamente: os polos dialéticos que subsidiam a vida do fenômeno, em uma eterna tensão. Tal relação remete ao diálogo do todo e as partes, compreendendo o singular como parte de um todo que se cria e realizada na interação das partes singulares. Isso significa considerarmos que não só o todo contém as partes, mas em igual valor, a parte (singular) contém algo do todo, algo esse que é compreendido como traço essencial, pertencente ao plano do genótipo como aspecto interior, e não apenas como característica comum dada no plano do fenótipo como aspecto exterior.

No subsídio à prática clínica, o próprio postulado de Vigotsky (1995) sobre a necessidade de superarmos os limites impostos pelas abordagens que findaram na atomização e fragmentação dos fenômenos psíquicos, quando decompunham o todo em suas partes, deve ser reorganizado, visando destacar, no conjunto, os traços que conservam a primazia do todo e, em decorrência, o caracterizam. Retomamos, assim, a discussão da parte-todo e as características comuns contidas nos fenômenos, para compreender que a real concreticidade só pode ser conhecida a partir da descoberta das relações e dos nexos dinâmicos-causais que sustentam a existência do concreto enquanto dado, isso porque singular-universal só se manifestam na particularidade do fenômeno.

Lukács (1967) esclarece que, para Marx, o particular representa a lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal). Nessa perspectiva, a mediação é vista como um processo, um elemento viabilizante da relação entre dois polos que resguardam a diferença, a heterogeneidade e o desequilíbrio (ALMEIDA, 2001). Desse modo, compreendemos que o geral expressa a universalidade e condiciona o modo de ser da singularidade, permitindo apreendermos a concretização da universalidade na singularidade (OLIVEIRA, 2005).

> O homem singular, que se distingue de todos os outros homens, bem como dos demais seres vivos, e o homem geral, que se identifica com a sociedade e com a natureza, constituem uma unidade e, ao mesmo tempo, são diversos. Esta unidade na diversidade se efetiva no âmbito do particular, por meio do reflexo recíproco entre os dois estados do homem: ele não é singular, ou geral, mas sim, singular, geral e particular (ALMEIDA, 2001, p. 73).

Todas as questões até aqui tratadas são importantes para compreendermos os sujeitos da *práxis* psicoterápica clínica, pois a universalidade e a singularidade jamais se expressarão puramente ao/no homem. Elas não podem ser compreendidas em si e por si, mas sim nas complexas relações que estabelecem mediadas pelos aspectos particulares, fugindo então de

uma linearidade determinista, pois a essência histórica contida nessa tríade permite a constituição de uma diversidade de expressões singulares da sexualidade dos fenômenos/sujeitos. Tais expressões podem se apresentar ora como traços peculiares contidos em cada subjetividade, ora como possibilidades do objetivo-real produtor da sexualidade, aos quais a Psicologia Clínica tem reiterado esforços no desenvolvimento de trabalhos psicoterapêuticos, como veremos a seguir.

4.3 *PRÁXIS* CLÍNICA: A PSICOTERAPIA COMO MOVIMENTO DIALÉTICO INCONSCIENTE-CONSCIENTE FRENTE À SEXUALIDADE

Para pensarmos uma prática clínica a partir dos pressupostos que a teoria psicológica Sócio-Histórica nos proporciona, devemos, a princípio, compreender que nessa perspectiva a prática psicológica deve ser vista tomando a categoria marxista de *práxis*, isto é, de ação transformadora, revolucionária, transcendente à condição de simples ação.

A *práxis* marxista pode ser definida como "[...] atividade material do homem que transforma o mundo material e social para fazer dele um mundo humano" (VÁSQUEZ, 1977, p. 03). Ou ainda, é a "[...] atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos. É a ação que [...] precisa da reflexão, da teoria; e é a teoria que remete à ação" (KONDER, 1992, p. 115).

Em nossa compreensão, a *práxis* deve ser considerada então como categoria central de uma prática psicoterápica na clínica em Psicologia, cujo objetivo se mantém não apenas em interpretar o mundo ao sujeito, mas servir de mediador particular para sua transformação. Assim, à Psicologia Clínica cabe o dever de transcender à prática pragmática, individual e autossuficiente. Deve, portanto, recuperar no percurso histórico a produção de atividades de grupos ou classes sociais que têm levado a transformações nas condições reais da vida social.

A aplicação da Psicologia às demandas clínicas decorre na expansão do significado de *práxis* que Vásquez (1977, p. 283-284) define como consciência da *práxis*, isto é, "[...] a consciência que se volta sobre si mesma e sobre a atividade material que se plasma". A partir da consciência da *práxis*, o sujeito pode ultrapassar o conhecimento imediato, ingênuo, ascendendo ao plano reflexivo para, posteriormente, unir conscientemente pensamento e ação (BATISTA, 2007; FREIRE, 1979; MARTÍN-BARÓ, 1996).

Por essa perspectiva, temos que desenvolver trabalhos psicoterapêuticos para além de uma prática individualista, nos atentando ao desenvolvimento do processo de conscientização

que supõe a dialética entre homem e realidade, isto é, a mútua transformação entre homem e sociedade na medida em que, quando a modifica, necessariamente se transforma. E, por ser esse um processo ativo, a dinâmica estabelecida entre cliente e psicólogo deve ocorrer exclusivamente por meio de uma relação dialógica e reflexiva, momento em que, a partir das relações interpsicológicas estabelecidas no contexto clínico, o cliente possa apropriar-se dos conteúdos historicamente trabalhados com o terapeuta para a produção de sua consciência.

Assumindo seu papel de mediador, o psicólogo proporciona ao sujeito o gradual conhecimento do mundo e a decodificação de seu mundo, permitindo a este compreender os mecanismos que o oprimem e desumanizam, que alienam sua consciência e mistificam tais situações como naturais. Essa abertura de horizontes permite o desenvolvimento de uma consciência crítica frente à realidade circundante, o que pode conduzir a uma nova *práxis* e, consequentemente, a novas formas de consciência através do acesso aos determinantes inconscientes.

Quando consciente sobre sua realidade circundante, o sujeito inicia o desenvolvimento de um conhecimento diferenciado sobre si mesmo e sua identidade no contexto social, levando-o consecutivamente a uma retroalimentação de seu papel ativo na medida em que descobre suas potencialidades sobre a natureza e a realidade. Assim, recuperar a memória histórica de sua produção permite tanto o contato com o passado quanto os horizontes contidos em uma determinação mais autônoma no futuro.

Estamos propondo que o psicólogo promova a desalienação da consciência individual no sentido de

> [...] eliminar ou controlar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade pessoal e levam a pessoa a comportar-se como um alienado, como um "louco", ao mesmo tempo em que se deixa de lado o trabalho de desalienação da consciência social, no sentido de suprimir ou mudar aqueles mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social e levam a pessoa a comportar-se como um dominador ou um dominado, como um explorador opressivo ou um marginalizado oprimido (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.17).

Consideramos ainda que, através dessa desalienação, os conteúdos que ora permaneciam inconscientes aos sujeitos – dados já na dinâmica de sua própria cultura, serão reintegrados enquanto superação qualitativa do movimento dialético.

Não estamos aqui reforçando a ideia de que a Psicologia clínica se submeta exclusivamente aos discursos e práticas da Psicologia Social. Apenas não a reconhecemos como terreno oposto ou alheio ao social, mas sim como correlato dialético na consideração de que

não há pessoa sem família, aprendizagem sem cultura, loucura sem ordem social, consciência sem inconsciente. Compreendemos que, necessariamente, o eu é suposto ao nós, o saber ao sistema simbólico, e as desordens (mentais, e também sociais) às normas morais e a uma normalidade social.

Cabe então ao psicólogo na prática clínica compreender que lidamos com uma realidade contraditória, a qual não se apresenta enquanto mundo real, mas tem a consistência e validez do mundo real, isto é, o mundo da aparência (KOSIK, 1976). Assim, as diversas questões a serem trabalhadas na subjetividade dos sujeitos aparecem enquanto "representação da coisa" (KOSIK, 1976, p. 19), não enquanto qualidades naturais das coisas e da realidade, e sim como projeção, no psiquismo, de determinadas condições históricas petrificadas.

Precisamos, então, retomar a compreensão de que a subjetividade, enquanto categoria, se organiza na totalidade de processos comprometidos com o sistema psíquico. Sabemos que o termo subjetividade tomou uma conotação metafísica, racionalista e individualista na história do pensamento filosófico ocidental, mas consideramos aquém, já que ele tem representado uma opção de significação para processos de uma qualidade particular, em cuja definição intervém tanto a qualidade da realidade quanto do sujeito que o produz.

Queremos dizer, então, que a subjetividade deve necessariamente resguardar as influências objetivas que atuam sobre o homem e o valor dos processos subjetivos dessas experiências. Isso porque ela sintetiza a produção de um sistema relacional, um processo que implica a organização atual do sistema subjetivo que não é invariável, mas sim que está em processo de desenvolvimento por meio da ação dos sujeitos envolvidos nas experiências com o real objetivo. Uma produção complexa que é sistêmica, e não apenas uma expressão concreta determinada pela função de ser subjetivo.

Essa perspectiva marxista é importante ser mantida, pois representa uma ruptura com uma representação essencialista e naturalizada da condição humana, colocando o homem em uma dimensão histórica e social e, consequentemente, reconhecendo a organização contraditória e necessariamente processual dos sistemas humanos e sociais que existem dentro de uma unidade de contrários. A partir de Marx, temos a possibilidade de compreender a psique em correspondência à história e à cultura, pois ao desreificar a arraigada ideia da essência humana, o autor cria as condições para uma nova compreensão que se revela inseparável dos desenvolvimentos cultural e histórico-social.

É mantido, assim, o caráter processual, sistêmico e plurideterminado da subjetividade humana, o qual já foi apresentado por Morin (1998, p. 68) quando afirma que:

> Os pensadores revolucionários são, com frequência, ignorados em vida. Certamente, somente puderam desenvolver seu pensamento e exprimi-lo em certas condições sócio-histórico-culturais. Mas em nenhum caso são "produzidos" por essas condições. Não obedecem ao determinismo cultural, mas surgem das brechas abertas ou que abriram nesse determinismo. [...] trata-se, em efeito, da conjunção de uma indeterminação cultural, local e relativa, e de uma relativa indeterminação psicossubjetiva individual que liberta curiosidades, interrogações, insatisfações, imaginações.

Tal citação enfatiza a processualidade rica e diversificada que integra a condição subjetiva e o contexto histório-social, integração que sempre ocorre por meio da ação de um sujeito concreto.

A subjetividade somente pode ser estudada a partir de uma perspectiva que assuma o singular como uma exigência do próprio caráter diferenciado dos processos subjetivos. Mas, compreendemos a problemática aludida por essa questão, uma vez que na Psicologia a singularidade tem sido sacrificada em razão de uma tendência dominante pela padronização, expressão da quantificação dos fenômenos psíquicos produzida historicamente, que reduzem a organização complexa dos sistemas psicológicos a categorias analíticas suscetíveis de medição.

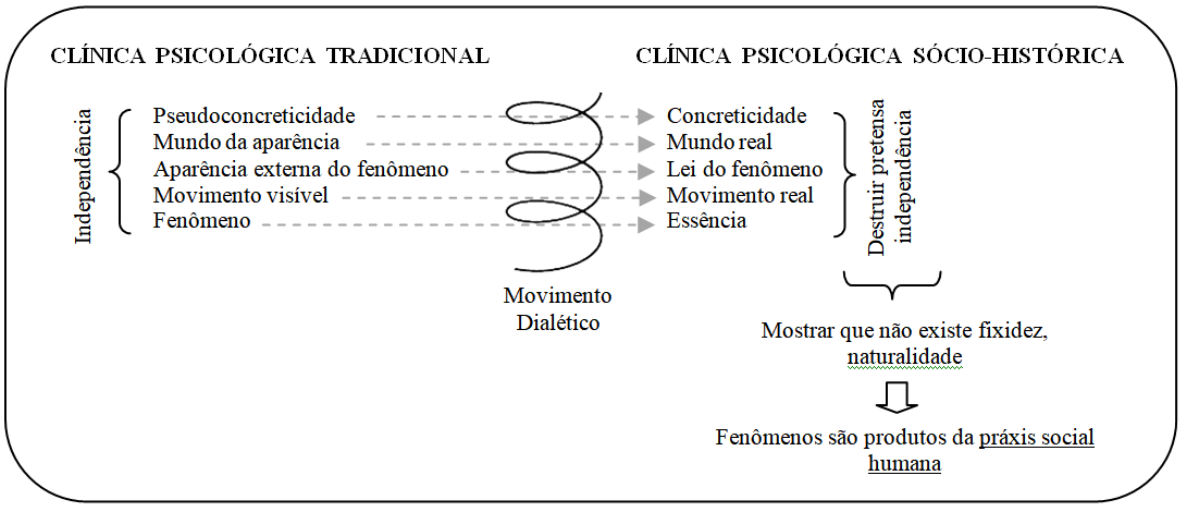
Na perspectiva sócio-histórica, a subjetividade deve ser compreendida em seu valor heurístico à condição humana, pois está relacionada à configuração de todos os sistemas humanos, desde o sujeito real até as instituições e os espaços sociais das diferentes atividades humanas. Toda produção humana é uma produção subjetiva, o que não significa que não seja real, mas que represente a emergência desse novo tipo de realidade: a realidade subjetiva.

Frente a isso, objetivando conhecer adequadamente a realidade, não devemos nos contentar com esquemas abstratos da própria realidade; precisamos, sim, destruir a aparente independência imediata, a pseudoconcreticidade, para atingir a real concreticidade, visando desvelar o mundo real e as leis dos fenômenos, suas essências.

A *práxis* clínica psicológica deve submeter os fenômenos apresentados pelo sujeito a um exame em que "[...] as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da *práxis* social da humanidade" (KOSIK, 1976, p. 21).

Para tanto, e visando ilustrar nossas discussões sobre a possível psicoterapia numa abordagem dialética, produzimos o seguinte quadro que apresenta os elementos a serem considerados no desenvolvimento do trabalho pelo psicólogo:

Figura 2 – Elementos a serem considerados no desenvolvimento do trabalho clínico psicológico numa abordagem dialética



Fonte: Elaborada pelo autor.

Expliquemos. Nossas ideias apontam que a *práxis* terapêutica do psicólogo deve considerar, a partir da lógica dialética, que a realidade pode ser alterada de modo revolucionário à medida que tomamos conhecimento, histórico, que nós mesmos produzimos a realidade. A Psicológica Clínica tradicional não tem se mostrado capaz de ir além da singularidade imediata e aparente e deixa de considerar que as ações individuais envolvem ou trazem à tona a figuração histórico-social. A partir de Pasqualini e Martins (2015, p. 367), compreendemos que uma nova *práxis* deve considerar "[...] generalidades de indivíduos ou fenômenos singulares, ou seja, captar na singularidade da existência de um individuo/personagem traços essenciais comuns a outras existências singulares que se constroem na dialética que liga o indivíduo ao tipo geral, às tendências histórico-sociais de seu tempo ou do gênero humano".

Aqui, a universalidade se corporifica na singularidade a partir da mediação da particularidade. A particularidade condiciona, então, a existência singular enquanto especificação da universalidade, isto é, é pela mediação da particularidade que as determinações universais se expressam no singular. Porém, tal relação não ocorre de maneira linear e determinística; ela permite, sim, uma diversidade de expressões singulares subjetiva dos fenômenos da realidade social em dado momento histórico.

Isso porque "[...] a existência de cada indivíduo singular é uma síntese de múltiplas determinações" (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 368), que estão, ao mesmo tempo, sob determinações universais. Essa revisão dos caminhos epistemológicos e metodológicos da disciplina de Psicologia Clínica possui, obviamente, um fundo político na medida em que consideramos eminente a necessidade de reaver o compromisso da Psicologia com a construção de uma ordem social e que promova o desenvolvimento dos indivíduos.

Torna-se imperativo nas análises psicológicas desenvolvidas na prática clínica captar as determinações particulares e universais que refletem sobre o indivíduo enquanto elementos significativos e que condicionam sua existência singular na produção de sentidos. Devemos compreender o desenvolvimento dos sentidos em uma processualidade que não é apenas intrapsíquica, mas que integra a ação e os diferentes sistemas de relações do sujeito na organização da vida social, assim como os aspectos organizativos da própria produção de sentido enquanto sistemas. Tal concepção se aproxima ao que González-Rey (2007, p. 136) trabalha como "configurações subjetivas", ou seja, à ideia de que o aspecto organizativo dos sentidos não está associado a uma ordem linear, mas compromete os limites e as possibilidades de sua produção.

O aprofundamento da discussão dos sentidos é importante para a prática psicoterápica, pois se o inconsciente se configura no rompimento da relação entre sentir-pensar-agir, é justamente a categoria de sentido que pode expressar uma integração entre organização e processualidade da subjetividade através do desenvolvimento dos sistemas complexos. Isso porque os sentidos representam a unidade do emocional e do simbólico sobre uma significação produzida pela cultura, ou seja, os sentidos se desenvolvem sobre espaços simbolicamente existentes e, adiante, significam novas ações humanas dentro de tais espaços, unidade esta em que um elemento evoca o outro, sem se converter em sua causa (GONZÁLEZ-REY, 2002).

Nessa relação, a emergência de cada elemento (emoção e processos simbólicos) gera desdobramentos que, por sua vez, possibilitam a emergência de novas manifestações, definindo assim o caráter processual, mas simultaneamente sistêmico, dos sentidos. Concebemos então que a identidade sexual se pauta na organização de sentidos desenvolvidos pelo sujeito a partir das relações estabelecidas com o meio, através de elementos afetivos que carregam determinações simbólicas culturais, organizando assim o caráter processual. Todavida, a prória produção identitária envolve não apenas um reflexo das configurações sócio-sexuais de masculino e feminino, mas toda a conjuntura diversificada de sentidos existentes na dinâmica psíquica do sujeito, isto é, a organização de elementos que outrora não teriam participação na produção de sua sexualidade – se considerarmos uma visão estanque de psiquismo –, mas que se tornam coprodutoras dessa mesma sexualidade numa perspectiva sistêmica psicológica.

A identificação pode não ocorrer com as determinações sociais de feminino ou masculino não por desconsiderar ou negligenciar tais aspectos para a próxima identidade sexual, mas pelo fato de que a produção do sentido a essas determinações se relaciona com os demais sentidos já produzidos em sua vivência, marcando, dessa forma, tanto uma processualidade quando uma sistematização na dinâmica subjetiva.

Destacamos, assim, a ideia do movimento, do devir, em que o sistema da sexualidade está permanentemente recebendo influências de outros sistemas e produzindo novas opções de identificação diante dessas influências, algumas das quais podem gerar alternativas diferenciadas que transformem o próprio sistema, movimentos de contradições e tensões causadores de mudanças no percurso histórico do sujeito que se objetivam em sua ação.

A ação e a comunicação humana são fontes permanentes de produção e transformação dos sentidos, os quais podem, na condição sistêmica, nem sempre ser compatíveis com a organização principal da identidade sexual. Esses novos sentidos, produzidos a partir da psicoterapia, relacionam-se com a configuração atual enquanto sintetização identitária, podendo assim levar a uma série de mudanças que terminem transformando a própria objetivação da sexualidade. Mas também, ao redor dos novos sentidos produzidos, é possível integrar outros, definindo assim outras formas de existência que passem a ter lugar dominante no processo de subjetivação da sexualidade enquanto atividade concreta.

Sendo assim, uma pessoa que possua o direcionamento do desejo, a partir da condição afetiva, para outro do mesmo sexo/gênero, não chega a essa experiência de forma neutra. Nelas se expressam um conjuno de expectativas e estados subjetivos relacionados às configurações de sua identidade sexual. Essa identidade se alimenta e se desenvolve a partir da variedade de sentidos produzidos pelo sujeito no contexto de suas ações objetivas na realidade, mas também mantém núcleos mais estáveis de produção subjetiva que devem ser identificados nas diferentes formas que assumem no comportamento humano.

No processo psicoterapêutico, o desenvolvimento pode ocorrer na possibilidade de gerar novos repertórios de expressão de uma identidade sexual na condição objetiva a partir da compreensão histórica da (minha) realidade na perspectiva tanto micro quanto sociogenética, como, por exemplo, o que é possível sentir por outro alguém e como me relacionar com esse outro. Todavia, o desenvolvimento também pode representar momentos de produção de novos sentidos que se integram à própria identidade, como nos momentos de reorganização e ruptura de certos sistemas anteriormente cristalizados (não me compreendo, não posso, não quero) em face da emergência de outros novos (entendo que sou assim, entendo que posso isso ou aquilo, entendo que quero de uma forma ou de outra).

Ou seja, estamos propondo que a *práxis* psicoterapêutica trabalhe com as produções subjetivas não como entidades isoladas que integram sentidos diferenciados, mas sim que a própria subjetividade e, aqui em específico, a identidade sexual, se organiza como sistema complexo, como uma rede na qual a pessoa pode passar a desenvolver um sentido para essa rede como para outras em sua dinâmica, o que permitiria aludirmos às identidades sexuais não

como totalizadoras do sujeito, mas como partes de um todo, retomando assim a dialética entre parte-todo e todo-parte, na assunção da singularidade-totalidade e da inconsciência-consciência.

Para tanto, cabe ainda considerarmos o papel gerador da afetividade. Isso porque enquanto mediadora, a emoção pode permitir a integração afetiva-volitiva na dinâmica da subjetividade em diversas instâncias: nas relações dialéticas inter-intrapsicológica; entre o próprio sistema psicológico de produção de sentidos da sexualidade; na relação entre os sentidos da sexualidade e os demais sentidos.

Um sujeito pode sentir desejo em virtude de uma combinação de outras emoções que em dado momento não entram em uma estrutura de significados, mantendo assim o desejo, em um primeiro momento, em uma perspectiva inconsciente, sem sentido e sem significado. Porém, uma vez que o desejo assuma preponderância em sua dinâmica psicológica, essa dinâmica se torna mais sensível a emoções correlatas, o que acarreta desdobramentos simbólicos que chegam a comprometer a emergência de um sentido direto, podendo gerar explicações conscientes (mas não diretamente reais) ao próprio desejo. Podemos tomar como exemplo quando os sujeitos heterossexuais são interpelados sobre por que sentem o desejo frente seu(sua) parceiro(a) e respondem: porque homem gosta de mulher; porque mulher gosta de homem. Essa resposta é verdadeira ao sujeito, é produzida como objetivação de uma realidade interna, mas representa não apenas uma diretividade do próprio desejo, e sim a influência de muitas emoções e componentes de base cultural e histórica.

Isso porque findamos em condicionar processos que perpetuem uma tradição de naturalização e universalização da particularidade, apoiando nossas práticas em visões de normalidades apegadas a valores e padrões de comportamentos de uma determinada classe social, revalidando-os como hipoteticamente universais (PASQUALINI; MARTINS, 2015, p. 370).

As implicações desses elementos na psicoterapia estão centradas no fato de que a naturalização acarreta reconhecer a natureza real de uma questão apenas em seu rótulo, o que leva à universalização de uma condição que define práticas sociais despersonalizadas com relação à sexualidade. Quando a dinâmica sistêmica da identidade e ainda da subjetividade deixa de reconhecer os elementos partícipes, perdemos nessa postura inconsciente o sujeito que expressa a sexualidade e os contextos e práticas sociais em que se gera.

Cabe mais uma vez reiterarmos que o princípio de inconsciente aqui trabalhado não é estrutural, mas dinâmico; não é *a priori*, mas cultural; e não é recalcado, mas produzido na dinâmica histórica da vida social. A partir de Foucault (2014a), podemos pensar como resultado

que a universalização e ritualização das práticas identitárias sexuais, tanto no nível social quanto institucional, remetem ao preconceito, à estigmatização e à exclusão. É precisamente sobre essa base que têm sido desenvolvidas determinadas condições que colocam a sexualidade como instituição social, pela conversão da pessoa em objeto identificado, mas sem conscientização, que somente passa a ser reconhecida pelo conceito que a classifica em um categoria universal, portadora do estigma da anormalidade: gay, lésbica, sapatão, viado, traveco, etc.

O autor aponta que, frente a esse panorama, é procurada a doença em todos os traços do acusado, é buscado o anormal, a patologia, aquilo que permitiria explicar o caráter inumano do ato, e não a condição subjetiva da pessoa que o faz possível. Quer se descartar o ato sexual humano pela sua patologização.

Na prática clínica e na realidade social, podemos encontrar relatos de pessoas que têm sofrido em seu contexto de identidade sexual e que, por esse motivo, recorrem ao psicólogo, desesperadas por ajuda, revelando assim profundo sofrimento vivenciado tanto objetivamente, quando excluída ou negligenciada sua participação em grupos sociais, quanto subjetivamente, quando construída uma dinâmica de sentidos que as levam a crer como erradas, diferentes, vazias, problemáticas. Isso porque, na dinâmica do real social, o discurso configura aquilo que nos é apresentado como realidade e que tem sido construído por uma linguagem ideologicamente definida, tanto nos limites de uma visão de ciência como de uma visão de indivíduo e sociedade.

Concordamos com González-Rey (2007, p. 158) quando o autor expõe que:

> O limite da saúde e da "patologia" estaria, para mim, na impossibilidade de o sujeito produzir novos sentidos subjetivos ante uma condição que o afeta. Essa incapacidade de produzir novos sentidos subjetivos poderia estar definida pela hegemonia das configurações subjetivas dominantes sobre a processualidade geradora de sentidos, que caracteriza o sujeito. Dessa forma, a patologia representa um estado no qual o sujeito perde sua capacidade geradora e não tem opções diante do impulso proveniente da configuração subjetiva.

Ou seja, as patologias não são produzidas pela soma de elementos comuns, pela soma de comportamentos ou ainda pela soma de características sexuais, mas por configurações qualitativamente diferenciadas de caráter sistêmico dos processos psicológicos. Devemos ressaltar que a consideração dos processos psíquicos relacionados à sexualidade como patológicos foi uma expressão histórica de um discurso médico e jurídico que se articulam entre si, atravessados e configurados por uma ordem política e social. E que, uma vez que funcionam como mecanismos ideológicos, constituem impossibilidades de apropriação da cultura pelos

sujeitos, de manutenção de processos e funções inconsciente para a não-compreensão da sua sexualidade.

A patologização da sexualidade tem servido, ao longo dos tempos, como instrumento de controle social e psicológico, coisificando e naturalizando alguns conteúdos como anormais, o que leva à definição de um objeto separado do sujeito e do contexto histórico-cultural de sua produção.

Mas, então, o que devemos fazer?

Não acreditamos que se trate de definir uma nova escola em Psicologia, o que nos conduziria à condição tradicional pelas quais princípios diferenciados se substancializam em definições teóricas, determinando limites fechados que se encerram neles mesmos, sem diálogos com outras posições. O dogmatismo presente nas diferentes escolas da Psicologia tem se apresentado mais como reprodução mimética do que espaços de produção de conhecimento acerca dos sujeitos e de suas identidades.

Em nossa ciência, tradicionalmente temos visto as escolas se convertendo em espaços perpetuadores de uma lógica de produção de identidade, que conserva o pressuposto da normalidade e substancialidade, subsidiando, assim, a formação instrumentada de práticas e ocultando a produção subjetiva diferenciada do terapeuta. Ao contrário, devemos compreender que o modo como a reflexão teórica aqui produzida por nós deve impactar no espaço terapêutico passa necessariamente pela consideração do terapeuta como sujeito desse processo.

Sabemos das dificuldades encontradas frente à construção de uma prática clínica, entretanto Anache (1997) já apresenta postura crítica sobre o psicodiagnóstico, questionando qual a função dessa ação para o processo de escolarização do aluno, pois, conforme aponta, tal procedimento tem servido apenas para atender as formalidades do sistema escolar. Portes, outro teórico – dentro os poucos que tem se debruçado às temáticas da clínica psicológica – ressalta que nas obras de Vigotsky não estão prontas as categorias concretas para definir uma opção sócio-histórica para esta *práxis*:

> Considerando que Vigotsky e Luria foram os fundadores da teoria histórico-cultural, eles se preocuparam somente de forma indireta com o desenvolvimento da psicoterapia e da psicoterapia de adultos no período soviético. Seu foco mais amplo foi sobre o desenvolvimento de uma teoria unificada da mente, a qual lhes permite uma fundação ampla para as psicologias educacional e social e, talvez, para a psicologia clínica e outras disciplinas associadas (PORTES, 2005, p. 08).

Dessa forma, acreditamos que a intencionalidade de nossos autores estava na produção de uma nova concepção de psique humana, ficando assim o desenvolvimento da categoria de inconsciente e das condições *práxis* da clínica como temáticas pouco trabalhadas. A grande preocupação frente à revolução soviética era a produção do novo homem, consciente de suas raízes históricas e sociais, e não a adaptação desses sujeitos às novas condições e representações sociais, aspectos típicos de uma prática clínica tradicional.

Vemos então o desafio atual de, a partir de tais pressupostos, desenvolver a produção de conhecimento que abarque a clínica como espaço de produção do movimento dialético de inconsciente para consciência, a fim de possibilitar que os sujeitos possam vivenciar suas identificações perante a sexualidade mediante a diversidade de possibilidades, de construções e de organizações, tanto na dinâmica subjetiva quanto na realidade objetiva.

Obviamente que a mudança psicoterapêutica não estaria associada apenas a uma produção discursiva. Isso porque a dinâmica subjetiva do indivíduo influi na ação sobre a realidade por intermédio da configuração estabelecida entre sentidos e significados, permitindo assim a conscientização ou inconscientização – enquanto processos. Nessa condição, ambos os polos dialéticos são partes responsáveis pela emergência de novos sentidos, os quais podem chegar a modificar as próprias configurações do sujeito implicado nessa atividade.

Considerando que linguagem e pensamento, conforme afirmava Vigotsky (1987), são partes de um mesmo sistema, sem que um possa se reduzir ao outro, e ambos são funções de um sujeito com outras funções psíquicas, chegamos ao consenso de que não existe pensamento sem emoção e sem linguagem! O sujeito somente pensa em questões que são significativas para ele. Portanto, o pensamento apenas aparece em temas com sentido, daí sua significação na definição da subjetividade. Logo, o pensamento é a função essencial pela qual o sujeito se reafirma, é seu principal instrumento de ação e de relação, de sua intencionalidade diferenciada, de sua conscientização, o que possui repercussões fundamentais para o desenvolvimento da psicoterapia que vise auxiliar os sujeitos que sofram em decorrência da violência social frente suas identificações sexuais.

Precisamos compreender que a psicoterapia deve estar orientada a partir de algumas proposições. A primeira, referente ao desenvolvimento de novos sentidos à sexualidade e à realidade subjetiva e social, sentidos esses que emergirão quando o cliente transforma-se, com o auxílio da mediação do psicólogo, em sujeito ativo diante da sua atual situação histórica, capaz de produzir assim novas relações afetivas inter e intrapsíquicas, e processos simbólicos que substancializem o desenvolvimento de novos sentidos. Assim, estimulado e organizado na

relação psicoterapêutica, vão-se modificando os pensamentos e, consequentemente, a consciência frente ao sofrimento atual.

Outra proposição, intimamente relacionada com a primeira, está no fato de que a produção de novos sentidos só acontecerá a partir do momento em que a pessoa se tornar sujeito da relação terapêutica, o que lhe permitirá uma análise crítica de sua sexualidade e do momento atual de sua vida e, assim, desenvolver opções facilitadoras da aparição de novos sentidos. Nesse processo, a efetividade está na qualidade do diálogo terapêutico e as opções conscientes que se derivam dele.

Uma terceira proposição considera que produzir novos sentidos pressupõe, necessariamente, um reposicionamento do sujeito em relação às suas objetivações, à sua identidade, representando assim um novo momento de produção de sentidos, o reinício do processo dialético na consolidação da consciência como processo saudável na produção da vida sexual.

O diálogo torna-se não apenas ação, mas método de produção da prática psicoterapêutica, pois o terapeuta, pautado nas hipóteses sobre a dinâmica subjetiva da questão relatada pelo cliente, "[...] participa e induz tópicos de conversação, que, sem prejuízo para o momento dialógico, permitam ao outro conversar sobre áreas significativas por seu sentido" (GONZÁLEZ- REY, 2007, p. 160). A produção de tais hipóteses pode ser organizada a partir de instrumentos que provoquem expressões diferenciadas do cliente, com o intuito de que uma vez erigida, tal hipótese oriente a sua participação no diálogo e facilite manejos terapêuticos para estimulá-lo como sujeito do processo.

Isso é, nossas hipóteses acerca de uma dinâmica não devem funcionar como verdades, mas como indutoras de relações afetivas, reflexões e posicionamentos que possibilitem o desenvolvimento de novos sentidos e novas relações sistêmicas de subjetivação, permitindo assim ao cliente a organização de possibilidades diferenciadas de desenvolvimento. Mas, estamos completamente coadunantes ao autor supracitado quando este defende que "A psicoterapia não é um processo de descobrimento nem de soluções centradas na figura do terapeura; é um processo de produção de novos sistemas de subjetivação." (GONZÁLEZ-REY, 2007, p. 161). Nesse processo, o psicólogo, enquanto psicoterapeuta, por mais que tenha como objetivo facilitar a produção de novos sentidos, não tem controle sobre como estes serão organizados e aparecerão no processo terapêutico, ou seja, a produção desses novos elementos não necessariamente representa uma mudança qualitativa, mas apenas um novo processo de subjetivação.

Recuperamos então a condição ativa, a emergência do cliente como sujeito da sua realidade, da sua vivência, de seus processos, o que representa uma constituição identitária que lhe deve permitir assumir a sexualidade conscientemente em sua diversidade de perspectivas e desenvolver posicionamentos perante ela. Retoma-se então a relação entre sentir-pensar-agir.

A limitação do espaço dialógico não deve ser reconhecida como impossibilidade absoluta, mas vista como tensões entre dois sujeitos de uma relação, dois polos dialéticos, que podem dificultar a emergência do novo como resultado da própria constituição subjetiva dos participantes no diálogo, bem como do próprio espaço da clínica psicológica. E, por esse motivo, nossa prática psicoterapêutica não se legitima como um tipo particular de prática, um modelo privado de produção e pensamento, mas sim como um pressuposto, uma leitura, uma interpretação e uma ação *práxis* em uma abordagem teórico-metodológica determinada.

A partir da Psicologia Sócio-Histórica e frente à temática objeto desta tese, compreendemos a psicoterapia como um processo atuante sobre as formas nas quais as produções sociais no interior de uma cultura podem ser apropriadas, subjetivadas e se transformam em funções e processos conscientes do sujeito em qualquer identidade sexual humana. Uma das consequências de uma visão estreita de clínica e *práxis*, centrada apenas nas patologias da sexualidade reconhecidas por décadas nas classificações da psicopatologia, seria considerar a produção aqui apresentada apenas como uma incitação à reversão sexual. Como já apontado em diversos momentos deste material, rechaçamos quaisquer interpretações com base nessa perspectiva, uma vez que, ao contrário, o debruçar produtivo está intimamente ligado à tentativa de construir uma prática determinada dentro da psicologia clínica que possa auxiliar os sujeitos ao desenvolvimento de elementos conscientes, componentes de sua dinâmica psíquica, permitindo assim que se reconheçam como sujeitos pessoais, sexuais, políticos, sujeitos de direitos, na contramão de toda violência social que têm enfrentado principalmente na sociedade capitalista.

Por fim e visando sintetizar as discussões apresentadas até aqui, a partir da perspectiva sócio-histórica enfatizamos que a práxis clínica, que visa gerar o movimento dialético do inconsciente para a consciência, permitindo aos sujeitos a compreensão da realidade histórica e a objetivação da identidade sexual, considera:

1) O caráter relacional, dialógico, da psicoterapia, voltado à produção de novos espaços de subjetivação e objetivação da sexualidade/identidade sexual no atual momento da vida de uma pessoa, grupo, ou unidade social;

2) A indissociabilidade da ação terapêutica com o contexto de práticas e relações do sujeito, pois se esta ação visa produzir sentidos, devemos lembrar que este sempre estará associado a todo sistema complexo de vida da pessoa sobre sua sexualidade;
3) Não existe ação terapêutica somente na condição individual. Tal prática deve ser dirigida, de forma simultânea, às dimensões social e individual da subjetividade, auxiliando na produção de novas maneiras de ação e comunicação que propiciem afetos, emoções, pensamentos, que se expressem em processos alternativos do cliente;
4) Objetiva, então, que o indivíduo passe a ser sujeito de suas práticas sociais, sexuais, e de vida, implicando para tanto na capacidade permanente de produção de sentidos e de ações pessoais geradoras de novas perspectivas de atividade;
5) Quaisquer mudanças necessárias não são produzidas apenas a partir da informação e do conhecimento, ou seja, compreender o psicoterapeuta como mediador não alude entendê-lo como aquele que apenas repassa conteúdos históricos ao cliente; sem produção de sentidos, essas informações tornam-se apenas elementos codificados, que, por mais que sejam apropriados pelo sujeito, não constituem consciência;
6) Nossa perspectiva não é neutra, pois, na verdade, a psicoterapia se posiciona política e ideologicamente, já que essas dimensões sempre estarão implicadas nos sentidos que o cliente desenvolve/desenvolveu para sua sexualidade. Óbvio então que toda mudança carrega consigo consequências políticas;
7) Isso nos leva a compreender a psicoterapia como um manejo altamente implicado à cultura e aos processos sociais, principalmente quando propomos uma *práxis* que permita ao sujeito ser ação consciente na produção de sua identidade sexual, fazendo confronto com processos culturais que historicamente estão engendrando práticas sociais perversas;
8) Por esse motivo, a psicoterapia deve ser vista como uma prática inseparável de qualquer processo de recomposição da relação social. Uma função profissional que não deve estar subscrita nos parâmetros políticos e nas produções psicológicas sobre saúde, mas sim em todas as instituições sociais, com grande primazia nas instituições jurídicas e educativas.

Trata-se, então, de imbuir na Psicologia Clínica a real natureza social dos indivíduos, de acordo com os pressupostos epistemológicos de Marx ([1867]2008) e das principais produções teóricas de Vigotsky ([1927]1995), colaboradores e contemporâneos. Nesse espaço,

recuperar o movimento real de constituição e desenvolvimento da individualidade-singular, captando as determinações que agem na relação singular-particular da universalidade, buscando assim uma nova práxis psicoterápica: a clínica do sujeito histórico, do sujeito ação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a temática da sexualidade possua uma amplitude a ser discutida e debatida, e ainda que a nós sobre interesse por tal preceito, precisamos aqui apresentar um fechamento para a presente produção. Mas, obviamente, este não engendra o final do árduo caminho percorrido até estas páginas, senão que apenas uma síntese dos elementos aqui contidos, visando, assim, reconhecer o próprio caráter histórico, de processualidade, e deixar possíveis indagações para produções futuras.

Principiemos então pela escolha da temática. Discutir sexualidade sempre foi o alvo de interesse que possuo dentro da ciência psicológica. Tal foco se iniciou ainda na graduação quando, pela não vontade de cursar Psicologia, adentrei a esta com outro objetivo: jamais ser um psicólogo no modelo tradicional! Para tanto, iniciei a busca por elementos que possibilitassem construções para além das questões teóricas vistas somente em sala de aula, compreendendo que a construção formativa não se dava apenas no interior de uma sala, mas sim uma construção da vida, para a vida. Acrescentava-se a isso a produção da minha própria sexualidade, do meu percurso individual, social e subjetivo.

Assim, a Psicologia passou de não quista a adorada. E as discussões começaram a surgir desde as práticas basais, os contatos com os instrumentos e, ainda, a produção científica. Aqui o ponto chave para a construção na descoberta pela pesquisa. A descoberta de uma atividade principal que, reiteradas vezes me colocava na dinâmica de ir além do que possuía em todas as perspectivas: econômica, cognitiva, emocional, social. Mas estava ali a semente de algo plantado que posteriormente me conduziria à finalização da pesquisa aqui apresentada.

Sexualidade, como tradicionalmente foi corroborada nas aulas, era algo não compreensível. Não era possível compreender que, perante toda diversidade humana, apenas algumas organizações identitárias pudessem ser consideradas corretas, passíveis de aprovação pelos grupos sociais e por nós mesmos. Práticas, sentimentos, desejos, objetivações, enfim, um amplo leque de possibilidades que diariamente se apresentavam nas ruas e que a Psicologia insistia em rotulá-los.

Nesse ínterim, a finalização da formação básica em Psicologia me colocou a insurgência: levá-la até onde poucas pessoas estavam dispostas a ir. Assim, com caderno embaixo do braço, o aluno-trabalhador foi a campo, foi à antiga rodoviária de Campo Grande para conhecer não o motivo que levavam as profissionais do sexo a realizarem tal atividade, mas sim seus sentimentos, pensamentos, o sentido do trabalho para elas.

Realidade nua, crua, dura, mas que possibilitou criar ainda mais indagações a este novato pesquisador que, quando apresentado seu trabalho ao público, se viu diante de um auditório de quase cem pessoas para conhecer o que a Psicologia tinha a dizer. E esse trabalho potencializou o interesse que se repetiu nos estudos de mestrado, no qual a ação do pensante pesquisador se destinava, agora, à travestilidade. Afinal, por que sujeitos com identidade sexual travesti não eram vistos nos cursos superiores ou, quando vistos, por que não finalizavam esse nível de escolarização?

Trabalho inovador, poucas pesquisas encontradas, um projeto detalhado e, num ímpeto, a necessidade de reformulá-lo, pois na cidade de Campo Grande-MS não havia sequer um sujeito travesti com ensino superior completo no momento da execução da pesquisa. Assim, a amplitude para o estado de Mato Grosso do Sul possibilitou que descobríssemos a única com essa exigência metodológica, a qual foi sujeito participante da pesquisa.

Um estudo de caso, sujeito único, mas com uma potência de vida e, infelizmente, de violência sofrida que quase duas horas de entrevista não foram suficientes. Sim, a educação, a escolarização, a vida social, os grupos, elementos que para aqueles que não coadunam com as normas, regras e preceitos socioculturais dos padrões sexuais, findam no sofrimento, na realidade que machuca, discrimina, dói e mata.

A temática se manteve. Agora mestre, o próximo passo seria o doutoramento, mas como? Afinal, os determinantes socioeconômicos não permitiam sequer pensar nas possibilidades para esse curso. Mas, com auxílios, ajudas, o impossível se converteu em possibilidade, e assim a PUC-SP, especificamente o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, recebe um novo estudante. Mas, você leitor poderia pensar: para quem não se aproximava das práticas mais tradicionais, escolher cursar o doutorado em Psicologia Clínica?

Essa mesma pergunta foi-me feita diversas vezes. Porém, era justamente o ápice da organização, do pensar, do criar, do possibilitar o surgimento de novas perspectivas, de novos auxílios àqueles que deveras sofrem violência frente suas identidades sexuais. Obviamente a ideia central nunca foi propor uma clínica para tratamento, ou seja, conversão das sexualidades. Mas propor uma clínica humana, que pensasse e acatasse a realidade dos sujeitos, possibilitando um espaço de produção subjetiva e, acima disso, de consciência frente à dinâmica social, cultural e histórica da própria sexualidade.

No entanto, outras questões haveraim de ser resolvidas e que, por mais que fossem concebidas separadas, guardavam íntima relação de produção: a sexualidade, amplamente discutida pelos referenciais psicanalíticos e pelas ciências sociais, era pouco trabalhada na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, teoria psicológica que guia nossas produções; o

inconsciente, já presente na filosofia, mas também alvo primordial de produções psicanalíticas, aparecia apenas como pano de fundo nas produções de nossa perspectiva teórica; e, por fim, a prática clínica, especificamente a psicoterápica, consolidada por diversas décadas em várias modalidades teórico-metodológicas da Psicologia, estava praticamente ausente em nosso ideário teórico. Como, então, aglutiná-los na produção da pesquisa, da ciência e do novo conhecimento?

Assim, a presente pesquisa, que originou esta tese de doutoramento, foi gerada, tomando como objetivo compreender as relações entre as funções conscientes e inconscientes e a sexualidade, as quais permeiam o desenvolvimento da identidade sexual. Para tanto, a pesquisa bibliográfica, exploratória, foi necessária, tendo em vista o não acúmulo histórico de produções que viabilizasse quaisquer possibilidades de ação a campo.

As produções aqui apresentadas representam, então, uma dialogia, ou seja, a partir dos pressupostos do materialismo histórico-dialético e da psicologia sócio-histórica, nossa visão dos fatos, fenômenos e realidades foi se construindo, tomando as diversas ciências como possibilidades de indagações e construções. Isso porque compreendemos a dialética no processo de tensionamento, na revisão dos elementos produzidos ao longo do processo histórico indicando, assim, a crítica a tais construções. Fato é que a crítica assume uma posição de organização, de incorporação do dado, feito, produzido, visando a superação qualitativa.

Por esse motivo, a sintetização aqui apresentada contém quatro capítulos, os quais discursam, de modo geral, sobre a sexualidade, a relação consciente-inconsciente, a identidade sexual, e a *práxis* clínica. Isso porque apresentamos a tese de que o inconsciente se relaciona com a consciência e a sexualidade por meio de configurações e processos não-verbais (sentimentais-emocionais), permitindo ao sujeito desenvolver suas identificações sexuais mesmo sem compreendê-las, isto é, impossibilitando-o de desenvolver abstrações para compreender como a realidade exterior está afetando-o. Portanto, conjecturamos que se a consciência representa a síntese da relação estabelecida entre os processos sócio-históricos significativos e os sentidos pessoais, está justamente na ausência desses dois elementos a caracterização do inconsciente na subjetividade.

Mas, para além da concepção estruturante de inconsciente, compreendemos o inconsciente como uma produção determinada pela cultura, representado necessariamente como polo dialético da própria consciência. E, se a consciência resguarda o caráter *práxico* na ação e compreensão dessa ação, o inconsciente se encontra, justamente, na impossibilidade desta, um rompimento na relação entre sentir-pensar-agir, formado então primordialmente pelo tônus emocional que não encontra direcionamento para sua subjetivação e objetivação.

Sabemos que tal compreensão é detalhada em diversos pormenores neste material, mas recuperamos tal lógica apenas para dizer que a tese apresentada só é confirmada a partir das hipóteses levantadas. A primeira, apresentando a noção de que a identidade sexual é a síntese de um processo dialético entre consciência e inconsciente. Para tanto, discutimos as construções sociais e históricas sobre a sexualidade e também sobre o processo identitário humano, visualizando assim que as áreas e teorias tradicionais, sejam psicológicas ou das demais ciências, têm reiterado uma compreensão desse processo apenas em um dos polos da relação: ou se mantêm explicativas na subjetividade, ou argumentam apenas a construção sociocultural.

Assim, recuperamos nossa perspectiva epistemológica para afirmar que a identidade e, em especial a identidade sexual, se desenvolve a partir de um processo aportado na base biológica, em específico no corpo, que, a partir das produções sociais estabelecidas na cultura, generificam esse corpo e constróem um sistema de relações chamado sexualidade, o qual é apropriado pelo sujeito a partir de seus grupos sociais. A síntese torna-se, então, o elemento resultante, o processo identitário sexual, carregando assim tanto elementos de sua tese (corpo) quanto antítese (cultura) na produção da identidade sintética sexual.

Por esse motivo, nossa segunda hipótese apresentada faz referência a uma continuidade, ou seja, ao desenvolvimento contínuo dessa identidade, e não uma rigidez fixa. Isso porque se tomamos como princípio a compreensão do movimento, da historicidade, não podemos trabalhar com concepções estanques, duras, inflexíveis, senão pela própria categoria do materialismo histórico. Portanto, do nascer ao morrer, o processo de identificação sexual ocorre, tanto a partir da condição social que nos identifica em categorias pré-determinadas quanto das possibilidades de vivência experenciadas pelo sujeito em sua microgênese.

Também relacionada encontra-se a terceira hipótese, a qual propõe a não apropriação exclusiva de atitudes e comportamentos masculinos ou femininos. Certo é que tais categorias devem ser compreendidos na dinâmica relacional entre sociedade, produção cultural e sujeitos, para que tragamos o entendimento da condição de gênero adentro à Psicologia. Não apenas como cópia, como transposição dos conteúdos amplamente trabalhados pelas ciências sociais, mas sim como possibilidades para recuperação da dialética sociedade-sujeito, na compreensão de caracterizações, comportamentos, ações objetivas na realidade ora compreendidas como masculinas, ora como femininas, ora com humanas.

Nossa quarta hipótese versa sobre o desenvolvimento dessa identidade sexual a partir tanto dos aspectos sociais e históricos, como também dos elementos constituintes da consciência e do inconsciente do sujeito. Isso porque, frente a tais produções culturais, o sujeito pode ou não se identificar com determinadas características psíquicas e sociais referenciadas

para o seu sexo anatômico, dependendo dos elementos mediadores que estarão disponíveis e possibilitarão a conversão do inconsciente em consciente (ou vice-versa). Ou seja, a forma como o tônus emocional e o mundo presente no inconsciente irá guiar suas escolhas sexuais conscientes conduzirá o sujeito a um posicionamento e uma identificação frente à esfera da sexualidade.

Na continuidade, a quinta hipótese diz respeito à revalidação da esfera do desejo. Isso porque podemos observar como, no percurso histórico, o sistema social imperante capitalista tem reiterado formas e maneiras que esfacelam a possibilidade de direcionamento dos aspectos emocionais ou, ainda, o tônus emocional, dos sujeitos para com outros. A própria sexualidade sofre reificação, transformada apenas em instrumento de reprodução biológica e controle social, aspectos que sofrem grandes debates a partir da década de 1960 com a Revolução Sexual, movimento que inicia a abertura pelo reconhecimento dos direitos, inclusive, do direito à sexualidade.

Ou seja, nossa última hipótese traz as balizações impostas pela sociedade capitalista perante o desenvolvimento das identidades sexuais, a qual fica demarcada não apenas neste trabalho, como também na vida, na realidade objetiva, na condição social, em que o heterossexismo e a heteronormatividade buscam manter a sexualidade no centro dos ditames do capital. Quaisquer alterações, diferenciações, são passíveis de correções. Entendam: correções por castigos, por violência e, no último caso, por morte.

Desse modo, e após a confirmação de todas nossas hipóteses, a tese aqui apresentada e defendida pode ser considerada como verdadeira. Mas, a partir disso, o que cabe à Psicologia e, em conjunto, a nós profissionais psicólogos desenvolvermos para o reconhecimento, a possibilidade e o desenvolvimento das diversidades de identidades sexuais?

O princípio último apontado é retomarmos um dos campos de atuação histórica da prática psicológica: a clínica. Porém, obviamente reconsiderá-la a partir dos pressupostos da crítica, da análise crítica que engendra a apreciação minuciosa de seus marcos históricos para que, assim, possamos ir além, propor novas formas de produção prática: uma nova *práxis*.

A clínica deixa de ser considerada como elemento totalizante, espaço apenas do *setting* terapêutico, para ser compreendida como olhar, como produção de realidade que deve auxiliar o desenvolvimento dos processos e funções conscientes como subsídios para a produção de sujeitos éticos e políticos. Dessa froam, a psicoterapia deve perder seu *status* de prática qualificadora, estigmatizadora e diferenciadora, para ser vista como método de ação política na realidade social.

Por esse motivo, retomamos, desde o título deste trabalho, a concepção de *práxis*, demarcamos reiteradamente que nossa compreensão de psicoterapia deve transformar o mundo material e social para produzi-lo mais humanamente. O objeto ulterior dessa prática precisa estar centrado na afirmação dos sujeitos e, a partir disso, possibilitar a modificação e alteração da realidade objetiva. Isso porque à medida que atuamos sobre o mundo, transformando-o, transformamos a nós mesmos.

A aplicação da *práxis* à sexualidade permitirá, então, o movimento de transformação da inconsciência da realidade (social-subjetiva) para a consciência identitária sexual, uma posição política que ultrapassa o conhecimento imediato, ingênuo, ascendendo ao plano reflexivo e potencializando, assim, o pensamento e a ação. Recuperamos, assim, a relação do todo com as partes, proporcionando continuamente a alteração da estrutura psíquica, conforme nos pronuncia Vigotsky (2001).

Ao fim, os elementos aqui sintetizados se transformam em novas teses, as quais devem ser apropriadas, discutidas e avançadas por quaisquer sujeitos que se mostrarem interessados pela dialética consciente-inconsciente no desenvolvimento da identidade sexual, visando, assim, a construção de futuras ideias e teorizações sobre a *práxis* clínica psicoterápica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M J. **Reflexões a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a categoria "Consciência".** Cadernos de Pesquisa, n. 110, p; 125-142, 2000.

ALMEIDA, F. J. (Cord). **Projeto Nave.** Educação a distância. Formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: s.n., 2001.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-lV.** Manual Diagnóstico e Estatítico de Transtornos Mentais. Porto Alegre : ARTMED, 2014.

ANACHE, A. A. **Diagnóstico ou inquisição? Estudo sobre o uso do diagnóstico psicológico na escola**. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano). USP, São Paulo, 1997.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pósgraduação:** noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE-SILVA, M. C.; BUENO FILHO, A. P.; PAIVA, J. S. A. B. U. O. **Crenças e Estereótipos sobre a Sexualidade Humana.** Scientia Sexualis, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, 1999.

ARNONI, M. E. B. **Ensino e mediação dialética.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 1, n. 1 (2006). Disponível em http://seer.fclar.unesp.br/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1221/1035. Acesso em 25 de Março de 2017.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso (1952-1953).** In.: Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BASSIN, F. V. **O Problema do Inconsciente:** as formas não conscientes de atividade nervosa superior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BATISTA, A. M de M. Práxis, Consciência de Práxis e Educação Popular: algumas reflexões sobre suas conexões. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 169-192, 2007.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo.** São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2009.

BEM, S. L. The measurement of psychological androgyny. In: **Journal of Consulting and Clinical Psychology.** 1974.

_____. Gender Schema Theory: a cognitive account of sex typing. In: **Psychological Review.** Vol. 88, nº 4. American Psychological Association, 1981.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade:** tratado de sociologia do conhecimento (1978). 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, 4(2), 1999

_____. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano:** a adolescência em questão. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 26-43, abril 2004.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica Ampliada e Compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu,** Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (Unicamp_, n. 42, p. 249-274, 2014.

_____. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. 8ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.

CATONNÉ, J. **A sexualidade, ontem e hoje.** 2. Ed. Trad. M. I. Koralek. São Paulo: Cortez, 1992.

CAVALCANTI, L. de S. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vigotsky ao ensino de geografia.** *Cad. CEDES* [online]. 2005, vol. 25, n. 66. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.5.doc

CIAMPA, A. C. **A identidade social e suas relações com a ideologia.** São Paulo: PUC. Dissertação de mestrado não publicada, 1977.

_____. **A Estória do Severino e a História da Severina:** um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Identidade. *In:* LANE, S. T. M.; FURTADO, O. (Orgs.) **Psicologia Social:** o homem em movimento. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. *In:* DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. **Uma Psicologia que se Interroga:** ensaios. São Paulo: Edicon, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o Psicólogo Brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988.

_____. **Resolução 01/99.** 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acessado em 23/04/2019, às 17h.

_____. **Resolução 01/2018.** 2018. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf. Acessado em 23/04/2019, às 17h.

COSTA, J. F. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, P. F.; BARBOSA, R. M. (orgs.) **Sexualidades brasileiras.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: AIBA: IMS, UERJ, 1996.

DERRIDA, J. **Gramatologia.** São Paulo, SP: Perspectiva, 1967.

DORON, R.; PAROT, F. (Org.). **Psicologia Clínica**. Dicionário de Psicologia. São Paulo: Ática, 1998. v. I.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004.

EIDT, N. M.; DUARTE, N. **Contribuições da teoria da atividade para o debate sobre a natureza da atividade de ensino escolar.** *Psicol. Educ.* [online]. Jun. 2007, n. 24, p. 51-72. Disponível em:http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000100005&Ing=PT&nrm=isso. Acesso em 18 de jul. de 2018.

ENG, D. K. **The Feeling of Kinship:** queer liberalism and the tacialization of intimacy. Durham: Duke University Press, 2010. E-book, s.p.

ENGELS, F. **A Dialética da Natureza (1878).** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

ERICKSON, F. Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement. **Anthropology & Education Quarterly.** Vol. 18 (4), 1987.

FERGUSON, R. **Aberrations in Black.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

FERREIRA NETO, J. K. Qual é o social da clínica? Uma problematização. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, v. 167, n. 1, p. 57-65, 2003.

FERREIRA, A. J. (Org.) **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade:** perspectivas contemporâneas. [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico.** Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Revisitando as psicologias:** da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Os Anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014a.

_____. **Histórica da Sexualidade II:** o uso dos prazeres (1984). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014b.

_____. **O Nascimento da Clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FREIRE, P. Desmistificação da conscientização. In: TORRES, C. A. **Consciência e história**: a práxis educativa de Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1979. Coleção Paulo Freire, n. 1.

FREUD, S. **Obras Completas (1900).** Tomo I. 3ª ed. Madrid: Ed. Biblioteca Nueva, 1973.

_____. **A interpretação dos sonhos (1900).** Edicão Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmundo Freud. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. **Conferências introdutórias sobre psicanálise (1915-17).** Conferência XXVII: Transferência. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Volume XVI, p. 433-448. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

_____. **Um estudo autobiográfico (1925).** In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Volume XX, p. 15-72. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FRY, P. **Para inglês ver:** identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GAGNON, J.; PARKER, R. **Concieving Sexuality.** In: GAGNON, J.; PARKER, R. (Orgs.) Conceiving Sexuality: approaches to sex research in a postmodern Word. New York: Routlegde, 1995.

GARCIA, J. C. **Problemáticas da identidade sexual.** Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

GOFFMAN, E. **Manicônios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONZALEZ-REY, F. **Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

_____. **Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. **As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo:** sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. Psicol. Educ. São Paulo, n. 24, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000100011&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em 09 de set. de 2017.

GREGORi, M. F. **Prazeres Perigosos:** erotismo, gênero e limites da sexualidade. Tese (Livre Docência em Antropologia Social). Unicamp, Campinas, 2010.

GUARESCHI, N. Políticas de Identidade: novos enfoques e novos desafios para a psicologia social. *In:* **Psicologia e Sociedade.** nº12: 110/124; jan/dez, 2000.

GUEDES, M. de C. **As mulheres de formação universitária:** a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho (Brasil: 1970-2000). Rio de Janeiro: Escola Nac. Dissertação de Mestrado não-publicada, 2004.

GUERRA, A. M. C. O Social na Clínica e a Clínica do Social: Sutilezas de uma Prática. In: Gonçalves, B. D.; GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. de O. (orgs.). **Clínica e Inclusão Social: Novos Arranjos Subjetivos e Novas Formas de Intervenção**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002, pp. 29-48.

HALPERIN, D. M. **Saint Foucault:** towards a gay hagiography. Nova York: Oxford University Press, 1995.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito.** Vol. I e II. 2a edição. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEILBORN, M. L. **Corpos na cidade:** sedução e sexualidade. In: VELHO, Gilberto. Antropologia urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

HEREK, G. M. **Beyond "homophobia":** Thinking about sexual stigma and prejudice in the twenty-first century. Sexuality Research and Social Policy, *1*, 6-24, 2004.

ILLOUZ, E. **Hard Core Romanve:** "Fifty Shades of Grey", best-sellers and Society. Chicago: University of Chicago Press, 2014. E-book, s.p.

JAGOSE, A. **Queer Theory**: an introduction. New York: New York University Press, 1996.

KAHHALE, E. M. P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2002.

KINSEY, A.; POMEROY, W. ; MARTIN, C. **Conducta sexual del Varón.** México: Editorial Interamericana, 1949.

KOFFKA, K. **Princípios da Psicologia da Gestalt**. Trad. de Alvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1975.

KOHLBERG, L. A. Cognitive-Developmental Analysis of Children's Sex-Role Concepts and Attitudes. *In:* MACCOBY, E. E. **The Development of Sex Differences.** Stanford: Stanford University Press, 1966.

KOHLER, W. **Psicologia da Gestalt**. Trad. de David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

KOLYNIAK, H. M.; CIAMPA, A. C. Corporeidade e dramaturgia do cotidiano. **Discorpo:** Revista do Departamento de Educação Física e Esportes da PUC-SP, 1993.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAPVINE, V. **O que é Materialismo Dialético?** Moscou: Edições Progresso, 1986.

LACAN, J. (1986). **O seminário:** livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-54) Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1986.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____.Os avanços da Psicologia Social na América Latina. *In:* LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.) **As Novas Veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Prefácio. *In:* CIAMPA, A. da C. **A Estória do Severino e a História da Severina:** um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs) **Psicologia Social:** o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M; SAWAIA, B. (Orgs.) **Novas Veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. (Orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p 174.

LEÃO, I. B. **Os professores universitários:** a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado não-publicada, 1999.

_____. **Um método para investigar a consciência:** do intrapsicológico ao interpsicológico. *Psicol. Soc.* [online]. 2007. V.; 19, n. spe2. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500021&Ing=en&nrm=iso.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia:** contribución a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEITE, I. **Emoções, sentimentos e afetos:** uma reflexão sócio-histórica. 2ª Ed. Araraquara: Junqueira & Marin editores, 2005.

LENIN, V. **O estado e a revolução (1929).** Campinas-SP: FE/UNICAMP, 2011.

LEONTIEV, A. **Actividad, consciencia y personalidad.** Buenos Aires: Ediciones ciências Del hombre, 1978.

_____. **O desenvolvimento do Psiquismo.** São Paulo: Centauro, 2004.

LESSA, S. Identidade e Individuação. **Katálysis**, vol. 7, n. 2, p. 147-157, 2004.

LIMA, A. F. de. **Metamorfose, Anamorfose e reconhecimento perverso**: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2010.

LIMA, A. F. de; CIAMPA, A. da C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. *In:* LIMA, A. F. de (Org.). **Psicologia Social Crítica:** paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LINTON, R. **O homem:** uma introdução à antropologia. São Paulo: Martins, 1943.

LORDELO, L.; TENORIO, R. **A consciência na obra de L. S. Vigotsky:** análise do conceito e implicações para a psicologia e a educação. Psicol. esc. educ., 14(1), 79-86, 2010. Acessado em 05 de dez. de 2016. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a09.pdf.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, 2001.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo.** Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Senzala, 1967.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. São Paulo: Grijalbo, 1998.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LURIA, A. R. **Pensamento e Linguagem:** as ultimas conferências de Luria. São Paulo: Artmed, 2001.

LUZ, H.; MENESES, B. M. de.; ANACHE, A. A. Interlocuções entre Psicologia Crítica e Método Histórico. *In:* **Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul,** v. 1, 2013.

MAHEIRIE, K. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade.** Revista Interações, Vol. VII, n° 13, jan-jul 2002.

MAKSUD, I. **Sexualidade e Mídia: discursos jornalísticos sobre o "sexual" e vida privada.** Psicologia em Estudo, 13(4), 2008.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

_____. **O papel do Psicólogo.** Estud. psicol. (Natal) [online]. vol.2, n.1, pp.7-27, 1997.

_____. **Acción e ideologia:** psicologia social desde Centroamérica**.** 2ª. Ed. San Salvador, El. Salv.: UCA Editores, 2005.

MARTINS, S. T. F. **Educação científica e a atividade grupal na perspectiva sócio-histórica.** Revista Ciência e Educação, V. 8, n. 2, p. 227-235, 2004. Disponível em: www2.fc.unesp.br/cienciaeeducacao/viewarticle.php?id=199&layout=abstract. Acesso em 14 de Fev. de 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (1845).** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política (1856).** Trad. e inter. de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. O Fetichismo da Mercadoria: o seu segredo. *In:* MARX, Karl. **O Capital:** Livro I – O processo de produção do capital (1890). 9ª ed. São Paulo: Difel, 1984.

MEAD, G. H. **Mind, self and society:** from the standpoint of a social behaviorism. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

_____. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social.** In: MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISCHEL, W. A Social-Learning View of Sex Differences in Behavior. In: MACCOBY, E. E. **The Development of Sex Differences.** Stanford: Stanford University Press, 1966.
MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *In:* **Sociologias,** Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFRGS, 2009, n. 21, p. 150-182.

_____. **O Desejo da Nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

_____. **Desejos Digitais:** uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MONTREOZOL, J. R. **Sobre a Educação Aquendada:** uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal. Campo Grande: UFMS. Dissertação de Mestrado não-publicada, 2011.

MONTREOZOL, J. R.; KAHHALE, E. M. S. P. **From the Unconscious to Sexuality:** introductory notes since the social historical Psycology. In: European International Journal of Science and Technology, Vol. 5, No. 8, November 2016.

MONTREOZOL, J. R.; LAMIN, R. C. D.; AMARAL, D. S. **Sexual Identity:** a (re)view from social-historical Psychology. In: European International Journal of Science and Technology, Vol. 5, No. 9, December 2016.

MONTREOZOL, J. R.; LAMIN, R. C. D. **The Aware of Consciousness:** the social-historical relations as mediators of aware conduct human. In: European International Journal of Science and Technology, Vol. 5, No. 8, November 2016.

MONTREOZOL, J. R.; LEÃO, I. B. **The Ambiguity of School Education:** refuses and possibilities towards travestility. In: European International Journal of Science and Technology, Vol. 5, No. 9, December 2016.

MONTREOZOL, J. R.; CARAMALAC, M. C.; SERRA, R. A. **Education and Alienation:** a perspective of analysis from sócio-historical Psychology. In: European International Journal of Science and Technology, Vol. 6, No. 2, March 2017.

MONTREOZOL, J. R.; KAHHALE, E. M. S. P. **Identidade Sexual:** metamorfose-emancipação a partir do materialismo histórico-dialético. In: OLIVEIRA, A. A. S. de (Org.) Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Psicossocial: teoria, método e pesquisas. Maceió: EDUFAL, 2017.

MONTREOZOL, J. R.; KAHHALE, E. M. S. P. A Clínica na Psicologia Sócio-Histórica: uma abordagem dialética. *In:* TOASSA, G.; SOUZA, T. M. C.; RODRIGUES, D. J. S. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica e Desigualdade Social:** do pensamento à práxis. Goiânia: Editora da Impressão Universitária, 2019.

MOREIRA, J. de O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. de O. **O surgimento da clínica psicológica:** da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. Rev. Psicologia, Ciência e Profissão, 27(4), 608-621, 2007.

MORIN, E. **O Método 4:** as ideias. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NEUBERN, M. S. Três Obstáculos para o Reconhecimento da Subjetividade na Psicologia Clínica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 14, 2001.

NUNES, M. D. F. **Relação de gênero e sexualidade no contexto escolar:** concepções de duas professoras do ensino fundamental. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos. Dissertação de Mestrado não-publicada, 2002.

OLIVEIRA, B. A Dialética do Singular-Particular-Universal. *In:* ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. F. **Método Histórico-Social na Psicologia Social.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **CID-10.** Classificação Estatística Internacional de Doenças e. Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997.

_____. **A Definição de Saúde Sexual:** Relatório de uma Consulta Técnica sobre Saúde Sexual. Genebra, 2002.

PADILHA, A. M. L. A linguagem e a formação da consciência: uma perspectiva histórico-cultural. **Salto para o Futuro.** Brasília, v. 1, n. 1, p; 39-42, 2000. Disponível em: www.unimep.br/~ampadilh/a-linguagem-e-a-formacao.pdf. Acesso em 22 de mar. de 2017.

PAIVA, V. **A Psicologia redescobrirá a sexualidade?** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 4, 2008.

PARKER, R. G.; BARBOSA, R. M. **Sexualidades Brasileiras.** Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1996.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 1993.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. **Psicologia e Sociedade**, 27(2), p. 632-371, 2015.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. Aquele não mais obscuro negócio do desejo. In: **O Negócio do Michê:** a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Função Editora Perseu Abramo, 2008.

PEREIRA, P. P. G. **A teoria queer e a reinvenção do corpo.** Cadernos Pagu (27), 2006.

PLEKANOV, G. V. **Os princípios fundamentais do Marxismo.** 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997

PORTER, P. **Issues in cultural-historical theory for psychoterapy and counseling.** Trabalho apresentado no First Iscar Congress. Sevilha, 2005.
Psicologia Social – ABRAPSO: 1999.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo:** manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RESENBERG, M. **Society and the adolescent self-image.** Princeton: Princeton University Press, 1965.

RIOS, L. F.; PAIVA, V.; MAKSUD, I.; OLIVEIRA, C.; CRUZ, C. M.; SANTOS, C. G.; TERTO JR., V.; PARKER, R. **Os cuidados com a "carne" na socialização sexual dos jovens.** Psicologia em Estudo, 13(4), 2008.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In:* POCAHY, F. Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. **Políticas, teoria e atuação.** Porto Alegre: Nuances, 2007.

RUBIN, G. **The traffic in women:** notes on the political economy of sex. In: REITER, E. Towards na Antropology of Women. New York: Monthly Review, 1975.

_____. **Thinking sex:** notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, C. Pleasure and Danger: exploring female sexuality. New York: Routledge & Kegan Paul, 1984.

RUBINSTEIN, S. L. **El desarrollo de la psicologia:** princípios y métodos. Habana: Pueblo y Educacion, 1978.

SACRISTÁN, G.; GÓMEZ, P. A. I. **Compreender e transformar o ensino.** 4º ed. São Paulo: Artmed, 1998.

SALIH, S. **Judith Butlher e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, L G. dos; LEÃO, I. B. O inconsciente Sócio-Histórico: notas sobre uma abordagem dialética da relação consciente-inconsciente. **Psicologia e Sociedade**; 24(3): 638-647, 2012.

SANTOS, L. G. dos. **Educação e o inconsciente sócio-histórico:** uma análise da função da escolarização na cosntrução de sentidos e significados do desemprego. Campo Grande: UFMS. Dissertação de Mestrado não-publicada, 2010a.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica:** primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1991.

SAWAIA, B. B. **Sílvia Lane.** São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/Imago Editora, 2002.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna.** 5ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 1992.

SCOTT, J. W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 20(2), 71-99, 1995.

SEDGWIK, E. K. **Novel Gazing:** Queer Readings in Fiction. Jacob Press, 1997.

SÉGUIER, J. **Dicionário prático ilustrado**. Porto Alegre: Lello e Irmãos, 1972.

SÈVE, L. **Marxismo e a teoria da personalidade.** Lisboa: Livros Horizonte, VOL. I., 1979.

SIRGADO, A. P. **O social e o cultural na obra de Vigotsky.** Educ. Soc., Campinas, v. 21, n. 71, Julho de 2000. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32620000001000003&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 22 de Fev. de 2016.

SKINNER, B.F. **Ciência e Comportamento Humano (1953).** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

SOUZA, E. M. de; PEREIRA, S. J. N. (Re)Produção do Heterossexismo e da Heteronormatividade nas Relações de Trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**. v. 14, n. 4. São Paulo: Mackenzie, 2013.

STEDILE, J. P. Apresentação. *In:* KONDER, Leandro. **O Marxismo na Batalha de Ideias.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TELMO, M. **Diversidade cultura e políticas educacionais.** In: Seminário Internacional Eucação Intercultural, movimentos sociais e sustentabilidade, e 3° Colóquio da Associação Pour la Recherche inteculturelle (ARIC) na América Latina, 2006, Florianópolis. Anais. Florianópolis: CED/UFSC, 2006. Disponível em: http://www.rizoma3.ufsc.br. Acesso em 10 de Nov. de 2017.

TOASSA, G. **Conceito de consciência em Vigotsky.** *Psicologia USP*, *17*(2), 59-83, 2006.

VANCE, C. **A antropologia redescobre a sexualidade:** um comentário teórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, 5(1), 7-31,* 1991.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIDAL, M. **Moral del Amor e de la Sexualidad.** Madrid: PS Editorial, 1991.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Psicologia da Arte.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Obras Escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique. Madri: Visor: 1995.

_____. **Obras Escogidas.** Volumen III. Visor Dis, S. A.: Madrid, 2000.

_____. **A construção do Pensamento e da Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Teoria e Método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. **Psicologia Pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____. **Os métodos de investigação reflexológicos e psicológicos.** In: VIGOTSKY, L. S. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004c.

_____. **A Consciência como Problema da Psicologia do Comportamento.** In: VIGOTSKY, L. S. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004d.

_____. **O significado histórico da crise na Psicologia.** In: VIGOTSKY, L. S. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004e.

VVIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **El Instrumento y El Signo en el Desarollo del Niño.** Fundación Infancia e Aprendizaje: Madrid, 2007.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições 70, 1968.

_____. **Do acto ao pensamento.** Lisboa: Moraes Editores, 1978.

WARNER, M. **Fear of a Queer Planet:** Queer Politics and Social Theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

WEEKS, J. **Comin out:** homossexual politics in Britain from the nineteenth century to the present. London: Quartet Books, 2000.

_____. **The World We Have Won:** the remake of erotic and intimate life. Londres; Nova York: Routledge, 2007.

WERTSCH, J. **Vigotsky y la formación social de la mente.** Barcelona: Paidós, 1988.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: Considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo,** *9*, 127-135, 2004.